



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 113 - QUINTA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p> Maioria (PMDB/PP) - 20</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p>Líder Raimundo Colombo - DEM¹</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antônio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p> <p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE

<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 124ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE AGOSTO DE 2009

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado		
Nº 107/2009, de 22 de julho último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 594, de 2009, do Senador João Vicente Claudino.	34546	em resposta ao Requerimento nº 374, de 2009, do Senador Gilberto Goellner.....
Nº 108/2009, de 22 de julho último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.643, de 2008, do Senador Jayme Campos.	34546	Nº 305/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 345, de 2009, do Senador Jefferson Praia.
Nº 166/2009, de 27 de julho último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 300, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura....	34546	Nº 319/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 593, de 2009, do Senador João Vicente Claudino.
Nº 171/2009, de 27 de julho último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 157, de 2009, do Senador José Nery.	34546	1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda
Nº 215/2009, de 16 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 325, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	34546	Nº 33, de 2009-CN (Aviso nº 189/MF/2009, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2009.....
Nº 230/2009, de 23 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 242, de 2009, do Senador Expedito Júnior.....	34546	1.2.4 – Leitura de requerimentos
Nº 242/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 516, de 2009, do Senador Raimundo Colombo.....	34546	Nº 965, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, <i>solicitando voto de aplauso à Convenção das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros – CODEESO</i>
Nº 243/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 598, de 2009, do Senador Tasso Jereissati.....	34546	Nº 966, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora e Advogada Luciana Maria Helena Kuster Cherobim</i>
1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado		1.2.5 – Leitura de projeto
Nº 19/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 472, de 2009, do Senador Marconi Perillo.....	34546	Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2009, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que <i>institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento</i>
Nº 106/2009, de 22 de julho último, do Advogado-Geral da União, encaminhando informações	34546	1.2.6 – Comunicações da Presidência
		Arquivamento definitivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2004, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto.....
		Recebimento do Aviso nº 43, de 2009 (nº 884/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.451, de 2009, proferido nos autos do processo nº TC 010.936/2009-0, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o

fundamentam, acerca do cumprimento do Acórdão nº 1.097/2008, que efetuou recomendações a órgãos e entidades federais relacionadas à ocupação territorial, à proteção ao meio ambiente e ao fomento das atividades sustentáveis da Região Amazônica.

Recebimento do Aviso nº 44, de 2009 (nº 245/2009, na origem), de 31 de julho último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2009.....

Recebimento do Aviso nº 996, de 2009, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.629, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao exame da operação de crédito celebrada entre o Município de Manaus / AM e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até setenta e cinco milhões de dólares (TC 023.994/2008-2).

Recebimento do Aviso nº 1.049, de 2009, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.663, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao pedido de reexame contra o Acórdão nº 351/2003, a respeito da solicitação do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) acerca de irregularidades sobre nepotismo (TC 001.665/2001-0).....

Recebimento do Aviso nº 1.057, de 2009, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.673, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Pedido de Tomada de Contas Especial na execução das Obras do Contorno Ferroviário dos Municípios de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim/SC – 1ª Etapa (TC-006.475/2005-1).

Recebimento do Ofício nº S/54, de 2009 (nº 491/2008, na origem), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, encaminhando, nos termos do art. 409 do Regimento Interno, documentação do Senhor José Carlos Barbosa em que solicita providências para o efetivo cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, exarada por Tribunal competente, em face da Caixa Seguradora S/A.....

Recebimento do Ofício nº S/55, de 2009 (nºs 8 e 57/2009, na origem), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, encaminhando, nos termos do art. 409 do Regimento Interno, documentos que denunciam a violação de direitos indígenas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, e dos Direitos Humanos na Alemanha.

Recebimento do Ofício S/56, de 2009 (s/nº na origem), de ex-funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional, representados pela Associação de Moradores de Capivari de Baixo/SC.....

Recebimento do Ofício S/57, de 2009 (s/nº na origem), do Pastor Marcos Aurélio de Souza, em

34555

favor do brasileiro Oscar Fernando Ruiz Torres, que estaria injustamente encarcerado na Espanha. 34555

Recebimento do Ofício nº S/58, de 2009 (nº 2.583/2009, na origem), da Defensoria Pública da União, encaminhando Relatório de Gestão Biênio 2007/2009..... 34556

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA KÁTIA ABREU, como Líder – Manifestação sobre a eleição do Codefat, Conselho administrador dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. 34556

34555

SENADORA MARISA SERRANO – Reflexão sobre as funções do Conselho de Ética do Senado.... 34559

SENADORA IDELI SALVATTI – Comentário sobre estudo divulgado pelo IPEA, intitulado “Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano durante a Crise Internacional: Primeiros Resultados”. Registro da instalação, hoje, do Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. 34561

34555

SENADOR MÁRIO COUTO – Preocupação com a crise no Senado Federal e com o desgaste da Instituição. O crescimento da violência no Estado do Pará. Cobrança de investimentos em segurança pública por parte do Governo do Pará. 34563

34555

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Registro do XII Encontro Intereclesial de Base das CEBs, Comunidades Eclesiásticas de Base da Igreja Católica, sob o tema: “Do ventre da terra, o grito que vem da Amazônia,” ocorrido em Porto Velho. Registro da entrada em operação da linha de transmissão Jauru-Vilhena, que integrará os Estados de Rondônia e Acre ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Considerações sobre a Medida Provisória nº 466, de 2009. Apresentação de requerimento de voto de aplauso à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. 34569

34555

SENADOR JOSÉ SARNEY – Resposta às denúncias apresentadas contra S. Ex^a. 34571

34555

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI, como Líder – Homenagem à cidade de João Pessoa, a “Capital das Acácias”, pelos seus 424 anos de existência. 34584

1.2.8 – Comunicação

Do Senador Demóstenes Torres, solicitando a alteração da topografia do art. 231-A, de que trata o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004 (Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004), para adequação da técnica legislativa, passando-o do art. 3º para o art. 2º. (**Ofício nº 133/2009, de 5 do corrente**) 34586

34555

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Republicação do Anexo da Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, e o envio de novos autógrafos à Presidência da República.. 34587

34555

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Necesidade de que o Senado Federal supere sua crise interna, avance em sua função fiscalizadora do

Poder Executivo e na apreciação de matérias importantes para a sociedade brasileira.....	34593	SENADOR INÁCIO ARRUDA – Manifestação sobre o clima de instabilidade no Senado Federal. Participação de S. Ex ^a na solenidade de abertura do 19º Festival de Cinema do Ceará. Necessidade de debate acerca da presença de bases militares americanas na América Latina.....	34618
1.3 – ORDEM DO DIA			
1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária			
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		SENADOR MÃO SANTA – Leitura de e-mail recebido de cidadão piauiense, que atesta a situação de violência do Estado do Piauí.....	34620
1.4.1 – Apreciação de matéria			
Requerimento nº 947, de 2009, lido em sessão anterior. Aprovado , após usar da palavra o Sr. Augusto Botelho.....	34599	SENADOR JAYME CAMPOS – Relato de viagem feita por S. Ex ^a a diversos municípios de Mato Grosso.	34624
1.4.2 – Discursos			
SENADOR PAPALEÓ PAES – Satisfação pelo início das atividades do Conselho de Ética. Importância do início das atividades da CPI da Petrobrás. Necessidade de estimular a juventude a participar da vida política do País.	34600	1.4.3 – Comunicação da Presidência	
		Retificação da composição das comissões mistas destinadas a emitirem pareceres sobre as Medidas Provisórias nºs 466 e 467, de 2009.	34627
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Preocupação com a presença do ácaro <i>Raioella indica</i> , o ácaro vermelho das palmeiras, detectado por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, em lavouras de banana de Boa Vista, em Roraima.....	34603	1.4.4 – Discursos encaminhados à publicação	
		SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Tucanos querem blindar a estatal”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 5 de junho último.....	34629
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Anúncio da instalação de barreiras fitossanitárias para conter os ácaros que estão afetando a produção agrícola de Roraima. Registro de que o Governo Federal irá adquirir, por intermédio da Conab, toda a produção de banana colhida no Estado de Roraima.	34604	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Em dois anos apenas 3% das obras do PAC estão concluídas”, publicada pelo site Contas Abertas , de 28 de maio último.	34630
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Análise sobre a difícil situação por que passa o Estado do Piauí.	34605	1.4.5 – Comunicação da Presidência	
		Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	34632
SENADOR FLÁVIO ARNS – Preocupação com o agravamento do quadro de transmissão e com o tratamento da Gripe A.....	34610	1.5 – ENCERRAMENTO	
		2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
SENADOR MARCO MACIEL – Análise da Terceira Encíclica lançada pelo Papa Bento XVI, intitulada <i>Caritas in veritate</i> , com a qual retoma as questões sociais.	34611	2.1 – Ata	
		Ata da 1ª Reunião, realizada em 15 de julho de 2009.....	34636
SENADOR PAULO PAIM – Anúncio de que o Presidente Lula receberá representantes da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas para tratar da votação de matérias de interesse dos aposentados. Apresentação de estudo da COBAP sobre a redução gradual do poder aquisitivo dos idosos brasileiros. Registro da participação de S. Ex ^a , na próxima segunda-feira, em Minas Gerais, para lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas, onde fará palestra sobre a Previdência. Manifestação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2009, que estabelece advertências nos rótulos e embalagens de bebidas alcoólicas. Importância da manutenção do monopólio postal da ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, confirmada hoje pelo Supremo Tribunal Federal.	34612	2.2 – Despachos	
		Despachos do Presidente (art. 17, § 2º - Resolução nº 20, de 1993).....	34651
		Despachos do Presidente (art. 14, § 1º - Resolução nº 20, de 1993).....	34663
		3 – ATOS ADMINISTRATIVOS	
		3.1 – Atos do Presidente	
		Nº 301, de 2009 (Replicação).....	34675
		Nºs 302 a 305 e 307, de 2009	34676
		SENADO FEDERAL	
		4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
		5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
		6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
		CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 124^a Sessão Deliberativa Ordinária em 5 de agosto de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

*Presidência do Sr. Marconi Perillo, da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa,
Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim.*

*(Inicia-se a Sessão às 14 Horas, e En-
cerra-se às 20 Horas e 48 Minutos)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 5/8/2009 07:40:18 até 5/8/2009 20:50:15

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VÍRGILIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PDT	CE	FLÁVIO TORRES	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INACIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOAO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÁO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	PA	MÁRCIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos no Senado da República do Brasil. São 5 de agosto de 2009, 14 horas. Sessão deliberativa ordinária. Presentes 43 Senadores no plenário.

Este é o Senado da República, quase dois séculos em defesa da democracia e exemplo para o mundo. Tem na sua Mesa Diretora o ex-Presidente da República Sarney. O 1º vice-presidente é o Senador Marconi Perillo, vindo como o melhor nome do PSDB; a 2ª Vice-Presidente é a Senadora Serys Slhessarenko, um extraordinário nome do Partido dos Trabalhadores; o 1º Secretário, Heráclito Fortes, ex-prefeito de Teresina, grande experiência administrativa; o 2º Secretário, João Vicente Claudino, ex-Secretário de Indústria e Comércio do Piauí, empresário vitorioso; o 3º Secretário, Mão Santa – Deus me permitiu ser prefeito da minha cidade, Secretário de Saúde e Governador do Piauí por duas vezes; e a 4ª Secretária, Patrícia Saboya, que tirou licença.

Requisito, agora, para fazer parte da Mesa Diretora, César Borges, substituindo Patrícia Saboya. César Borges, essa liderança da Bahia, ex-governador extraordinário. Há ainda os Suplentes Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata. Eis a executiva do Senado da República do Brasil.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 107/2009, de 22 de julho último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 594, de 2009, do Senador João Vicente Claudino;

– Nº 108/2009, de 22 de julho último, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.643, de 2008, do Senador Jayme Campos;

– Nº 166/2009, de 27 de julho último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 300, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura;

– Nº 171/2009, de 27 de julho último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 157, de 2009, do Senador José Nery;

– Nº 215/2009, de 16 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 325, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

– Nº 230/2009, de 23 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 242, de 2009, do Senador Expedito Júnior;

– Nº 242/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 516, de 2009, do Senador Raimundo Colombo; e

– Nº 243/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 598, de 2009, do Senador Tasso Jereissanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 19/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 472, de 2009, do Senador Marconi Perillo;

– Nº 106/2009, de 22 de julho último, do Advogado-Geral da União, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 374, de 2009, do Senador Gilberto Goellner;

– Nº 305/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 345, de 2009, do Senador Jefferson Praia; e

– Nº 319/2009, de 29 de julho último, do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 593, de 2009, do Senador João Vicente Claudino.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO N° 33, DE 2009-CN
(Aviso –189/MF/2009, na origem)

Do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 965, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso dirigido à Convenção das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros – CODEESO –, pela passagem e comemoração de seu Jubileu de Ouro.

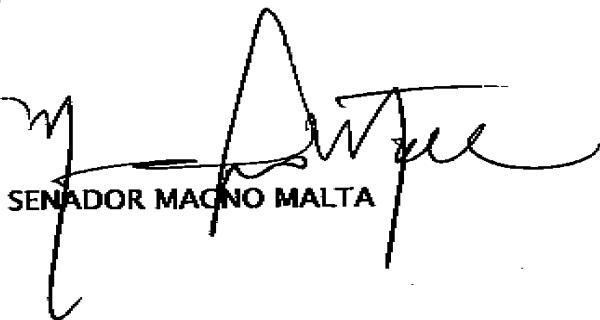
Requeiro ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos dirigentes da CODEESO à sua sede, localizada à Rua Pastor João Pedro da Silva, s/n, Aribiri – Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, para a concretização da presente homenagem.

Justificação

A homenagem justifica-se pelo enobrecedor trabalho desenvolvido pelas Assembléias de Deus durante os 50 anos de existência da CODEESO promovendo o desenvolvimento espiritual, moral, cultural, educacional e político dos Obreiros das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros; estimulando a unidade doutrinária através de Escolas Bíblicas, Seminários, Simpósios, Conferências, Congressos Palestras; impulsionando e incentivando a proclamação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, através de Cruzadas Evangelísticas e por outros meios de divulgação.

Que igreja local, a Assembléia de Deus capixaba continue com força total para ganhar almas e dar continuidade a grande obra iniciada pelos pioneiros que lançaram a primeira pedra de sua história. Que seu exemplo de coragem, determinação e organização a torne sempre digna do aplauso da nação e em especial do povo capixaba.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2009.



SENADOR MAGNO MALTA

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão
de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº966, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste Voto de Pesar à família da **Professora e Advogada Luciana Maria Helena Kuster Cherobim**, falecida dia 03 de agosto, na cidade de Morretes - Paraná. Sempre com grande dedicação, exerceu o magistério por muitos anos em Curitiba. Adotando como lar a cidade de Morretes, também lá ocupou importantes cargos: foi presidente da APAE, Conselheira Regional da Federação das APAES do Estado do Paraná, presidente do Conselho Municipal de Ação Social e Secretária Municipal de Cultura. Sua formação e competência profissional, somadas a seu peculiar dinamismo, sensibilidade, persistência e compromisso social determinaram a imagem da grande guerreira que fez do seu dia-a-dia uma luta vocacional na construção de uma sociedade mais justa e mais humana, principalmente ao promover as pessoas socialmente excluídas. Tudo fez com fé e coragem, razão por que com seu falecimento o povo paranaense perde uma representante amiga e carismática.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2009.



SENADOR FLÁVIO ARNS

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa, PMDB – PI) –

Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 335, DE 2009**

Altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º _____

§ 1º O valor do Vale-Pedágio obrigatório e os dados do modelo próprio, necessários à sua identificação, deverão ser destacados em campo específico no documento comprobatório de embarque.

§ 2º Quando antecipado o pagamento em espécie, também constarão do documento a relação das praças, com respectivos valores de pedágio, e o recibo do transportador." (NR)

"Art. 3º O embarcador antecipará o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador, em modelo próprio ou em espécie, independentemente do valor do frete, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 6º A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) disporá sobre a operacionalização do Vale-Pedágio obrigatório, assegurando-se aos interessados a opção entre os meios físicos ou eletrônicos de cobrança e pagamento.

§ 8º O Vale-Pedágio será aceito em todas as rodovias nacionais e seu preço corresponderá ao valor cobrado nas praças de pedágio, sem qualquer ônus adicional.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O vale-pedágio foi instituído pela Lei nº 10.209, de 2001, e está regulamentado pela Resolução nº 2.885, de 2008, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O objetivo da medida foi deslocar a responsabilidade pelo pagamento de pedágios, no transporte rodoviário de cargas, do transportador para o embarcador.

A operacionalização do vale-pedágio exigiu, no entanto, a criação de um complexo sistema de emissão de vales, que devem ser adquiridos pelos embarcadores junto a empresas habilitadas pela ANTT e entregues aos transportadores para uso no pagamento dos pedágios. As concessionárias de rodovias precisam, então, trocá-los por dinheiro em espécie.

Essa estrutura onera as partes com custos administrativos adicionais e cria atrito nas relações comerciais entre transportadores e embarcadores. Os problemas multiplicam-se: há dificuldade na aquisição dos vales pelos embarcadores; algumas concessionárias recusam-se a aceitá-los; seu preço é maior que o do próprio pedágio; a ANTT precisa fiscalizar os caminhões para saber se a carga que transportam é própria ou de terceiros e, neste caso, se pertencem a apenas um ou a vários embarcadores.

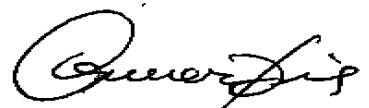
Ao tornar obrigatório o sistema de vales, a Lei congelou, ainda, uma técnica específica, o que impede a introdução de métodos informatizados de

pagamento, como o uso de dispositivos magnéticos no pára-brisa do automóvel e o débito em cartão de crédito, que já estão sendo utilizados em diversos países e mesmo em alguns estados brasileiros.

A presente proposição visa corrigir algumas dessas distorções, mediante a previsão de que o valor do pedágio possa ser antecipado aos transportadores em espécie e de que o pagamento do vale possa ser feito por meios físicos, como cupons, ou informatizados, como débito em conta ou cartão de crédito, sem qualquer acréscimo com relação ao valor cobrado nas praças de pedágio.

Solicitamos aos nossos ilustres Pares o apoio à presente proposição, que certamente contribuirá para a desburocratização e a modernização da logística nacional.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2009



Senador OSMAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 10.209, DE 23 DE MARÇO DE 2001.

Conversão da MPV nº 2.107-12, de 2001

Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 2.107-12, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Vale-Pedágio obrigatório, para utilização efetiva em despesas de deslocamento de carga por meio de transporte rodoviário, nas rodovias brasileiras.

§ 1º O pagamento de pedágio, por veículos de carga, passa a ser de responsabilidade do embarcador.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, considera-se embarcador o proprietário originário da carga, contratante do serviço de transporte rodoviário de carga.

§ 3º Equipara-se, ainda, ao embarcador:

I - o contratante do serviço de transporte rodoviário de carga que não seja o proprietário originário da carga;

II - a empresa transportadora que subcontratar serviço de transporte de carga prestado por transportador autônomo.

Art. 2º O valor do Vale-Pedágio não integra o valor do frete, não será considerado receita operacional ou rendimento tributável, nem constituirá base de incidência de contribuições sociais ou previdenciárias.

Parágrafo único. O valor do Vale-Pedágio obrigatório deverá ser destacado em campo específico no documento comprobatório de transporte.

Parágrafo único. O valor do Vale-Pedágio obrigatório e os dados do modelo próprio, necessários à sua identificação, deverão ser destacados em campo específico no documento comprobatório de embarque. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 3º A partir de 12 de maio de 2000, o embarcador passará a antecipar o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador, em modelo próprio ou em espécie, independentemente do valor do frete, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 3º A partir de 25 de outubro de 2002, o embarcador passará a antecipar o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador, em modelo próprio, independentemente do valor do frete, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

§ 1º Quando o Vale-Pedágio obrigatório for expedido em modelo próprio, a aquisição, pelo embarcador, para fins de repasse ao transportador de carga, dar-se-á junto às concessionárias das rodovias, podendo a comercialização ser delegada a centrais de vendas ou a outras instituições, a critério da concessionária.

§ 2º O Vale-Pedágio obrigatório deverá ser entregue ao transportador rodoviário autônomo no ato do embarque decorrente da contratação do serviço de transporte no valor necessário à livre circulação entre a sua origem e o destino.

§ 3º Sendo o transporte efetuado por empresa comercial para um só embarcador, aplica-se o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O rateio do valor do Vale-Pedágio obrigatório, no caso do transporte fracionado, será definido em regulamento.

§ 5º No caso de transporte fracionado, efetuado por empresa comercial de transporte rodoviário, o rateio do Vale-Pedágio obrigatório será feito por despacho, destacando-se seu valor no conhecimento para quitação, pelo embarcador, juntamente com o valor do frete a ser faturado.

§ 6º Até o dia 20 de julho de 2000, as concessionárias de rodovias que pratiquem a cobrança de pedágio informarão à Secretaria de Transportes Terrestres do Ministério dos Transportes o modelo próprio de Vale-Pedágio obrigatório que estejam disponibilizando aos interessados e os locais em que poderão ser adquiridos.

§ 6º Até o dia 15 de outubro de 2002, as concessionárias de rodovias que pratiquem a cobrança de pedágio informarão à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o modelo próprio de Vale-Pedágio obrigatório, utilizável em todas as rodovias nacionais, que estejam disponibilizando aos interessados e os locais em que poderão ser adquiridos. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

§ 7º O descumprimento do que estabelece o parágrafo anterior implicará a aplicação de multa diária de R\$ 550,00 (quinhentos e cinqüenta reais).

Art. 4º Ao fornecer o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador rodoviário de carga, o embarcador tem o direito de deduzir valor correspondente até um por cento do frete contratado, a título de indenização. (Revogado pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Parágrafo único. A dedução de que trata o caput deste artigo fica limitada ao valor do Vale-Pedágio obrigatório.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à aplicação de multa administrativa de R\$ 550,00 (quinhentos e cinqüenta reais) a R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), a ser aplicada pelo órgão competente, na forma do regulamento.

Art. 6º Compete ao Ministério dos Transportes a adoção das medidas indispensáveis à implantação do Vale-Pedágio obrigatório, a regulamentação, a coordenação, a delegação e a fiscalização, e processamento e a aplicação das penalidades por infrações a esta Lei.

Art. 6º Compete à ANTT a adoção das medidas indispensáveis à implantação do Vale-Pedágio obrigatório, a regulamentação, a coordenação, a delegação e a fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades por infrações a esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

§ 1º A fiscalização, o processamento e a aplicação das penalidades previstas neste artigo poderão ser descentralizados mediante convênio a ser celebrado com o Ministério do Trabalho e Emprego e com outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

§ 2º O Ministério dos Transportes obriga-se a subsidiar os órgãos ou as entidades de que trata o parágrafo anterior, fornecendo-lhes elementos necessários e atualizados.

§ 2º A ANTT obriga-se a prover os órgãos ou as entidades de que trata o § 1º, fornecendo-lhes elementos necessários e atualizados. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 7º Caso o Ministério do Trabalho e Emprego venha a exercer, por delegação e descentralização, as atividades inerentes ao Ministério dos Transportes, os valores arrecadados, decorrentes das multas por ele aplicadas, constituirão receita adicional do Fundo de Amparo ao

~~Trabalhador - FAT, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)~~

Art. 7º Caso o Ministério do Trabalho e Emprego venha a exercer, por delegação e descentralização, as atividades inerentes à ANTT, os valores arrecadados, decorrentes das multas por ele aplicadas, constituirão receita adicional do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. (Redação dada pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 8º Sem prejuízo do que estabelece o art. 5º, nas hipóteses de infração ao disposto nesta Lei, o embarcador será obrigado a indenizar o transportador em quantia equivalente a duas vezes o valor do frete.

Art. 9º Os órgãos competentes do Poder Executivo, no âmbito de suas atribuições, tomarão as providências necessárias, em trinta dias, para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. A partir das nove horas do dia 4 até às vinte e quatro horas do dia 11 de maio de 2000, os veículos de transporte rodoviário de carga terão livre circulação, sem pagamento da tarifa de pedágio, nas rodovias sob concessão federal.

Art. 9º-A. A ANTT articular-se-á com os Estados e Municípios que operem diretamente rodovias com pedágio, ou por meio de concessões, com vistas à implementação das disposições desta Lei nas suas esferas de atuação. (Incluído pela Lei nº 10.561, de 13.11.2002)

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.107-11, de 26 de janeiro de 2001.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 23 de março de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

(Às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; e de Assuntos Econômicos, cabendo á última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e encaminhado às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2004, que dá nova redação ao § 7º do art. 57 da Constituição Federal, com o objetivo de extinguir o pagamento de parcela indenizatória em razão de sessão legislativa extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 43, de 2009** (nº 884/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.451, de 2009, proferido nos autos do processo nº TC 010.936/2009-0, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, acerca do cumprimento do Acórdão nº 1.097/2008, que efetuou recomendações a órgãos e entidades federais relacionadas à ocupação territorial, à proteção ao meio ambiente e ao fomento das atividades sustentáveis da Região Amazônica.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 44, de 2009** (nº 245/2009, na origem), de 31 de julho último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2009.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 996, de 2009**, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.629, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao exame da operação de crédito celebrada entre o Município de Manaus /AM e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até setenta e cinco milhões de dólares (TC 023.994/2008-2).

A matéria, juntada ao processado do Projeto de Resolução nº 50, de 2008, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.049, de 2009**, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.663, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam,

referente ao pedido de reexame contra o Acórdão nº 351/2003, a respeito da solicitação do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) acerca de irregularidades sobre nepotismo (TC 001.665/2001-0).

A matéria, juntada ao processado do Requerimento nº 118, de 1999 - CPI do Judiciário, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.057, de 2009**, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.673, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Pedido de Tomada de Contas Especial na “execução das Obras do Contorno Ferroviário dos Municípios de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim/SC – 1ª Etapa (TC-006.475/2005-1).

A matéria, juntada ao processado do **Aviso nº 13, de 2003**, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/54, de 2009** (nº 491/2008, na origem), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, encaminhando, nos termos do art. 409 do Regimento Interno, documentação do Senhor **José Carlos Barbosa** em que solicita providências para o efetivo cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, exarada por Tribunal competente, em face da Caixa Seguradora S/A.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/55, de 2009** (nós 8 e 57/2009, na origem), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, encaminhando, nos termos do art. 409 do Regimento Interno, documentos que denunciam a violação de direitos indígenas no âmbito do **Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, e dos Direitos Humanos na Alemanha**.

O expediente vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/56, de 2009 (s/nº na origem), de ex-funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional, representados pela Associação de Moradores de Capivari de Baixo/SC.

O expediente vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu Ofício nº S/57, de 2009 (s/nº na origem), do Pastor Marcos Aurélio de Souza, em favor do brasileiro Oscar Fernando Ruiz Torres, que estaria injustamente encarcerado na Espanha.

O expediente vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/58, de 2009 (nº 2.583/2009, na origem), da Defensoria Pública da União, encaminhando Relatório de Gestão Biênio 2007/2009.

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, primeiro... pela idade, V. Ex^a, que é um gentleman, Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – A Senadora Ideli Salvatti me deixou encarregado de pedir para ela falar numa comunicação inadiável. Estou desincumbindo-me disso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Secretário, Dr. José Roberto, já está fazendo a inscrição.

Pela ordem, também tinha pedido para falar em primeiro lugar, porque vai se ausentar, a Senadora...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Comunicação, Dr. José Roberto.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pedi inscrição para uma comunicação inadiável, em segundo lugar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dr. Roberto, então...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Da mesma forma, para uma comunicação inadiável, solicito minha inscrição, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Rapaz, o PT está forte, como nunca antes, como disse o...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Três, em seguida, já se inscreveram.

Pela ordem, Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu só queria perguntar ao meu nobre Presidente qual é a minha posição de inscrição para falar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é o segundo inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas é o primeiro no meu coração, aqui. Mário Couto, essa extraordinária figura.

Então, há um pedido, que não tem inconveniente, de uso da palavra. E está aqui o documento. Esse pedido foi passado pelo extraordinário Senador Mozarildo Cavalcanti, que já estava em ponto aqui, mostrando a eficiência do Senado da República.

Então, há um documento aqui: "Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a que a Senadora Kátia Abreu usará da palavra pelo Bloco da Minoria... 5 de agosto. Raimundo Colombo".

V. Ex^a pode, depois chamarei um orador inscrito. A Senadora Marisa Serrano não estando aqui, será o Mário Couto. (Pausa.)

Ah, está. Está presente a Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. *Manifestação fora do microfone*) – Não tinha me visto aqui. Estou invisível?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, V. Ex^a está muito bela. É porque fiquei atordoado, até pensando que era... Agora é a Kátia Abreu, V. Ex^a vai ser em seguida.

Quer dizer, o Senado, além da inteligência das mulheres brasileiras, tem também a beleza. Está uma na tribuna, e a outra, em seguida, Marisa Serrano.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores e Senadoras, tenho certeza de que V. Ex^as devem ter acompanhado, nas últimas duas semanas, na imprensa nacional – televisão, jornais e rádio –, a questão da eleição do Codefat, o Conselho que administra os recursos do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador. É sobre esse assunto que gostaria de dividir com os senhores e as senhoras as nossas preocupações, a aberração que sucedeu nessa eleição, que deveria ser tão simples e tão democrática.

O FAT é um fundo de amparo ao trabalhador, que foi criado, inclusive, por emenda, no passado, à Constituição. Os recursos que compõem o FAT são oriundos do PIS e Pasep, 70% deles: são a contribuição paga pelos empresários do Brasil, o PIS e o Pasep.

Qual é a função do FAT? O FAT tem que assegurar o seguro-desemprego, o abono salarial, os recursos para o BNDES financiar o País e o amparo ao trabalhador. Essa divisão é da seguinte forma: o orçamento para 2010 é de R\$43 bilhões, sendo R\$10 bilhões para o BNDES; R\$10 bilhões para o abono salarial; R\$11 bilhões para o seguro-desemprego; e R\$2 bilhões de

amparo ao trabalhador. São recursos livres. Os demais que acabei de dizer são recursos obrigatórios.

Amparo ao trabalhador, Sr. Presidente, significa qualificação profissional, convênios com Estados e Municípios, mas também com ONGs, enfim, uma aplicação livre que o Conselho determina, mas estipuladas e efetivadas as diretrizes pelo Ministério do Trabalho. O patrimônio do FAT, hoje, que é administrado pelo Codefat, o Conselho, é de nada mais, nada menos, que R\$150 bilhões, e um orçamento anual de R\$35 bilhões. A arrecadação, de R\$35 bilhões, e o orçamento, de R\$43 bilhões.

Foi divulgado na imprensa nacional que, neste ano, o FAT terá um prejuízo, um déficit, de R\$3,5 bilhões. E o déficit para o ano que vem, 2010, se o orçamento é de R\$43 bilhões e a arrecadação de R\$35 bilhões, será de quase R\$8 bilhões.

A situação dos recursos do FAT deverá ser uma preocupação para o Brasil, para os empresários, para os trabalhadores, porque isso é um patrimônio do trabalhador. Portanto, a gerência desses recursos deverá ser extremamente profissionalizada e técnica.

Como se compõe o Codefat, o Conselho que administra e estabelece as diretrizes para esse fundo? Ele se compõe de seis confederações patronais, seis confederações de representantes dos trabalhadores e seis Ministérios do Brasil. É um Conselho tripartite, paritário.

Portanto, anteriormente, até dezembro do ano passado, eram 4, 4 e 4, mas o Governo decidiu incluir mais duas confederações de trabalhadores. Na mesma hora, é obrigado também a incluir mais dois Ministérios e duas confederações patronais. Por isso, hoje, de janeiro para cá, a composição do Conselho, que era 4, 4 e 4, passou a ser 6, 6 e 6 membros – patronais, dos trabalhadores e dos Ministérios.

Desde 1990, desde que o fundo foi criado, seu regimento diz que deverá haver uma alternância na Presidência do Codefat. Uma alternância democrática, honesta, transparente: dois anos para os patronos, dois anos para os trabalhadores, dois anos para o Governo. Agora, neste mês, na semana passada, terminou o mandato dos trabalhadores, que foram indicados pelos trabalhadores, pela Força Sindical, do Sr. Paulinho. Foi a Força Sindical que indicou o Sr. Imediato para dois anos. Portanto, no rodízio, quem deveria estar presidindo o Codefat hoje eram as confederações patronais.

Como acontece a escolha? Desde 1990 – desde 1990, vinte anos –, os patronos reúnem-se, os seis, e, entre eles, por maioria absoluta, escolhem o candidato em quem os trabalhadores e as confederações irão votar, e também o Governo. Foi assim com o indicado do Sr. Paulinho, da Força Sindical, o Sr. Imediato.

Eles escolheram esse cidadão e os patronos e o Governo...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ...de forma democrática, cumprindo com as nossas palavras.

Agora, para nossa surpresa, quando as confederações, as seis confederações, se reuniram no dia 30 de julho e definiram, por unanimidade, que a CNA seria a confederação privilegiada naquele momento para indicar o presidente do Codefat... Claro que, nesse momento, não pegamos nenhuma assinatura, porque nós julgamos que todos os seis fossem ali homens de palavra. Graças a Deus, quatro foram pessoas de palavra: a CNI, que o Armando Monteiro preside; a CNC, do Antonio de Oliveira Santos; e a Confederação dos Bancos, que é o Sr. Fábio o presidente. Mas as duas outras, para inteirar as seis, que foram fabricadas, construídas, forjadas pelo Sr. Ministro Luppi, criadas na calada da noite, em dezembro, e já incluídas no Codefat em janeiro, entidades que não representam nada nem ninguém... Ele abriu uma dissidência na CNC, que é a Confederação Nacional do Comércio, para fabricar duas confederações de chapa branca, retornando há muitos anos, quando o peleguismo imperava neste País: sindicatos eram criados pelo Ministério do Trabalho para fazer o que bem quisessem, para que não houvesse defesa do trabalhador, nem das classes patronais. Nós estamos vendo ser reencarnado no Brasil, através da figura exótica do Ministro Luppi, o peleguismo, através de duas confederações fabricadas na calada da noite para tomar a presidência das quatro confederações mais antigas do País. Apenas a CNA, que é a mais nova, tem 70 anos. Nós, que representamos centenas e milhares de sindicatos por todo o País.

Agora, perguntem: quem o Sr. Luigi Nese, fabricado pelo Ministro do Trabalho, a Confederação Nacional dos Serviços, quem ele representa? Onde está sua representação? Onde estão os sindicatos que ele representa? Que nos apresente aqui em audiência pública, traga as figuras e suas representações.

Sr. Presidente, nós vimos uma calamidade. Nós fomos afrontados. Os empresários do País foram ultrajados nos seus direitos e não puderam indicar, na sua vez, na sua ordem, o Presidente do Codefat que lhes conviesse e que achasse natural.

A CNA indicou um profissional, técnico do maior gabarito, cujo currículo foi avaliado por todos os membros conselheiros. Foi Vice-Reitor em Viçosa; é da Unicamp; foi Secretário de Agricultura de Minas Gerais; foi Diretor de Recursos Hídricos do Brasil. Uma pessoa de uma idoneidade a toda prova. Um técnico, um profissional a toda prova. Mas o Ministro...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ...usurpando do seu poder, forçosamente, manipulando as confederações dos trabalhadores e os Ministérios, com exceção do Ministério da Agricultura e o Ministério da Previdência, elegeu, à revelia da maioria das confederações patronais, o presidente que ele quer controlar. Ele tentou fazer com que o Presidente Lula mudasse o rodízio do Codefat. Ele queria que o Lula assinasse um decreto determinando que só o Ministro do Trabalho pudesse presidir o Codefat. E o Presidente Lula não assinou, porque as confederações deram um grito alto. E continuou o rodízio democrático, que é saudável à democracia. Vendo que seu intento não foi alcançado, ele forjou uma pessoa que ele vai manipular, uma pessoa que tem suspeitas terríveis a seu respeito, a respeito de sua idoneidade. Mas isso não importa para o Ministro, isso não importa para o Sr. Ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Ele quer aplicar as diretrizes do FAT, ele quer determinar as diretrizes...

(Interrupção do som)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ...ele quer determinar, porque o Codefat determina as diretrizes para os R\$43 bilhões. Ele quer ser o determinador das diretrizes e o cumpridor das diretrizes. Ele quer ficar à vontade com aquele seu compadrio para articular e mandar nos recursos e fazer o que ele quer.

Não adianta ele vir com essa farsa imoral de ir às revistas e à imprensa dizendo que ele não influenciou. Ele ligou não só para os Ministérios, ele ligou não só para as confederações dos trabalhadores, mas ele ligou para os patrões, ele ligou para o Armando Monteiro, ele ligou na CNC, ele ligou na Confederação dos Bancos dizendo que a CNA não podia presidir o Codefat.

Quero que todos os trabalhadores do Brasil, do mundo rural, do agronegócio, os empresários do Brasil, empresários rurais saibam que o Ministro Lupi tem preconceito contra o setor rural. Quero que o Senador Osmar Dias, que é do partido do Ministro, lhe chame atenção, porque é uma atitude de preconceito com o nosso setor, porque acha que nós, produtores rurais, não somos capazes de administrar os recursos do FAT; só ele, do seu Estado, com a sua ascendência, com a sua prepotência, com a sua arrogância, com o seu exotismo, poderia ter feito o que ele fez.

Mas, colegas Senadoras e Senadores, infelizmente, nós, as confederações patronais do Brasil – a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional dos Bancos, a Confederação Nacional da Agricultura – renunciamos, no dia de hoje, à participação no Codefat. Já está protocolado na Presidência da República documento solicitando ao Presidente que publique outro decreto retirando essas quatro confederações, porque

não faremos parte de uma farsa, não faremos parte de um circo montado para a corrupção neste País. Lá, seremos dezoito; dezoito menos quatro; serão quatorze a quatro. Não pactuaremos. Vamos nos ausentar para não pactuarmos junto ao Conselho do FAT com as falcatruas que pretendem que lá sejam feitas. Porque, se não quiseram aquele que escolhemos, é porque têm alguma coisa a esconder.

E não se preocupem, porque o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Externa do Tribunal vai apresentar ao Congresso Nacional todos os convênios feitos nos últimos dois anos da administração indicada pela Força Sindical, do Sr. Paulinho e do Sr. Imediato. Queremos verificar todos os convênios. Tomara Deus que não tenha nada errado! Tomara Deus que tudo tenha sido cumprido à risca! Mas recebi denúncias no meu gabinete de que existe um medo monstruoso de que as confederações antigas, tradicionais e idôneas, ocupem a Presidência do Codefat por conta da administração dos últimos dois anos.

Estou aqui apenas transmitindo uma denúncia que será verificada, porque é um direito nosso, um direito desta Casa, um direito meu como Senadora da República.

Quero, Sr. Presidente, ainda aqui anunciar que ontem fizemos uma reunião à noite da Ação Empresarial, que é presidida por Jorge Gerdau. Essa instituição é composta por todas as confederações patronais do Brasil, todos os segmentos patronais e empresariais do Brasil. Também a Ação Empresarial emitiu uma carta, uma nota de apoio a nossa atitude e de repúdio ao que o Ministro fez com os recursos do FAT. Num momento importante para o Brasil, num momento de crise, em que estamos saindo de uma recessão e os recursos do FAT têm de ser tratados com seriedade, porque o déficit será imenso, o Ministro quer manipular esses recursos da forma que bem entende.

Solicitamos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Tribunal de Contas da União e à sociedade que fiquem todos de olho, porque nós não estaremos lá para sermos massa de manobra do Sr. Ministro Carlos Lupi.

(Interrupção do som)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Ele que continue...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já vai fazer quinze minutos. Se eu for pelo coração, dou a V. Ex^a a noite e o dia todo, mas tenho que ir pelo Regimento.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Desculpe, Sr. Presidente. Peço apenas que esta Casa possa se manifestar, não pela CNA, pela CNC, pela

Confederação dos Bancos, mas pelo recurso e pelo patrimônio do trabalhador brasileiro, que está em risco. Não sabemos por que fizeram isso.

Quero apenas lembrar que, no Governo Fernando Henrique, numa oportunidade em que chegou a vez dos trabalhadores, a CUT indicou nada mais nada menos do que Delúbio Soares para presidir o Codefat. E todo mundo aceitou, respeitosamente, democraticamente, a indicação da CUT. Ninguém respondeu, ninguém reclamou, ninguém retaliou e ninguém descumpriu o acordo, como fez o Sr. Ministro. Fernando Henrique cumpriu o acordo, deixou cumprir o acordo e não fez valer a sua autoridade, o abuso de sua autoridade. Delúbio Soares, nada mais, nada menos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Kátia Abreu, mais um minuto para concluir o mais belo discurso que eu já ouvi aqui da tribuna.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a sua compreensão, bem como a dos meus colegas. Isso é fato consumado. Ninguém está aqui solicitando recomposição de situação, de volta à Presidência. Não! Estamos apenas anunciando a nossa renúncia. Nós não compactuamos com essa farsa, com esse peleguismo, com o sindicato formado, chapa branca, pelo Sr. Ministro do Trabalho.

Muito obrigada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como suplente da comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito em quarto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, agora, a Senadora Marisa Serrano. Nós fizemos uma aquiescência a ela, já que tinha um compromisso. Mas foi melhor para V. Ex^a, porque anunciamos antecipadamente e o Mato Grosso, o Brasil, todas as professoras, o Mato Grosso do Sul, do Norte, enfim, todos os Estados estão esperando para ouvir o pronunciamento, como sempre belo, de V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^ss e Srs. Senadores, estaremos nos dirigindo, daqui a pouco, para a primeira reunião do Conselho de Ética deste ano. E tenho sentido nesta Casa que estão confundindo ou não querem saber o que significa Conselho de Ética. Eu sei que as funções de um Conselho de Ética não podem ser estáticas. Os conceitos são mutáveis, eles mudam e são direcionados sempre com uma única ótica: promover o bem-estar geral, promover a justiça, a igualdade entre os homens, garantindo, assim, a liberdade e o fundamento nos valores democráticos.

A ética é como um rio que corre sempre pelo mesmo veio. Embora suas águas possam ser mais ou menos caudalosas, dependendo, é claro, do tempo e do clima, elas podem muitas vezes secar ou transbordar. A ética contém princípios permanentes, embora o tempo histórico possa determinar quais os aspectos da ética que são mais ou menos relevantes.

A ética pode até ser uma conveniência das convenções sociais, mas, antes de tudo, ela deve ser uma celebração das virtudes. Seu objetivo é transformar o homem, colocando-o a serviço do bem.

O Conselho de Ética do Senado, neste sentido, tem uma missão histórica: analisar os fatos e atitudes que envolvem Senadores que estão sob o crivo da imprensa e da opinião pública brasileira; julgar se eles romperam com o pacto da justiça, da transparéncia e do respeito aos princípios republicanos. Esse pacto foi assinado por cada um de nós no momento da nossa eleição e no momento, principalmente, que juramos cumprir a Constituição.

Neste momento, as representações colocadas pelos partidos e a cobertura da imprensa dão a exata medida do que está em jogo. Enquanto as opiniões no Senado estão divididas, na sociedade há um consenso: chegamos ao fundo do poço e devemos tomar as decisões necessárias para emergir em direção à luz.

Acredito que o Conselho de Ética do Senado deve ser uma espécie de balizador entre as nossas convicções íntimas e a nossa formação moral, somadas às expectativas da sociedade brasileira.

Não há como fazer parte de um Conselho de Ética sem que as pessoas pensem quais são suas próprias convicções, qual é o seu caráter e qual é a moral que defendem.

A vontade coletiva está apontando caminhos. Não devemos ser arrogantes e achar que a opinião pública não vale, desprezar a opinião pública, já que ela é razão primeira de nós todos estarmos aqui.

O nosso trabalho reside na sabedoria de cada um dos Senadores em estabelecer critérios de preservação desta instituição e, ao mesmo tempo, respaldados pela Justiça e pelo direito, separar o que pertence

ao interesse público do que está afeito aos interesses particulares.

O que está em julgamento hoje, no Conselho de Ética, é um modelo de se fazer política no nosso País. O que está aqui colocado de forma cristalina, pelo menos para mim, é se vamos compactuar com o Brasil arcaico, mantê-lo aferrado aos usos e costumes – aliás, maus usos e costumes desta Casa –, ou vamos romper com tudo aquilo que representa práticas do chamado patrimonialismo da política brasileira.

Está claro e evidente que a sociedade brasileira reivindica um basta nesses procedimentos. A voz rouca das ruas, que deve ser considerada uma referência ética dentre tantas outras, está a nos indicar o caminho que devemos trilhar para fortalecer a paz e a normalidade que todos nós queremos para esta Casa.

Do ponto de vista histórico e filosófico, podemos afirmar que a ética é cada vez mais um movimento que as civilizações fazem na direção na harmonia entre os homens, do fortalecimento das virtudes, do respeito aos direitos humanos, da valorização da honestidade e da decência, da preservação do interesse público, da garantia de que os recursos do Estado serão utilizados para todos e não somente por alguns.

Há perguntas, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que devem ser feitas: primeiro, o povo brasileiro considera ética uma virtude a ser exercida? O trabalhador, o empresário, o estudante, a dona de casa têm essa visão, essa preocupação? Ou ela (a ética) transformou-se, ao longo do tempo, apenas em uma palavra da moda que, de tanto ser usada, já ficou banalizada e desconsiderada por todos?

Mas eu acho – ou melhor, tenho a convicção ferrenha – que podemos fortalecer a ética: fortalecer a ética nesta Casa, fortalecer a ética na sociedade brasileira. E vamos fortalecer à medida que nossas atitudes, o nosso exemplo, demonstrarem verdadeiros compromissos com a Nação, principalmente com a justiça e, também, nosso interesse em resguardar o interesse da Nação, o interesse público.

Nós sabemos que a luta política que travamos diariamente nesta Casa, que travamos nas Comissões, que travamos em nossos Estados, que travamos nos palanques à época das eleições, às vezes, obscurece um pouco o senso histórico. Mas o momento atual exige que possamos nos desvincilar de vícios de pensamentos e atitudes e compreender que a crise no Senado é uma oportunidade especial para fazer as mudanças profundas no funcionamento desta nossa instituição.

No fim, o que todos imaginavam – eu acredito que todos imaginavam – se constituir realmente em perdas

irreparáveis para nós e para a Nação, pode perfeitamente se transformar na redenção da nossa Casa.

A minha maior preocupação é saber e compreender como todos esses acontecimentos – esses acontecimentos que estamos vivendo há mais de três meses – possam impactar nos corações e nas mentes de milhões de pessoas, jovens e adultos, que, a cada dia, assistem a classe política se degradar. O que nós vimos anteontem aqui dá bem o exemplo daquilo que estou falando. São atitudes que confundem e depreciam os valores, destruindo a base do sustentáculo ético da sociedade.

Quem reconhece a importância da educação comprehende claramente que na sociedade moderna a mídia tem uma importância pedagógica fundamental. Neste aspecto, eu questiono: será que o conselho de Ética do Senado não tem, neste momento, um papel fundamental de um compromisso com a geração que está cada vez mais carente de valores neste País? Eu tenho muitas dúvidas. Compartilho das mesmas preocupações manifestadas por inúmeros cidadãos com o desdobramento da crise no Senado. Eu duvido que tenha, aqui, algum Senador que não tenha recebido *e-mails*, diariamente, do cidadão brasileiro questionando a nossa postura e o futuro desta instituição.

Todos nós estamos sendo bombardeados por aquilo que a Nação está pensando neste momento. Eu tenho medo de que aqueles que não aceitam investigação possam seguir numa direção que termine reforçando os terríveis equívocos que permeiam o tecido social – de que somos uma sociedade do vale-tudo, de que os vencedores são sempre os espertos, de que a ameaça e o constrangimento são armas legítimas para quem quer se dar bem. Isto nós não podemos aceitar: uma sociedade do vale-tudo, uma sociedade em que se ganha no grito, uma sociedade que não discute e que não tem condições e compromissos com o diálogo.

Espero que Deus nos ajude e faça com que possamos tomar a decisão certa no dia de hoje e que saímos desta crise mais fortes, com o respeito e a confiança da sociedade, consolidando a democracia e ajudando o nosso País a ser mais justo e fraterno e que possamos, também, Sr. Presidente, voltar-nos para o que realmente interessa ao povo brasileiro: a discussão de temas relevantes que vão mudar o dia-a-dia da população. E cito alguns exemplos daquilo que estamos vivenciando hoje e que são importantes para a sociedade, isso para responder aos *e-mails* que recebi dizendo que temos que fechar o Congresso porque aqui ninguém trabalha e que aqui não estamos dando as respostas que a sociedade exige. Quero citar alguns exemplos dos trabalhos que estamos realiza-

do, dentre tantos trabalhos e assuntos importantes que estamos tratando.

A denúncia da prostituição de menores, como acontece no meu Estado, mostra-nos que é urgente a proteção às crianças; notícias sobre desmatamentos nos chamam ao debate sobre as questões ambientais; é preciso discutir o Sistema Único de Saúde, porque todos os dias, Senador Mão Santa, vejo V. Ex^a e os Senadores, principalmente os ligados à área da saúde, discutirem os problemas que vivenciamos na saúde, no atendimento à saúde do povo brasileiro; precisamos um orçamento mais realista; e é necessário haver um papel mais equilibrado entre as competências da União, dos Estados e dos Municípios naquilo que chamamos de Pacto Federativo. Sem falar nas questões internacionais. Que política externa o Brasil pretende fazer? O Mercosul deve ser fortalecido?

Esses são alguns exemplos que mostram como é urgente resolver esta crise que estamos vivenciando a fim de debatermos outros assuntos aqui no Senado e transformarmos em produtivo o nosso trabalho no segundo semestre deste ano. Mas para que isso aconteça é necessário que os 15 membros do Conselho de Ética que se vão reunir daqui a pouco pensem na Nação, pensem no Senado, pensem no povo brasileiro e não se encaminhem ao Conselho de Ética, encarando-o como se fosse um Fla-Flu, como se houvesse duas torcidas: situação e oposição. Não é disso que estamos tratando. É bom que o povo brasileiro que nos ouve e nos vê saiba muito bem disso. Não é disso que estamos tratando.

O Conselho de Ética vai tratar de tudo aquilo que já disse hoje aqui. Vai tratar do bem comum, vai tratar da seriedade, da competência, da qualificação, vai tratar do caráter, vai tratar de dignidade. Se os 15 membros que estiverem sentados no Conselho de Ética não colocarem a dignidade, o caráter e a moralidade acima de questões pessoais, de questões de interesses pessoais, vamos dar um péssimo exemplo para o País. E vamos dizer, sim, aquilo que alguns pensam: que vale, sim, o grito; que vale, sim, a chantagem; que vale, sim, o constrangimento. Somos homens e mulheres que estamos aqui com uma idade que não nos permite aceitar. O exemplo que temos de dar à Nação brasileira é justamente daquilo que o Senado sempre foi: a Casa do equilíbrio, a Casa do diálogo e a Casa daqueles que querem e trabalham para o melhor para o nosso Brasil.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que me emociono, porque gostaria de ver um Conselho de Ética que nos desse a certeza e o orgulho de pertencer a esta Casa. Não quero ir para um Conselho de Ética que seja um circo, não quero ir a um Conselho de Éti-

ca que denigra tudo aquilo em que acredito na política brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, professora Marisa Serrano, Abraham Lincoln disse que a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Senador Marco Maciel, é dele também um dos melhores pensamentos: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito”.

Convidamos a Líder do Partido dos Trabalhadores e professora Ideli Salvatti, que está inscrita para uma comunicação inadiável.

Regimentalmente, seria por cinco minutos, mas terei a sensibilidade de respeitá-la na tribuna como V. Ex^a merece.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente, até porque o assunto que me traz à tribuna é digno de comemoração e merece efetivamente a atenção de todos os Senadores e Senadoras, como merece a atenção de toda a população brasileira.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acabou de divulgar o estudo: *Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano durante a Crise Internacional: Primeiros Resultados*. Os números são extremamente alvissareiros, números que nos obrigam a fazer uma profunda reflexão, inclusive em um momento tão delicado como este por que o Senado está passando.

Enquanto se trabalha e os resultados estão aí, Senador Epitácio Cafeteira, mostrando que o trabalho dá bom resultado, nós estamos aqui enrolados – para não dizer coisa pior – em uma das piores crises do Senado.

Esses números que o Ipea apresenta demonstram que os efeitos da crise internacional, essa crise tão grave que assola todo o mundo e que traz tantas consequências, no caso do Brasil, além de não ter provocado os efeitos econômicos gravíssimos que estão aí sendo aferidos e apurados em tantos países – e o Brasil está muito diferenciado –, sob o aspecto social, os dados trazidos pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada são extremamente importantes e positivos.

Tivemos uma brusca interrupção do curso de crescimento. O Brasil vinha crescendo de forma sólida, constante e com uma potencialidade cada vez melhor de um ano para o outro. Quando a crise interrompeu esse curso de crescimento, as medidas anticíclicas adotadas pelo Governo, como a desoneração fiscal, a redução na taxa de juros, a elevação do crédito público, a ampliação dos programas de garantia de renda,

o aumento do salário-mínimo, entre tantas outras atitudes, enfim, as ações do Governo fizeram com que os efeitos da crise mundial não tivessem, no Brasil, as consequências econômicas que são verificadas em outros países.

A melhor notícia é que essas medidas permitiram que, diferentemente de em outras crises, nesta, a população, principalmente a de menor renda, não tivesse aumento da pobreza, de aumento da exclusão social, de ampliação da desigualdade social e da concentração de renda.

Nós temos um índice que mede isso em todo o mundo, o Índice de Gini. Ele varia de zero a um. O “zero” indica uma distribuição plena da riqueza, com igualdade, igualdade; o “um” indica a extrema concentração, onde muito poucos concentram toda riqueza. E esse Índice de Gini, que vem sendo medido aqui no Brasil como em tantos outros países, do mês de junho deste ano, é de 0,493.

É a primeira vez que esse índice que mede a concentração de riqueza, Senador Mão Santa, está abaixo de 0,5. É a primeira vez na história do Brasil, desde que essa medida da concentração da riqueza ou da distribuição da riqueza, como se queira, apresenta esse indicador abaixo da metade. Ou seja, nós já fomos incluídos naquele grupo de países, que não são muitos, infelizmente, que distribuem de forma mais adequada a riqueza que toda a sua população desenvolve e cria.

Esse Índice de Gini, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vem com base exatamente na pesquisa mensal de emprego do IBGE, nas seis principais regiões metropolitanas. De março de 2002 até junho de 2009, nós tivemos uma diminuição desse índice que mede a concentração da riqueza em quase 8%. Friso: quase 8%!

Portanto, nós temos uma situação onde está comprovado que algo em torno de quatro milhões de pessoas, entre março de 2002 até junho de 2009, só nas regiões metropolitanas – não no Brasil como um todo, apenas nas regiões metropolitanas pesquisadas –, que são as regiões metropolitanas do Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, repito, quatro milhões de pessoas deixaram a pobreza, melhoraram de vida. E, para as pessoas terem a dimensão do que é isso, ou seja, quatro milhões de pessoas saindo da pobreza, basta dizer que quatro milhões de pessoas é o número de eleitores do meu Estado. É praticamente a população que tem direito de votar e ser votada em Santa Catarina como um todo; portanto, é um contingente muito grande.

E quanto à desigualdade e à pobreza metropolitana durante a crise, teve diferentes volumes de pes-

soas retiradas da pobreza de região para região, mas o movimento de diminuição da pobreza, de retirada da pobreza, aconteceu em todas as regiões.

Então, essas trajetórias de redução da desigualdade e da pobreza não foram interrompidas durante esse período da crise – entende, Senador? Nós não tivemos uma interrupção. E isso acontecia sempre. Na crise de 82/83, tivemos 31% de aumento da pobreza no País. Mais de 10 milhões de brasileiros foram empurrados para a pobreza, para a miséria. Na crise de 89/90, a taxa de pobreza cresceu 10%. Na crise de 98/99, a taxa de pobreza no Brasil cresceu 7%.

Então, é a primeira vez que, numa crise econômica grave – e a atual é muito mais grave que as de 82/83, 89/90 e 98/99 –, enfrenta-se uma crise econômica, consegue-se sair bem economicamente...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concederei o aparte, se o Presidente permitir.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Já pedi ao Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas é a primeira vez que se enfrenta a crise, Senador, e nós conseguimos enfrentá-la saindo, comparativamente com os outros países, bem economicamente e principalmente socialmente, ou seja, fazendo com que as pessoas continuem melhorando de vida, comprando mais, tendo acesso a melhores bens, a uma qualidade de vida melhor.

Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Ideli Salvatti, realmente, é melhor estar menos ruim do que pior. Todavia, se nós olharmos – e aqui está, Senadora Ideli, o mapa publicado pela própria Presidência da República, conforme V. Ex^a colocou no seu pronunciamento –, são nas regiões metropolitanas. Portanto, V. Ex^a não se desviou disso não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É porque estou trabalhando com dados do Ipea.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. Mas, o que significa região metropolitana? Se mostrarmos o mapa, significa que toda a região Norte e a região Centro-Oeste estão excluídas. Então, é um dado que não reflete a desigualdade regional que existe. E falo isso porque, na região Norte, a coisa só tem se aprofundado. Entendo, é menos mal que esteja em alguns lugares, que, inclusive, se olharmos aqui, são: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Quer dizer, o Sul e o Sudeste “maravilha” estão melhores, realmente, estão menos mal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tem Salvador, tem Recife.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Só Salvador e Recife, dois, fora do Sul e do Sudeste. É só este o registro, porque concordo que estamos menos mal, mas é preciso dizer que a grande região sofrida e pobre do Brasil não está não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agora, Senador Mozarildo, num estudo anterior, feito pelo próprio Ipea, que tivemos a oportunidade inclusive de registrar aqui, e que não foi feito apenas nas regiões metropolitanas, nós tivemos uma retirada da pobreza, nas classes D e E, que são as classes de menor poder aquisitivo, de 20 milhões de brasileiros. Aí, com certeza, estavam incluídos contingentes grandes do Norte e do Nordeste.

Acredito que seja isso que a Senadora Fátima Cleide queira registrar.

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Queria registrar, Senadora Ideli, que essa realidade hoje, Senador Mozarildo, também começa a se interiorizar. Rondônia, por exemplo, tem um índice de crescimento que a gente lá no Estado diz mesmo que estamos nos equiparando aos índices da China, pois estamos crescendo 7% ao ano. Então, é um crescimento muito interessante. Isso demonstra que os investimentos do Governo Federal, principalmente os investimentos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – estão contribuindo para a redução dessa desigualdade. Parabéns pelo seu pronunciamento, Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço.

Queria apenas registrar duas questões. Foi muito interessante: com esses números, com esses dados, com esse resultado, há poucos dias tivemos um debate estranho, onde o reajuste do Bolsa Família, o reajuste para recuperar inclusive a inflação do período, que atingiu os alimentos, com um valor além da inflação média, foi considerado eleitoreiro. “Ah! estão reajustando o Bolsa Família por causa de não sei quantos por cento a mais nos votos para a eleição!” Está comprovado que programas como o Bolsa Família, que atinge mais de 11 milhões de famílias em nosso País, o maior programa de distribuição de renda do Planeta, são fundamentais para produzir esse tipo de política, como é o caso da recuperação do salário-mínimo acima da inflação. É isso que distribui, é isso que fortalece o mercado interno; é isso que inclusive ajudou a enfrentar a crise.

Por isso, acho que vem em bom momento, em excelente momento o evento que se inaugura hoje: Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social, que inicia hoje, às 17 horas. Inclusive, vai ser transmitido ao vivo, durante três dias, pela TV NBR, que é o canal do Governo Federal. Esse evento tem como objetivo ana-

lisar os avanços e desafios encontrados pelos países emergentes na superação da pobreza e da desigualdade, além do papel que as nações vêm desempenhando para melhorar as condições de vida de suas populações. O tema é: Políticas Sociais para o Desenvolvimento – Superar a Pobreza e Promover a Inclusão.

Então, o assunto, o simpósio, o tema estão absolutamente condizentes com o momento, inclusive com os números que o Ipea está divulgando e que nós todos temos que, obviamente, comemorar. Ao mesmo tempo, temos que trabalhar para que sejam ainda melhores, porque cada diminuição, cada milésimo que nós conseguimos diminuir no índice de Gini são milhões de brasileiros que melhoraram de vida.

E é para isso que serve a política. A política serve para melhorar a vida das pessoas, e não para a gente ficar em tiroteio, como nós estamos, infelizmente, aqui, no Senado da República.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mário Couto, que é digno representante do grande Estado do Pará e que é oriundo da Ilha de Marajó.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, Senadora Marisa Serrano, sinceramente, com o astral lá embaixo, preocupado com a situação deste Senado, preocupado com o desgaste que sofre esta Casa, preocupado com as limitações, Presidente, impostas pelo Governo Federal a esta Casa, já não bastasse a crise interna do próprio Senado.

Quando, Senadora Marisa Serrano, somos obrigados... Veja V. Exª: somos obrigados, por imposição... Nação brasileira, meu mestre em segurança pública Romeu Tuma, quando nós somos obrigados... Isto é muito grave, Senador, o que vou falar agora: somos obrigados a sentir que nós estamos presos a um poder central, e aquilo que a Constituição nacional nos determina que seja feito – a fiscalização ao Governo Federal, às suas atitudes – somos hoje praticamente proibidos de fazer. Este poder não tem, hoje, condições de fiscalizar o Poder Executivo. Senti eu na pele agora, Senadora. Agora. Há dois anos estou tentando abrir uma CPI para verificar a corrupção que existe dentro do Dnit. As estradas nacionais, todas, sem exceção, todas

em calamidade pública. Mortes, Senadora. São três mortes por dia, Senadora, nas estradas brasileiras.

E eu querendo fiscalizar, querendo mostrar à Nação brasileira, eu, um simples Senador que veio para cá representar o Estado do Pará, que viu aqui, nesta Casa, hoje, o Diretor do Dnit ser sabatinado, e naquela ocasião provei que ele lesou os cofres deste Senado com R\$500 mil.

A corrupção impera no Dnit.

Conseguimos as assinaturas. Demos entrada na Casa. Sabedor do risco que corre, aquele Diretor começou a fazer *lobby* aqui, dentro desta Casa. Como a minha postura foi firme, Senadora, ele esperou o momento do bote. E disseram assim: "PSDB, vocês só podem começar a CPI da Petrobras se segurarem a CPI do Dnit". Está suspensa a CPI do Dnit.

Nação brasileira, olhe o que o poder do Lula faz nesta Casa.

Pagot deve estar feliz da vida. Pagot... Já falei a ele várias vezes: estás liberado, Pagot! Faze o que tu quiseres! Esta é a Nação brasileira! Ninguém vai conseguir te fiscalizar! Tu és protegido pelo Lula, Pagot!

Acabou-se! Acabou-se! Que exemplo, Senadora, que exemplo estamos dando a esta Nação, Senadora Marisa Serrano? Que exemplo estamos dando a outros diretores de outros órgãos? Que exemplo? Sabe qual é o exemplo, Senadora? É que neste Brasil tudo pode!

O Tribunal de Contas da União, Senador Jefferson Praia, Nação brasileira, já cansou de mandar à Mesa Diretora relatórios de corrupção no Dnit, dizendo assim: "Olhem, façam alguma coisa, fiscalizem. Ei, Senadores e Senadoras, tem uma corrupção gritante dentro do Departamento Nacional de Infraestrutura. Façam alguma coisa, fiscalizem, parem com esta bandidagem lá dentro!".

E aí um Senador diz: "Eu vou fazer". E o poder central diz: "Você é muito pequeno para fazer isto. Deixe o diretor lá fazer o que ele quiser. Deixe as estradas brasileiras levarem a breca. Deixe morrer nas estradas. Não ligue para isto".

Está suspensa, Senadora, houve um acordo. Como sou soldado do meu partido, concordei com o Líder do meu partido.

Agora, Senador Romeu Tuma, eu lhe prometo, meu Presidente, eu lhe prometo: eu jamais deixarei esta causa de lado. Saiba disto, Geraldo Mesquita: eu não sairei deste Senado enquanto eu não fiscalizar o Dnit. Saiba, Pagot: podes fazer o que quiseres, mas nós haveremos de fiscalizar o teu departamento. Eu não sairei, Senadora, não sairei deste Senado sem abrir a CPI do Dnit. Vou esperar com paciência, com o coração partido pela atitude do Governo Federal. Mas, como eu sei que eles não cumprem acordos, tenho

certeza de que já, já o acordo será quebrado, e nós haveremos de abrir a CPI do Dnit.

Mas o que me traz, Senador, a esta tribuna na tarde de hoje é a preocupação que tenho com o meu querido Estado do Pará. Não sei se V. Ex^a teve a oportunidade de assistir ao Jornal Nacional na Rede Globo e verificar mais uma triste notícia em relação ao meu Estado.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mário Couto, antes que V. Ex^a entre no tema do nosso querido Estado do Pará, eu queria merecer um aparte de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a aborda essa questão da dificuldade de fazer fiscalização. Olhe, Senador Mário Couto, nós estamos lendo há vários dias, nos jornais, que o Presidente Lula está reclamando da fiscalização do Tribunal de Contas da União. Está dizendo que não pode, que o Governo não trabalha mais rápido porque há muita fiscalização e insinuando, inclusive, que tem que mudar a legislação para que ele possa realmente trabalhar. Quer dizer, ele não quer, portanto, preocupar-se em fazer as coisas dentro dos ditames da legalidade, da moralidade. Em outras palavras, ele quer fazer; se vão roubar, se vão superfaturar, não interessa. Então, se ele está reclamando até do Tribunal de Contas da União, imagine V. Ex^a nós, aqui, no Senado! Fizemos da Comissão de Fiscalização e Controle uma comissão salada mista, porque agora a Comissão de Fiscalização e Controle é Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Então, nós mesmos aqui fizemos esse jogo, que, é evidente, é muito útil ao Poder Executivo. E concordo com V. Ex^a quando diz que temos que encontrar uma forma de fazer um contrapeso a esse poder imperial do Presidente da República, porque ficam falando que o Poder Executivo não é bem compreendido. E aí V. Ex^a colocou mais um exemplo: ele interfere inclusive aqui, quando há uma iniciativa, como a de V. Ex^a, por duas vezes, de pedir uma CPI. Acho que o Presidente da República precisa entender que, quando se pede uma CPI, ninguém já está condenando, não! A gente quer investigar. Trata-se de Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, não se pode nem investigar? Isso, realmente, é de lamentar. Quero me solidarizar com V. Ex^a. Assinei o primeiro e o segundo requerimento da sua CPI e acho que qualquer CPI que for solicitada aqui temos de fazer. É nosso papel. Aliás, fiscalizar é um dos papéis que deveriam ser nossos. Temos, realmente, que fazer isso. Quero parabenizá-lo, portanto, pela reclamação, pelo protesto que V. Ex^a faz.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Mozarildo.

Senador Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Mário Couto, talvez eu não tivesse nem direito de aparteá-lo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É lógico que tem!

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – O Senador Mozarildo fez referência a uma coisa que normalmente tenho sentido: uma indiferença dos Senadores com respeito à Comissão de Fiscalização e Controle. Quando participei dela por um período, o Tribunal de Contas mandava vários processos. Às vezes, aprovada a conta, examinando-se o parecer técnico dos membros do Tribunal de Contas, encontravam-se ilícitudes ou falhas na administração. Então, o Senador tinha a obrigação de, ao relatar a matéria, não aceitar a decisão que fosse tomada. Portanto, esses casos de estrada, projetos que são de recapagem, em relação a tudo isso que aconteceu – e cujos resultados, infelizmente, foram altamente negativos para o Erário –, a Comissão de Fiscalização e Controle já tinha de ter manifestado, independentemente da luta de V. Ex^a pela CPI, porque todos os fatos que aqui chegarem têm meios de ser fiscalizados, Senador Presidente Geraldo Mesquita.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Tuma, não vou desistir dessa CPI.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não, não é essa a questão, mas ela não pode, a cada tempo, ser procrastinada. Os fatos vão acontecendo, e estamos a reboque.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vamos fiscalizar o DNIT. Vou mostrar à sociedade brasileira a corrupção que existe dentro do Dnit. V. Ex^a não tenha dúvida nenhuma disso. Concordei, liberei para meu Líder fazer o acordo que quisesse. Sou soldado dentro do meu Partido, sou fiel ao meu Partido, respeito todas as condições que o Partido me impuser, mas não vou desistir daquilo em relação ao qual acho que a Nação está me cobrando: mostrar a ela por que as estradas brasileiras estão quebradas, porque o Diretor-Geral do DNIT não aplica corretamente o dinheiro.

Mas, Presidente, vou descer da tribuna. Quero apenas fazer um rápido comentário em relação ao que vi na TV Globo, ontem à noite. Uma criança de 12 anos, Senadores, Senador Valter Pereira, no meu Estado... Isso já é normal. Canso de falar, sempre falo todas as vezes em que venho a esta tribuna, que meu Estado está em estado de guerra. Os bandidos tomaram conta do Estado do Pará! É o Estado mais violento desta Nação hoje. A Governadora do meu Estado não toma

nenhuma providência em relação a isso; o Presidente da República, nenhuma; o Ministro da Justiça, que já deve estar cheio de receber vários e vários ofícios meus, pedindo que ele, imediatamente, interfira no Estado do Pará, também não.

Ontem, mais um crime bárbaro: os ladrões, os bandidos chegaram a uma rua. Um garoto de 12 anos, vendo o risco pelo qual o outro, de seis anos, passava, abraçou o de seis anos e morreu. Isso já é comum no Estado do Pará.

Eu trouxe aqui, Senador, uma reportagem. Hoje, existe um tipo de crime novo no Estado do Pará, chamado “crime dos piratas”. Eles assaltam na Ilha do Marajó, de dia e de noite. Sessenta embarcações são assaltadas por mês. Sessenta! Cansaram de assaltar em terra e foram para o mar. Estão assaltando no mar. Agora, um fato triste. Este é o fato mais triste. Pergunto: onde está a Governadora do Estado do Pará, aquela Governadora que foi aos palanques dizer que ia acabar com a violência no meu Estado? Onde está essa senhora? Está aqui. Vou mostrar à Nação brasileira. Está aqui. V. Ex^a está olhando? Está aqui: na mesa de um bar. Não sou eu que estou falando isso. Enquanto a população paraense é assaltada, pisoteada, destruída, assassinada – diz o jornal *Diário do Pará*, na coluna do Sr. Guilherme Humberto –, o jornal mostra esta senhora sentada num bar; e diz que semanalmente – mais: diariamente – ela vai ao bar e fica até de manhã. Fica até de manhã! Essas são cenas deploráveis para um Estado produtor, para um Estado que tem um potencial turístico imensurável, para um Estado de gente trabalhadora, mas que morre sem nenhuma proteção; que morre barbaramente. Enquanto isso, a Governadora passa a noite em bares bebendo. E não sou eu que estou dizendo isso; é a imprensa do meu Estado que está falando e mostrando.

Governadora Ana Júlia, tenha piedade, Governadora! Tenha dó do povo paraense, invista em segurança, Governadora! Não deixe mais que amanhã caiam dois, três, quatro paraenses assassinados barbaramente, como foi o caso desse menino de 12 anos. Tome providências, Governadora! Pare de beber, Governadora!

Não tenho nada a ver com sua vida, Governadora, mas a bebida atrapalha, Governadora! A bebida atrapalha, Governadora! Faça ideia como V. Ex^a amanece no dia seguinte, de ressaca, sem poder raciocinar, Governadora!

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Faça isso não, Ana Júlia! Faça isso não! Trabalhe, Governadora! Trabalhe! Deixe de beber. Não tenho nada contra sua

vida particular, mas a senhora está exagerando. Isso é vergonhoso! Isso é vergonhoso para um administrador público, para um Governo. Beba! Beba na sua casa. Não vá para bar, não! Beba lá no fundo do teu quintal, beba lá na tua casa, na varanda da tua casa. Convide tuas amigas e teus amigos, mas não vá para bar, não! Um ato desse desmoraliza V. Ex^a, e traz aos bandidos a certeza de que o Pará não tem dono! Traz a certeza aos bandidos de que o Pará está entregue às baratas. Um ato de uma Governadora dessa! A pessoa entra no bar e vê aquela Governadora bêbada. O que o ladrão, o assassino, o bandido...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ... pode pensar? O que ele pode pensar? “É natural. Aqui não tem dono, aqui ninguém tem moral.”

O Pará está entregue. Podemos assaltar a hora que quisermos. E aí vão as vidas, e aí as famílias a chorar a perda dos seus queridos.

Para encerrar, Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto, o episódio narrado por V. Ex^a chocou V. Ex^a e chocou o Brasil. Eu fiquei perplexo quando ouvi e quando vi as imagens deploráveis daquela criança que agiu como herói, que tombou como herói para salvar outro menor ainda. Agora, o que está acontecendo, Senador Mário Couto, infelizmente, não é só no Pará. O Brasil enfrenta, na criminalidade, uma verdadeira guerra civil. Fico, aqui, a perguntar, fico aqui no meu colóquio, indagando pessoas com as quais convivo aqui e fora daqui, o seguinte: como é que uma família – uma mãe desesperada, um pai inconformado – ao saber que aquele bandido, que agiu com o requinte de crueldade, não respeitando uma ingênua criança, depois de preso – se é que fora alcançado pela Justiça, um deles parece-me que o foi –, condenado, cumprir um sexto da sua pena e for colocado na rua. V. Ex^a, advogado como eu, sabe muito bem do que estou falando: da generosidade excessiva da Justiça com os bandidos, da benevolência da lei com os criminosos. Infelizmente, a nossa sociedade não vai nos perdoar se não mudarmos pelo menos o arcabouço jurídico-penal, a fim de assegurar que seja afastada a impunidade, porque o bandido, hoje, se há uma grande proteção, essa proteção tem nome: chama-se impunidade. Parabéns a V. Ex^a pelo protesto que faz em boa hora desta tribuna.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Mário Couto,...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Mário Couto, quero aqui externar a minha solidariedade ao povo do Pará pelo lamentável episódio ocorrido com aquela criança de doze anos de idade. E, a exemplo do que disse o Senador Valter Pereira, infelizmente, essa questão da violência não se restringe a um único Estado neste País. No meu Estado, neste exato momento, pelo menos três barreiras estão sendo feitas pela população para exigir segurança. Diferentemente do meu Estado – sei que a Governadora Ana Júlia tem feito um esforço muito grande junto ao Governo Federal, levando programas como o Pronasci – no meu Estado não foi feito isso, Senador Mário Couto, infelizmente –, sei que a Governadora Ana Júlia está fazendo todo esse esforço –, mas, quero dizer ao senhor que fico indignada todas as vezes que ouço os seus pronunciamentos e V. Ex^a desrespeitar a pessoa, a vida particular da Senadora Ana Júlia. Mas, agora, o senhor fez uma acusação que eu considero grave: acusar a Senadora Ana Júlia – o que está nos jornais, Senador Mário Couto, a gente sabe exatamente como é que chega – de bebedeiras. Eu quero lhe dizer que fui companheira da Senadora Ana Júlia enquanto ela aqui esteve como Senadora, da Governadora Ana Júlia e, ...

(Interrupção do som.)

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – ... várias vezes – Sr. Presidente, muito obrigada – tive a oportunidade de acompanhar, a jantares, à Senadora Ana Júlia e nunca a vi, Sr. Senador, com a postura com a qual o senhor e a imprensa do Estado do Pará se referem à Governadora Ana Júlia. Eu gostaria de fazer um apelo ao senhor, que diz respeitar a vida pessoal: que o senhor retire essas acusações e essas falas, porque elas, infelizmente, não engrandecem o seu pronunciamento, que tem, tenho certeza, um sentimento de responsabilidade muito grande com o povo do Estado do Pará. Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a apartear o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senadora, eu posso até pedir desculpas à senhora; se a senhora quiser eu peço. Não tenho nenhuma dificuldade em fazer isso.

(Interrupção do som.)

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Não é a mim, Senador Mário Couto, é ao povo do Estado do Pará, que elegera a Senadora Ana Júlia Governadora.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu a escutei, tenha calma. Paciência, tenha calma.

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Eu estou com a maior paciência do mundo também. Ouvi todas as suas grosserias e estou apelando para que o senhor peça desculpa ao povo do Pará e à Governadora Ana Júlia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Desculpe, Senadora. Posso até pedir desculpas à senhora pelo aborrecimento que lhe causei. Eu sei que a senhora é amiga da Governadora. Aliás, logo que aqui cheguei, ao falar da má administração da Governadora, V. Ex^a disparou dali contra mim. Disparou. E agora o faz novamente. E não vai me calar nunca, Senadora. Eu respeito o meu povo e defendo o meu povo. O meu povo está...

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Nem é minha intenção lhe calar, Senador. Eu só espero respeito, principalmente com a mulher brasileira, que hoje é representada pela Governadora Ana Júlia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tenha calma, tenha paciência, não se irrite.

A Sra. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Estou calmíssima.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a está inscrita e eu a convidarei para usar da palavra.

Mário Couto, inspire-se em Nossa Senhora de Nazaré e em Cristo. Em um minuto Ele fez o Pai-Nosso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu lhe escutei, agora me escute. Vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 56 palavras elevadas ao céu.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senadora, eu vim aqui representar o meu Estado. Morrem três paraenses por dia; doze em cada final de semana. O Pará, hoje, é o Estado, está estatisticamente comprovado, em que mais cresceu a violência. Enquanto isso, os jornais publicam a Governadora bebendo. Eu vou ler isso para a senhora. Eu não quis ler exatamente para não ser mais contundente e para não ofender. Eu não quis ler. Mas, como a senhora provocou, eu vou ler o que está escrito nos jornais. Vou ler: "Locomotiva" – uma boate em Belém, de baixo nível – é o título da nota. Vou ler para a senhora. Eu não queria ler, mas olhe aqui: "A Governadora foi vista na terça-feira passada..."

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mário Couto, espero, agora, que Nossa Senhora de Nazaré lhe inspire para terminar em um minuto.

Eu vou ler para a Senadora ter conhecimento do que aconteceu. Não sou eu, não. Desculpa. Perdão, perdão. Desculpa, perdão, desculpa se a senhora está

chateada comigo. Não fique chateada! Por favor, não fique chateada comigo. Eu gosto da senhora. Estou defendendo o meu Estado, o meu povo, que está carente, que morre a toda hora, que cai nas ruas e fica indignado. Eu até dei uma sugestão há pouco e vou dá-la de novo: "Ana Júlia, bebe na tua casa!" Isso não é um bom conselho? Isso é um bom conselho. Eu, por exemplo, quando bebia – eu não bebo, mas quando eu bebia, eu bebia em casa, não bebia no bar, não. Este é um bom conselho que estou dando a ela.

Mas olha aqui; "A Governadora foi vista, na terça-feira passada no Bar Cosanostra..." E aí? Na sexta-feira, a Governadora foi encontrada num bar chique. "Liderou a mesa pra lá de liberal. Pra falar a verdade, mais liberal impossível".

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não queria ler isso. Não sou eu quem está inventando, é a imprensa que está colocando.

Enquanto isso, morre criança, lá, de seis anos. Enquanto isso, se servem de uma criança na prisão, em Abaetetuba. Enquanto isso, os ladrões tomam conta do interior do Estado. E aí eu não tenho de falar?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Desculpe-me, Senadora. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossa Senhora de...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu quero pedir desculpa à senhora. À senhora. Quero pedir desculpa à senhora pelo aborrecimento que lhe causei. Quando vier à tribuna defender o meu Estado, tape os ouvidos, mas é minha obrigação fazê-lo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, Nossa Senhora de Nazaré nos atendeu: mandou o Presidente Sarney presidir a sessão.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de o Presidente Sarney assumir a tribuna – e agradeço a V. Ex^a em me conceder a palavra pela ordem –, quero

aproveitar esta oportunidade para registrar da tribuna desta Casa uma homenagem à Capital do meu Estado, a cidade de João Pessoa, que, hoje, completa 424 anos de fundação. Foi, inicialmente, Senador Mão Santa, batizada de Felipéia de Nossa Senhora das Neves, que hoje é nossa padroeira. Comemoramos no dia de hoje o aniversário da nossa Capital e o dia da nossa padroeira, Nossa Senhora das Neves.

João Pessoa foi fundada em 1585, exatamente no dia 5 de agosto, às margens do rio Sanhauá, pelo Capitão João Tavares, que selou acordo com Pyragibe, cacique dos Tabajaras, para a posse definitiva da terra e para a expulsão dos franceses que traficavam na região.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, depois disso, nossa Capital recebeu o nome de Frederica, quando tomada pelos holandeses; de Parayba, com a expulsão dos holandeses e em referência ao rio que se encontra com o Sanhauá; e de João Pessoa, em homenagem a esse grande homem público que, candidato a Vice-Presidente da República da chapa de Getúlio Vargas, foi assassinado em 1930. Sua morte causou tamanha comoção popular, que é considerada o estopim para a Revolução de 30.

Com 25 quilômetros de praias de areias brancas, de águas mornas e tranquilas – quando digo que são águas mornas, elas o são às 17 horas, não ao meio-dia; são águas mornas durante todo o dia, nas belas praias de João Pessoa e da Paraíba –, João Pessoa nos orgulha por sua beleza natural exuberante; pela tranquilidade e hospitalidade de seu povo; pela Ponta do Seixas, o ponto mais oriental das Américas; por ser a segunda cidade mais verde do planeta; por ser o berço de personagens importantes da cultura e da história do País, como Napoleão Laureano, Anayde Beiriz, Violeta Formiga, o saudoso Caixa D'Água, Lúcio Lins, o compositor Livardo Alves, o teatrólogo Leonardo Nóbrega e Ednaldo do Egypto. Outros permanecem enriquecendo nossa cultura, nomes como Ariano Suassuna, Geraldo Vandré, Herbert Vianna, Roberta Miranda, Renata Arruda e Eleonora Falcone.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as belezas de minha terra e a qualidade de minha gente ensejam-me dizer palavras de exaltação, de contentamento e de gratidão pela generosidade de Deus em me fazer nascer numa cidade tão especial. Aos pessoenses, contudo, restrinjo-me a abraçar cada um deles pelo aniversário da nossa João Pessoa, por fazerem dela uma cidade cada vez melhor com o passar do tempo.

Parabéns a João Pessoa, aos pessoenses e a nós, os paraibanos, que nos orgulhamos da bela Capital que possuímos!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos nos associar a esse momento de festa em João Pessoa, uma das encantadoras capitais do Nordeste. João Pessoa é simbolizada pelas suas belezas, mas a maior beleza é a gente maravilhosa da Paraíba.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria registrar aqui a presença de dois valorosos companheiros nossos de Mato Grosso: um deles é o Prefeito Neurilan, da cidade de Nortelândia, e o outro é um brilhante Deputado Estadual pela região de Sorriso, meu amigo particular, Deputado José Domingos, que foi Prefeito por três vezes daquela cidade próspera e que hoje muito bem representa o povo mato-grossense no Parlamento estadual. Portanto, quero registrar, de forma prazerosa, a presença dessas duas autoridades mato-grossenses. Certamente, é um orgulho muito grande recebê-los hoje, no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Temos o prazer e a honra de comunicar ao Plenário que aqui está presente o Sr. Wu Wei, Diretor-Geral do Sino-Brazilian Railway Cooperation Working Group, Ministry of Railways, The People's Republic of China, bem como vários técnicos e engenheiros da China, que estão em Brasília, no Brasil, em missão de aperfeiçoar a ferrovia do nosso País. Eles estão acompanhados do nosso Senador do PMDB de Santa Catarina. Sejam bem-vindos! O nosso Senador que os acompanha, Neuto De Conto, representa toda a grandeza do nosso País.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tasso Jereissati, do PSDB do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de receber uma informação. Neste momento, está começando a reunião do Conselho de Ética. Vários Senadores colegas nossos estão interessados em ouvir aqui o pronunciamento do Presidente Sarney e, ao mesmo tempo, fazem parte do Conselho de Ética. S. Ex^{as}s estão precisando de uma informação, querem saber se o Presidente Sarney vai falar neste momento, para que seja provavelmente interrompida a sessão do Conselho de Ética, ou se o Presidente Sarney vai

deixar para falar depois do encerramento do Conselho de Ética. Essa informação é necessária, já que os dois pronunciamentos são extremamente importantes.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito oportuna a ponderação do Senador Tasso Jereissati. Penso que a melhor sugestão que V. Ex^a poderia dar seria a de que o Presidente Paulo Duque suspendesse a reunião do Conselho de Ética, para que pudéssemos ouvir, com o tempo que fosse necessário e com a paciência que fosse recomendável, o pronunciamento do Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendo, atendendo ao apelo dos dois Senadores, a Mesa que preside esta sessão vai proceder da seguinte maneira: Dr^a Cláudia Lyra, comunique-se com S. Ex^a o Presidente do Conselho de Ética, Senador Paulo Duque, para atender à manifestação dos dois Senadores, Renan Calheiros e Tasso Jereissati.

Cavalheirescamente, o nosso Presidente Sarney tinha pedido que obedecêssemos à ordem de inscrições.

Estava inscrita para uma comunicação inadiável – eu já tinha anunciado, a pedido do Senador Geraldo Mesquita – a Senadora do Partido dos Trabalhadores de Rondônia, que representa também as professoras do Brasil.

Regimentalmente, V. Ex^a dispõe de cinco minutos, mas terei a sensibilidade necessária.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu já falei com a Secretaria-Executiva, Dr^a Cláudia Lyra, para ela se comunicar com o Presidente da Conselho de Ética, Senador Paulo Duque, para atender à mensagem dos dois Senadores, Renan Calheiros e Tasso Jereissati.

Tem a palavra a Senadora Fátima Cleide, que é do Partido dos Trabalhadores e que representa Rondônia.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, embora nós todos estejamos aqui na expectativa de ouvirmos o Presidente Sarney, quero dizer que venho à tribuna, nesta tarde, ainda embalada pela energia do acontecimento na cidade de Porto Velho, na semana passada, que foi o XII Encontro Intereclesial de Base das Comunidades Eclesiásticas

de Base (CEBs) da Igreja Católica, cujo tema foi “Do ventre da terra, o grito que vem da Amazônia”. Sobre isso, Sr. Presidente, falarei em outro momento, até para poder discorrer com mais tempo sobre as decisões daquele grande evento.

Mas, com muita alegria, nesta tarde, quero falar sobre a entrada em operação da linha de transmissão Jauru–Vilhena no próximo dia 20 de agosto, o que possibilitará o fim do isolamento em que se encontram os Estados de Rondônia e do Acre, que passarão a integrar o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Sr. Presidente, minha alegria reside no fato de que o Governo Federal editou medida provisória, que já está na Câmara, a Medida Provisória nº 466, dispendo sobre as mudanças que ocorrerão na oferta de serviços de energia elétrica nos sistemas isolados em nossa região. Mesmo com a interligação ao SIN, ainda haverá vários sistemas isolados em Rondônia, no Acre e também – acredito – nos Estados do Amazonas, de Roraima. Em Rondônia, continuarão a existir várias localidades isoladas, porque a interligação não será suficiente para atender toda a população.

Minha grande preocupação, assim como a do Deputado Eduardo Valverde, que é coordenador da Bancada Parlamentar de Rondônia, dá-se em relação...

Sr. Presidente, gostaria de pedir um pouco de silêncio à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Srs. Parlamentares, há uma oradora na tribuna.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Nossa grande preocupação, Sr. Presidente, dá-se em relação à perda de recursos pelo Estado que são provenientes da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que resulta da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas tarifas de energia dos consumidores do País. Estima-se que pelo menos R\$200 milhões anuais o Estado de Rondônia deve perder com a interligação. Esse dinheiro deixará de ser repassado por conta da mudança que se avizinha. A CCC subsidia a geração e a manutenção do alto custo de geração de energia por meio de óleo diesel, energia das termelétricas, e, sem ela, a economia rondoniense será muito abalada, com o temor de que os consumidores paguem energia mais cara.

O Governo, sensível aos nossos apelos, assegura resarcimento a Estados e Municípios que tiverem eventuais perdas. O § 4º-A da Medida Provisória prevê compensação nos doze meses seguintes à interligação dos sistemas isolados ao SIN.

Sr. Presidente, agradeço ao Presidente Lula a sensibilidade e ao Dr. Nelson Hubner, gestor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o empenho, porque há muitos pontos positivos na Medida Provi-

sória, como, por exemplo, o de estender o subsídio da CCC para todos os tipos de fontes de energia elétrica, valorizando soluções locais e o emprego de fontes alternativas de geração de energia, como a eólica e biomassa. Ganha com isso o meio ambiente, ganha com isso a população.

Entretanto, é pertinente a preocupação minha e de toda a Bancada de Rondônia em relação ao impacto na receita do Estado, com a perda do subsídio da CCC. Por isso, defendo que a compensação seja estendida para o prazo de cinco anos, de modo regressivo: que, no primeiro ano, após a interligação, seja equivalente a 100%, com redução de 20% a cada ano seguinte.

Irei propor, Sr. Presidente, uma emenda na Medida Provisória, porque entendo que a economia de Rondônia e sua população precisam de prazo maior para se adequar a esse novo processo. É uma transição de mudança de sistema que precisa de maior atenção do Governo Federal, e espero contar com o apoio de nossos Senadores da Amazônia – inclusive, já recebi manifestação de apoio do Senador Tião Viana – e dos demais integrantes desta Casa.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer ao povo do Estado de Rondônia e a esta Casa que, na semana que vem, haverá uma grande mobilização de sindicalistas do Estado de Rondônia, coordenados pelo nosso mandato, junto à Câmara Federal, solicitando, mais uma vez, ao Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara, que paute a Proposta de Emenda Constitucional nº 483.

Quero, também, Sr. Presidente, dizer, nesta oportunidade, que apresentarei requerimento de voto de aplauso à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) por ter ganhado *status consultivo* junto à Organização das Nações Unidas (ONU). O *status consultivo*, Sr. Presidente, é uma das principais formas de acesso de uma ONG junto à ONU. Espero que esta Casa seja sensível a essa que considero mais uma conquista da sociedade brasileira e que obteve, por parte do Governo Federal, da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério de Relações Exteriores, um grande apoio, para que a ABGLT ganhasse esse *status* de entidade consultiva junto à ONU.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe, lamentando, infelizmente, o burburinho da Casa, que está muito grande.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um instante!

Convoco o Vice-Presidente da Casa, que é do PSDB, Marconi Perillo, para presidir a sessão. (*Pausa.*)

S. Ex^a não estando... Marconi Perillo está na Casa?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, como Secretário, neste instante, convido a 2^a Vice-Presidente da Mesa Diretora, do Partido dos Trabalhadores, que pertence à Mesa da qual me orgulho de pertencer, presidida pelo Presidente Sarney. E, na sua visão, ele atendeu à proporcionalidade, formando a Mesa Diretora, que represento neste instante.

Passo, aqui, a Presidência. (*Pausa.*)

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senadora Serys, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu havia pedido primeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Magno Malta, primeiro; Senador Arthur Virgílio, segundo.

Pela ordem, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora, só para fazer um registro, até porque sei que a sessão vai se alongar e muitos apartes serão feitos ao Presidente José Sarney.

Só para fazer o registro de uma grande vitória do Brasil ontem, das crianças e da sociedade. Ontem, nós assinamos um termo de ajuste de conduta com os operadores de cartão de crédito para combate à compra de pornografia infantil na Internet. Esse ajuste de conduta foi um dos grandes avanços, como a criminalização da posse, e até mais importante que o termo de ajuste de conduta com a Google. Fica determinado que, a partir de agora – esse termo foi assinado ontem com a CPI da Pedofilia do Senado, com o Ministério Público Federal, com a Procuradoria-Geral da República, com a Polícia Federal –, os órgãos federais e os Ministérios Públicos estaduais também receberão, Sr^a Presidente, um cartão rastreador. E, com esse cartão rastreador, eles entrarão no site de pornografia e identificarão o crime para punição. Aqueles que entrarem ficarão registrados de maneira tal que seu registro irá direto à Polícia Federal. E as empresas que operam

cartão de crédito, em que forem operadas compras de pornografia infantil – até porque o Brasil é o maior consumidor de abuso de criança na Internet –, serão automaticamente desligadas e desqualificadas.

Essa medida, chamada “coalizão financeira”, só três países no mundo têm. E o Brasil ontem tomou uma decisão, entrou no rol desses três países. E os olhos do mundo se voltam para nós nesse confronto ao abuso de crianças, que foi uma vitória muito grande da CPI desta Casa, juntamente com órgãos federais e órgãos estaduais do País.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Magno Malta.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, em primeiro lugar, peço a V. Exª que me inscreva para falar após o discurso do Presidente da Casa, Senador José Sarney.

Em segundo lugar, comunico a todos os Senadores e a todas as Senadoras que estou apresentando um projeto de resolução que estabelece que Senadores ou Senadoras que respondam a processos que tenham a ver com improbidade, com peculato, com irregularidades desse porte, não possam participar do Conselho de Ética da Casa enquanto durarem seus processos, enquanto não for declarada a inocência de cada um deles. Esse projeto chegará à Casa, no mais tardar, no dia de amanhã.

Peço a V. Exª que me inscreva para que eu possa, como líder de um partido de oposição, como Líder do PSDB, fazer os comentários ao que vai colocar, certamente, o Presidente, Senador José Sarney.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª quer sua inscrição como líder?

V. Exª está inscrito pela Liderança do PSDB.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Srª Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem.) – Srª Presidente, peço minha inscrição para falar pela Liderança do PSOL, de acordo com a ordem dos oradores inscritos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador José Nery está inscrito pela Liderança do PSOL.

Com a palavra, o Senador José Sarney, Presidente desta Casa.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srªs e

Srs. Senadores, Srª Presidente, até hoje não usei esta tribuna para rebater as inverdades contra mim disseminadas aqui mesmo e na mídia nacional. Vim, hoje, para expor tudo o que fizemos e estamos fazendo pelo Senado, seguindo a linha das minhas administrações anteriores e com a colaboração da Mesa, especialmente de seu executivo, o 1º Secretário Heráclito Fortes. Avaliei que as críticas que me fizeram eram só rescaldos da eleição, mas eram mais profundas, faziam parte de um projeto político e de uma campanha para desestabilizar-me.

Disse, quando assumi a Presidência desta Casa, que tenho as minhas amizades pessoais; sempre zeli por elas e cumpro o meu dever de amigo para com elas. Tenho minha posição política, que adotei com coragem e com convicção, de apoio ao Presidente Lula, que está fazendo um governo excepcional, com o apoio estimulante e forte do povo brasileiro. Mas nem os amigos, nem minhas convicções políticas me fariam colocar o Senado submetido a qualquer sentimento menor ou a qualquer posição pessoal.

Meu dever é para com o Senado. Por temperamento, sempre fui um homem de diálogo, de convívio pacífico, de respeito aos outros, às suas ideias e às suas posições. Mas isso, ao longo de minha vida, nunca me fez abandonar a firmeza, quando ela tem sido necessária.

Minha vida política nunca foi fácil, nem sem momentos até mesmo – posso dizer – de perigos. Se estou vivo, sobrevivi a três atentados. E houve tempo neste Senado em que minha vida era ameaçada todo dia pelo Senador Vitorino Freire, que foi um grande inimigo que tive, e político.

Nas vezes em que tive de tomar decisões impostas por minha consciência, eu assim procedi. Na semana depois do golpe militar, em um clima de grande temor, de grande apreensão dentro do Congresso, em que o caráter dos homens é posto à prova, quatro dias depois, fui à tribuna da Câmara para defender o mandato dos Deputados cassados. “José Sarney lidera a campanha contra a cassação de Deputados”, quatro dias depois de 31 de março. Havia uma inquietação muito grande, temores de todos os lados, mas eu fui para a tribuna do Congresso, da Câmara dos Deputados, para defender contra a cassação dos Deputados. E tive a oportunidade de dizer, sob aplausos da bancada udenista, em meu discurso: *“Aqui não se cassa ninguém fora dos termos previstos na Constituição e na Lei Magna, que deve ser respeitada a todo custo”*. Não era fácil naquele tempo se tomar uma posição dessa natureza.

No AI-5, fui o único governador que não o apoiou.

Quando Lula foi atacado injustamente – eu não era seu amigo, nem o conhecia pessoalmente –, sendo seu adversário, escrevi na *Folha de S. Paulo*, em sua defesa, um artigo, defendendo a sua biografia, com o título “A Lula o que é de Lula”, dizendo que devíamos respeitá-lo pelo que ele tinha feito e que ele não podia ser acusado do que estava sendo acusado.

Quando divergi do PDS, renunciei à sua Presidência, abrindo condições para a montagem de uma transição sem traumas. Não aderi ao Tancredo, mas por ele e por Ulysses fui insistentemente convidado e cooptado para ligar-me ao movimento que o levava ao poder.

Da mesma maneira, achei melhor para o Brasil a candidatura Lula e por ele fui convidado – não fui aderir – a apoiá-lo, e ele foi muitas vezes em visita à minha casa nesse sentido.

Sempre assumi minhas responsabilidades. Presidente, decretei o Cruzado, fiz a moratória. Não eram fáceis as duas decisões. Coloquei minha cabeça a prêmio, mas abri caminho para que no futuro chegássemos, através dos vários planos, ao Plano Real e à estabilidade econômica. Tive a coragem de congelar os preços e até hoje pago por essa conduta.

Criei o Programa do Leite, o Seguro-Desemprego, o Vale-Transporte, o Siafi, a Secretaria do Tesouro; acabei com a conta-movimento do Banco do Brasil; liberei as Centrais Sindicais; legalizei a UNE e os partidos banidos, como o PCdoB e o PC; dei o 13º salário ao funcionalismo público; aguentei 1200 greves, sem que nunca tivesse pedido um dia de prontidão militar; e crescemos, àquele tempo, a números que até hoje não se repetiram.

Criamos uma sociedade democrática que, num sistema de capilaridade, penetrava em todas as camadas.

Aqui, no Congresso, são várias as minhas propostas. As declarações de bens que hoje nós fazemos como registro de candidatos foram iniciativa minha; a Lei da Micro e da Pequena Empresa, o primeiro projeto de quotas para negros, a Lei das Estatais, o Estatuto do Livro, a lei que manda o Estado dar medicamento aos aidéticos e – a minha grande causa parlamentar, que foi a cultura – a Lei de Incentivos Fiscais. Fui o Relator da emenda constitucional que extinguiu o Ai-5.

Em meus mandatos, nunca tive um recurso contra a minha diplomação. Nunca nenhum procedimento penal. Nunca meu nome foi envolvido em qualquer escândalo.

Assim, agora, das acusações que me foram feitas nas diversas representações apresentadas ao Conselho de Ética, nenhuma se refere a qualquer coisa relacionada com dinheiro, prática de atos ilícitos ou desvio

de dinheiro público. São coisas que não representam nenhuma queda de padrão ético. E vou enumerá-las, para que se veja como são menores e como elas podem ser jogadas e manipuladas.

Todas são respaldadas, sem nenhuma exceção, por recortes de jornal. O Conselho de Ética é um órgão julgador. Há diversas decisões da Justiça que não autorizam a abertura de processo por recortes de jornais. Como denúncia caluniosa, algumas das representações afirmam que estou sendo investigado pela Procuradoria-Geral da República. Quem desmente isso é o próprio Procurador-Geral da República, em declaração que ontem ele deu aos jornais, em que disse: “Não existem indícios suficientes contra o Presidente do Senado José Sarney (PMDB – Amapá) para que a última instância do Ministério Público ou o Supremo Tribunal Federal entrem nas investigações”.

Na coerência do meu passado, não tendo cometido nenhum ato que desabone minha vida, não tenho senão que resistir. Foi a única alternativa que me deram. Todos aqui somos iguais. Nenhum Senador é maior do que outro e por isso não pode exigir de mim que cumpra sua vontade política de renunciar. Permaneço pelo Senado, para que ele saiba que me fez Presidente para cumprir o meu mandato.

Como lembrei em minha prestação de contas antes do recesso, todas as medidas necessárias para a reforma administrativa da Casa foram feitas. Nossa ênfase tem sido na eficiência e na transparéncia. Problemas que vieram se acumulando durante vários anos estão sendo resolvidos.

Nosso desejo e determinação é que possamos retomar a nossa agenda de Casa Legislativa, discutindo os grandes problemas políticos, as reformas que aguardam uma ação firme do nosso Parlamento.

O Senado é uma Casa onde todos temos o mesmo peso, igualdade na representação, na disponibilização de assessoramento, na obediência ao Regimento, na possibilidade de cobertura da TV e da Rádio Senado, na composição dos nossos gabinetes com cargos comissionados. Tenho sempre exercido o comando da Casa compartilhando-o com os outros membros da Mesa Diretora e com as lideranças.

Não sou o primeiro Senador a ter a Presidência duas vezes e pela terceira vez; outros já assim a tiveram.

No entanto, hoje não se fala mais em crise administrativa do Senado. Ela sumiu e toda a mídia e alguns Senadores não a vinculam se não a mim. Não dizem o que fiz de errado, por que devo receber punição. O que devo fazer para a reforma do Senado? Os jornais e a mídia em geral, que eu conheça, nunca se concentraram tanto contra uma pessoa como estão

fazendo comigo, vasculhando minha vida, desde o meu nascimento, e, não encontrando nada, invadem minha privacidade e abrem devassa que se estende até a minha família inteira.

Não tenho instrumentos de revidar ou responder, porque o direito de resposta e a proteção à imagem estão na Constituição, mas não se integram nem são acessíveis aos direitos da cidadania brasileira.

Repto: do que me acusam? Quero ser objetivo e vou entrar em pontos tópicos que constam das denúncias, sem fugir a nenhum deles a ser tratado.

Antes, vamos ver como tudo ocorreu. Desconhecia – e eu acho que também todo o Senado – que o Senado tinha 170 diretórias. Elas não foram criadas por mim! É um número inaceitável, e estamos para isso trabalhando com a Fundação Getúlio Vargas para reduzi-lo, porque a nossa organização é atrasada e decadente em face das necessidades e avanços da Administração Pública. É uma herança do passado, mas disseram – e consta de uma das representações – que 70% dessas diretórias foram criadas por mim. Desses diretórias, eu criei 23 na minha gestão de 1995 a 1996, para atender aos novos serviços que aqui servem aos Senadores, como TV, rádio, jornal, interação com o público no Alô Senado, Interlegis, Instituto Legislativo Brasileiro, para aprimoramento dos recursos humanos. Assim, os Srs. Senadores que hoje me condenam têm esses instrumentos à sua disposição, porque tomei a iniciativa de fazê-lo. Os que vêm aqui e muitas vezes me criticam o fazem através da TV e Rádio Senado, que foram obras feitas e executadas na minha primeira administração.

Em seguida, veio a denúncia dos atos secretos. Eu acho que ninguém aqui nesta Casa sabia ou podia pensar que existisse ato secreto. Acho que é necessário esclarecer primeiro ao povo brasileiro o que se chama ato secreto.

A parte administrativa do Senado, que tinha o seu Boletim Interno impresso, com o advento da Internet, para economia e modernização de comunicação, em 2000, depois da minha primeira Presidência, substituiu esse sistema pela Intranet, que é uma Internet exclusiva do Senado, na qual passaram a ser publicados os atos de rotina administrativa do Senado Federal. Assim, entram na Intranet do Senado cerca de quatro mil publicações por ano. Nos nove anos em que ela existe, não se sabe por qual motivo, 511 atos não foram incluídos na rede, uma média anual de 56 atos, ou seja, 0,84% das publicações administrativas.

A Constituição diz, no art. 37, que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes (...) obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...”.

Assim, esses atos, a meu ver, tinham uma nulidade essencial. Por isso, eu, pelo Ato nº 294, de 14 de julho de 2009, anulei todos eles, com ressalva das decisões tomadas pela Mesa, porque eu não tinha autoridade para anular atos da Mesa, decisões essas aprovadas pelo plenário desta Casa.

Mas se nós levarmos a uma interpretação literal dos termos da Constituição, da publicidade, que deseja que eles sejam do conhecimento de todos, também os publicados na rede da Intranet do Senado são semisscretos, porque não podem ser acessados pelo público em geral e somente pelos funcionários do Senado que dispõem de uma senha própria para assim fazer. Por isso, mandei que, a partir desta gestão, todos sejam publicados no portal do Senado, de acesso público, e não somente do conhecimento da própria Casa, e divulgar tudo, sem nenhuma restrição.

Mas voltemos aos atos secretos.

Dos 663 atos assinados considerados secretos, foi verificado que 152 tinham sido publicados no *Diário do Senado Federal*, não na intranet, no Diário do Senado, ficando em 511. Destes, 358 são de movimentação de pessoal, rotina da Casa, e 36 foram da Mesa, aprovados pelo Plenário do Senado Federal.

Afirmaram, contudo, e parece para a Nação inteira que fui eu que fui responsável por todos esses atos, e a opinião pública passou a receber assim essas informações erradas, deformadas e incompletas.

Quero mostrar a distribuição de sua publicação pelas diversas administrações segundo dados do nosso próprio Senado.

Quadro nº 1. Sarney: um ato não publicado, boletins não publicados: 1 ato; Antonio Carlos Magalhães: 21 atos não publicados, 11 boletins não publicados; Jader Barbalho: 1 ato não publicado; 1 boletim não publicado; Edison Lobão: 7 atos não publicados, 3 boletins não publicados; Jader Barbalho: 0 e 0 não publicado; Ramez Tebet: 63 atos não publicados, 303 boletins publicados, 19 boletins não foram publicados; Sarney – na minha segunda administração: 87 atos não publicados, publicamos 536, boletins e 33 não foram publicados; Renan Calheiros: 260 atos não publicados, 905 boletins publicados – ele foi por quatro anos, e, por isso, esses números crescem –, e 229 não publicados; Tião Viana – 2 meses de Presidência: 16 atos não publicados, 57 boletins publicados e 9 não publicados; Garibaldi Alves – 1 ano de Presidência: 207 atos não publicados, 445 boletins publicados, 106 não publicados.

Portanto, os meus são 33 com um lá em cima, e, para a Nação inteira, foi dito que eu era responsável por todos os atos secretos que existiram nesta Casa. Nenhum de nós, Presidentes, sabia da não publicação

desses atos. Dou esses números, para que realmente se veja e se faça justiça, porque isso foi divulgado no País inteiro; eles não eram assinados pelo Presidente e, sim, às vezes, pelo 1º Secretário, pelo Diretor-Geral, por outros diretores e por outros chefes da Casa na movimentação de pessoal.

Determinei a abertura de inquérito logo que foram denunciados, com a assistência do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. Este inquérito foi remetido à Polícia Federal; está na Polícia Federal.

Fui Presidente do Senado quatro anos, e foram administrações modernizadoras. Estou dizendo isso não por mim, mas porque daqui recebi de todos os partidos, no fim do mandato que exercei, elogios considerando que este tinha sido o meu desempenho, sem exceção.

Nesses seis meses em que sou novamente Presidente do Senado, eu só fiz corrigir erros e tomar medidas saneadoras.

Acusam-me de nepotismo. Essa é a grande acusação que me é feita. Há 55 anos no Congresso, nunca adotei a norma de chamar parentes para a minha assessoria. Quero comentar a lista de nomeações das representações contra mim – estou colocando a lista, para saber quais foram elas, quais foram colocadas e que constam do processo, do PSOL e do PSDB, em uma só, porque elas se repetem, com as informações de lotação a mim fornecidas pela administração da Casa.

Quadro número um: João Fernando Sarney. Aqui no Senado, todos nós sabemos, não se nomeia para o gabinete quem não for requisitado para nomear pelo Senador; e ele foi feito. Está aqui a requisição ao Diretor-Geral, do Senador Epitácio Cafeteira, que já teve a oportunidade de confessar que não me disse que tinha nomeado.

Segundo nome: Vera Portela Macieira Borges. Realmente, é sobrinha, por afinidade, minha. Eu requisitei do Ministério da Agricultura para a Presidência e pedi ao Senador Delcídio que a colocasse no gabinete em Mato Grosso, porque ela tinha se casado, e assim ela continuava trabalhando, não julgando que nisso houvesse qualquer falha ou qualquer... Qualquer um dos Srs. Senadores aqui nunca deixou na vida de cumprir ou de ajudar legalmente as pessoas que lhes pediram que tomassem providências.

Maria do Carmo Macieira, eu confesso que não sei quem é. Tem o nome de Macieira, mas também não sei quem é e não trabalha no meu gabinete.

Perdão, ela foi nomeada pela Senadora Roseana. Eu não a conheço. E a lei brasileira não passa responsabilidade de filha para pai. Não há na lei brasileira – está no art. 5º – que a responsabilidade passe de

filha para pai. Pois bem, mas há o ofício da Senadora Roseana requisitando Macieira.

Isabella Murad Cabral Alves dos Santos. Também não é minha parenta. Foi nomeada pelo Senador Cafeteira, que, segundo me afirmou, foi a pedido do Sr. Eduardo Lago, que é primo do Governador do Maranhão, que era meu adversário, e não por mim.

Virgínia Murad Araújo. Também nomeada para o gabinete da Senadora Roseana Sarney. Cada um de nós é Senador pelo seu Estado e naturalmente recruta, tem essa liberdade de recrutar, quem deve trabalhar com ele. Meu Estado é o Amapá.

Nathalie Rondeau também não é minha parenta. Não tenho nenhuma ligação de parentesco com ela.

Luiz Cantuária. Também não sei quem é Luiz Cantuária.

Rosângela Teresinha Gonçalves, funcionária da Diretoria-Geral. Não tenho nenhum laço de parentesco, nem sei de quem se trata.

Maria do Carmo de Castro Meira, da mesma maneira, não sei de quem se trata. Funcionária da Diretoria-Geral, mas foi incluída na lista da representação contra mim.

Shirley Duarte Pinto de Araújo também era do gabinete da Senadora Roseana Sarney. Não era do meu gabinete. Não foi requisitada para nomear por mim.

Rodrigo Cruz também não sei quem é. Incluíram como se fosse nomeado por mim.

Agora, Fausto Rabelo Consendey. Também não conheço, não sei onde trabalha, nem que é meu parente ou que tenha sido nomeado por mim.

Agora, aqui nós vamos ver: Ricardo de Araújo Zoghbi, Luiz Fernando Zoghbi, João Carlos Zoghbi Júnior. Ora, os senhores veem, por essa lista, quanto isso pode ser coisa que não pode ser feita, senão coisa que não pode ser feita com seriedade, porque todos sabem que eu nunca me relacionaria com o Sr. Zoghbi. E, ao contrário, mandei abrir inquérito contra ele.

E todos sabem, porque o Senador Demóstenes, daqui do plenário, teve oportunidade de fazer uma denúncia de que ele tinha sido colocado no seu gabinete. Pois está colocado na lista como se fosse nomeado por mim.

Eu tenho aqui as relações feitas pelos Senadores pedindo a nomeação dos filhos do Sr. Zoghbi. E botaram que fui eu que nomeei na minha lista.

"Dirijo-me a V. Exª para encarecer do Sr. Marcelo Zoghbi neste gabinete para o cargo em comissão... Demóstenes Torres". Estou dizendo isso, Senador Demóstenes, só para provar como foi feito, como se faz, como foi feita essa lista.

Também tenho outra requisição do Sr. Zoghbi para o órgão central de comunicação e execução. Não fui

eu, nunca trabalhou no meu gabinete, não sei, nunca o vi, mas foi colocado como se eu tivesse sido o homem que o botou.

Karla Santana, também colocaram numa lista dessa Zoghbi na função de assistente parlamentar da Quarta Secretaria, a partir desta data. Mozarildo Cavalcanti. E colocaram como se fosse eu, colocaram também na lista, não está aqui, colocaram como se fosse eu. Está aqui a requisição feita por lá.

Tem outra também do Ricardo, para o gabinete parlamentar da Vice-Presidência, assinado pelo Senador Eduardo da Silva Campos.

Então, meus Srs. Senadores e Senadoras ,sou acusado por essa lista que está na representação, como se fosse minha, mostrando o meu nepotismo. E aí se vê que eu só tenho uma pessoa dessas que eu tenha influído, que é Vera Portela Macieira Borges, que pedi para botar na Presidência e pedi ao Senador Delcídio para colocá-la.

Dessa maneira, a gente pode ver como as coisas são feitas.

Perdão, eu pulei Ivan Sarney.

Ivan Sarney trabalhou aqui dois anos – em 2003 ou 2004, não me lembro, 2005 –, no gabinete do Senador João Alberto, que não é mais nem um gabinete, e é incluído aqui como se estivesse na lista entre a minha maneira de fazer nepotismo dentro da Casa. (Pausa.)

Vou repetir o que já disse: essas nomeações eram feitas pelo Diretor-Geral, por requisição do Senador interessado. Foram nomeações para gabinetes. Todos nós sabemos que são privativas dos Srs. Senadores.

Consta também na minha denúncia por quebra de decoro que mandei quatro seguranças do Senado para minha casa, para fazer uma varredura na minha casa, ameaçada de ser incendiada. Se isso é falta de decoro, quero dizer que nós temos dado aqui aos Srs. Senadores... Muitos deles têm pedido a remessa de policiais nossos ao Estado, e essa é a função da nossa Polícia.

Outra denúncia que fizeram é que meu neto tinha sido privilegiado com agenciamento de créditos consignados de forma fraudulenta. Meu neto nunca teve nenhuma relação com o Senado. (Pausa.)

"Declaro, a quem interessar possa, que o Sr. José Adriano Cordeiro Sarney não é nem nunca foi integrante do quadro de pessoal do Senado Federal, seja efetivo ou de pessoal comissionado, bem como atesto, para todos os fins de direito, que este Senado Federal não tem nem nunca teve qualquer contrato firmado com a empresa Sarcris – Consultoria, Serviços e Participações Ltda."

Essa é uma declaração feita pelo Senado Federal.

Sua relação era com o HSBC, o maior Banco do mundo, e não podia ter sido colocado como se aqui no Senado ele tivesse sido posto por interferência de quem quer que seja.

Agora, esse contrato foi feito com o HSBC, a sua concessão, em 2005. Em 2005, quando ele operava, eu não era Presidente, não tinha nada a ver com isso, nem estou sabendo.

O que fiz, quando assumi agora, em 2007, foi ter baixado os juros de todos os bancos para 1,6%. De tal modo que, segundo informação que me deram, eram 29 e baixaram para três, o que mostra o acerto da nossa medida.

E quando eu assumi também, no dia 2 de fevereiro deste ano, o meu neto não era mais credenciado para operar no HSBC, não trabalhava mais com crédito consignado, conforme nota do próprio Banco.

Está aqui a nota do Banco, dizendo justamente isto: que ele tinha sido dispensado... que ele não mais era credenciado pelo Banco.

Meu neto não participou da negociação de qualquer convênio do Banco com o Senado, que foi em 2005; ele ainda nem estava morando em Brasília. A autorização do Banco em que trabalhou foi anterior a minha Presidência e a participação das consignações no Senado nos contratos de sua empresa era residual, limitada a 65 contratos, 3%.

Tratou-se também da Fundação Sarney, acusando-me de nela ter funções administrativas e ter negado isto desta tribuna. Quero mostrar o que me faculta o Estatuto da Fundação, pelo parágrafo único do art. 19. Está ali: “É assegurado ao instituidor delegar total ou parcialmente, por prazo determinado, os poderes que lhe são conferidos por este Estatuto.”

E eu, na condição de instituidor, Presidente vitalício e Presidente do Conselho Curador da Fundação da Memória Republicana, com fundamento no parágrafo do art. 18, delego, pelo prazo de cinco anos, ao advogado José Carlos Sousa e Silva – porque tinha que ser delegado, e ela foi renovada de cinco em cinco anos –, inscrito na Ordem, os poderes a mim conferidos por este Estatuto.

A Fundação, Srs. Senadores, não é uma coisa feita de escondido. É uma grande obra, basta ver que, no ano passado, ela foi visitada por 137 mil pessoas que assinaram no seu livro de visita. Está aqui o folder do que é a Fundação. E mais do que isto: quero dizer que é um dos pontos turísticos, estão aqui os Senadores do Maranhão que podem provar. O Senador Mão Santa já visitou também. E está aqui o folder da Fun-

dação onde diz: Instituidor, José Sarney; Presidente, José Carlos Sousa e Silva.

Então, nunca tive nenhuma função administrativa na fundação fundada por mim. Essas são as provas que estão sendo mostradas aqui.

Também quero comentar outras notícias sobre a minha família que nada têm a ver com o Senado. Estavam discutindo, sou Senador e estou sendo representado por quebra de decoro parlamentar, mas colocaram minha família que nada tem a ver com o Senado.

E acusaram-me, numa campanha pessoal, de favorecer o namorado da minha neta por um ato secreto, nos trechos dos diálogos divulgados de maneira ilícita, porque ninguém pode fazer isso, ou seja, gravar alguém e pegar uma conversa interlocutória e divulgá-la, sendo segredo de justiça com o objetivo do processo, quanto mais com outra pessoa, e ainda mais com um Senador da República, que tem foro privilegiado pelo Supremo Tribunal Federal. De modo que é uma ilegalidade, além de ser uma brutalidade. Hoje é comigo, mas, amanhã, pode ser feito com qualquer um dos senhores.

Nos trechos dialogados, divulgados de maneira ilícita, verifica-se que se trata de conversas coloquiais entre familiares, que nada têm a ver com processo de segredo de Justiça e, pela lei, deveriam ser eliminados.

Não há nelas qualquer palavra minha nessa gravação em relação à nomeação por ato secreto. É claro que não existe o pedido de uma neta, se pudermos ajudar legalmente, que qualquer um de nós deixe de ajudar.

A pessoa indicada era competente, formado em Física, pós-graduado, sempre trabalhou com assiduidade e recebe elogios dos seus chefes nesta Casa.

Sou acusado de ter recebido outra coisa, falta de decoro parlamentar: auxílio-moradia do Senado por sete meses. O auxílio-moradia é legal, é direito dos Srs. Senadores. Muitos dos Senadores recebem auxílio-moradia, mas, por uma questão própria, pessoal, eu não quis aceitar auxílio-moradia. Depositaram em minha conta e eu mandei estornar esses depósitos. Mandei estornar, não estava indenizando.

Agora, quero mostrar aos senhores os métodos que foram adotados.

Não encontrando nada contra mim – faltando, acho, notícia – e querendo generalizar, os senhores vão ficar pasmados, fraudaram a fita que distribuíram aos jornais e incluíram o meu nome com a voz de outra pessoa, que passa no diálogo pensando que é um interlocutor dizendo: “Eu vou, estou indo para a casa do Sarney”, e aí me colocaram como sendo um homem que participava da Operação Gautama do Sr. Zuleido

Veras. Se eu já vi o Zuleido Veras três ou quatro vezes na minha vida foi muito e nunca tive intimidade, nunca frequentou a minha casa, mas fraudaram e colocaram. Isso foi feito numa perícia feita pelo Sr. Molina, o grande conhecido perito nesse assunto. “O negócio não está solto, não.” Já, no dia 9... “Vai chegar à casa do Sarney já, já”, essa palavra não é dele,

É outra voz que foi enxertada na fita, para que eu pudesse então colocar-me dentro desse problema.

Está aqui e ele também disse: “A voz que diz a frase relativa ao Senador José Sarney é a voz de quem se identifica como Zuleido na conversa telefônica, não pertence ao mesmo interlocutor”. Mais ainda, no laudo completo, ele prova e mostra a mudança de ciclagem tecnicamente, como está comprovado. Entretanto, isto foi feito. Para quê? Se foi feito nisso, quantas dessas gravações que publicaram aí não foram montadas? Quantas? Alguém pode dizer, afirmar que não se procede? E onde foram montadas? Quem é responsável por isso? Nós não temos, nenhum de nós... Hoje somos impotentes para saber exatamente o tipo de processo que se usa.

Mas a campanha não fica só aí. Eu quero também dizer ao Senado uma coisa lamentável. Nessa busca, foram atrás do sujeito, da pessoa a quem eu vendi minha fazenda em 2002, o Sr. Giovani. E um jornalista, credenciado aqui no Senado, chega ao seu escritório agredindo, dizendo “o senhor é ‘laranja’ do Sarney, confessou!”, e rouba os papéis que estavam em cima da mesa dele e sai correndo.

Pois bem. Isso está gravado aqui, porque um senhor como o Sr. Giovani tem gravação de TV em seu escritório. A cena foi filmada e não deixa dúvida.

São esses os métodos que se usam numa campanha dessa natureza. Esse não é um método de deontologia, da profissão, e eu acredito que todos os jornalistas que estão ali jamais concordariam com isso.

Mas eu decidi, porque é do meu temperamento. Eu fiquei estarrecido com isso. Pensei se deveria exibi-lo aqui, mas decidi que eu iria ser arrastado ao nível do debate que tenho criticado, o que não é do meu feitio, e de que quero, pelo bem de todos, sair, e em respeito à imagem das pessoas. Não vou, portanto, publicar, mas digo que isso ocorreu, e se alguém duvidar e se colocarem na minha palavra, eu colocarei à sua disposição em minha defesa. Mas não vou divulgar porque não quero ofender criatura humana nenhuma, colocando-a em dificuldade aqui.

Acreditam, no entanto, que o que houve foi da maior gravidade. É uma demonstração do ponto em que foi levada essa guerra contra a minha pessoa. Devo registrar, por uma questão de justiça, que o ve-

ículo, informado da conduta do repórter, não utilizou os documentos que ele furtou.

Assim, Srs. Senadores, não está se desejando melhorar e nem pensando no Senado, mas se está numa campanha pessoal, sem respeitar a minha privacidade, os meus 55 anos de vida pública, de serviços prestados a este País e a este Senado, de muitas e cruéis lutas, graças a Deus, sem nódoa alguma.

São essas as graves acusações que pesam sobre a minha pessoa e merecem a minha quebra de decoro parlamentar.

Eu quero resumir. Em nenhum momento da minha vida faltei ou faltarei com o decoro parlamentar. Logo eu, que prezo a liturgia – porque decoro é conduta – cidadão de vida ilibada, de hábitos simples, ter falta de compostura e de decoro? Nunca eu acho que poderia alguém me acusar de uma coisa dessa natureza.

Não favoreci neta ou neto meu. Não abusei da minha autoridade ao requisitar o envio de seguranças para a minha residência. Não menti ao dizer que não tinha responsabilidade por atos administrativos na Fundação José Sarney. Sou, isto sim, vítima de uma campanha sistemática e agressiva.

Humildemente, como é do meu feitio, peço aos meus Colegas que me julguem pela minha conduta austera, sem arrogância, respeitando todos e com todos mantendo boa convivência, e não pelas mentiras, pelas calúnias, pelas montagens, como se acaba de ver, pelas acusações levianas de desrespeito às pessoas.

Peço justiça, para que possamos sair da crise e voltarmos nesta Casa ao ambiente de tranquilidade. Esse, na razão da minha personalidade, é o meu apelo, é a minha mensagem.

Não vou mudar.

O meu apelo é a volta de uma convivência pacífica entre nós. O que não posso aceitar é a humilhação de fugir das minhas responsabilidades, sem me dar outra solução senão aquela de me humilhar, de me submeter à humilhação pública perante o País.

No meu último discurso, falei em vencer a injustiça pelo silêncio, mas me lembrei de Clemenceau, um grande estadista francês que dizia que é muito mais difícil lidar com o silêncio do que com as palavras.

Que a paz seja restaurada nesta Casa. Que o ódio e a paixão política não nos façam perder a razão.

Cito, para terminar, palavras de uma jovem, de uma moça neurocientista, Ana Carolina, num livro que publicou, em que diz que obedecer à consciência, à sua consciência, é honrar a vida. É um trabalho sobre o cérebro. Ela diz:

“É um tempo difícil, eu sei. Qualquer entreluz transeunte é percebida como a mais intensa escuridão. Mas

segure, aguente, persista, resista. Encontre qualquer ponto de força que ainda more dentro de você. Você é amado também por muitas pessoas”.

Minha força não é o desejo de poder. Este cargo não me acrescenta nada senão agruras, injustiças, decepções e trabalho, mas minha certeza de que nada fiz de errado. A minha fé e a minha crença de que as Senhoras e os Senhores Senadores são justos – e a convivência faz conhecer as pessoas, nós nos conhecemos uns aos outros – ajudar-me-ão a reconstruir a paz e a harmonia no Senado, sendo julgado com espírito único de justiça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. José Sarney, a Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Devolvo a Presidência ao Presidente José Sarney. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Por solicitação do Presidente, continuo a presidir a sessão e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria, Sr. Presidente, lembrar à Casa, até por sugestão do Senador Tasso Jereissati, com o qual eu pude concordar, que nós vamos ter a reunião do Conselho de Ética do Senado Federal. E nós, com a aquiescência do Senador Paulo Duque, sugerimos suspender a reunião do Conselho de Ética por 30 minutos ou pelo tempo que durasse o discurso do Presidente José Sarney. É fundamental que nós instalemos aquele foro, para que essas questões de ética sejam lá pormenorizadamente discutidas.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Qual a proposta de V. Ex^a?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente.

É uma praxe – e nós descendemos da raiz parlamentar anglo-saxônica – que, quando o Presidente da República, no chamado ato de Estado, vai ao Parla-

mento, ouve – e não é bem o caso, mas, por analogia, se pode chegar lá – ele ouve as opiniões dos líderes da Casa. No caso lá, o líder do Partido Republicano e do Partido Democrata. Não é bem o caso porque se trata de um ex-Presidente da República, e não de um atual Presidente da República; todavia, trata-se do Presidente da Casa, e S. Ex^a, em substancial pronunciamento, expôs as suas razões.

Eu aqui, não como líder de um partido de oposição, mas como Senador e autor de seis das denúncias, com as quais se confrontará o Conselho de Ética daqui a pouco, denúncias que viraram três representações relativas às primeiras quatro denúncias assinadas pelo meu partido oficialmente, entendo que o Conselho de Ética pode esperar um pouco. Eu, por exemplo, gostaria muito de tecer comentários a respeito do que aqui pronunciou o Presidente Sarney, não sei se outros líderes também, outros Senadores, mas não temos hora. Entendo que devemos mesmo ir ao Conselho de Ética hoje, mas havia pedido inscrição para falar comentando a fala do Presidente da Casa, Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Bom; há uma praxe, Senador Arthur Virgílio, de se promover a alternância entre oradores inscritos, oradores que falam pela liderança e as comunicações inadiáveis. O Presidente Sarney acaba de falar como orador inscrito, por cessão.

Havendo esse entendimento por parte dos Líderes, falará o Senador Roberto Cavalcanti pela Liderança do PRB. Depois, falará o Senador Mozarildo Cavalcanti que está inscrito como orador. Em seguida, V. Ex^a como Líder.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para fazer uma sugestão em colaboração a V. Ex^a. Creio, pelo inusitado deste momento e pela importância dele, seria admissível V. Ex^a alterar essa rotina e permitir aos Líderes partidários que se pronunciem, cada qual, obviamente, em nome das suas agremiações.

Tenho a impressão de que todos os Srs. Senadores inscritos compreenderão a necessidade dessa alteração.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Presidente, pela ordem. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Papaléo Paes; logo após, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Perdão.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, inscrevi-me e sou o quarto, inclusive até já conversei com o Senador Mozarildo que, se eu não estivesse presente, ele falaria em meu lugar. Então, faço questão de fazer uso da palavra. V. Ex^a sabe o que custa para nós nos inscrevermos. Inscrevi-me, quero falar sobre um assunto extremamente importante para nós, e pode haver, mas, quando chegar na minha, faço questão de falar.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros. Logo após, o Senador José Agripino.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Presidente, não entendi bem, não sei se apenas eu, mas talvez o Senador Alvaro Dias tivesse sugerido a transferência da realização da reunião do Conselho de Ética, não sei se foi... Não entendi bem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, não. Sugeri ao Presidente da sessão que, ao invés de seguir a rotina das sessões diárias, em que se obedece rigorosamente à ordem dos inscritos, hoje, em razão do inusitado momento, da importância deste momento, e até em função da necessidade de termos a realização da reunião do Conselho de Ética, se permitisse falar, em primeiro lugar, os líderes.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Aqui ou lá?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aqui. É a pretensão do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias, houve uma objeção por parte do Senador Papaléo Paes, que pede para falar como orador inscrito. Foi o que entendi.

Senador Renan, conclua por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Era exatamente isso. Na medida em que esse debate aconteça aqui no plenário do Senado Federal, estaremos, consequentemente, prejudicando o debate que acontecerá especificamente no Conselho de Ética. Ou nós fazemos esse debate lá, ou aqui, mas é importante...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Renan, as duas coisas podem ocorrer concomitantemente. Podemos realizar a reunião do Conselho de Ética e a sessão poderá continuar normalmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de emitir a minha opinião.

Ontem, o Presidente José Sarney presidiu a sessão, ouviu o discurso do Senador Arthur Virgílio, ouviu o meu discurso – um discurso que não gostaria de fazer, mas que fiz por dever de consciência. S. Ex^a anunciou que hoje falaria. Não interrompeu, em momento nenhum, nem o meu pronunciamento, nem o de nenhum dos oradores. Está estabelecido o contraditório, contraditório este que vai se resolver em uma seqüência, começando pelo Conselho de Ética, que é o fórum próprio, para que se apreciem – e é preciso que se aprecie, sem a truculência do arquivamento, frise-se – os argumentos, que se dê a oportunidade aos acusados – e o acusado é o Senador Sarney – do direito de defesa, para que prevaleça o sentido de justiça.

Eu ouvi com muita atenção, com muito respeito, o discurso do Senador José Sarney, por quem tenho muito apreço pessoal, de muito tempo. Eu entendo, Presidente José Sarney, que o homem público – V. Ex^a tem mais tempo do que eu, e já tenho um bocado de tempo de vida pública –, mas aprendi que, na vida pública, se se quer o respeito da opinião pública, é preciso humildade, é preciso respeitar quando se é acusado, quando se é denunciado; é preciso disposição no primeiro momento de responder as acusações, de esclarecer e de se submeter à investigação no fórum próprio.

A minha opinião é a que a tarefa que nós temos que levar a efeito em função dos discursos que foram feitos ao longo de bastante tempo e do discurso do Senador Sarney feito agora é iniciarmos os trabalhos do Conselho de Ética, para que lá se estabeleça o contraditório, para que lá se estabeleça o processo que deve se estabelecer de investigação – não de arquivamento, mas de investigação.

Agora, cumpre a V. Ex^a, como Presidente, decidir – e acho que são incompatíveis – sobre continuar esta sessão concomitante com a reunião do Conselho de Ética. Ou a discussão acontece aqui e o Conselho de Ética não acontece, ou se prossegue, dentro do Regimento, com os inscritos normalmente, e o debate fundamental vai se estabelecer no Conselho de Ética a partir de agora. As duas coisas são incompatíveis e a sociedade não aceitará.

É a palavra que ofereço e a sugestão que apresento à Casa no sentido de que com serenidade e

com equilíbrio possamos levar a efeito a tarefa que nos compete. Acusações feitas, denúncias feitas têm que ser objeto de investigação e conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, como Líderes, ao Senador Arthur Virgílio e, logo após, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a discordância que eu tenho em relação ao encaminhamento da Mesa é no sentido de considerar impróprio, completamente impróprio, que funcionem concomitantemente as duas instâncias. Ou seja: ou adiamos o Conselho de Ética para ouvirmos a fala, pelo menos, dos Líderes – e o Presidente Sarney sempre se diz uma figura muito apegada à liturgia dos cargos que ocupa, e a boa liturgia, a meu ver, mandaria que se travasse esse debate após a fala de S. Ex^a; ou, paciência, não se ouve a palavra dos Líderes e se parte para o funcionamento do Conselho de Ética.

Eu entendo que fica incompleta esta sessão, mas me curvo à determinação da Mesa e à vontade da maioria se for essa a determinação da Mesa e a vontade da maioria.

Entendo que a liturgia fica quebrada, para usar uma expressão que é muito cara ao Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante pela Liderança do PT.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir – e acho importante para o Presidente Sarney e para todos desta Casa – que os Líderes falem, que as pessoas falem com transparência, o que pensam, o que acham, como avaliam a intervenção do Presidente Sarney, o que avaliam da defesa que foi feita hoje da tribuna deste Plenário e dos desdobramentos desse processo.

Esta Casa é feita pelo debate, pela transparência e pelo contraditório. Acho muito importante que haja esse pronunciamento, de forma breve e objetiva. Se algum parlamentar inscrito faz questão da sua presença, que se respeite e que também seja breve e objetivo e que, assim, logo a seguir, possamos ir ao Conselho de Ética e dar prosseguimento.

Acho que é um momento muito importante de todo esse processo. Nós estamos retomando a qualidade do debate político nesta tarde e podemos adiar um pouco a reunião do Conselho de Ética sem nenhum prejuízo dos trabalhos que faremos a seguir.

Portanto, eu queria manter a minha inscrição. Sou o terceiro Líder inscrito e gostaria de falar ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Crivella, pela Liderança do PRB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PRB, quero dizer que o Senador Agripino foi muito lúcido quando propôs que o debate ocorresse no foro próprio. Temos uma representação que está nas mãos do nosso Presidente. Cabe agora aos quinze membros do Conselho debaterem-se sobre elas. Já ouvimos aqui partes inflamadas de ambos os lados, daqueles que acusavam... E ouvimos hoje um discurso do Presidente que considerei muito adequado, explicando, ponto a ponto, essas denúncias. Portanto, Sr. Presidente, acho que já fizemos tudo o que tínhamos de fazer. Agora, isso está nas mãos do Conselho de Ética, que foi eleito por nós. Delegamos a eles o julgamento político do que vai ocorrer.

Então, em nome do PRB, Sr. Presidente, devo dizer que devemos encaminhar o caso ao foro adequado, regimental, que é o Conselho de Ética, onde os debates deverão ser travados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Nesta fase de oitiva das Lideranças, Senador Papaléo Paes, Senador Alvaro Dias e Senador Eduardo, vou ouvir o Senador Renan Calheiros e o Senador Gim Argello. Logo após, ouvirei os demais Senadores, para que eu possa tomar aqui uma decisão. Falará também o Senador Casagrande, pelo PSB. Aliás, o Senador Valadares se encontra presente.

Senador Renan Calheiros, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que, agora, quem não deve ter entendido bem é o Senador Aloizio Mercadante, porque o que evoluiu aqui foi o entendimento de que a reunião do Conselho de Ética daria consequência, encadearia esse discurso do Presidente Sarney. Nós, especificamente, pontualmente, discutiríamos qualquer questão lá, que penso ser o foro específico legítimo para tratar dessas questões.

Lamento apenas – e comproendo o dever funcional – que o Senador Aloizio Mercadante esteja reproduzindo, na verdade, uma proposta que foi feita ontem pelo Senador Eduardo Suplicy, que, há pouco, me lembrava que não queria que o Conselho de Ética realizasse a reunião hoje. Não sei se, na verdade...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não há problema em se realizar a reunião hoje. Apenas acho adequado que haja a posição dos Líderes,

para que, depois, prossiga o Conselho de Ética, já iniciado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Gim Argello, pela Liderança do PTB.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, em um momento como este, é preciso ter muito equilíbrio, e o equilíbrio aqui foi dado nas palavras do experiente Senador José Agripino e do Senador Marcelo Crivella, para não citar os outros Líderes.

O Senador José Agripino, com muita sabedoria, propôs que pudéssemos colocar no foro apropriado essa discussão. Então, sou a favor disso. Se é para funcionar o Conselho de Ética, vamos fazer funcionar o Conselho de Ética. Há vários parlamentares que querem falar aqui. Tantas vezes foi discutida aqui a montagem do Conselho de Ética, que tinha sido protelada. Agora, esse Conselho vai funcionar, está pronto para isso. Então, vamos fazer funcionar o Conselho de Ética e levar esse debate para o foro apropriado.

Concordo com as palavras do Senador José Agripino e do Senador Marcelo Crivella e tenho certeza de que seguem a mesma linha do pensamento do nobre Senador. A sessão aqui continua. Nada impede que ela continue.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me somar ao pronunciamento do Senador José Agripino no sentido de que se dê ao Conselho de Ética a oportunidade de fazer as investigações e as averiguações necessárias que lhe competem pelo Regimento Interno da Casa.

Neste momento, há três instâncias de julgamento no Senado Federal para tratar de denúncias ou de representações: a primeira é o Conselho de Ética; a segunda é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para tratar da legalidade das representações, se for o caso de o processo ser instaurado; e, por último, o Plenário do Senado, que é a última instância para a discussão desses problemas.

Acredito que, com a separação das discussões desse tema, iremos chegar à normalidade, com o Conselho de Ética cumprindo seu papel e com o Plenário votando as matérias que estão emperradas em função da crise que se abateu sobre o Senado.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT já tem uma posição definida. Desde o início, fizemos uma sugestão ao Presidente Sarney, no sentido de ajudar a resolver o impasse. Naquele momento em que a crise surgiu, o PDT fez a seguinte sugestão: o Presidente Sarney pediria licença da Presidência, para aguardar que todos os processos que estão no Conselho de Ética fossem apreciados, fossem julgados da forma mais correta, da forma mais isenta possível. Foi essa a posição do PDT.

A decisão de se licenciar ou não do cargo é do Presidente Sarney, que tomou a decisão de permanecer no cargo. Então, qual é a posição do PDT neste momento? O Senador João Durval é o representante do PDT no Conselho de Ética. O que queremos é que esse assunto seja debatido lá e que o discurso, o pronunciamento do Presidente Sarney seja, inclusive, peça para ser apreciada no Conselho de Ética, cotejando-se esse pronunciamento com as denúncias. E, ao final, que se julgue uma por uma.

O PDT também não aprova, não aceita que haja o arquivamento sumário desses processos. O PDT se posiciona, portanto, de forma muito clara: aguarda o pronunciamento do Conselho de Ética. Mas, se esse debate continuar aqui e se o Conselho de Ética não se reunir, não sei se até o fim do ano vamos acabar com esse problema que hoje está incomodando não apenas o Presidente Sarney, mas também os 81 Senadores e o Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Apenas para concluir esta discussão, vou conceder, mais uma vez, a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, e, depois, eu a concederei aos demais Senadores.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Marconi Perillo, eu queria só colaborar para a sua decisão. É que houve um engano da sua parte. O próximo inscrito sou eu. Se for necessário, estará liberada minha palavra para o Senador Arthur Virgílio. Só quero colaborar com a sua decisão, se assim for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Pois não, Senador. Obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obviamente, isso só tem validade se for adiado o funcionamento do Conselho de Ética, mas prevejo que a tendência, até pelo que ouvi dos eminentes Líderes, é a de se transferir o debate para o Conselho de Ética.

Eu não gostaria, Sr. Presidente, de fazer, na presença de V. Ex^a, pelo menos três observações. Não quero ser grosseiro e dizer que V. Ex^a faltou com a verdade. Mas se esqueceu, no mínimo, de três coisas graves. Em algum momento, V. Ex^a declarou não conhecer Rodrigo Cruz. Rodrigo Cruz é apenas o genro do Dr. Agaciel Maia, de quem o senhor foi padrinho.

Não sabia quem era. Pois é. Mas ele era o genro do Dr. Agaciel. Estou só lembrando ao senhor isso. Foi um dia muito emocionante, e o Senador Sarney não se lembrou disso. E disse não conhecer Luiz Cantuária também. É uma figura lotada no Conselho de Ética, homem público do Amapá. E o seu próprio neto – essa é a parte mais constrangedora, na qual eu não gostaria de entrar –, ele próprio, admitiu haver intermediado crédito consignado para o Senado, alegando que não havia nada de mais naquilo. Ele, de maneira muito franca, disse isso para a imprensa. São essas as três observações.

Meu discurso teria muito mais substância, mas, se não vai haver o debate que propus, eu queria registrar que houve três lapsos, que considero de certa gravidade, extraídos da fala de V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Para encerrar esta fase, concedo, mais uma vez, a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Como vi que o encaminhamento predominante é o de que iniciemos imediatamente a reunião do Conselho de Ética – respeitarei, evidentemente, a vontade da maioria dos Líderes –, só queria registrar, Presidente Sarney, em primeiro lugar, que hoje parte da imprensa publicou uma informação de que alguns Partidos teriam oferecido ao PT a possibilidade de nos associarmos a uma solicitação de renúncia de V. Ex^a, que o PSDB estaria encaminhando essa proposta, bem como os Democratas, o PSB e o PDT. Quero dizer que, em nenhum momento, recebi proposta de renúncia de nenhum desses Partidos.

Peço que as coisas sejam colocadas com transparência, para que possamos estabelecer um caminho de convivência e de discussão com a imprensa, com a sociedade e com o Brasil.

O Presidente do PSDB disse hoje à imprensa que a proposta do Partido era a de uma licença de sessenta dias. Quanto aos Democratas, o Senador José Agripino, desta tribuna, ontem, disse, de forma muito transparente, que a posição deles não era a da renúncia, que a proposta deles era a licença. O PDT e o PSB também nos acompanharam nessa proposta.

Nossa bancada manteve, desde o início dessa crise, a mesma posição. Todos acompanharam que houve divergência com o Partido, com o Governo, mas a nossa posição era muito clara: achávamos que a licença temporária do Presidente ajudaria o ambiente da defesa, ajudaria o ambiente da apuração, distensionaria o Senado e preservaria a instituição. A Presidência se associa à imagem do Senado, e já vivemos isso outras vezes na História. Avaliamos que essa atitude evitaria uma série de desgastes, de confrontamentos e de tensões que estamos vivendo. E por que a licença e não a renúncia? Porque a licença dá o direito à defesa; a renúncia é um prejulgamento, uma condenação, sem o contraditório, sem a argumentação, sem a defesa.

Mantemos nossa posição de licença, achamos que esse seria o melhor encaminhamento para essa crise, mas iremos ao Conselho de Ética, muito atentos, para analisarmos cada um dos argumentos da defesa e cada um dos argumentos das representações que foram feitas. Temos de ter critério e de aprofundar essas questões. Devemos estar abertos às argumentações, às fundamentações, ao contraditório, porque, sem isso, não há justiça. Não temos de nos açodar, de nos precipitar, de tomar uma decisão partidária, simplesmente engavetando todas as denúncias ou mantendo-as em bloco, porque esse não é o caminho de convivência de uma Casa que tem de, no devido processo legal, mostrar diferença, mostrar que é capaz de abdicar das suas paixões políticas imediatas, dos seus vínculos mais profundos, do ponto de vista de um projeto de poder, e de analisar com objetividade, com isenção e com profundidade.

Por isso, a nossa disposição – e tenho certeza de que é a dos representantes do bloco de sustentação ao Governo, do Partido dos Trabalhadores –, no Conselho de Ética, é a de analisar com profundidade essas questões e de nos debruçar sobre toda a defesa que foi apresentada aqui. Mas, igualmente, analisaremos a natureza das denúncias e das representações que foram feitas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Como estou priorizando a palavra das Lideranças em relação a esta decisão, vou conceder, também, mais uma vez, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (DEM – RN) Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de deixar claro – até conversei com o Líder Mercadante – que são dois fatos distintos. Houve uma reunião de Líderes no gabinete do Senador Sérgio Guerra ontem, pela manhã, em que estavam presentes Líderes do PSDB, do Democratas, do PT, do PDT e do PSB. Comuniquei claramente que, em seguida, haveria uma reunião com minha bancada e que eu proporia a tese da renúncia, e minha bancada entendeu ser oportuna a tese do afastamento. Como Líder de bancada, trabalho sempre com o consenso dos meus companheiros, e foi o que apresentei em seguida: a tese do afastamento.

Mas tínhamos tido uma conversa anterior no gabinete do Senador Sérgio Guerra, e houve o entendimento – que subscrevi e que o Líder Arthur Virgílio também já subscreveu – do encaminhamento de um documento que está pronto, aguardando a assinatura do Senador Mercadante, do Senador Casagrande, do Senador Cristovam e do Líder do PDT, propondo a licença do Presidente Sarney. A licença foi proposta por cinco Partidos políticos. Dois já o assinaram. O PSDB e o Democratas já assinaram esse documento.

Confirmo que o Senador Mercadante tem inteira razão. O compromisso que foi tomado na reunião no gabinete do Senador Sérgio Guerra foi de pedido de licença, proposta pelos cinco Partidos. O documento está pronto. Eu já o assinei e reafirmo aquilo que S. Ex^a disse.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Papaléo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em seguida, passarei a palavra ao Líder José Nery.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) Sem revisão do orador.) – Primeiro, Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento. Se houve um consenso de Líderes, eu não posso, jamais, atropelar as Lideranças, apesar de não ter recebido nenhum pedido. Então, eu aceitaria que todos os Líderes falassem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Mas já está pacificado isso.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Então, vou para outro esclarecimento e uma opinião, apesar de não ser a orientação do meu Partido. Vou falar por mim mesmo, como cidadão e como Senador.

Nós da Oposição nos empenhamos numa luta terrível contra a resistência que a Base do Governo fez para que não instalássemos tanto a CPI da Petrobras quanto o Conselho de Ética. Já chega, na minha

opinião, de transformarmos este espaço aqui, que é o espaço do cidadão brasileiro, que é o espaço das discussões de matérias importantes para o Brasil, num espaço que estava substituindo o Conselho de Ética. Hoje, há o fórum adequado para discutir as questões lá denunciadas, e nós não podemos priorizar o plenário e deixar de lado o Conselho de Ética, porque as decisões serão dadas lá e não aqui. Então, acredito que prevaleceu o bom senso de as discussões serem feitas no Conselho de Ética.

Quanto à CPI da Petrobras, não ouvi mais falar nela, inclusive acho muito importante o meu discurso – por isso a questão que eu fazia de falar – exatamente por ser um discurso que fala sobre a Petrobras e que merece o máximo de atenção, como merece o máximo de atenção esta decisão do Conselho de Ética que é muito importante para o Senado, muito importante para a opinião pública, muito importante para todos aqueles que querem o bem-estar da política brasileira, do Congresso Nacional.

Então, eu queria fazer esse registro, que não é impedimento, não torna impeditivo o fato de dizer que quero falar pela minha inscrição. A preferência é dos Líderes e, depois, minha.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias. Logo após, passarei ao Senador Nery.

É porque eles já estão há muito tempo de pé, Senador.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Também estou há dez minutos de pé, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para complementar a sugestão anterior.

A preocupação é exatamente com a sociedade, que aguarda uma decisão desta Casa. Nós temos de oferecer respostas à cobrança da sociedade.

Interrompemos este debate no plenário do Senado e o levamos ao Conselho de Ética. Ocorre que, preferencialmente, a TV Senado transmite a sessão; não transmitirá a reunião do Conselho de Ética. Interrompe-se o processo do contraditório. A valorização do discurso do Presidente Sarney – até a sua valorização – está no contraditório; a oportunidade que a Oposição deve ter para expor também as suas razões. E nós estamos frustrando a opinião pública, que nos acompanha neste momento. Essa é a minha preocupação.

Se a decisão é levar o debate para o Conselho de Ética, o mais sensato seria suspender a sessão no plenário do Senado Federal, para que a opinião pública pudesse acompanhar o debate que se travará lá no Conselho de Ética.

É uma preocupação que eu transmito a V. Ex^a porque sei que este é um momento histórico que nós estamos vivendo, este é um momento complexo, di-

fícil, cheio de contradições, mas que exige respeito à sociedade brasileira e, certamente, respeitá-la é agir com a maior transparéncia possível, oferecendo a ela oportunidade de acompanhar passo a passo o desenvolvimento desses acontecimentos que, lamentavelmente, infelicitam o Senado Federal, mas que podem significar, se a sua conclusão for inteligente, um momento inclusive de mudança definitiva, radical, que possa se constituir em recuperação da credibilidade que nós perdemos.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou passar a palavra ao Líder José Nery e, logo após, ao Presidente Sérgio Guerra. Em seguida, falará o Senador Renato Casagrande.

Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se nós observarmos, o Presidente do Conselho de Ética, Senador Paulo Duque, já se dirigiu para a sala de reuniões do Conselho, porque ele apenas suspendeu a sessão enquanto o Presidente Sarney fazia aqui o seu pronunciamento no plenário do Senado.

Tendo em vista que a reunião foi apenas suspensa e está recomeçando, seria importante os membros do Conselho de Ética acorrerem ao Conselho de Ética para acompanhar a reunião. Tenho concordância, Sr. Presidente, com os que já se manifestaram e solicito a V. Ex^a, com aquiescência, evidentemente, de todo o Plenário, que esta sessão seja suspensa, tendo em vista que a questão central a ser tratada nesta tarde será o debate no âmbito do Conselho de Ética.

É a solicitação que faço a V. Ex^a, evidentemente consultando o Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo) – Senadores José Nery e Alvaro Dias, eu já vejo manifestações de Senadores inscritos que querem fazer uso da palavra, como é o caso do Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra, o Presidente Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que hoje uma etapa importante dessa discussão foi cumprida. O Presidente José Sarney veio ao Senado, apresentou os seus argumentos, fez a sua defesa. Trata-se da defesa do Presidente José Sarney.

Nós, do PSDB – o Líder Arthur Virgílio tem sido sistemático nisso –, sempre, desde o primeiro momento, entendemos que o Conselho de Ética tinha de ser usado, tinha de ser o instrumento adequado para que essa avaliação, essa fiscalização, o contraditório se exercesse.

Se se fala que nós apenas discutimos o que o Presidente Sarney falou, não estaremos contribuindo primeiro para a investigação, porque serão apenas palavras de um lado, argumentos de um lado e palavras

de outro lado e argumentos de outro lado, mas este Plenário não tem instrumentos para fazer uma investigação, uma apuração de dados.

Todo movimento, e o Regimento prevê em torno de assuntos desse tipo, implica o uso, a utilização do Conselho de Ética. Nós vamos para o Conselho de Ética. Queremos ponderar que o Conselho de Ética deve ser do Senado e não dos partidos. Eu ouvi de alguns o argumento, também de alguns que participam da maioria, de que eles têm maioria no Conselho de Ética. O que é isso? Se é uma maioria para fazer como deve ser feito, como é da responsabilidade fazer, o exame dos fatos com isenção, sem prejuízo e sem tropas de choque, vamos estar juntos, vamos fazer um Conselho de Ética de verdade, vamos levantar o conceito do Senado, sem prejuízos e sem tropas de choque. Maiorias eventuais, minorias eventuais não resolvem o problema da ética no Senado e, muito menos, o problema do Senado. Temos de ter isenção, tranquilidade, capacidade, independência.

O Presidente Sarney cumpriu o seu papel, ele se defendeu. Vamos ver se os partidos, se as pessoas e os Parlamentares que estão lá no Conselho de Ética vão cumprir o seu papel também. Se chegarem lá dando um show de precariedades, de falsos argumentos, se querem uma solução aritmética, não vão dar solução nem à crise do Senado nem ao mandado do Presidente José Sarney.

Haverá sempre um recurso. Se, amanhã, a capacidade de investigar, de produzir democracia aqui cessar, vamos buscá-la em outro lugar: no povo, na rua, nas assembleias, em todo lugar. Não vamos cessar diante de nenhuma ameaça aritmética. Ameaças físicas, discursos agressivos, não tomamos nota, não nos preocupamos com isso. Isso não é demonstração de democracia. É demonstração de falta de democracia. Agora, uma discussão exata, tranquila e segura, vão lá para o Conselho de Ética, nós estaremos juntos com dois, três, quatro, cinco, não importa. À luz do dia, vamos discutir cada uma das acusações feitas ao Presidente José Sarney ou a quem quer que seja, para lá chegarmos à uma conclusão democrática e segura.

Ameaça, ameaça, chantagem, como vi hoje – “vamos incluir o Senador tal ou o Senador qual” –, são ameaças de gente que não merece ser Senador, que não é verdadeiramente democrata, que não respeita ninguém. Gente fiscalizando gente, “estou aqui com dossiê contra um, contra outro”, isso é uma fraude. Esses devem ser cassados, e nunca mais devem ser eleitos, inclusive uma parcela deles não foi eleita.

Então, temos de ter muita firmeza, convicção, para honrar o Senado, para respeitar o Presidente do Senado, que fez lá o seu discurso e deu as suas ra-

zões e que tem de ter o seu discurso e as suas razões examinadas por todos, com equilíbrio, com coragem e não na base da aritmética.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, para encerrar esta fase, o Senador Renato Casagrande. Logo após, vou anunciar o próximo orador, que é o Senador Roberto Cavalcanti, que vai falar pela Liderança do PRB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PRB – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ouvi o pronunciamento do Senador José Sarney, fez a sua defesa, estou defendendo, e fiz um pronunciamento ontem, que o caminho para que possamos solucionar a crise de fato é o Conselho de Ética. O Conselho de Ética é um Conselho capenga, porque foi formado no meio de uma crise. Então, é importante que possamos fazer este registro mas, felizmente ou infelizmente, a saída é por lá. O que não pode é o Presidente do Conselho decretar um arquivamento amplo, geral e irrestrito das representações e das denúncias porque isso desmoralizaria o Conselho, o Senado e nos afastaria ainda mais da sociedade brasileira.

Então, tendo processos, representações e denúncias que tramitem no Conselho de Ética, o Senador José Sarney poderá fazer a defesa que fez aqui formalmente no Conselho de Ética; o Relator poderá fazer a investigação; qualquer membro do Conselho poderá fazer a investigação, e, aí, sim, votaremos no Conselho no Conselho de Ética e, se alguma representação vier para cá, votaremos em plenário do Senado. Mas a saída é, de fato, as representações e denúncias pelo Conselho de Ética. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela Liderança do PRB, o Senador Roberto Cavalcanti, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna na tarde de hoje com o coração em festa e me sentindo fraternalmente ligado a cada homem, mulher e criança que, na “Capital das Acácias”, comemora os 424 anos da bela João Pessoa, cidade onde o sol nasce primeiro.

Mais do que uma homenagem, quero fazer, dessa tribuna, uma declaração de amor a essa cidade de convidativas praias de águas mornas e cristalinas, de povo afável e hospitalício, convite natural para o turismo familiar de qualidade.

Declaração de amor a essa cidade e a sua gente cativante, terceira capital mais antiga do Brasil, que

possui um sítio arquitetônico de valor histórico inestimável, salpicado pelo verde que lhe confere qualidade de vida e a condição de segunda cidade mais arborizada do mundo, atrás apenas de Paris, de acordo com a ONU.

Entretanto, para colocar o meu canto de amor numa perspectiva histórica, indispensável para compreender a sua inserção na modernidade atual, começarei por abordar aspectos históricos que permitem a compreensão do mundo no momento do seu nascimento e as circunstâncias de desenvolvimento que explicam a João Pessoa 2009.

No dia 5 de agosto de 1585, nasceu a Cidade Real de Nossa Senhora das Neves, às margens do rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba.

Foi a consolidação da Capitania Real da Paraíba, criada por ato do Rei Dom Sebastião, 11 anos antes, em 1574.

Na realidade, a implantação da capitania foi uma guerra de conquista, já que os portugueses precisaram do apoio dos índios tabajaras para vencer os índios potiguaras, habitantes e senhores da região até então.

Foram necessários, Sr. Presidente, 11 anos e 5 expedições para que, finalmente, o marco inicial da Cidade Real pudesse ser fincado na nova capitania.

Estava, então, fundada a 3ª cidade brasileira do século XVI, sucedendo a Salvador e a Rio de Janeiro, as duas únicas que a antecederam.

Somente no século seguinte é que novas cidades seriam fundadas.

Havia diversas vilas, como as de São Paulo, São Vicente ou Santos, mas só se tornaram cidades no século XVIII.

De fato, Sr's e Srs. Senadores, a atual João Pessoa foi a primeira cidade capital de capitania criada por ato real, já que Salvador era a capital da colônia e Rio de Janeiro tinha sido fundada para dar combate aos franceses instalados na Baía de Guanabara.

Com a transferência da Coroa Portuguesa para a Casa Real da Espanha, durante o reinado de Felipe II, a cidade passou a chamar-se Filipéia de Nossa Senhora das Neves, refletindo o costume que perdura até hoje de homenagear dirigentes, no caso um monarca, mesmo sem razão histórica consistente.

Essa denominação durou quase sessenta anos, quando, sob o domínio holandês, a cidade passou a se chamar Friederickstadt – cidade de Frederico – ou Frederica, em homenagem ao Príncipe Maurício de Nassau, da Casa de Orange, senhor do Nordeste bra-

sileiro nessa época, dando continuidade ao costume da homenagem ao poderoso de plantão.

Vinte anos depois, com a expulsão dos holandeses, a cidade voltou a se chamar Nossa Senhora das Neves, perdendo apenas o epíteto de Real.

E assim foi de 1654 até 1817, sendo essa, pois, a denominação que mais tempo identificou a capital da Paraíba.

Naquele ano de 1817, pois, início do século XIX, a cidade passou a chamar-se Parayba do Norte, quando a província aderiu à Revolução Pernambucana, junto com o Rio Grande do Norte, contra o absolutismo português.

Foram os ventos da revolução francesa, da independência norte-americana, que sopravam nas praias do nordeste brasileiro.

Em 1930, ano de fortíssima agitação política nacional, ocorre o assassinato do Presidente do Estado da Paraíba e candidato à vice-presidência da República, na chapa de Getúlio Vargas, o Dr. João Pessoa.

A esse ato é associada a origem da Revolução de 1930, que viria a desembocar no Estado Novo e na ditadura Vargas, longa, de 15 anos.

Sob o trauma da perda do seu Presidente do Estado, a capital da Paraíba teve seu nome trocado para homenagear o político assassinado, passando a se chamar João Pessoa.

E assim permanece até hoje.

Sr. Presidente, esse pequeno resumo da história da capital de meu Estado serve para mostrar a importância histórica da Paraíba e de sua capital.

Nascida para defender os interesses da Coroa portuguesa contra a exploração, por outras nações, das riquezas do Nordeste brasileiro, João Pessoa sempre esteve no centro dos grandes acontecimentos nacionais.

Mesmo não tendo crescido como outras capitais de Estados vizinhos, João Pessoa é uma cidade cosmopolita, localizada entre os rios e os mares, com clima agradável e cheia de belezas e atrações, que encantam seus visitantes e orgulham os habitantes.

Mas não só de belezas vive nossa capital.

Ela também tem seus vultos eminentes na história brasileira. Para fugir do lugar comum, sintetizo, na figura do Comandante Vidal de Negreiros, o principal artífice da expulsão dos holandeses de Pernambuco, segundo a opinião de historiadores importantes, a minha homenagem.

Mas João Pessoa não cessou de produzir pessoas ilustres para o Brasil em séculos passados. Continua e continuará a produzir generosamente pessoenses

ilustres, que enobrecem esse berço de brasileiros de boa cepa.

Todavia, é no homem comum, profundamente identificado com as raízes, os usos e os costumes, os valores, a alma e os sonhos do imaginário coletivo que vou buscar a face solidária e combativa do pessoense.

A esse homem comum, de valor extraordinário e de humanidade inquestionável - a dona de casa, o estudante, o operário, o empresário, o industrial, o jornaleiro, a professora, o feirante, o lavrador, homens e mulheres, velhos e moços que anônima e heroicamente constroem a cidade com seu trabalho incansável e exemplos de vida -, é que quero me juntar nesta singela homenagem.

Sr's e Srs Senadores, a Capital da Paraíba, nossa João Pessoa, comemora hoje 424 anos de fundação.

São mais de quatro séculos de história e lutas pelo povo paraibano e pelo povo brasileiro.

Dessa história, muito nos orgulhamos e queremos compartilhá-la com todo o País.

Saudo, desta tribuna, nossos conterrâneos e louvo nossa capital, como paraibano por adoção e coração, já que nascido em Pernambuco.

Ela continuará sendo um marco na história do Brasil, por sua gente e por sua capacidade de trabalhar em prol do povo brasileiro.

Unindo tradição e modernidade, a Estação Ciência, projetada por Oscar Niemeyer, é um marco de contemporaneidade que encanta crianças, jovens e adultos, inserindo-os na aventura do século XXI. Essa jóia tropical, localizada no ponto mais oriental das Américas, a Ponta do Seixas, se oferece como recanto delicioso para se viver e visitar.

Andar por João Pessoa é experimentar diferentes aromas, em uma festa dos sentidos, e caminhar sob a sombra em boa parte dos percursos.

Em alguns quintais, são tantas as árvores que dificilmente é possível distinguir as casas acolhedoras que se escondem atrás delas.

Lá, a vida corre calma e tranquila, em um convite expresso ao bem viver, aliado aos atrativos das grandes capitais, e é o convite que eu quero trazer ao resto do Brasil: conheçam João Pessoa. Sei que vão amá-la, como eu aprendi a amá-la nesses anos de convívio e intimidade intensos.

Aos pessoenses e à sua bela e tradicional cidade, nascida sob o signo da realeza, porém temperada e forjada pela força dos trabalhadores que acolhe, feliz aniversário!

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar também o Jornal *Correio da Paraíba*, que, coincidentemente, aniversaria no dia de hoje, junto com João Pessoa. São 56 anos do jornal de maior circulação do Estado, fundado pelo ex-membro do Congresso Nacional Teotônio Neto e mantido, ao longo de todos esses anos, por uma equipe fantástica de colaboradores. Parabéns, jornal *Correio da Paraíba*!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Cavalcanti, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós, como Presidente, neste instante, nos associamos ao aniversário de João Pessoa e ao Jornal *Correio da Paraíba*. E V. Ex^a justamente com o Senador Cícero Lucena, que hoje também faz aniversário, e Efraim Moraes, que representa tão bem o povo paraibano.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. *Fora do microfone.*) – E Nossa Senhora das Neves!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E Nossa Senhora das Neves que abençoe a Paraíba e sua gente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 133/2009-GSDTORRES

Brasília, 5 de agosto de 2009.

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para solicitar de Vossa Excelência a alteração da topografia do art. 231-A, de que trata o PLS nº 253, de 2004 (SCD nº 253, de 2004), para adequação da técnica legislativa, passando-o do art. 3º para o art. 2º.

Respeitosamente,


Senador Demóstenes Torres

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência esclarece ao Plenário que o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004 (nº 4.850, de 2005, naquela Casa), que altera o Código Penal e a Lei de Crimes Hediondos, foi aprovado pelo Plenário no dia 16 de julho, na forma do texto consolidado, oferecido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e encaminhado à sanção do Presidente da República no dia 23 último.

A Presidência, não havendo objeção do Plenário e considerando que se trata de inexatidão material, devida a lapsus manifesto, cuja correção não importa em

alteração no sentido da matéria, determina a republicação do Anexo da Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, consolidando a adequação proposta pelo Senador Demóstenes Torres, Relator da matéria, nos termos do disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno, bem como o envio de novos autógrafos à Presidência da República.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Anexo da Redação Final republicado:

¹ANEXO AO PARECER N° 1.151, DE 2009.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004 (nº 4.850, de 2005, na Câmara dos Deputados).

Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 2º O Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“TÍTULO VI DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro

¹ Republicado para consolidação da adequação de redação proposta pelo Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.” (NR)

“Violação sexual mediante fraude

Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.” (NR)

“Assédio sexual

Art. 216-A.

.....
§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.” (NR)

“CAPÍTULO II DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.” (NR)

“Ação penal

Art. 225. Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação.

Parágrafo único. Procede-se, entretanto, mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável.” (NR)

**“CAPÍTULO V
DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM
DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL**

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

.....” (NR)

“Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

.....” (NR)

“Rufianismo

Art. 230.

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.” (NR)

“Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa." (NR)

"Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual"

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa."

Art. 3º O Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 217-A, 218-A, 218-B, 234-A, 234-B e 234-C:

“Estupro de vulnerável”

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º A pena é aumentada da metade se há concurso de quem tenha o dever de cuidado, proteção ou vigilância.

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.”

“Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente”

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.”

“Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável”

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

§ 2º Incorre nas mesmas penas:

I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no **caput** deste artigo;

II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no **caput** deste artigo.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.”

“CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena

Art. 234-A. Nos crimes previstos neste Título a pena é aumentada:

I – da quarta parte se o crime é cometido com o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas;

II – de metade, se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, tio, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador da vítima ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

III – de metade, se do crime resultar gravidez; e

IV – de um sexto até a metade, se o agente transmite à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador.”

“**Art. 234-B.** Os processos em que se apuram crimes definidos neste Título correrão em segredo de justiça.”

“**Art. 234-C.** Para os fins deste Título, ocorre exploração sexual sempre que alguém é vítima dos crimes nele tipificados.”

Art. 4º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, Lei de Crimes Hediondos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
V - estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º);

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º);

.....” (NR)

Art. 5º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º In corre nas penas previstas no **caput** deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet.

§ 2º As penas previstas no **caput** deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se os arts. 214, 216, 223, 224 e 232 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Consultando a lista de oradores inscritos, para uma comunicação inadiável, já foram todos. Então, temos Eduardo Azeredo, que representa o PSDB de Minas Gerais e, em seguida, o Senador Papaléo Paes, que também representa o PSDB do grandioso Estado do Amapá.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, na verdade, eu queria abordar aqui a questão de Itaipu, um problema grave que se está avizinhando, em que o Governo brasileiro vai cedendo às promessas de campanha do Presidente Lugo.

Mas eu não vou abordar este assunto hoje, Sr. Presidente. Vou deixar para fazê-lo numa outra oportunidade, já que o dia está caminhando para o fim depois de todas essas questões que envolvem a Presidência do Senado. Portanto, me parece que devamos avançar em outros temas.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós não fomos eleitos para sermos promotores. Eu não fiz concurso de promotor. Eu fui eleito para representar o Estado de Minas Gerais. Eu não quero ficar aqui um ano discutindo entre Sarney, sai Sarney; outro ano discutindo entre Renan, sai Renan. Nós temos que ter fóruns que discutam como agora faz o Conselho de Ética que está

reunido, e não é exatamente paralisando a Casa que nós vamos avançar.

Eu acho que existem problemas variados para serem discutidos e que exigem a presença, a palavra do Senado. A nossa palavra não tem que ser apenas nessas questões de fica Renan, sai Renan, fica Sarney, sai Sarney. Não pode ser assim o dia a dia nosso aqui no Senado. Nós temos outros problemas que estão pendentes. Por exemplo, temos a questão da CPI da Petrobras, que precisa ser instalada em definitivo para que possamos defender essa empresa que é a mais importante do Brasil. Não é possível que a Petrobras, invadida lá na Bolívia, não seja defendida corretamente pelo Governo brasileiro ao ser invadida pelo Exército boliviano.

Então, é o momento de fazer a defesa, como a Oposição quer, da Petrobras para evitar que ela seja manipulada politicamente, que ela seja usada politicamente. Esse é um dever nosso dos Senadores, além do dever exatamente de fazer uma modificação no Senado para acabar com as coisas erradas que aconteceram aqui, especialmente do ponto de vista administrativo, e avançar na nossa função de fiscalização do Poder Executivo em especial.

Esta é uma das funções principais dos Senadores: fazer a fiscalização do Governo Federal. Isso é o que precisamos fazer no caso da Petrobras, no caso

da saúde, que é um tema que desejo abordar também, Sr. Presidente.

Nós estamos agora com a questão da gripe suína. Lamentavelmente, ela vai avançando e, de repente, se descobre que o Brasil tem pouca disponibilidade do remédio indicado, o Tamiflu; a cada dia aumenta o número de mortes em cada cidade brasileira. Nós estamos precisando, portanto, do Senado brasileiro em relação à questão da saúde. Esta é uma questão gravíssima, que interessa a todos os brasileiros: a gripe suína. Mas, junto com ela, nós temos a questão da sustentabilidade das Santas Casas no Brasil. As Santas Casas são, na verdade, hospitais públicos com gestão privada. Elas atendem a milhares e milhares de brasileiros, e não temos hoje uma linha especial de crédito que possa financiar, que possa atualizar os equipamentos, cada vez mais caros.

É importante que a linha criada no passado, junto ao BNDES, pelo então Ministro da Saúde, José Serra, volte para que a Santa Casa tenha uma condição financeira melhor, possa se atualizar e atender a milhões de brasileiros que as Santas Casas atendem.

Da mesma forma, Sr. Presidente, chega de ficar esperando um recurso extra para poder fazer a regulamentação da Emenda nº 29. O Governo perdeu a questão da CPMF e, ainda hoje, usa isso como justificativa para não fazer a regulamentação da Emenda nº 29, que especifica o percentual mínimo para a saúde de cada nível de Governo: federal, estadual e municipal.

Então, o primeiro ponto é o financiamento para as Santas Casas. O segundo ponto seria exatamente a regulamentação da Emenda nº 29, para que a saúde possa ter mais recursos.

No mundo todo, a saúde está ficando mais cara. Ela avança tecnologicamente, mas, avançando tecnologicamente, exige mais recursos. E toda vez que se aperta o Ministro da Saúde ou que se tem alguma discussão maior, qual é a justificativa do Governo? Ah, a Oposição derrubou a CPMF. Ora, isso já passou, a arrecadação já cresceu. A Líder do PT, Senadora Ideli, já não voltou a dizer aqui que está crescendo, com todo um otimismo exacerbado?

Ora, vamos ter, portanto, um pouco mais de atenção com a questão da saúde no Brasil. Precisamos de ter os remédios a tempo e a hora; precisamos de ter apoio às Santas Casas; precisamos, Presidente Mão Santa, V. Ex^a que é médico, de ter realmente um atendimento maior; regulamentar, de uma vez por todas, a Emenda nº 29; dar mais recursos para poder atender a população. As filas que nós temos são enormes para os procedimentos, para aqueles que precisam de fazer transplantes, para aqueles que precisam de uma simples consulta.

Isso tudo está ficando... Nós precisamos discutir esse assunto com presteza, no dia a dia aqui do Senado. É evidente que as nossas comissões continuam funcionando, todos nós participamos de comissões, estamos discutindo assuntos que são importantes, necessários. Ainda hoje discutímos, na Comissão de Educação, presidida pelo Senador Flávio Arns, a questão dos brasileiros que estudam no exterior e que chegam aqui e precisam de regulamentar, de validar os seus diplomas. Esse é um assunto que interessa a milhares de brasileiros. Pode não ser um que esteja me ouvindo, pode ser um outro que não esteja prestando a atenção hoje, mas essa é uma atuação que se exige do Senado.

Eu ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti com muito prazer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Azeredo, V. Ex^a aborda um tema que lamentavelmente, sempre que alguém da área do Governo aborda, aborda distorcendo estatísticas, etc. V. Ex^a está colocando muito claramente a questão. Lembro-me como se fosse hoje da discussão sobre a CPMF e eu fui contra a CPMF mesmo sendo médico. Aliás, até por ser médico fui contra a CPMF porque, na verdade, a CPMF foi criada para a saúde e depois servia para tudo e talvez até menos para a saúde, talvez até para fazer superávit primário servia. Então, na verdade, o que falta na saúde não é dinheiro; o que falta na saúde é gestão, é vergonha na cara, é o Governo dar prioridade a um setor importante como é a saúde. E, como V. Ex^a disse, se é dinheiro que está faltando, aprove-se a Emenda nº 29, que está na Câmara, foi aprovada aqui no Senado, e está resolvido o problema. Mas, não. Agora mesmo, por incrível que pareça, não dá para entender este Governo, Senador Azeredo: o Governo manda um projeto para a Câmara para criar as fundações públicas de direito privado, o que vai na verdade modernizar a gestão do SUS. Aí, o PT e os partidos aliados são contra, estão barrando um projeto mandado pelo Governo, portanto, pelo Presidente Lula, pelo Ministro da Saúde e outros cinco. Na verdade, o que estão fazendo é uma brincadeira com o povo brasileiro e, pior, essa conta de descaso com a saúde quem paga é justamente o doente pobre. Mesmo aquele remediado, como se diz no popular, tem muita dificuldade para ser atendido pelos planos de saúde. Imaginem pelo SUS!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Mozarildo, V. Ex^a traz realmente a sua experiência. Temos que estar aqui defendendo a saúde dos brasileiros como um todo e especialmente as pessoas mais pobres, como lembra bem V. Ex^a. Por isso quero insistir que temos que ter o dia a dia, temos que resol-

ver de uma vez por todas essas pendências aqui no Senado, temos que resolver de uma vez por todas as questões administrativas, abusos que foram cometidos seguramente. Agora não venham querer também que não possamos mais discutir outros assuntos. Não é possível. Temos que discutir questões como esta da saúde. É importante para o brasileiro ter um Senado que esteja moralizado, que não tenha abusos? Sim, é importante. Agora, é importante também para o brasileiro que ele entenda que temos as nossas funções, temos as nossas lideranças. O meu Partido já fez o que tinha que fazer. Agora, está na hora de nos voltarmos para outras questões, como esta da saúde. São tão importantes quanto as questões que dizem respeito à direção do Senado.

Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Azeredo, V. Ex^a traz o assunto da saúde para a pauta para a gente discutir e toca na questão das Santas Casas. Temos que arranjar uma forma de continuar as Santas Casas, porque elas já faziam o SUS antes de ele existir, porque todas as pessoas tinham acesso a elas, qualquer pessoa é atendida nas Santas Casas e continua sendo atendida, apesar da precariedade, das dificuldades por que estão passando. Outra questão que V. Ex^a tocou foi com relação aos nossos técnicos que se formam no estrangeiro, ou os estrangeiros que vêm para o Brasil.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A maioria na área da saúde, da medicina, enfermeiros, odontólogos.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador, é uma burrice a gente não regulamentar o exercício profissional dessas pessoas. Se estou ganhando de graça um médico especialista ou um médico geral mesmo que não custou nenhum tostão para o Brasil, as nossas universidades têm que fazer um teste para ver se ele está habilitado, fazer logo e habilitar essas pessoas. Se, nos Estados Unidos, a gente consegue habilitar, os americanos até facilitam para a gente ir para lá. Logo que me formei, havia a oportunidade de fazer residência lá. Tudo facilitado, me davam tudo para ir para lá. E aqui, no Brasil, a gente faz essa burrice? Não esqueçam...

(Interrupção do som)

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Três minutos é melhor. É que dos 5.564 Municípios do Brasil quase 70% não têm médicos. Não têm médico, por quê? Porque médico é um produto raro, escasso. Apesar de dizerem que tem muita faculdade de medicina, muito médico, temos poucos médicos. Então, temos que fazer condições para que os médicos possam atender nas

cidades pequenas. Quando não tem um médico numa cidade de 10 mil, 7 mil habitantes, quem atende é um auxiliar de enfermagem ou um técnico de enfermagem quando é melhor. Então, isso é que temos que ver. Os nossos organismos que defendem as profissões... eu sou médico, o nosso Conselho é meio antiquado em relação a reconhecimento de médico estrangeiro, mas temos que melhorar, criar condições para que médicos estrangeiros façam uma prova, façam uma adaptação na universidade e possam exercer a medicina, porque quem precisa de médico é o mais pobre, cai nas costas do mais pobre. Outra coisa que vemos também é uma tendência a quererem criminalizar, prejudicar as Unimed. As Unimed são um sistema auxiliar do Sistema Único de Saúde, têm que ser defendidas, têm que ser... Elas são empresas de médicos, de trabalhadores, mas não se pode só botar dificuldade nas Unimed, temos que facilitar a vida delas também, facilitar dentro do razoável e do bom senso. Então, parabéns a V. Ex^a por trazer este assunto porque estamos precisando discutir coisa que interesse a todos aqui nesta Casa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Senador Papaléo e Senador Flávio Arns.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Eduardo Azeredo, eu, realmente, faço este aparte para enaltecer V. Ex^a por ter trazido este tema que é extremamente importante e a sua experiência como Governador que foi do Estado de Minas Gerais, um Estado muito complexo, acredito que com mais de 900 Municípios.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Oitocentos e cinqüenta e três.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Oitocentos e cinqüenta e três Municípios. Realmente, só quem passou por uma experiência como essa consegue ir na profundidade do problema de saúde por que passa o País. Quero dizer que concordo com o Senador Mozarildo, que foi complementado pelo Senador Augusto Botelho. Esse é um tema que temos de discutir amplamente. Inclusive colocamos o Senador Augusto Botelho, com certeza, na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão de Saúde, para que possamos fazer até uma discussão ampla com tempo indeterminado sobre a questão da saúde. Então, respeitando o tempo de S. Ex^a e querendo ouvir o Senador Flávio Arns, que realmente conhece o assunto, parabenizo mais uma vez S. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Papaléo.

Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Agradeço ao Senador Papaléo Paes. O que S. Ex^a falou foi mais

pela amizade entre nós. S. Ex^a presidiu a Subcomissão de Saúde, é médico. O Senador Augusto Botelho também faz parte da Subcomissão, é médico, e tem toda a propriedade, toda a competência, para falar. Queria levantar três situações. Hoje pela manhã, V. Ex^a, como relator na audiência pública...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Foram três horas de audiência pública.

O Sr. Flávio Arns(Bloco/PT – PR) – Três horas de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte a respeito da revalidação, pelo Brasil, dos diplomas obtidos no exterior. Dentre eles, naturalmente, estão as pessoas da área de saúde, médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. As dificuldades foram muito bem levantadas. V. Ex^a esteve lá durante as três horas e penso que devemos regulamentar isso. V. Ex^a é o relator, e temos toda a condição, eu penso, de, a partir desse debate, fazer um bom trabalho nessa área. Na área dos planos de saúde, a gente tem que pensar bem nos planos de saúde porque eles atendem a cerca de 50 milhões de pessoas no Brasil. É outro orçamento da saúde. Se o orçamento da saúde é de R\$50 bilhões a R\$60 bilhões, mais ou menos, eu não sei exatamente quanto, mas é em torno disso, os planos de saúde carreiam para a saúde R\$50 bilhões a R\$60 bilhões. Só que há alguns problemas porque todos nós pagamos pela saúde, o imposto é alto, pagamos pela saúde e não temos saúde, temos que desembolsar dinheiro para pagar o plano de saúde, e o plano de saúde ainda paga imposto, imposto devido ao Governo. Então é uma “tratribuição”, a saúde nesse sentido é tributada três vezes. Então isso a gente tem que ver e examinar com cuidado. Agora, só para concluir, Senador Eduardo Azeredo, até desculpe-me por estar me alongando, mas em termos das Santas Casas, os problemas são bem conhecidos. Por exemplo, procedimentos: Santas Casas e hospitais, de uma maneira geral, recebem a metade ou 60% do que custa o procedimento. Se uma UTI custa R\$800,00, eles recebem R\$400,00. Nós mudamos a lei. Apesar de todo o esforço na questão do DPVAT, por exemplo – acabei de assinar um requerimento de audiência pública para debater essa matéria –, porque é um recurso que deixa de ir para os hospitais, para o atendimento. O orçamento é absolutamente insuficiente, e nós já aprovamos – o relatório foi feito pelo Senador Augusto Botelho – a regulamentação da Emenda nº 29, que agora está parada na Câmara. E nós temos que recuperar isso, porque o dinheiro, o orçamento da saúde é totalmente insuficiente. Quero parabenizar, como sempre, V. Ex^a pelo pronunciamento, V. Ex^a é uma pessoa meticulosa, competente, responsável

e honra o mandato que o Estado de Minas Gerais lhe concedeu por meio do voto. Parabéns!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns, Senador Augusto Botelho, Senador Papaléo, Senador Mozarildo, que vêm, realmente, contribuir nesse processo de discussão dos recursos para a saúde. Eu reitero: a minha presença na tribuna, hoje... Já estive outras vezes aqui para falar sobre o SUS, para reconhecer os avanços que o SUS significam para o Brasil, mas ainda há muito por fazer. Precisamos diminuir as filas – evidentemente sei que nós não vamos acabar, em definitivo, com elas –, precisamos facilitar a aquisição dos equipamentos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Já vou terminar, Sr. Presidente. Os consórcios municipais de saúde precisam ser incentivados. Em nosso Estado de Minas Gerais esses consórcios foram criados ainda na época em que fui Governador, com o então Secretário José Rafael Guerra; hoje continuam com o apoio do Governador Aécio, com o apoio do Secretário Pestana. Esses consórcios unem municípios que, assim, podem comprar mais equipamentos para atender a população. É preciso que a Emenda nº 29 seja devidamente regulamentada. E preciso que as Santas Casas tenham financiamentos especiais para cumprirem a sua função.

Portanto, Presidente, nós temos muitos assuntos para discutir. Eu disse aqui, no início dessa crise no Senado, que nós precisamos ter serenidade, reconhecer os pontos errados, buscar corrigi-los e ao mesmo tempo discutir os demais assuntos.

Esse é o ponto. Acredito que não devemos deixar de lado, evidentemente, a normalização do Senado, mas, ao mesmo tempo, devemos defender a população brasileira, como é o caso específico da saúde de todos os nossos habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passa-se à

ORDEM DO DIA.

A Presidência comunica ao Plenário que não houve acordo das Lideranças para a deliberação da pauta de hoje, ficando as matérias transferidas para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção*

dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 187, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Ikhessarenko.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do*

estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 136, DE 2008 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 136, de 2008-Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessenko; e

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2008 (nº 348/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.152, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2009 (nº 2.528/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tribu-*

tação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.

Parecer favorável, sob nº 1.153, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 388, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2009 (nº 2.144/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.154, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Renato Casagrande.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 393, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2009 (nº 661/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 1.155, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2009 (nº 737/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

15

REQUERIMENTO N° 911, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 911, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos).

16

REQUERIMENTO N° 924, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (Seguro-desemprego).

17

REQUERIMENTO N° 925, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 305, 443 e 568, de 2007, que se encontram tramitando em conjunto (reduz a zero a contribuição do PIS/PASEP para segurança social).

18

REQUERIMENTO N° 926, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 926, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, com o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 306, de 2003, por regularem a mesma matéria (proteção, tratamento e uso de dados pessoais).

19

REQUERIMENTO N° 927, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 927, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008 (repasse de recursos da União para agentes comunitários de saúde).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 947, de 2009**, do Senador Augusto Botelho e outros Srs. Senadores, solicitando que o Período do Expediente da sessão de 20 de outubro do corrente seja dedicado a comemorar o cinquentenário da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia — Febrasgo.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Febrasgo é a associação de todas as sociedades de ginecologia e obstetrícia. É uma sociedade de médicos que, inclusive, faz os concursos para declarar o médico especialista. Oferece cursos de treinamento de novas técnicas, de aperfeiçoamento da classe médica, melhorando a assistência à saúde não só das mães, mas de todas as mulheres.

Então, é muito importante que esta Casa preste homenagem a essa sociedade, que comemora o seu cinquentenário, porque essas associações já contribuíram muito para melhorar a saúde no Brasil.

Foi com muita honra que eu, V. Ex^a, o Senador Mozarildo e o Senador Papaléo assinamos esse requerimento para festejar os 50 anos da Febrasgo. Gostaria que este Plenário o aprovasse para que fizéssemos essa sessão. Ela completa 50 anos no dia 21, mas só havia vaga para festejar no dia 20.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Em votação o requerimento do Senador Augusto Botelho para uma homenagem à Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, sem dúvida nenhuma, Mozarildo Cavalcanti, é a que tem maior número de companheiros médicos.

Convidamos para usar da palavra o Senador inscrito Papaléo Paes, que se aproxima da tribuna. Ele é médico do Amapá, ex-Prefeito e Senador da República, um dos mais brilhantes Líderes do PSDB do País.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua referência.

Acho que nós que convivemos, nós que frequentamos esta Casa e participamos das sessões, não só nos momentos em que vimos aqui fazer nosso pronunciamento e em que ficamos aqui ouvindo também os pronunciamentos dos demais Senadores, de certa forma, nos sentimos aliviados, Sr. Presidente.

Acredito que, de agora em diante, este plenário, que existe exatamente para discutir as grandes matérias de interesse nacional, voltará à sua normalidade, visto que hoje se iniciaram as atividades do Conselho de Ética. E tudo que foi discutido aqui, muitas vezes incomodando aquelas pessoas que estavam assistindo aos nossos trabalhos, até desrespeitando a muitos, tem o seu foro adequado, que é o Conselho de Ética. É um verdadeiro alívio para todos aqueles que querem o bem desta Casa. No Conselho de Ética, sim; aqui era só discurso e conversa, mas lá haverá decisão. E as instâncias que poderão ser percorridas o serão, tentando-se fazer justiça tendo em vista tudo o que foi denunciado lá. Depois, se for o caso, o Conselho enviará a matéria ao plenário e aí, sim, vamos aqui votar.

Então, agradeço a Deus por estarmos sentindo nesta Casa uma sensação de bem-estar, exatamente pela tranquilidade que vemos até o momento. Não sei como está o Conselho de Ética, mas pelo menos aqui estamos com uma sensação de bem-estar, o que é salutar para podermos estudar e debater os projetos e trazer à luz aqueles que realmente interessam ao povo brasileiro. Enquanto esperávamos, Senador Mozarildo, para trazer para cá o assunto que, graças a Deus, já está no Conselho de Ética, nós deixamos passar muitas situações importantes para o Brasil. Então, acredito que todos nós temos de pedir desculpas ao povo brasileiro, exatamente porque nós não produzimos muito. Quando eu falo nós, refiro-me ao Senado Federal que não produziu o que deveria produzir em

virtude de todo aquele incômodo – muitas vezes imprudente – que aconteceu aqui.

Sr's e Srs. Senadores, instalada às vésperas do recesso parlamentar de julho, depois de suportarmos os evasivos argumentos da base aliada em pelo menos três ocasiões, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras deverá iniciar efetivamente seus trabalhos nos próximos dias. Já não era sem tempo. O Brasil está ansioso. Quer passar a limpo e conhecer os desmandos, o mau uso de recursos públicos e as apropriações indevidas que denúncias consistentes e cumulativas apontam como práticas recorrentes na estatal do petróleo.

Há coisas do arco da velha acontecendo em camadas bem mais acessíveis que o pré-sal, que precisam ser imediata e rigorosamente apuradas. É uma exigência cidadã e dos bons costumes políticos, que não pode nem deve ser postergada.

Direito da Minoría, que enfrenta com bravura o rolo compressor do Planalto, que acabou impondo à Presidência e Relatoria da CPI à base aliada, cumpremos desenvolver os trabalhos da Comissão dentro das mais estritas normas da ética e da legalidade. Assim, construiremos mais um decisivo vetor capaz de impedir a continuada desmoralização desta Casa, ora em terrível e dolorosa espiral.

Com esta CPI, não poderemos, sob hipótese alguma, admitir mais uma derrocada institucional. Ao contrário, ao cabo dos 180 dias de trabalho que ora se inauguram, nesta retomada das atividades legislativas e políticas do Senado Federal, vamos mostrar ao País nosso empenho em recolocar a Petrobras na trilha da legalidade.

O Brasil inteiro espera que seus representantes na Câmara Alta cumpram o dever de apurar, com o necessário rigor, as irregularidades seriais atribuídas à Petrobras, importante estatal que o PT vem administrando há quase sete anos. Cabe, portanto, a todos os Senadores que integram a CPI promover as ações, estabelecer as linhas de investigação, fixar as oitivas necessárias no limite das normas e leis em vigor no País.

Conforme o requerimento que deu origem a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, deverão ser apurados sete episódios claramente identificados:

1) indício de fraude nas licitações para reforma de plataforma para exploração de petróleo, apontada na operação de Águas Profundas da Polícia Federal;

2) irregularidades nos contratos de construção de plataformas, identificadas por relatório do Tribunal de Contas da União;

3) indício de superfaturamento na construção da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, igual-

mente apontada em relatório do Tribunal de Contas da União;

4) denúncia de desvio de *royalties* de petróleo, descoberta pela Operação Royalties, da Polícia Federal;

5) denúncia de fraude, oferecida pelo Ministério Público Federal, acerca de pagamentos, acordos e indenizações feitos pela Agência Nacional do Petróleo a usineiros;

6) denúncia de utilização de artifícios contábeis que resultaram no recolhimento de impostos e contribuições de R\$4,3 bilhões;

7) e, finalmente, denúncia de irregularidade no uso de verba de patrocínio da estatal para bancar festas no Nordeste.

Como se vê, não são poucos, ou de pequena monta, os fatos que haverão de merecer a dedicada investigação por parte dos integrantes dessa CPI, tão temida pelo Presidente Lula e seus apoiadores.

O receio da base aliada liderada pelo PT, responsável direto pelas sucessivas administrações da Petrobras, a partir de 2003, é tal e tamanho que chegam a insinuar que os defensores da CPI querem a privatização de nossa mais bem sucedida e promissora estatal.

Trata-se, evidentemente, de grossa aleivosia, destinada a colocar em dúvida a opinião pública brasileira, na vã e perniciosa tentativa de granjear simpatias contra a instalação e o funcionamento da CPI. Esquecem esses falseadores da realidade que a sociedade brasileira avançou; avançou e amadureceu nas últimas décadas e já não se deixa manipular pela retórica arcaica de um partido que, lamentavelmente, se degrada e se afasta cada vez mais do eleitor.

Concedo com muita honra um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, quando começou essa discussão aqui do requerimento da CPI da Petrobras, eu ouvi comentários para todos os gostos. Uns diziam que a Petrobras teria um terrível prejuízo se essas denúncias chegassesem aos ouvidos dos investidores. Ora, como se o Primeiro Mundo, o mundo desenvolvido, não estivesse sabendo, ao mesmo tempo, o que acontece aqui. E o que vimos é que não houve nada disso na Petrobras; pelo contrário, as ações se valorizaram. O que também ouvi é que a Petrobras é patrimônio público do Brasil. É verdade. É patrimônio DO BRASIL, e não patrimônio de algum partido político ou de setores de certas ideologias. V. Ex^a elencou aí as razões das investigações, mas, por exemplo, há também o financiamento de ONGs até inexistentes. E são bilhões –

não é brincadeira de mil ou milhão, não –, são bilhões de dólares que a Petrobras movimenta.

Outra coisa que me chegou recentemente, Senador Papaléo, foi a informação de que não consta na denúncia inicial que é preciso investigar, por exemplo, as concessões dos postos de abastecimentos dos aviões nos aeroportos. Dizem que aí existe uma máfia, Senador Mão Santa, terrível, porque, veja bem, o avião não pode escolher onde abastece. Ele abastece ali, e as opções não são muitas. A BR está presente em praticamente todos os aeroportos do Brasil, principalmente nos grandes aeroportos. É preciso também atentar para isso, porque, V. Ex^a está falando de um partido mas há outros partidos também que estão lá dentro pegando essa coisa. Então eu diria até que esses partidos ou esses políticos que estão por aí deveriam ter interesse em que se apurasse, para mostrar que não tem nada de errado, que está tudo certo e tal. Mas, pela forma como estão fazendo, botando os estudantes na rua protestando contra a CPI, botando na rua manifestantes dos mais diversos movimentos sociais com esse mesmo objetivo? E nós depois descobrimos que a Petrobras financia essas instituições! Aí, realmente, é muito claro que existe no mínimo, no mínimo, muito desvio de dinheiro.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Mozarildo, V. Ex^a realmente tocou em pontos importantes como o caso de ONGs que nem existem. V. Ex^a conhece muito bem essa questão de ONGs, porque V. Ex^a já foi Presidente de uma CPI das ONGs – a nossa atual não sei como está andando – e é uma questão muito importante para o País, não só para verbas federais, mas para verbas estaduais e municipais também.

Pelas informações que obtemos, pelo que ouvimos em ambientes, vamos dizer, que discutem questões políticas, partidárias, muitas dessas ONGs que aparecem servem de fontes de alimentação para os Caixas 2 das campanhas.

Então, se formos ver, como V. Ex^a conhece, o quanto o Governo Federal, por exemplo, repassou para as ONGs e verificarmos aquelas que, efetivamente, investiram esse dinheiro de uma maneira correta, perceberemos a disparidade. Nós temos conhecimento – já ouvi falar, mas não vou citar aqui porque não tenho certeza – de pequenas ONGs que se formam aí, que se constituem. Quanto elas repassam? R\$100 mil. Olha, a ONG recebe e dá de volta R\$80 para fazer o Caixa. Então, seria mais ou menos isso, assim como nós vimos.

Como é que um jovem brasileiro vai ser contra uma CPI da Petrobras? Não há como, amigo. Ele vai é querer a CPI. O jovem é contestador pelo seu direito, pelo direito do seu País. O que é a CPI? É uma conde-

nação que estamos fazendo à Petrobras? Muito pelo contrário. Nós estamos prestando um grande serviço à empresa e um grande serviço à Nação, e jovem nenhum se rebelaria contra isso. Aí, quando vamos ver, essas instituições, essas entidades, a que pertencem alguns jovens que fazem movimento de rua, são patrocinadas pela Petrobras. E outra coisa também de que eles têm certeza é que, jamais, qualquer um de nós pensaria na privatização da Petrobras. Tentaram jogar isso.

E a privatização jamais aconteceria, jamais acontecerá. É patrimônio, é uma estatal que dá orgulho ao País, e não há qualquer sombra de dúvida, Senador, e por isso eu insisto que nós somos totalmente contrários, Senador Mão Santa, à privatização da Petrobras. Essa empresa é um patrimônio dos brasileiros e avança como uma das companhias petrolíferas mais prósperas e promissoras do mundo, a despeito da gestão petista.

O que, de fato, buscamos com essa Comissão Parlamentar de Inquérito é esclarecer condutas e fatos denunciados por órgãos independentes e respeitáveis como o Ministério Público e a Polícia Federal. Queremos, sim, apurar de forma cabal os desvios apontados, responsabilizando na justa medida aqueles cidadãos e administradores que os engendraram, atuando contra a lei e as melhores práticas da administração.

Permitam-me o truismo, mas o que é público deve estar permanentemente sob escrutínio público. Nada além, nada aquém. É exatamente isto que os Senadores da Oposição e inúmeros colegas da base aliada do Planalto desejam que ocorra nos próximos meses.

Os argumentos, falaciosos, que líderes e parlamentares ligados ao Palácio do Governo tentaram aduzir no plenário e em conversas com os meios de comunicação não prosperam. Reafirmo: não há qualquer intenção de dar início ou de encaminhar-se qualquer processo de privatização da Petrobras. Por outro lado, é importante salientar, tampouco haverá qualquer tipo de prejuízo para a exploração da festejada camada do pré-sal. Quem negou essa inaudita possibilidade foi o próprio diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Assim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero saudar publicamente o início efetivo dos trabalhos da CPI da Petrobras, augurando os melhores resultados para a própria estatal e para o Brasil.

Com muita honra concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, eu vou fazer o aparte sobre um ponto específico do seu discurso que me chamou a atenção e que acho

muito oportuno independente, de, no resto, não ter discordância. É sobre o papel da juventude no Brasil de hoje. Realmente, se há um problema hoje neste País é a passividade com que a gente tem a juventude. A juventude não está mobilizada, está apática, indignada, é verdade, mas sem uma causa pela qual lutar. Eu não nego que também fiquei chocado quando vi a juventude, a UNE contra a CPI porque acho que a juventude é para ser a favor de toda CPI. Jamais ser contra uma CPI porque faz parte do espírito do jovem querer apurar tudo, mesmo aquilo que ela defende como a Petrobras, que o senhor defende e que eu defendo também. O Senador Collor, aqui na frente, nessa semana, falou de uma maneira, a meu ver, pejorativa dos "caras-pintadas". E eu tenho a impressão de que é o que está faltando no Brasil hoje: a gente ter um movimento de "caras-pintadas" por alguma causa que seja. Eu me preocupo muito também com a juventude militante, firme, ativa que o Partido dos Trabalhadores tinha e que hoje, a gente tem que reconhecer, é uma juventude passiva, uma juventude que a gente não vê se mobilizando em defesa de grandes causas, em defesa de projetos transformadores. Perdeu o vigor transformador. E aí me preocupa o futuro do Brasil. Um país sem uma juventude vigorosa na busca de transformação é um país sem futuro. Então, esse ponto do seu discurso para mim me chamou mais atenção até mais do que o próprio conteúdo completo, com todo o acordo que tenho sobre ele. Fico feliz que o senhor tenha trazido esse assunto. A gente tem que despertar essa juventude para que ela volte a ter o vigor transformador, o espírito de militância. E aí localizo muito o acomodamento da juventude do Partido dos Trabalhadores e também da juventude em geral.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo seu aparte ao meu discurso.

Senador Cristovam, eu realmente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Papaléo, um minuto para V. Ex^a concluir esse que foi o mais brilhante pronunciamento desta legislatura.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado.

Tem que estimular essa juventude não sei de que maneira. Nós precisamos da juventude, dos jovens, para participarem ativamente das cobranças que precisam ser feitas aos homens públicos. Necessitamos, sim. Além disso, é daí que surgem as lideranças políticas. Nós precisamos dos jovens, porque são eles que vão nos substituir, eles que vão começar um trabalho de modernização daquilo que não conseguimos fazer.

Então, é importante a presença da juventude.

Mas, Sr. Presidente, vou deixar de ler seis linhas do meu discurso para obedecer rigorosamente ao que V. Ex^a determina de acordo com o Regimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar da palavra, o Senador Augusto Botelho, por cessão do Senador Expedito Júnior; em seguida, o Senador Heráclito Fortes, por permuta com Garibaldi Alves.

O Senador Augusto Botelho é médico do Estado de Roraima, Senador da República e o melhor trigo do Partido dos Trabalhadores.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as}s e Srs. Senadores, estamos enfrentando um grave problema em Roraima. Na sexta-feira passada, as autoridades de defesa vegetal confirmaram, oficialmente, que um ácaro inédito no Brasil, *Raiouella indica* – também chamado de ácaro vermelho das palmeiras –, foi encontrado por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, em lavouras de banana de Boa Vista, em Roraima.

Por causa disso, uma barreira fitossanitária foi montada pela Superintendência Federal da Agricultura de Roraima, impedindo o escoamento da produção de banana para o Amazonas, nosso principal comprador. Cerca de 16 caminhões de 15 a 20 toneladas, até mais, saem para Manaus diariamente, carregados de banana da região sul do meu Estado.

Sr. Presidente, o ácaro vermelho é um ácaro raro, que se hospeda em plantações de banana, coco, palmeira e até plantas ornamentais tropicais.

Embora técnicos afirmem que o ácaro diminua a produção, ainda não há informação de que possa fazer mal à saúde humana.

A barreira fitossanitária foi montada na divisa de Roraima e do Amazonas em caráter de emergência, como forma de evitar que o parasita se espalhe pelo resto do Brasil.

A informação que tenho é a de que, nos próximos dias, todo o Estado entrará em uma espécie de quarentena para evitar que o ácaro vermelho, que só foi encontrado em folhas de coqueiro e bananeira em Boa Vista, se espalhe para áreas onde ainda não foi detectada a ocorrência.

A barreira fitossanitária na divisa de Roraima com o Amazonas passou a impedir a entrada da banana roraimense no Estado vizinho, assim que a praga foi confirmada oficialmente na Capital.

Especialistas em defesa vegetal estudam também intensificar o controle de trânsito de plantas hos-

pedeiras nas barreiras existentes nas fronteiras com a Venezuela e a Guiana e na entrada de Municípios com intensa atividade agrícola.

Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, é meu dever cobrar das autoridades federais, do Ministério da Agricultura, uma solução rápida para esse problema.

Apesar de entender que essa barreira foi montada em caráter emergencial, tenho que destacar que os produtores, principalmente dos Municípios do sul do Estado, não poderão esperar muito tempo por uma solução para esse problema.

A situação dos plantadores de Roraima já é grave. A economia da região sul do meu Estado começa a apresentar os efeitos da interrupção da exportação da banana ao Amazonas. E a expectativa não é das melhores, Senador Mozarildo. No prazo de um mês, as consequências poderão ser gravíssimas.

Cedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador do meu Estado, que luta também pelos nossos produtores, principalmente os da agricultura familiar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto, V. Ex^a está abordando um tema que ainda hoje... Aliás, ontem os jornais publicaram que os produtores estavam fechando o trânsito da BR-174, que é a rodovia que nos liga ao Amazonas, em protesto contra essa medida de bloqueio da nossa produção do sul do Estado de Roraima, principalmente dos Municípios de Caroebe, São Luiz, Baliza e Rorainópolis, para o Amazonas. Então, na verdade, é preciso, como disse V. Ex^a, já que se trata de um problema sanitário de âmbito federal, porque envolve dois Estados, que o Ministério da Agricultura e a Embrapa tomem urgentemente as providências; primeiro, para fazer um diagnóstico correto; segundo, para ver qual é a extensão do problema, para que não haja um prejuízo tão grande para aqueles pequenos produtores lá do sul do nosso Estado, que têm justamente nessa atividade econômica a sua fonte de renda. Então, não é possível que, primeiro... Evidentemente, pode-se até dizer que não se pode impedir que, de repente, uma doença aconteça, mesmo nas plantas; mas é preciso que, aparecendo a doença – deveria ter havido uma prevenção –, haja um combate rápido e uma medida que possa superar esse problema e dar para aquela população, para aqueles produtores a tranquilidade de que vão voltar a ter, portanto, o seu rendimento e vão poder viver em paz e melhor com suas famílias.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Também já está sendo investigado se o ácaro já está no Amazonas. De repente, o ácaro já está no Amazonas. Agora, como certa vez disse o Roberto Rodrigues sobre essa crise mundial da carne, era um problema, mas era

uma oportunidade para o Brasil ocupar os mercados. No caso da banana agora, é hora de a gente começar – isto é algo em que a gente vem batendo sempre – um processo de industrialização da nossa banana. Existe um produto chamado farinha de banana que é muito utilizado no mundo todo. Então, é hora de nos organizarmos para começar a industrializar essa banana. Se por acaso esse ácaro realmente não estiver no Amazonas, a banana vai ter que ficar restrita ao nosso Estado? Nós temos que industrializar a banana. Industrializando a banana, não tem perigo de o ácaro ser transmitido.

No nosso Município de Caroebe, por exemplo, a produção de banana é o único meio de sobrevivência de doze mil agricultores. A exportação do produto para o mercado manauara concentra toda a economia da cidade. Ninguém passa fome em Caroebe. Todos têm motocicleta, têm o seu carrinho, têm uma vida razoável, uma vida boa para o agricultor. Isso vai prejudicar muito esse pessoal de Caroebe, de São João, de São Luiz e de Iracema, que é o segundo Município produtor de banana do nosso Estado.

Uma equipe da Federação da Agricultura de Roraima esteve no sul do Estado no último sábado e diagnosticou o tamanho do impacto causado pela suspensão do abastecimento do comércio do Amazonas. Dentro de um mês, pelo menos trezentos caminhões carregados com bananas deixarão de ser enviados ao Estado vizinho.

O impacto desse impedimento é grande. A economia local, o comércio local depende dessa exportação de banana. Cada caminhão de banana representa o trabalho de cinco famílias. É uma coisa séria, Senador! Trezentos caminhões representam 150 famílias que vão ter prejuízos. Então, nós temos que procurar uma solução. É fundamental investigar, com mais profundidade, essa praga, que está dificultando, e muito, a vida do produtor roraimense. As autoridades competentes têm de tomar a frente do problema e apresentar uma solução plausível o mais rápido possível.

A barreira está afetando todo o Estado, mas mais profundamente os Municípios de Caroebe e Iracema. Segundo a Fetag, segundo o produtor Luiz, Presidente da Fetag, Iracema é o segundo maior produtor de bananas do Estado e também está sendo afetado com os problemas do bloqueio dos caminhões parados.

Para minimizar os efeitos desse problema, o Governo do Estado estaria pensando em comprar a banana que está estocada, segundo informações da Agência Estadual de Defesa Agropecuária.

Mas também aproveito para fazer um apelo aqui ao Presidente da Conab, Sr. Wagner Gonçalves Rossi, para, através do Programa de Aquisição de Alimentos, adquirir as bananas para distribuir para as escolas do

Estado, para as instituições de caridade, amenizando, assim, o prejuízo dos agricultores familiares do meu Estado. Mantive contato hoje à tarde com a assessoria do Sr. Wagner Rossi, que estava numa solenidade; entrei em contato com o João Fagundes, que é o seu Chefe de Gabinete, e com o Sr. Sílvio Porto, para tentar solucionar esse problema.

Sr. Presidente Mão Santa, precisamos resolver esse problema. Vou aguardar uma resposta do Ministério da Agricultura a respeito das ações que estão sendo colocadas em prática para encontrar uma saída que não prejudique o nosso produtor de Roraima.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está inscrito aqui como Líder, passando na frente do Heráclito... Em seguida, o Senador Heráclito Fortes.

Ele inscreveu-se como Líder aqui do...

Entenda-se com o Heráclito aí.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Heráclito pela gentileza, permitindo-me também tratar do assunto, que, inclusive, já foi abordado agora pelo Senador Augusto Botelho, que é exatamente a questão da preocupação com a questão fitossanitária de Roraima, no que diz respeito não só ao ácaro vermelho, mas há alguns dias também o problema encontrado na laranja e no limão do ácaro hindu. Portanto, nós estamos realmente suscetíveis, em Roraima, a uma série de problemas.

Nós estamos trabalhando em duas linhas nessa questão junto com o Governo do Estado, Sr. Presidente. A primeira é instalar, tanto na recém-inaugurada ponte que liga o Brasil à Guiana, tanto na fronteira do Município de Bonfim com a Guiana como também na fronteira de Pacaraima com a Venezuela, duas barreiras fitossanitárias do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura para exatamente fazer o controle e não deixar que entrem pragas que venham a criar problemas na produção agrícola não só do Estado de Roraima mas do restante do Brasil.

São duas entradas que terão muita movimentação e, portanto, é preciso que se tenha um cuidado extremo de fazer com que esse controle seja exercido.

O Ministério da Agricultura está elaborando os projetos junto com a Secretaria de Agricultura do Estado e nós vamos garantir os recursos para que isso seja implantado rapidamente.

A segunda questão diz respeito, no que tange ao ácaro vermelho, à exportação, de Roraima para o Estado do Amazonas, da produção de bananas produzidas principalmente no sul do Estado de Roraima. Inclusive, muitas haviam sido colhidas e dezenas de

caminhões estavam paralisados na fronteira com o Estado do Amazonas para ingressarem quando se descobriu essa questão do ácaro vermelho.

Então, quero aqui registrar que nós tomamos providências e que o Governo Federal, através da Conab, irá adquirir toda essa produção de banana que foi colhida. Portanto, a Conab já está, neste momento, tomando providências para adquirir esses caminhões de bananas para que elas sejam consumidas no Estado sem nenhum tipo de problema, resolvendo a questão dos produtores.

Seria um prejuízo muito grande se esse carregamento de banana fosse perdido, porque, sem dúvida, são pequenos produtores que não teriam como repor essa produção e essa renda.

Então, o Governo Federal agiu prontamente. A Conab está autorizada a comprar, a Diretoria regional da Conab já está mantendo contato com os produtores e nós iremos, ainda esta semana, resolver toda essa questão.

Então, quero anunciar essa providência e dizer que nós vamos continuar a cobrar o estudo que a Embrapa está fazendo. Agora mesmo, técnicos da Embrapa, em nível nacional, e do Ministério da Agricultura estão em Roraima, junto com técnicos da Embrapa de Roraima e da Secretaria de Agricultura, discutindo, analisando e pesquisando essa questão, tanto a do ácaro vermelho quanto a do ácaro hindu, para apresentar uma solução rapidamente.

Portanto, o problema está sendo tratado e a questão imediata, emergencial dos produtores de banana está equacionada pelo Governo Federal.

Era isso que eu queria comunicar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos.

Realmente, o nosso Presidente Luiz Inácio foi muito sabido quando o escolheu para Líder do Governo. Também Fernando Henrique Cardoso o escolheu. E o Heráclito também foi Líder do Governo Fernando Henrique. Heráclito Fortes é o 1º Secretário da Mesa Diretora e, estoicamente, está se dedicando e aperfeiçoando a administração do Senado da República. Heráclito Fortes, que pertence ao DEM do Estado do Piauí, foi extraordinário Prefeito da capital do Estado, Teresina.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs Senadores.

Sr. Presidente Mão Santa, estes momentos turbulentos por que passa o Senado da República nos impedem, muitas vezes, de falar sobre os fatos que acontecem em nossa terra, no Estado que representamos. E é evidente que, ao ocorrer isso, o eleitor,

aquele que nos manda para cá, começa a nos cobrar pelo silêncio. Não sabem eles a luta que nós fazemos aqui, todo dia, para conseguir um horário para, com tranquilidade, poder tratar dos temas nacionais, mas também dos temas do nosso Estado.

Enquanto os fatos em Brasília nos tiram a oportunidade de focar o que acontece no Piauí, as coisas lá vão de mal a pior. Eu nunca vi, Sr. Presidente, um governo cair em um despenhadeiro e no descrédito com a rapidez com que o atual Governo do Piauí vem caindo.

Quero dizer, com toda sinceridade, em primeiro lugar, que não desejo mal ao Senador Wellington Dias, e nem acho que ele seja o grande mentor desse estado de coisas por que passa o nosso querido Piauí. Ele não tem autoridade, ele não tem é força. Existem secretários e supersecretários que mandam mais do que ele. Falta ao Governador a autoridade que um governante tem para impedir que fatos graves aconteçam ao seu redor sem que ele tenha autoridade de inibi-los ou de impedi-los.

O caso Emgerpi, Sr. Presidente. O caso Emgerpi é um caso de muita gravidade, porque a denúncia foi feita por um funcionário da Casa, mas que, além de funcionário, era militante. Esse rapaz, segundo a imprensa noticia – e as minhas informações são baseadas no noticiário da imprensa –, passou a sofrer ameaças. E o medo fez com ele se dirigisse à Polícia Federal, não só para pedir garantia de vida, mas também para mostrar que não era leviano e que estava com elementos na mão que denunciava o Estado, no centro da sua administração; o atual Governo, no cerne, no centro da sua administração. Até porque S. Ex^a o Sr. Governador criou uma supersecretaria e para ela carreou as atribuições mais importantes do Estado, centralizando – vejam só, Sr^as e Srs. Senadores – na mão da secretaria as concorrências. E aí começa a convivência do administrador com o perigo.

O rapaz, o estudante denuncia obras fantasmas. Mas, quando ele denuncia obra fantasma, ele mostra o trecho, mostra o valor gasto e que a obra não foi executada. São estradas, estradas iniciadas e geralmente entregues a empresas que não têm nenhuma estrutura de ganhar concorrência, porque lhes falta experiência, lhes faltam equipamentos, mas que, no entanto, ganharam essas obras.

Sr. Presidente, outro caso gravíssimo que ocorre no Piauí – e a informação que temos é a de que há uma investigação que corre em segredo de Justiça – é a respeito de grilagem, em terras do sul do Estado, comandadas, apoiadas e estimuladas por figuras importantes do Partido dos Trabalhadores.

Mas hoje o competente jornalista Pedro Alcântara traz uma denúncia, Senador Mão Santa, que eu quase

não acredito possa ser verdadeira: "Folha secreta montada pelo PT no Piauí". O PT do Piauí, Senador Cristovam Buarque, tem a sua folha secreta. Ora, vejam só! É cômico isso, porque o Governador Wellington Dias, quando Deputado Federal, era useiro e vezeiro em denunciar governantes da época – prefeitos, governadores – por causa de folha secreta. Pois no Emgerpi também existe a figura secreta e o benefício dos apaniguados do Governador e dos seus correligionários partidários.

Tudo isso o Piauí tem hoje.

E a liberdade de imprensa? O jornalista Carlos Augusto de Araújo Lima fez um desabafo na Rádio Teresina FM sobre políticos que estavam sendo grampeados, que estavam com os seus telefones grampeados.

Eu já fui avisado, Senador Mão Santa, de que sou uma das vítimas do grampeamento. Já comuniquei às autoridades, apenas porque sou contra o instituto da gravação. Não que tenha nada a temer com o efeito do que elas possam causar com relação a mim. Mas é evidente de que estou preparado para tomar as providências, porque é fácil saber no Piauí quem pode gravar, quem tem equipamento e com que intenção faria tais gravações.

Pois o jornalista Carlos Augusto, pelo simples fato de ter feito comentários contra a atual administração do Governador do Estado, passou a ter os seus passos, as suas conversas telefônicas grampeadas pelo Governo, que, quando era Oposição, combatia a "grampolândia". Esse é o estado de coisas que nós estamos vivendo.

Enquanto isso, o Estado conseguiu esta semana, através de liminar, a volta de recebimento de recursos federais. O Estado estava inadimplente. Não podia receber recursos porque não prestou contas; não podia receber recursos porque desviou recurso federal, colocou dinheiro em conta única, manipulou uma conta única, condenada pelo Tribunal de Contas. O Governador do Estado foi multado.

E as coisas são divulgadas com muita timidez no Estado do Piauí. O Governador chega lá e arrota, Senador Mozarildo, a chegada de bilhões. É dinheiro que nem o Fundo Monetário possui. Cada vez que ele chega lá, são bilhões; bilhões para cá, bilhões para lá. Aeroporto internacional com 2.800 metros de pista, e inaugurou um de 1.600 metros. Eu chamo de aeródromo, e eles ficam irritados. Aeródromo não é nada pejorativo; aeródromo é um aeroporto limitado, e quem dá o nome de aeródromo não sou eu; quem dá o nome de aeródromo é a Anac, que é quem classifica aeroportos no Brasil. Aliás, um aeródromo com uma pista de 1.600 metros, asfaltada, já é uma grande coisa, um grande avanço. Agora, prometer 2.800 metros... Fizeram uma casa de passageiros – as fotografias estão aí – imitando uma tartaruga, uma coisa

linda, mas impossível de ser feita no Piauí no momento atual. Está lá. Promessas! As estradas, Senador Mão Santa, prometidas no Piauí, nas duas últimas campanhas, são caso de polícia.

Senador Botelho, alguns prefeitos que tiveram as suas eleições, de maneira escancarada, financiadas pelo PT estão respondendo a questionamentos feitos pela Polícia. O Estado do Piauí está vivendo assim, Senador Mão Santa, e, toda vez que fazemos aqui alguma crítica, recebemos saraivadas de injúrias, de acusações, de *blogs* que recebem fortunas lá no Estado para a prestação de serviços que ninguém sabe, concorrência que ninguém conhece.

É triste! É triste porque estamos vendo o tempo passar na janela e só o Dr. Wellington não vê. Como Governador do PT, ele podia aproveitar essa grande oportunidade de ter um Governante maior do PT para canalizar para o Piauí obras lógicas e não raciocinar com a maneira megalomântica que faz.

E a questão do porto de Luís Correia? Todos nós, Senador Mão Santa, queremos aquele porto. V. Ex^a nasceu em Parnaíba e tem uma história toda de convivência com o pioneirismo do transporte marítimo por intermédio de seus ancestrais. Tive um avô que foi Deputado Estadual, foi advogado, morreu e foi enterrado em Parnaíba, e eu nasci, vivi e vivo acreditando naquele porto. O Governador chegou aqui, na Comissão de Infraestrutura do Senado, e disse: "Não, nós não queremos mais o porto com calado de sete nem de dez metros, nós queremos de dezessete metros".

Endoidou. Endoidou, porque calado de dezessete metros é calado para transatlântico, para grandes petroleiros. O calado de sete a dez metros já atenderia a demanda do Estado.

Aí o Governador diz: "Além do mais, nós vamos fazer um porto para atender o escoamento da produção do Estado da Bahia".

Os senhores que estão ouvindo a TV Senado e que não são piauienses vejam no mapa. O Piauí tem o formato de uma meia. O Estado da Bahia faz fronteira lá no calcanharzinho, não é isso, Mão Santa? É bem no calcanhar a fronteira. Lá no calcanhar.

Imagine você atravessar a canela todinha para chegar lá naquela ponta sem ter estrada. Como é que vai fazer isso? E outra coisa, é para inaugurar agora este ano, em dezembro. A inauguração é em dezembro.

Reabriram as obras, de maneira tímida, de maneira modesta. Eu quero até pedir informações aos Senadores do Pará sobre essa empresa que ganhou a concorrência de lá. Estranhamente, a Ministra Dilma anuncia que a obra é de sessenta e tantos milhões, que já estão à disposição, o que não é verdade. Mas,

na realidade, fizeram uma concorrência, Senador Mão Santa, para apenas dez milhões.

Ora, se a obra é de sessenta, por que licitar dez? Quem é que se beneficia com isso? Picotar, fatiar processo concorrencial encarece a obra, atrasa a obra e compromete a qualidade. Eu quero falar isso, estou falando com a maior tranquilidade, para que as pessoas que nos escutam vejam que não há nada contra que o Governador faça sucesso.

Agora, ele não pode é embromar, ele não pode é enganar os piauienses. V. Ex^a se lembra, Senador Mão Santa, que ele lançou um programa de interiorização de aeroportos no Piauí e, eu, que uso avião, o Piauí é um Estado longo, eu conheço o sofrimento daquele pessoal, peguei uma emenda e coloquei recursos para oito aeroportos no Piauí e entreguei a responsabilidade da execução a quem? Ao meu adversário, ao Governador do Estado, porque sou adversário do PT, sou adversário, não sou inimigo, do Sr. Wellington Dias, mas não sou adversário nem sou inimigo do Estado do Piauí.

Acreditei, tive boa-fé. Esse dinheiro ou já foi e sumiu ou o Governador não teve prestígio para dar andamento às obras. Luzilândia, Biribiri, Pedro II, Paulistana, Gilbués, Amarante. Estou esquecendo aqui um ou dois, mas os piauienses sabem a que me refiro. O aeroporto de Picos, por cuja recuperação nós trabalhamos e em que o Governador investiu recursos, estamos ainda hoje aguardando a iluminação, embora os gastos já tenham sido feitos.

O aeroporto de Floriano, anunciado na campanha eleitoral de prefeito, na campanha municipal, a construção, a toque de caixa, da casa de pista, e eu disse que aquilo não era verdade. E disseram: "Heráclito Fortes é contra o Piauí". Não, eu não sou contra o Piauí. Acho que o povo de Floriano não precisa ser enganado. Derrubaram a casa, aquela casa construída e que tinha incluídas as fotografias em homenagem ao Comandante João Agrícola, figura tradicional. O João Agrícola e o Raimundinho Caburé, duas figuras tradicionais da aviação piauiense. Está lá a obra parada. E o Piauí vivendo de esperança.

Nós estivemos agora, Senador Mão Santa, nesse período do recesso, no nosso litoral. O nosso litoral chegou num estágio que só pede para que ele não seja atrapalhado. Falta luz, falta água, num período de férias, num período de pico. Ora, vejam bem, tive inclusive satisfação de encontrar várias pessoas de Brasília, do Rio, indo ao Piauí, mas encontrei pessoas que me disseram: "Olha, sem água e sem luz, não posso mais voltar aqui. Já basta chegar sem ter avião". Aí, fica-se anunciando Aeroporto Internacional da Parnaíba, Aeroporto Internacional de São Raimundo

do Nonato, aeroporto daqui, aeroporto de acolá. Em termos concretos, nada.

Portanto, Senador Mão Santa, quero usar este espaço para ter uma conversa bem franca com meus amigos piauienses. Que eles entendam que essa minha angústia é porque não dá mais se ver tanta promessa ser feita e pouca coisa ser realizada.

Senador Mão Santa, o Luz para Todos, a eletrificação rural na zona agrícola, na zona produtiva do Piauí terminou no Governo de V. Ex^a, eu, como Líder do Governo Fernando Henrique, na Serra do Quilombo. É preciso que se dê mais um pouco de apoio aos produtores de soja e de grãos, Senador Flávio Arns, muitos deles seus conterrâneos do Paraná, e que foram para o Piauí, constituíram empresas, famílias, vivem lá e, de lá, não querem sair, mas precisam do Estado o mínimo de apoio, o mínimo de compreensão. Mas nada disso existe.

Faço esse registro, movido do espírito da maior tristeza, do sentimento de tristeza, porque o que eu gostaria mesmo era de estar aqui agradecendo.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agora mesmo, tivemos o anúncio da ida do Presidente Lula a Itaueiras, para dar início às obras da Transnordestina. É mais uma enganação, não que a Transnordestina não seja feita um dia, vai ser, mas não precisa este exagero de dizer que vai ser inaugurada em 2010, 2011. A própria imprensa demonstra, mostrou aí, a Ministra Dilma dando uma bronca no responsável pela execução, já que é uma Parceria Público-Privada, da obra. Aí não dá.

E aí, Senador Mão Santa, mais uma vez a megalomania do Governador. O Governador, para mostrar que é o tal, quer desafiar a ciência. Há umas manchetes de jornais desta semana em que S. Ex^a tenta, junto ao Presidente da República – e vejam bem os senhores o que vou dizer agora –, que vá ao Piauí. O Governador Wellington Dias, com tanto problema a ser resolvido no Estado, vai a uma audiência com o Presidente da República para pedir a ele o quê? Para pedir a ele que o Presidente desça no Piauí, no Aeroporto de São Raimundo, no Aeródromo de São Raimundo, no Aerolula.

Senador Mão Santa, veja se não é uma coisa ridícula e grave. O aeroporto tem 1.600 metros. É um aeródromo. Está licenciado pela Anac para receber aviões de até 50 passageiros. Autorização do Governo Federal para 50 passageiros. Aí o Governador, para satisfazer o seu ego, quer que o Presidente da República desça nesse aeroporto com um avião para 130, 140 passageiros, o Aerolula, adaptado como avião executivo para um menor número. Mas o que vale aí é o peso e a categoria do avião.

O Piauí, com tanta coisa para S. Ex^a reivindicar – obra, recursos, recuperação das áreas atingidas pela enchente, dinheiro para os desabrigados da enchente -, mas não: quer que o Presidente da Presidente desça no Aeródromo de São Raimundo no Aerolula. Vejam, senhores, a que ponto nós chegamos!

Vamos admitir que o Presidente, para satisfazer o ego, contrarie as normas da Anac, de segurança da própria Aeronáutica, que não sei se facilmente abriria mão disso, e desce lá. Tudo bem. No dia seguinte, o que ganhou o Piauí com aquilo? Senador Mão Santa, o que é que o Piauí ganharia?

Tivemos um episódio - V. Ex^a Governador, quero lembrar isso - em São Raimundo Nonato, na pista antiga, quando o Fernando Henrique foi à Serra da Capivara, nas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. O Presidente desceu no avião presidencial, que era o Sucatinha, em Petrolina, e nós fomos de Petrolina – eu era o 1º Vice-Presidente da Câmara na época – para São Raimundo Nonato num Brasília, num avião Brasília. Outro dia, um matraqueiro do Governador que não conhece os fatos, disse: “Não, o Presidente Fernando tinha descido em São Raimundo em um helicóptero”. Não é verdade. Fez uma descida num Brasília e mais dois aviões Bandeirantes. Os fatos.

Agora, V. Ex^a não acha...? É a mesma coisa. O Governador esteve, há uns três anos, com o Presidente da Petrobras, todo mundo pensou que ele fosse pedir uma grande obra, uma refinaria. Não! Pediu ajuda para publicação de um livro de R\$50 mil. Durma-se com um barulho desses.

Ocupar o Presidente da República!? Senador Paulo Paim, V. Ex^a está chegando ao plenário agora; vou repetir: o Governador do Piauí, que é do seu Partido, pediu uma audiência ao Presidente da República para fazer um apelo no sentido de que ele descesse em São Raimundo Nonato, no dia em que fosse fazer...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...a inauguração do início das obras da Transnordestina; que ele descesse lá, com o Aerolula, no aeródromo de 1.600 metros que está liberado pelo Governo, dentro dos critérios de segurança, para aeronaves de até cinqüenta passageiros. É agredir as normas aeronáuticas brasileiras e expor a segurança inclusive do Presidente da República, para satisfazer a vaidade, satisfazer a vaidade.

Eu tinha um amigo de situação financeira precária, mas que tinha um sonho na vida: voar de helicóptero. Passou um ano e meio economizando, foi a Fortale-

za – e é até bom que tenha gente da área de aviação em Fortaleza - ...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...freto o helicóptero e rodou meia hora pela cidade. Depois voltou liso, de ônibus. O que ganhou com aquilo? Ainda bem que foi com o dinheiro do próprio bolso. O que o Governador quer fazer com o Presidente da República é com recursos do povo brasileiro. Vaidade, irresponsabilidade e falta de oportunidade, porque o Piauí precisa é de que, a cada audiência que o Governador tenha com o Presidente da República, ele traga recursos para o Estado, e não pouso de avião em aeródromo apenas para satisfazer o ego do Governador.

Agora o que o Governador tem que fazer é pedir: “Lula, transforme esse aeródromo num aeroporto! Vamos fazer um aeroporto de 2.600 metros! Vamos permitir que os grandes aviões desçam aqui! Ajude-me a honrar o compromisso que eu fiz com o povo do Piauí e, acima de tudo, com o povo de São Raimundo Nonato!”

De mentira, Mão Santa, não dá mais. Chega! Nós estamos cansando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este foi o Senador Heráclito Fortes, do DEM do Piauí, que denunciou o caos administrativo do Governo do Partido dos Trabalhadores no Estado do Piauí.

Convidamos, para usar da palavra, o Senador Flávio Arns.

Prorrogamos, por mais uma hora, a sessão, para que todos os presentes possam usar da palavra.

Usarão da palavra ainda o Senador Paulo Paim e o Senador Marco Maciel.

Vai querer usar da palavra?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Eu gostaria, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É possível V. Ex^a ...

A nossa presença aqui é para garantir a palavra de V. Ex^a, que enriquece o Senado e a democracia.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E também porque V. Ex^a tem um círeneu do Piauí, o Dr. Antônio Araújo, um dos melhores valores da nossa cidade. Ele foi o Secretário pessoal de Petrônio Portella.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

No dia de ontem, ocupei essa tribuna para, entre outros assuntos, falar sobre a gripe A, que aflige, que preocupa todo mundo, o Brasil, as autoridades.

Eu acho até importante que o Senador Paulo Paim esteja aqui presente, na companhia de V. Ex^a, porque o Senador Paulo Paim é vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, onde o tema saúde é debatido. Na Comissão de Assuntos Sociais, da qual eu sou membro titular também, nós temos uma Subcomissão permanente para Assuntos da Saúde.

Quando abordei o tema no dia de ontem, eu pensei muito sobre o assunto. E muitas pessoas acham, inclusive por telefonemas que recebi agora há pouco ainda, que o assunto não deveria ser discutido, para não causar medo, não causar aflição, não levantar expectativas eventualmente desnecessárias. Mas eu considero que a discussão do tema da gripe é fundamental, porque aflige os brasileiros, é um problema de saúde e nós temos que saber exatamente, na minha opinião, qual é o problema, o que está sendo feito e o que pode ser feito. Então, temos que ser muito objetivos em relação à abordagem da questão da gripe. E a gripe é um grande problema.

Nós temos que, apesar de as autoridades muitas vezes tentarem minimizar o assunto gripe A, a gripe suína, é um grande problema e nós temos que ter a consciência desse problema. Por que isto? Porque, se olharmos no Paraná, Estado que represento, a situação lá não é diferente da situação de outros Estados, e poderá vir a ser a situação de outros Estados ainda no Brasil. Hoje, por exemplo, o Colégio Militar de Brasília suspendeu as aulas. No Estado do Paraná, as aulas estão suspensas, como eu havia afirmado, da educação infantil à pós-graduação já há duas semanas, e estão discutindo para ver se prorrogam esse período por mais uma, duas semanas, pelo tempo que for necessário.

O Ministério da Saúde diz que as crianças têm de estar na escola. A literatura diz que, enquanto 1% da população, em torno disso, estiver infectado com o vírus da gripe a suspensão das aulas é fundamental, essencial no sentido de atendimento e prevenção. Por isso quero tranquilizar as famílias de Brasília porque sei que isso causa um transtorno: suspender aulas, crianças, jovens, a programação da família, o trabalho. Mas estamos falam da saúde dos nossos filhos, dos nossos amigos, das nossas famílias. Lá no Paraná, só no Hospital das Clínicas, como mencionei no dia de ontem, nos últimos 10 dias morreram nove pessoas. Então, está morrendo uma pessoa por dia só na cidade de Curitiba.

O mais triste é que as pessoas que estão morrendo são do grupo de risco, grávidas, por exemplo, e jovens saudáveis. Quando a gente diz jovens, são pessoas entre 20 anos e 45 anos de idade.

Então, isso tem de ser pensado. Lá no Paraná, existe um laboratório que cuida dos exames que são feitos e, nesse laboratório, havia chegado, até uma época atrás, quatrocentos exames de casos mais graves; e, desses quatrocentos, trezentos foram confirmados como gripe A .

Os jornais hoje estampam a notícia de que existem seiscentos confirmados. São casos mais graves com gripe A. A literatura mostra que, de cada caso mais grave identificado, existem 50 na comunidade. Então, se nós temos 600 casos, multiplicando seiscentos por cinquenta, nós vamos observar que são de 30 mil a 35 mil pessoas infectadas. E nós temos de tomar atitudes. Temos de ouvir os médicos infectologistas. No meu Estado – e acontece isso em todos os Estados – existem profissionais da mais alta qualidade, com os quais nós estamos conversando, e o tempo todo vendo qual é o caminho, qual não é o caminho, o que pode ser feito. E eles, alguns dias atrás, segunda-feira, por isso que eu falei ontem, pedindo que o Ministério da Saúde mudasse o protocolo. Não atender mais só com medicamento a população de risco ou aqueles que apresentassem o agravamento do estado de saúde, mas que fossem atendidas àquelas pessoas que apresentassem o sintoma da saúde: febre, dor de cabeça, dor de garganta. Que fossem tratadas.

Por que serem tratadas? Para o quadro não se agravar. Porque, se a pessoa for para a UTI, por incrível que pareça, é lá que estão os casos mais extremos. E a gente fica chateado por falar nisso, porque sempre há pessoas que conhecem outros que estão nas UTIs, mas nós temos que ter consciência do problema, por outro lado, porque, na UTI, a mortalidade está em torno 50%.

Então, dar-se o medicamento, mudar-se o protocolo, como foi mudado pelo Ministério da Saúde, que agora preconiza que tanto o médico particular como o médico público podem prescrever, dentro da formação, do conhecimento, da investigação do diagnóstico, o medicamento. Mas têm que fazer, preencher uma receita especial – o que está correto –, para acompanhar o medicamento. Então, ninguém pode fazer estoque de medicamento ou dar o medicamento para uma pessoa que não precisa dele. Então, a competência, o profissionalismo do médico, diante desse quadro, para dar um diagnóstico diferencial, tem que ser colocado para que essa pessoa seja bem atendida.

Então, isso é fundamental e foi feito. Mudou-se o protocolo, inclusive as organizações mundiais de saúde, organização pan-americana e mundial, estão trabalhando nesse sentido.

E os meios de comunicação nos relatam que, em países mais desenvolvidos, até o medicamento tem um aspecto preventivo. Por que se dar o medicamento no

sintoma da doença? Para diminuir a intensidade, diminuir a duração, diminuir os efeitos negativos e ajudar, colaborar para que não haja a transmissão da doença.

Então, é muito bem justificado isto pelos médicos infectologistas: cuidar para não dar o medicamento sem razão alguma. Agora, nós entramos num outro problema: não existe medicamento para atender à população em quantidade suficiente. Por isso que eu faço o apelo ao vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais: nós temos que chamar o Ministro da Saúde aqui no Senado para dar explicações sobre medicamentos. Por que não existe o medicamento? Alega-se que existem nove milhões de doses. Foi importado na época da gripe aviária. Está bom? Está dentro da validade? Está envasado, preparado para consumo? Por que isso? Porque, em Curitiba, no dia de hoje, crianças foram procurar os medicamentos nos centros indicados porque foram indicados pelos médicos, e simplesmente não estão encontrando o medicamento nos postos indicados.

Quantas doses o Paraná recebeu para crianças? E olhem nos outros Estados. O Paraná recebeu 1.400 kits para crianças. O Paraná, com 400 Municípios, três kits, três casos por município como média.

E agora? Quer dizer, avançou-se num ponto...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – ...e, com dificuldade no outro, nos medicamentos. São 14 mil kits, ou 13 mil kits para adultos. E são 13 mil kits, 14 mil kits para 400 Municípios, quando a estimativa já é de 35 mil casos, e a secretaria tem que, a cada semana, dar o indicativo do que precisa ao Ministério Saúde, para que o Ministério envie. Eu acho que as coisas estão erradas. Estão na verdade merecendo uma revisão.

Eu sei que as pessoas estão se esforçando. As pessoas dizem que essa fala minha causa pânico, causa confusão, causa preocupação. Tem que causar preocupação, porque a outra forma de abordar o assunto é não falar nada. Mas a criança está morrendo, o jovem está morrendo, a gestante está morrendo, e o medicamento que deveria estar à disposição teria que estar lá na ponta.

Como um Estado como o Paraná, com mais de 10 milhões de habitantes, com uma estimativa que o Ministério também discute para ver se está correta ou não – mas eu confio nos médicos infectologistas da mais alta competência que nos assessoraram –, neste momento, de 35 mil casos? E não é falta de medicamento. Existe medicamento, mas tem que ser importado no caso. Tem que ser importado em outros países, inclusive medicamento similar, como foi dito ontem, registrado na Anvisa, medicamento experimental. Não

teve muita aceitação no Brasil por ser um spray, mas é perfeitamente utilizável na abordagem da Gripe A.

O que aconteceu em Curitiba? Mudou-se o protocolo: quem tem o sintoma da doença pode usar o medicamento; mas se não for usado em 48 horas, o medicamento não faz mais efeito; e se houver o agravamento da situação, se houver o agravamento e necessitar-se de UTI, o prognóstico é muito sombrio. Vamos ser realistas. Então, nós precisamos ter o protocolo; o Ministério mudou o protocolo, as pessoas estão procurando, só conseguem o medicamento com prescrição médica num posto de saúde, e o medicamento, o tratamento está na mão do Governo nesse caso. Não existe medicamento na farmácia; o medicamento está nas mãos do Governo. Então eu penso assim: "Gente, nós precisamos enfrentar este desafio mundial, brasileiro, paranaense, de forma muito realista: protocolo, medicamentos, pesquisa." Eu sei que as pessoas estão se esforçando. Houve uma reunião em Brasília com especialistas anteontem.

Ontem, o Ministro e sua assessoria estiveram no Paraná, onde foram anunciadas 25 mortes no Estado; 600 a 700 casos confirmados naquela sintomatologia mais grave. Multiplicando-se por 50, já que a literatura diz que é para multiplicar por 50, são 30 mil casos. E a Organização Mundial de Saúde aponta que um terço da população, de alguma forma, vai ficar afetada.

Então, Sr. Senador e amigo Paulo Paim, a nossa comissão precisa, com urgência, fazer isso, mas, antes de fazê-lo, eu sugeriria que oficiássemos, de imediato, por telefone, por escrito, ao Ministério da Saúde, para que o Ministério dê uma posição fidedigna da condição dos medicamentos em nosso País para o atendimento da Gripe A, chamada Gripe Suína, porque não podemos aceitar a falta de medicamento, como está acontecendo hoje em Curitiba. Crianças estão procurando os centros habilitados para receber o medicamento a partir de uma receita médica. E o que vai acontecer com essa criança? Qual será o problema de saúde que essa criança vai enfrentar? Cito aquele caso ocorrido no final de semana em que o médico disse: "Eu não tenho o medicamento. Não tenho. Estou tratando com aspirina, com tylenol".

Então, queremos saber o que está acontecendo com os medicamentos em nosso País para sermos realistas, práticos, no enfrentamento de uma situação de emergência que tem de ser enfrentada, porque o direito à saúde é um direito fundamental.

Concedo um aparte, se V. Ex^a permitir, ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Flávio Arns, eu serei breve em minha intervenção. Desejo cumprimentá-lo pelo discurso que profere neste

momento e também dizer que me associo às preocupações que V. Ex^a traz à Casa com relação ao tema que preocupa o mundo todo e, de modo especial, o nosso País. Espero que as palavras de V. Ex^a sejam devidamente ouvidas e providências sejam adotadas, inclusive estas mais elementares, como a criação de condições para que os hospitais disponham dos medicamentos a tempo e a hora, para que nós consigamos evitar que a gripe gere novas vítimas, trazendo consequências muito danosas para o País e, de modo especial, para as pessoas que são acometidas da enfermidade. Por isso, eu espero que as palavras de V. Ex^a sejam devidamente ouvidas, escutadas pelo Governo Federal e também pelos Governos dos Estados e Municípios.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exatamente.

Eu sugiro, para encerrar, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que na Comissão de Assuntos Sociais, independentemente de reunião, já possamos amanhã, em conjunto, ter informações fidedignas. Não estou querendo dizer que as anteriores não tenham sido fidedignas, mas nós, como população, queremos ser realistas.

Como é que o Estado do Paraná recebe 1.400 kits para crianças, três kits, três casos por Município, como média? É um absurdo absoluto! São 13 mil para adultos, quando já se têm pelo menos 30 mil casos, 40 mil casos? E vai aumentar, naturalmente vai aumentar. E o remédio pode significar, com os cuidados devidos, todos nós entendemos, a diminuição da intensidade, da duração, dos efeitos perversos e principalmente diminuir a transmissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esse foi o Senador Flávio Arns, mostrando suas preocupações com a gripe suína no seu Estado.

Convidamos o Senador Marco Maciel. Marco Maciel pertence ao DEM de Pernambuco; presidiu este País 86 vezes. Isso traduz a grandeza do Senado da República. Foi Vice-Presidente de Fernando Henrique Cardoso. A história o consagra como o melhor Vice-Presidente do Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO
DIA 05 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRA-
DO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ
PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB - PI) – Este é o Senado da República. Acabamos de ouvir o Se-

nador Marco Maciel, fazendo uma síntese da encíclica papal. E eu queria manifestar aqui que o ex-Presidente Fernando Collor também já fez uma análise.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Flávio Arns, que, com certeza, também vai traduzir o sentimento cristão do Senado da República.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Marco Maciel, que fez um pronunciamento importante, fundamentado, com a competência habitual na abordagem desses temas e de todos os demais temas, porque nós sempre temos no Senador Marco Maciel uma referência no Senado Federal.

Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, só para dizer que nós temos a presença de dois senadores, de dois talvez futuros senadores, dois vereadores pelo Paraná, do Município de Cruzeiro do Sul: Vando...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu chamo vereador o senador municipal...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Senador municipal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E nós, vereadores federais.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Vando Vicente e Adilson Araújo.

Mas, Sr. Presidente, eu só queria, com a concordância do Senador Paulo Paim, que já está na tribuna, ressaltar que eu me manifestei na tribuna a respeito da gripe A e, quando eu saí aqui do plenário, fui procurado por funcionários do Senado que externaram a preocupação deles, porque, ao que me relataram, não vêm tendo nenhum tipo de orientação em relação à gripe aqui dentro do Senado: cuidados, uso de máscara, aglomerações, reuniões. E eu já tive a oportunidade de levar essa preocupação para a Mesa.

Então, em Brasília, neste momento em que o Colégio Militar, inclusive, suspendeu as aulas, que nós, no Senado, pudéssemos tomar as providências cabíveis para que as medidas oportunas fossem, de fato, tomadas. Talvez estejam sendo tomadas. Mas eu requereria de V. Ex^a, Sr. Presidente, que é médico também e sabe perfeitamente da importância da tomada de atitudes neste momento, que a Mesa pudesse fazer o entrosamento com a área médica de segurança do trabalho, para que as providências cabíveis pudesssem ser tomadas, e o Senado Federal inclusive fosse uma referência para assembléias legislativas e câmaras municipais. A gente discutia com os vereadores que estão aqui providências que poderiam ser tomadas até nas câmaras municipais.

Eu acho que todos nós podemos colaborar para diminuir a possibilidade de transmissão, a intensidade, os efeitos da gripe A.

Então, eu requeiro de V. Ex^a, Sr. Presidente, como médico, como Senador, também membro da Mesa, que providências nesse sentido pudessem ser tomadas pelo serviço de apoio do Senado Federal para toda a Casa.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Senador Flávio Arns, acabo de recomendar ao nosso Secretário e diligente, Dr. João Pedro, a tomar as providências e comunicar o apelo de V. Ex^a ao Diretor do Serviço Médico do Senado da República.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, que aguarda ansiosamente e que é a esperança de milhões de aposentados para que seja derrubado o fator de redução...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De que V. Ex^a foi Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

– De que fui o Relator, Fui o Cirineu de Paulo Paim nesta conquista de direitos dos que trabalharam com o aposentado do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, fiquei até este horário aqui, 19 horas e 31 minutos, porque eu tinha que falar sobre este tema.

Coloquei no meu *blog* – já é o terceiro, porque, depois de mil, você tem que fazer outro – a informação de que, no dia 31, o Presidente Lula vai receber a Cobap.

Ele vai receber a Cobap! Alguns já entenderam – eu uso a TV Senado para fazer um esclarecimento – que as negociações sobre o fim do fator e também do reajuste integral para os aposentados tinha sido jogada para o dia 31. Não tem nada a ver. Informo aqui, agora, que a rodada de negociação já é amanhã. Amanhã, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Henrique Fontana, e o Ministro Dulci se reúnem com a Cobap e com as demais lideranças para, como havíamos combinado antes do recesso, estabelecer um processo de negociação que terminará na segunda semana de agosto. Com acordo ou sem acordo, as matérias que o Senado já aprovou, por unanimidade, a Câmara se comprometeu a votar.

Então, àqueles amigos e amigas que não entendem a informação, eu quero dizer que a reunião é amanhã. Amanhã, na sede do Governo, que é aqui no Banco do Brasil, vão se reunir representantes do Governo, dos aposentados e do Parlamento para discutir o fim do fator e também o reajuste integral para os aposentados.

Nesse sentido, Senador Mão Santa, recebi da Cobap, no dia de hoje, este documento que vai ser

apresentado nessa reunião, com o título “Quatro vírgula cinco milhões de aposentados caíram para o salário mínimo; migração ao piso empurra idosos à miséria”.

Preocupada com a redução gradual do poder aquisitivo dos idosos brasileiros, a Cobap apresentou um estudo a mim, Sr. Presidente, hoje à tarde, que vai encaminhar, amanhã, nessa reunião. Os dados são da Anfip, da Cobap e, naturalmente, também do Ministério da Previdência. Os dados são assustadores.

Segundo o economista da Cobap, Maurício Oliveira, infelizmente, devido ao fato de que o benefício do aposentado não acompanha o crescimento do salário mínimo, somente nos últimos 15 anos, 4,5 milhões de aposentados que ganhavam mais que o mínimo passaram a ganhar somente um salário mínimo. Com isso, atualmente, 18,357 milhões de aposentados passaram a receber somente o mínimo de R\$465,00.

Segundo o Presidente da Cobap, só em 2009, 356 mil aposentados que ganhavam mais do que o mínimo passaram a receber somente o mínimo.

Um estudo que apresento com eles demonstra também que, até 2020, Senador Mão Santa, os 26,5 milhões de aposentados da Previdência passarão a ganhar somente um salário mínimo se nada for feito.

Repto, o Senado já fez a sua parte. A Câmara tem de fazer também o seu dever de casa, aprovando o fim do fator e o PL nº 1, que vai garantir o mesmo percentual de reajuste.

Dei, hoje à tarde, Senador Mão Santa, uma entrevista para Uberaba, num programa de rádio de uma emissora que pega toda aquela região de Uberaba. Aí, o próprio radialista me dizia: “Senador Paim, se continuar assim, vamos ter que iniciar aqui uma campanha nacional para que todos paguem somente sobre o salário mínimo, porque não adianta pagar sobre cinco, seis ou sete se o futuro aponta para todos ganharem somente salário mínimo”. Disse a ele que não gostaria que isso acontecesse, mas infelizmente há uma realidade: ou mudamos a política ou todos vão passar a se aposentar somente com um salário mínimo.

Tenho mais outros dados que também são assustadores, Sr. Presidente. Conforme o advogado gaúcho Pedro Dornelles, professor de Direito Previdenciário, esse levantamento se iniciou em 1994. Ele disse que começou ali a disparidade. Ou seja, passaram governos e governos e, a partir da desvinculação total, o arrocho foi imposto e o prejuízo dos trabalhadores – e dá aqui um dado interessante – já é, de 2004 a 2009, algo próximo a 78,84%.

Ele diz mais: voltando aí quase 10 anos, 9,65, em 2004, eram os que ganhavam mais do que o salário mínimo; hoje são 6,92. Sobre perdas acumuladas, diz ele que de 26,5 milhões de brasileiros alocados na

Previdência, 15,5 milhões são benefícios urbanos; 7,7 milhões são rurais e 3,3 milhões são assistenciais.

Estudo do professor José Flávio Rosa, Presidente da Federação de Aposentados de Goiás, revela ainda que as pessoas que se aposentaram em 1994 estão com perdas acumuladas de 67,27.

A Cobap, Sr. Presidente, está nesse movimento e informa aqui também neste documento que a reunião é amanhã, com o Ministro Luiz Dulci; o líder do Governo na Câmara, Deputado Henrique Fontana; e também a Copab e centrais sindicais.

Senador Arruda, V. Ex^a, que é companheiro dessas longas jornadas, eu sempre digo, com muito orgulho, que assinei junto com V. Ex^a – V. Ex^a é o primeiro signatário e eu sou o segundo – e dividimos ali parceria da carga horária das 40 horas semanais.

V. Ex^a é também Relator aqui no Senado de um projeto de minha autoria, que vai garantir a contribuição assistencial que vai fortalecer a organização sindical. V. Ex^a sempre esteve junto nessa luta pelo fim do fator e do ajuste integral dos aposentados, na qual, acredito, estamos caminhando bem. Embora os pessimistas sempre digam o contrário, como diziam na PEC paralela, como diziam que o salário mínimo não ia subir mais o PIB, mas, felizmente, acredito que estamos avançando nessa negociação e espero que, ainda no mês de agosto, tudo seja resolvido.

Então, Sr. Presidente, peço que V. Ex^a considere na íntegra este documento. E registro agora os documentos sobre os quais passarei a discorrer – um minuto para cada um.

Quero primeiro dizer que fui convidado para falar na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Vinicultura, Vinhos e Derivados, coordenada pelo Presidente, o ex-Deputado Hermes Zanetti – foi do nosso tempo quando éramos Deputados – e, nesse debate, eu achei importante a forma como foi colocada a importância da produção da uva e do vinho, desde que ele seja tomado moderadamente.

A própria revista *Veja*, neste fim de semana, mostra um estudo que demonstra que, se você tomar um copo de vinho, ou seja, tomar o vinho moderadamente, faz bem para a saúde.

Então, a exposição dos convidados foi brilhante. Eu me comprometi lá a ter uma reunião com o Senador Cristovam, que é autor de um dos projetos que tratam do tema, e também com o Senador Botelho, que é o Relator. Eu disse a eles que o Senador Sérgio Zambiasi é um estudioso dessa matéria e que tem feito um brilhante trabalho aqui no Senado. Já comuniquei ao Senador Sérgio Zambiasi que pedi vista desse projeto a pedido do próprio Hermes Zanetti, em parceria, claro, com o Senador Cristovam e também com o Senador Botelho. E o Sérgio Zambiasi está nessa coordenação de fazer

essa reunião para discutirmos a questão do vinho. Tenho certeza de que outros Senadores estarão juntos.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que estarei, na segunda-feira, às 14 horas, em Minas Gerais, na Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas, fazendo uma palestra sobre a Previdência.

Recebi hoje, no meu gabinete, os vereadores Keisson Drumond, José Verpasiano Vespa, todos de Minas, Willian Salim e também o representante da Câmara de Vereadores Wantuil José de Souza. Todos estarão conosco em Minas, como sei que os Senadores também estarão lá. Estaremos os três Senadores – e os senhores também estão convidados – para dialogar sobre a importância do fim do fator, reajuste do aposentado e também das 40 horas...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... naturalmente de nós, Senadores e Deputados comprometidos e liderados pelas centrais sindicais e confederações.

Quero também dizer, Sr. Presidente – este é o último documento antes de passar a palavra para o Senador Inácio Arruda –, que estou com este documento porque tive, hoje, uma longa conversa com a direção da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e manifestei, já hoje à tarde, a minha visão sobre a importância da manutenção do monopólio postal da ECT, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que é a mesma posição do Ministro Hélio Costa, que é a mesma posição dos trabalhadores. Fui comunicado neste momento que o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio dos Correios para correspondências postais.

Então, quero dizer que é com alegria que vejo essa decisão. O Ministro Hélio Costa foi muito firme. Eu já sabia da posição de muitos Ministros sobre este tema e é com alegria que damos esta notícia. Com certeza, pelo fato de a Empresa de Correios ser um exemplo para este País, uma companhia que cumpre a sua responsabilidade social, a forma como administra, é claro que setores da área particular querem botar a mão para visar somente o lucro, quando essa companhia cumpre um papel social fundamental.

Faço questão, mais uma vez, de enfatizar a minha alegria por essa decisão.

Passo também alguns dados, dizendo que a ECT tem 12.352 agências, com 108 mil trabalhadores, uma frota de 43 mil veículos, 15 aeronaves de Rede Postal Noturna, tráfego total de 9 bilhões de objetos; impressos, mala direta, carta e telegrama 8,8 bilhões; encomendas 180,6 milhões.

O faturamento, em 2008, foi de R\$11,5 bilhões. É por isso que muita gente está querendo privatizá-la. O lucro líquido, só em 2008, foi de R\$800 milhões. Isto porque ela cumpre toda a sua função social.

Por fim, Sr. Presidente, quero que V. Ex^a considere como lido, na íntegra, esses pronunciamentos, os quatro, e ainda o manifesto da Cobap sobre a situação da Previdência. A Cobap estará, amanhã, junto ao Ministro Dulci buscando um entendimento para o fim do fator e um reajuste integral para os aposentados.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Considero todos lidos na íntegra.

SEGUIM, NA ÍNTREGA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre encontro com vereadores do município de Timóteo/MG.

Sr. Presidente, Sr^as. e Srs. Senadores, é com satisfação que registro aqui na tribuna, que recebi no dia de hoje, em meu gabinete, a visita dos vereadores Keisson Drumond (PT), José Verpasiano Vespa (PT), Willian Salim (PPS), e o assessor da Câmara de Vereadores, Wantuil José de Souza (Tuíca), do município de Timóteo, no Vale do Aço, Minas Gerais.

Eles oficializaram um convite para que eu esteja no município para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas que deverá ser estendida também para outras cidades daquela região, que aliás, diga-se, é a maior produtora de aço inox da América Latina.

Os vereadores relataram que não só a região do Vale do Aço, mas, como todo o estado de Minas, estão confiantes de que nos próximos dias os aposentados e pensionistas do Brasil terão boas notícias.

Fui informado de que uma delegação de aposentados e pensionistas de Timóteo estará em Belo Horizonte na Assembléia Legislativa de Minas na segunda feira que vem, dia 10.

Estarei lá para falar sobre a Previdência e os projetos de nossa autoria que beneficiam os trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, creio e rogo a Deus todos os dias. Se não for através de acordo que seja através do voto.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre o PLS N° 09/2009 que “Estabelece advertências nos rótulos e embalagens de bebidas alcoólicas”.

Sr. Presidente, Sr^as. e Srs. Senadores, quero trazer a esta tribuna algumas reflexões sobre a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados que participei ontem no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A pauta do encontro versou sobre projetos de interesse do setor, que tramitam aqui no Congresso Nacional.

Tratamos da situação do vinho brasileiro.

O evento foi coordenado pelo ex-deputado Hermes Zanetti e contou com a participação também do Deputado Pompeu de Matos.

O vinho é uma bebida que, se tomada com moderação, pode se tornar não só um alimento benéfico, mas um protetor do coração.

Pesquisas realizadas pelo Instituto do Coração já demonstraram que o suco de uva e o consumo moderado de vinho tinto estão associados com a redução da mortalidade e das hospitalizações por Doença Arterial Coronária.

Observações comprovaram que os pacientes com níveis elevados de colesterol no sangue podem, com a ingestão de vinho e suco de uva, desenvolver efeito vasodilatador, evitando obstruções arteriais.

Ademais, o uso religioso do vinho é tão antigo quanto à própria religião.

No Egito, na época dos faraós, os deuses eram honrados através de oferendas de vinho, uma bebida sagrada.

O culto a Dionísio entre os gregos e a Baco entre os romanos foi transmitido à Cristandade e sobrevive até os dias atuais.

Encontra-se na Bíblia, por exemplo, mais de 500 alusões à uva e ao vinho.

A História mais uma vez serve, neste momento, para contextualizar e diferenciar o vinho de outras bebidas.

O problema do excesso de ingestão de bebidas alcoólicas no país, especialmente entre os jovens, é decorrente de um problema cultural e especialmente da falta de orientação e de educação.

A Câmara Setorial concorda que um dos problemas é a propaganda ostensiva e atraente que incentiva o consumo.

Por este motivo acredito que podemos encontrar saídas para os excessos de ingestão de bebidas alcoólicas, como a implementação de campanhas publicitárias de educação e a proibição de propagandas sobre esse tipo de consumo.

Por fim, quero deixar aberta a reflexão sobre o assunto.

E dizer da importância de debatermos este tema com exaustão, para que as medidas adotadas sejam realmente eficazes para toda a sociedade.

Para tal a Câmara Setorial pretende se reunir com o senador Cristovam Buarque, autor da uma das propostas.

Convidaremos também o senador Augusto Botelho, relator da matéria.

Informo ainda que no dia de hoje, em total harmonia com o autor e o relator do PL 09/2009, pedi vistas do projeto.

A intenção é analisarmos a proposta com o setor e chegarmos a um amplo entendimento, com uma legislação que seja justa para todos os produtores.

Finalizo elogiando o trabalho do senador Sérgio Zambiasi nesta área, como grande defensor do vinho nacional, especialmente do vinho gaúcho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre a quebra do monopólio da ECT.

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores,

Eu tive uma longa conversa, na manhã desta quarta-feira, com a direção da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentec).

A pauta como não poderia deixar de ser foi a luta contra a quebra do monopólio postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

No dia três de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a decisão final sobre o monopólio dos Correios nos serviços postais.

Este assunto está sendo discutido por meio de uma ação da Associação Brasileira de Empresas de Distribuição (Abraed), que questiona a constitucionalidade da lei que regulamenta esse tipo de serviço no país. A previsão é que o STF retome o julgamento no dia de hoje.

O próprio ministro das Comunicações, Hélio Costa, em recente entrevista à imprensa disse que a 'quebra do monopólio pode ser o fim dos Correios' apelando aos juízes do STF que analisem a questão de uma forma especial. E ele ainda complementa "Se os Correios perderem esse direito, estamos próximos a um desastre".

Milhares de funcionários serão demitidos, centenas de serviços paralisados, centenas de agências fechadas.

Uma explicação que é necessária: atualmente é o serviço de entrega de encomendas que possibilita que os Correios possam realizar o serviço de entrega de cartas no interior do país, que não tem lucratividade.

Faço a mesma indagação do ministro Hélio Costa: "Será que as empresas particulares vão fazer isso, sem dar lucro?

E nesta mesma linha, os trabalhadores dos correios complementam: A questão do monopólio é essa, uma coisa compensa a outra, como se fosse um subsídio cruzado...

A empresa tem o direito de explorar o serviço nas grandes cidades e fica com a obrigação de levar o serviço a todo o resto do Brasil.

Sr. Presidente, eu respeito a posição daqueles que são favoráveis a quebra do monopólio. É um direito.

Mas, faço questão de mais uma vez enfatizar que sou totalmente contrário a quebra do monopólio postal da ECT.

Gostaria também de passar alguns números sobre a ECT que julgo serem importantes para o debate.

Com relação a estrutura:

...o atendimento é em todos os municípios do Brasil; existem 12.352 agências; são 108 mil trabalhadores; uma frota de 42.890 veículos, motos e bicicletas; e 15 aeronaves de Rede Postal Noturna.

Transações: tráfego total de 9 bilhões de objetos; impressos, mala direta, carta e telegrama 8,8 bilhões; encomendas 180,6 milhões.

Receitas: Faturamento em 2008 de R\$ 11,5 bilhões; lucro líquido em 2008 de R\$ 800 milhões.

Impostos e dividendos recolhidos em 2008: R\$ 2 bilhões.

Para finalizar, senhoras e senhores Senadores, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentec), também externou a sua preocupação e contrariedade com o Projeto de Lei 3677/2008 que tramita na Câmara dos Deputados que vai no mesmo eixo de privatização dos correios.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre os projetos que tratam sobre os aposentados.

Eu disse ontem nesta tribuna que hoje traria novas informações sobre a questão dos aposentados e pensionistas.

Pois bem, amanhã haverá uma reunião na sede do governo com o Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, ministro Luis Dulce, o líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Henrique Fontana e a Cobap.

Está marcado também, um encontro para o dia 31 deste mês, quando o presidente Lula irá receber a Cobap.

Considero a sinalização de que o governo, e o próprio presidente Lula, receberá os representantes dos aposentados e pensionistas, um bom sinal.

Vamos torcer para que as negociações avancem tanto no fator previdenciário, quanto na questão do reajuste das aposentadorias e pensões.

É importante lembrar a todos que as mobilizações devem ser intensificadas. O momento é de união e de muita perseverança na luta.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESTUDO DA COBAP REVELA: 4.5 MILHÕES DE APOSENTADOS CAÍRAM PARA SALÁRIO MÍNIMO

Migração ao Piso do INSS empurra idosos à miséria

Preocupada com a redução gradual do poder aquisitivo dos idosos brasileiros, a COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) desenvolveu um minucioso estudo econômico para mapear com total isenção e exatidão a caótica situação do segmento.

Cruzando dados oficiais do Ministério da Previdência Social, da ANFIP e das federações de aposentados nos estados, a COBAP obteve números estarecedores, que chocam a sociedade e as autoridades, constatando que os aposentados brasileiros estão realmente fadados à miséria.

Segundo o economista da COBAP, Mauricio Oliveira, a análise técnica embasa a tese de que a política de valorização do salário mínimo, que é reajustado anualmente pela inflação mais o crescimento do PIB dos dois últimos anos, transformará num futuro próximo o INSS numa autarquia que paga somente o piso previdenciário (tendo em vista que os demais benefícios estão sendo reajustados apenas pela inflação).

O estudo revela que, somente nos últimos 15 anos, 4,5 milhões de aposentados e pensionistas tiveram seus proventos reduzidos ao salário mínimo. Ou seja, reduziram drasticamente seu poder de compra, prejudicando sua qualidade de vida e de seus dependentes. Atualmente, 18.357 milhões de brasileiros inativos recebem apenas o mínimo, R\$ 465,00.

Somente em 2009, comenta o presidente da Confederação, Warley Martins Gonçalves, aproximadamente 350 mil aposentados tiveram seus benefícios achados para o salário mínimo e a tendência é que até 2020 todos os 26,5 milhões de beneficiários da Previdência migrem para o piso.

De acordo com o advogado gaúcho Pedro Dornelles, professor de Direito Previdenciário, esse levantamento se inicia em 1994, ano em que começa a disparidade, ou seja, período em que os governos passam a dar reajustes diferenciados aos aposentados que ganham mais que o mínimo. Importante lembrar que a Lei 8.213, que desvincula o índice de reajuste das aposentadorias e pensões do salário mínimo foi promulgada em 1991.

TETO DA PREVIDÊNCIA

Outra estatística importante apontada pelo estudo da COBAP indica que enquanto o salário mínimo teve um crescimento de 78,84% no período de 2004 a 2009 (Governo Lula), o teto da Previdência Social cresceu apenas 28,31% no mesmo período. Verifica-se uma queda significativa nos valores do teto em relação à quantidade de salários mínimos. A quantidade de salários mínimos pagos relativamente ao teto correspondia a 9,65 em 2004 e 6,92 em 2009.

PERDAS ACUMULADAS

Dos 26,5 milhões de brasileiros alocados na Previdência, 15.500 milhões são benefícios urbanos, 7.700 milhões são rurais e 3.300 milhões são assistenciais. Estudo do professor José Flávio Rosa, presidente da Federação dos Aposentados do Estado de Goiás, revela ainda que, as pessoas que se aposentaram em 1994 estão com perdas acumuladas de 67,27%, De lá para cá, o índice de perda é menor, variando de acordo com o ano que o segurado se aposentou.

IMPORTANTE

O objetivo deste levantamento técnico é mostrar ao Brasil o impacto terrível causado na qualidade de vida dos aposentados que um dia ganharam mais que um salário mínimo e hoje estão fadados ao piso. A urgência da divulgação destes números se faz necessária em razão do Governo estar negociando nesta semana o novo reajuste dos aposentados para 2010.

COBAP QUER ESTANCAR A SANGRIA

A reunião decisiva acontece na manhã desta quinta-feira, dia 6 de agosto, no Centro Cultural do Banco do Brasil, com participação do ministro Luis Dulci, do deputado federal Henrique Fontana, líder do governo na Câmara, e do líder nacional dos aposentados. Warley Martins. A COBAP reivindica que 8.143 milhões de aposentados e pensionistas recebam a partir de 2010 o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo, 8,9% (conforme prevê o projeto de lei 01/2007, já aprovado pelo Senado e por todas as comissões da Câmara dos Deputados).

Richard Casal
Assessoria de Imprensa da COBAP
Fone: (61) 3327-7313 ou (17) 9775-8806

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Registro o nosso entusiasmo para que seja derubado o fator de redução das aposentadorias, projeto de lei de V. Ex^a, do qual me orgulho de ter sido o relator. A vitória vai ser dos aposentados.

É com muita honra que anuncio aqui a presença do Vereador do Piauí, Mizael Alexandre, de Redenção do Gurguéia, no Piauí, que tem perspectivas invejáveis na política no nosso Estado.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

S. Ex^a é do PC do B e revive o ideal de Carlos Prestes em nosso País.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Que é o nosso ideal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É o mesmo ideal da comunhão, dividir o pão.

Convidado o Senador Paulo Paim para presidir porque gostaria de ser o último orador e de ler um *e-mail* sobre a violência no Piauí.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna do Senado Federal, que, no primeiro semestre, cumpriu todas as suas obrigações legislativas e políticas, porque buscou apreciar um conjunto de matérias muito significativas para o desenvolvimento do Brasil.

Cito, entre esses, o Programa de Aceleração do Crescimento, que foi alentado com um conjunto de medidas, projetos de lei, medidas provisórias, todas no sentido de, ao invés de querer parar os gastos públicos, como alguns almejavam, inclusive aqui nesta Casa, ampliar esses gastos, garantindo programas especiais como o Minha Casa Minha Vida, que é um programa especialíssimo para o povo brasileiro, carente de moradia ainda nesta primeira década do século XXI.

Tenho acompanhado, Sr. Presidente, os debates que criam um clima no Congresso e na mídia brasileira, e a mídia e um conjunto de parlamentares buscam criar um clima de certa instabilidade no Senado Federal. Acho que nós temos que tratar isso do ponto de vista político, de forma sempre muito séria, examinando as questões do ponto de vista legal, do ponto de vista jurídico e também, como todos têm dito, do ponto de vista político. Compreender que a raiz, o centro principal do embate político que se trava no Senado Federal tem muito a ver com a perspectiva de sucessão do Governo do Presidente Lula, porque Lula é esse Governo que tem buscado abrir novas veredas para o desenvolvimento brasileiro, com a sua simplicidade, com o seu jeito de se comunicar, de falar, correto, com que tem se dirigido ao povo brasileiro, dizendo que não

pode deixar de garantir o desenvolvimento da nossa Nação, que é muito significativo para o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos, e garantir que o Brasil jogue o papel significativo que tem que jogar na cena política nacional e internacional.

Mas quero fazer referência, Sr. Presidente, ao 19º Festival de Cinema do Estado do Ceará. Nós tivemos uma semana inteira desse festival. É um evento que não é relativo apenas ao Estado do Ceará. É um festival nacional e, hoje, internacional. Recebeu filmes espanhóis, argentinos, bolivianos, cubanos, brasileiros, nordestinos, paulistas, do sul, do leste, do oeste, do norte e nordeste brasileiro. Então, é um festival de grande significado, conduzido pela Casa Amarela Eu-sélio Oliveira.

O coordenador do Cine Ceará é o Volnei Oliveira, um cineasta, produtor na área de cinema. Foi um movimento muito significativo. Eu tive a oportunidade de participar da abertura, quando o festival começou com a pré-estreia nacional do segundo filme do Che, que são duas fitas. A primeira fita já estreou, já esteve nos cinemas brasileiros e a segunda fita, que trata da guerrilha, especificamente, e que trata, ao final, da morte do Che na Bolívia. El Toro é o ator principal. Estiveram presentes na abertura um dos médicos que acompanhou o Che e mais alguns companheiros que fizeram parte da produção cinematográfica da trilha do Che.

Tive a oportunidade de assistir também a um segundo filme muito interessante que conta a história de Humberto Teixeira, um dos maiores compositores brasileiros.

Humberto Teixeira produziu, escreveu músicas e compôs sobre a história brasileira no samba, na bossa nova, digamos assim, mas ele foi, sobretudo, o homem que projetou, na voz espetacular de Luiz Gonzaga, o Baião.

É interessante que, na primeira reunião entre os dois, eles se encontraram às cinco da tarde e foram até onze da noite. E, no primeiro dia em que se encontraram, escreveram letra e música de uma das mais tocadas composições brasileiras, que se chama Baião, de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga.

E é um filme espetacular, porque conta a história do Brasil, da cultura, da arte brasileira. Ao final, o filme recebeu muitos prêmios, tendo sido produzido e conduzido pela sua filha Denise Dumont. Eu tive a oportunidade de participar do filme, falando sobre essa trajetória e a história de Humberto Teixeira, que era compositor, escrevia, fazia música, tocava, era pianista, fez Medicina, depois foi para a Advocacia, foi Deputado Federal, e é o autor da Lei de Direitos

Autorais. Na verdade, era uma espécie de sindicalista dos músicos, dos compositores brasileiros.

A sua história antes era pouco conhecida porque ele estava por trás de composições belíssimas. Então, temos lá o Baião, Asa Branca e uma que fez um sucesso espetacular, em que ele disse: "eu fiz para Luiz Gonzaga", mas um rompimento comercial – porque a amizade pessoal nunca foi rompida – levou a que Calu fosse cantada não por Luiz Gonzaga e, sim, por Carmélia Alves e Dalva de Oliveira, que transformaram a música em um dos maiores sucessos brasileiros na Europa e, depois, em um dos maiores sucessos no Brasil.

Mas eu quero, Sr. Presidente, tratar de anunciar que o Festival Internacional de Cinema do Ceará produziu duas moções, ou uma moção e uma carta. A carta diz respeito à democracia na América Latina e a moção foi apresentada e aprovada no Cine Ceará, denunciando o golpe de Estado. Aqui e acolá, parcela da mídia brasileira quer apresentar Zelaya como sendo ele quem quisesse dar um golpe e não o golpista. Então, há o golpe das forças armadas, impõe-se o regime autoritário em Honduras e ainda querem aparecer como sendo eles que estavam querendo defender a Constituição e precisaram dar um golpe para derrubar o presidente eleito.

Então, o festival de cinema, para ligar a cultura também à luta política que se desenvolve na América Latina, aprovou a moção denunciando o golpe de Estado lá em Honduras e fez, Sr. Presidente, uma carta, que considero em seus aspectos culturais mas também considero que tem repercussão política. Os cineastas, atores, produtores, diretores de cinema que se encontravam no Ceará aprovaram uma carta em apoio à Petroleiro S. A., a Petrobras, que tem sido alvo de uma bateria de denúncias apresentadas nos jornais, na mídia etc., em operações da Polícia Federal. Algumas operações, daquelas fantasmagóricas e espetaculosas, têm sido apresentadas tendo como alvo a Petrobras, que é responsável por metade dos recursos empreendidos no Programa de Aceleração do Crescimento. Então, os artistas fizeram questão de fazer uma carta de apoio à Petrobras, considerando o apoio significativo que ela tem dado ao cinema, à produção de audiovisuais e, sobretudo, à cultura do nosso País, usando recursos do petróleo, da riqueza brasileira, para fortalecer a cultura nacional.

Por fim, Sr. Presidente, saindo do festival do cinema, mas não ficando longe dele, porque todas essas questões são tratadas em vídeo no mundo inteiro, quero concluir o meu pronunciamento exortando o Congresso Nacional, os Senadores para uma preocupação do Governo brasileiro – e que não pode deixar de ser pre-

ocupação dos democratas, daqueles que lutam pela liberdade e pela paz, aqui e lá fora.

No Estado vizinho nosso, o estado-nação, um país, a Colômbia, governada por Simon Bolívar, braço libertador, junto com Abreu e Lima, que, no ano de 1850, escreveu o livro *O Socialismo*, o primeiro a tratar da questão da construção do socialismo na América Latina, colocando no papel as suas opiniões – ainda no campo idealista, mas colocando ali as suas opiniões.

Ora, Sr. Presidente, então a Colômbia está servindo de modelo para recepção de sete bases militares americanas. De forma quase cínica, um responsável pelo empreendimento na Colômbia, vindo ao Brasil, explicando aos brasileiros, disse que é uma ajuda humanitária: alguns canhões de ajuda humanitária para a Colômbia, alguns aviões de combate de ajuda humanitária para a Colômbia; torpedos, mísseis, bombas de ajuda humanitária para a Colômbia, em bases navais e em bases em terra, com a presença militar americana.

Isso tem de ser considerado pelo Senado, que, vez por outra, se levanta em uma bravura enorme, quando se trata de um governo progressista, como foi o caso da Bolívia, do Equador, ou o caso da Venezuela. Aí há um alvoroço total. Os conservadores manipulam os meios de comunicação de massa no Brasil para fazer um alvoroço total. Mas, no caso da Colômbia, os americanos chegam e vão construir sete bases militares. Aliás, já há duas bases militares de que sequer o povo brasileiro ou o povo latino-americano tinha conhecimento. E vão construir mais cinco bases militares na Colômbia.

Isso é inaceitável, tem que ser condenado. E o Governo brasileiro tem que receber o apoio do Congresso Nacional, porque não pode aceitar esse tipo de intervenção na América do Sul e na América Latina, que está em sintonia com o golpe em Honduras. A mesma mão que golpeia Honduras é a que constrói bases militares aqui, na fronteira do Brasil.

Bases americanas reativaram a Quarta Frota, e também chegaram aqui ao Brasil dizendo que é para ajuda humanitária, para trabalhos comunitários. Eu não sei para que um submarino nuclear para ajuda comunitária? Será que algum Senador poderia me explicar, Sr. Presidente, como é que a gente dá ajuda humanitária a alguma nação do mundo com submarino nuclear, com uma frota armada até os dentes?

É uma explicação que beira o cinismo e que nós não podemos aceitar como Senadores brasileiros, que se respeitam e que sabem o que isso significa. Sabem como começou a onde de golpe na América do Sul, na década de 50, a trama no final da década de 50, e

os golpes que foram perpetrados na década de 60 e 70. A isso a gente tem que estar atento.

Diz-se sempre: o mundo é outro. O mundo é outro, porque está cada vez mais armado por uma superpotência. É outro, por isto; porque uma única potência mundial acha que pode, nos sete mares, estar armada até os dentes para interferir, quando os seus interesses são feridos, em algum lugar, seja onde for.

E é um debate que nós vamos ter de fazer, porque as declarações do Governo americano, por meio de seus representantes, especialmente das Forças Armadas, do Departamento de Estado e do Pentágono, são claras. Não há meias-palavras, não. Só uma elite subordinada – e parte da nossa é subordinada – a esse tipo de interesse pode ficar calada e contente, dizendo mais ou menos assim: "Mas tem o narcotráfico. Com o narcotráfico na nossa fronteira, só os americanos para nos salvar do narcotráfico". Sinceramente, esse tipo de covardia nós não podemos aceitar. Eu acho que nós temos de levantar a nossa voz contra a interferência militar americana na América do Sul.

Há uma campanha mundial para eliminar as bases militares estrangeiras em território de qualquer país. Cada país se prepare para a sua defesa. Não pode um país achar que ele possa ser o defensor de todos. Pode deixar que a defesa do Brasil os americanos realizam; que a defesa dos venezuelanos os americanos realizam; que a defesa dos colombianos deixa que eles resolvem. Sinceramente, isso é inaceitável. Nós temos de fortalecer o caminho de que cada país tem o direito à autodeterminação e a preparar a sua própria defesa. Não podemos compactuar com esse tipo de atitude.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos registrar a posição do meu Partido e sei de muitas lideranças brasileiras, que não podem aceitar esse tipo de intervenção e chamar o povo brasileiro para se manifestar, a não aceitar a manipulação midiática que é trabalhada em relação a esse tema. Vamos reagir a isso. Vamos dizer: não precisamos de quarta frota! Não precisamos! Para quê? Para cuidar do pré-sal a quarta frota? Não precisamos de bases militares americanas estacionadas em nossas fronteiras. Isso é inaceitável, e é preciso ter reação firme em relação a esse tema.

Não pode nenhuma liderança política se acovardar em uma relação como essa a que estamos assistindo de interferência direta do governo americano na América do Sul.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pelo pronunciamento. Pode ter certeza, Senador Inácio Arruda, de que essa é a posição de todos os democratas; enfim, de todo o Parlamento.

E aproveito V. Ex^a na tribuna para, mais uma vez, cumprimentá-lo pela importância da PEC, que assinei, junto com V. Ex^a, quando éramos Deputados ainda, da redução de jornada. Haverá um grande movimento no dia 14, em todo o Brasil, do qual essa PEC vai ser o eixo da mobilização nacional, em cada Estado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há um movimento em cada Estado, preparando uma vinda a Brasília para que votemos no plenário da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ainda em agosto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...essa importante iniciativa que eu tive a honra de compartilhar com V. Ex^a, entre outras com que estamos irmanados há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns.

Senador Mão Santa, com a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside a sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros, aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Inácio Arruda, Cícero disse: *pares cum paribus facillime congregantur*. Violência traz violência. V. Ex^a nos emocionou defendendo a pacificação na América do Sul e quando citou Simon Bolívar.

Sabemos que ele lá, na Venezuela, em Caracas, nasceu. Mas o que me emociona dele, em Bogotá, quando V. Ex^a for, numa residência dele, um sobrado branco, perto da praça, ali tem um busto. Simon Bolívar diz, Paulo Paim: "Abdicaria de todos os títulos que tive, soldado, cabo, sargento, tenente, capitão, major, coronel, El Libertador, Presidente, tudo, mas jamais abdicaria de ser bom cidadão".

Então, é isto que me traz aqui: o "*pares cum paribus facillime congregantur*". Jayme Campos, a violência está aí. Norberto Bobbio – e sobre isso eu queria advertir o nosso Presidente –, o Norberto Bobbio disse que o mínimo que temos de exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Inácio Arruda, sobre isto aí, o nosso Luiz Inácio tem de refletir, tem de medir e tem de agir: segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Mas lá, no nosso pacato Piauí, vizinho do Ceará, cujo festival de cinema V. Ex^a tão bem relatou, eu acho que deviam buscar inspiração nos cearenses, no

Dragão do Mar, no Padre Cícero, naquele poeta que V. Ex^a falou aqui e para o qual fizemos uma homenagem, o Patativa. Mas, enquanto isso, que nos afastem da violência.

O Piauí, Jayme Campos, era pacato. Isso é de agora, Presidente Luiz Inácio. Eu estou falando aqui, e esta televisão entra no Brasil afora, todo.

Arruda, quando eu era Governador do Estado, eu fazia tudo para estar no litoral no domingo. O nosso litoral: verdes mares bravios. O Jayme Campos fica com inveja. Eles têm muita riqueza natural, muito gado e muito rio, mas não têm os verdes mares bravios, as brancas dunas, o sol que nos tosta o ano inteiro, o vento que nos acaricia, o rio que nos abraça. Então, eu fazia tudo para amanhecer, domingo, lá no Coqueiro.

O litoral do Piauí é pequeno. Foi por uma generosidade do povo do Ceará que trocamos a praia de Amarração de Luís Correia, mas demos a melhor gente hoje do Ceará, a de Crateús, que era um antigo Município do Piauí. De lá, eu ia a pé, para fazer um *cooper*, até a praia popular de Atalaia. São uns dez quilômetros. A agenda já era formada assim: na sexta-feira, marcar inauguração para a região norte, porque o Governador Mão Santa gosta de estar no Coqueiro. Chegava de madrugada para fazer o *cooper*, sem segurança, porque aquilo é chato. Às vezes, sozinho com a Adalgisa; às vezes sozinho. Uma vez, eu me lembro muito bem, familiares de Ciro Gomes estavam lá. E eu, de calção, na praia, e é muito recente, me chamaram perguntando se eu era o Governador mesmo. Estava jogando. Isso foi outro dia.

V. Ex^a acompanhou o nosso Governo, ajudou por intermédio de seu extraordinário Partido, o PCdoB, liderado por Osmar Júnior e pelo grande humorista João Cláudio Moreno, grandes líderes desse seu Partido.

Mas, no meio da semana, eu tirava um dia, Inácio Arruda, um dia, quinta-feira, por exemplo, à noite, para manter a forma. V. Ex^a é porque tem um porte atlético. Então, eu saía às 11 horas, à meia-noite, do Palácio de Karnak e ia pela Frei Serafim, para a residência do Governador. Dá uns dez quilômetros. De noite, porque o calor em Teresina é intenso, é forte. E andava a pé. E isso se repetia. E todo mundo sabia. Nos ônibus: Titio! Governador!

Às vezes, para não ficar monótono na avenida, eu ia por umas ruas nunca antes andadas. E não tinha violência.

Agora, eu exigi a presença de V. Ex^a, porque atinge sobretudo o Ceará, o Governo do Ceará, a tradição do Ceará, que não é essa, é tradição cristã. Aquele povo, aquele povo de muita fé. A primeira vez que fui ao Ceará fui, vamos dizer, embalado pela Nossa Senhora de Fátima. Ela passou no Piauí primeiro, e mi-

nha mãe, terceira franciscana, fez o meu pai entrar no jipe e acompanharmos. Saímos por Itapajé, por Sobral onde ia a santa e passou pelo Bairro de Fátima onde nasceu o bairro. Então, foi a primeira vez. Esse é o Ceará cristão.

Mas, atentai bem! Um e-mail eu recebi como também V. Ex^a. Isto me comoveu e ao Piauí: a violência, praticada contra uma jovem estudante de Medicina. Vamos imaginar, nós temos filha e neta. Bela, bela. Quarto ano e foi pegar o carro da família parnaibana para comprar um xampu no supermercado. Desapareceu. Não voltou. Depois, no dia seguinte, a encontraram assassinada lá nos Buritis dos Lopes, no norte do Piauí, próximo ao Ceará. Um mistério, mas acabaram descobrindo. Ele é do Ceará. “Deus escreve certo por linhas tortas”. Aqui eu estava olhando: buscando justiça pelo caso de Tallyne Teles e depois vi nos jornais e fui fazer uma visita de pêsames e me comoveu porque era da minha cidade, e a mãe e o pai diziam: “Olha, ela tinha uma simpatia extraordinária, guardava seus retratos, sabia as músicas, estudante de Medicina.

Eu fui, era na minha cidade, mas faz quatro meses e mandaram um e-mail do Piauí. Então, desapareceu a jovem linda, estudante de Medicina do quarto ano e a descobriram assassinada lá no norte do Piauí, quase fronteira com Ceará. E era cearense.

O povo do Ceará tem que saber que V. Ex^a é a visão do Ceará, V. Ex^a é o coração do Ceará, V. Ex^a é a consciência do Ceará, V. Ex^a é a bravura do Ceará e a justiça do Ceará. Foi Deus, não estava programado.

Eu já estava ali, porque fui agora, em recesso, na praia, e vou ler o e-mail. Mas V. Ex^a vai acabar essa nódoa dos poderosos que estão aparando esse vulgar criminoso, bandido.

“Justiça do Piauí ainda está esperando resposta sobre o assassino de Tallyne Teles de Araújo Pinheiro”. Uma jovem e bela. Atentai bem, o e-mail é de Rita de Cássia Teles Soares:

“Venho através deste e-mail pedir ajuda a todos sobre o caso de Tallyne Teles de Araújo Pinheiro, assassinada no Piauí, em março. Já se passaram quatro meses, e não temos notícias que rumo tomou o bandido Nilson Reis Feitosa”.

Diz que é uma família de bandidos, mas isso aí acabou. Nem o Padre Cícero iria proteger um bandido desses. Moço roubar. Rapaz, foi um escândalo, desapareceu uma moça linda, comoção, e depois, encontrou-se na mata, lá, assassinada e o carro roubado.

“Nilson dos Reis Feitosa, o maior bandido deste Brasil. Se ele ainda se encontra no

Hospital José Frota, no Ceará, e o motivo?" Aí, você sabe, essa impunidade, essa injustiça e essa imoralidade que não traduz os princípios cristãos do povo do Ceará, um princípio de injustiça e de vergonha, isso não representa. Essa família então, poderosa... Ele foi pego ali na cidade vizinha de Camocim, réu confesso, com drogas. Se ele ainda se encontra no Hospital José Frota, no Ceará, e o motivo, a última notícia que recebemos foi: comporte-se como pai, como mãe, está vendo? O pai dessa menina, médico, do interior, trabalhando, a mãe, uma santa. Fui lá e vi, não sabia da emoção... E ela tinha essa simpatia pela nossa trajetória política como toda mocidade de vergonha tem simpatia pela luta de Inácio Arruda. Aí me comove. Então, me entregaram.

"A última notícia que recebemos foi: "Prometi a você fazer uma visita ao vagabundo Nilson dos Reis Feitosa vulgo 'Nilsinho' [Nilsinho, não, esse negócio de Nilsinho é um negócio carinhoso, é de pequeno; ele é um monstro] no Hospital Instituto José Frota [do qual fui plantonista quando acadêmico de medicina] onde ele se encontra internado. Aqui, em Fortaleza, o marginal recebe proteção de familiares importantes como o próprio Deladier Feitosa [Deladier Feitosa é um canalha lá do Ceará] que é um político e já pertenceu à Secretaria de Segurança."

Luiz Inácio, oh Luiz Inácio, segundo Noberto Bobbio, o mínimo que se pode exigir de um governo é segurança, para a vida, para a liberdade e para a propriedade. Que segurança pode ter o Ceará com um indivíduo desses protegendo um bandido de sua família?

"Além de outros comparsas que ficam na espreita do lado de fora do Hospital." Ele é protegido. V. Ex^a conhece Deladier Feitosa? Dizem que ele é da Secretaria de Segurança. Deveria ter pena de morte para ele, deveria ser responsabilizado porque ganha dinheiro para garantir a segurança. O povo o paga e ele fica a proteger seus criminosos.

"A doutora, amiga da minha filha, disse que o estado de saúde dele não inspira cuidados." É uma farsa, uma farsa, uma farsa. "Justiça!!!", diz a mãe.

"Fato de grande repercussão ocorrido no Estado do Piauí, o assassinato da jovem Tallyne Teles de Araújo Pinheiro, vítima de um crime bárbaro, ainda encontra-se à desídia da

Justiça. Para aqueles que ainda desconhecem o fato, a jovem estudante de Medicina, de 24 anos, foi raptada em frente a um estabelecimento comercial da cidade de Teresina, onde morava com sua família, sendo encontrada morta com dois tiros na cabeça, pouco mais de oito horas de seu sumiço".

Canalha! E os parentes dele que o protegem.

Mas Deus não abandonaria a justiça, a justiça é divina. Quando Ele entregou as leis a Moisés, quando o Filho de Deus bradava: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça." É esse, Arruda. Foi Deus que nos colocou aqui, nós, de lutas pela justiça que é o pão de que mais a humanidade necessita.

Essa é a fome dessa família. Então, a mídia foi brilhante quando divulgou de todas formas as fotos, relatórios de todos os detalhes do sofrimento da família, endereço, ou seja, todos os detalhes de Tallyne Teles de Araújo Pinheiro. Já se passaram quatro meses e não sabemos que rumo vai ser tomado em relação a esse assassino Nilson Reis Feitosa.

Perder alguém muito importante na sua vida é muito dolorido, sabemos que nada vai trazer-te novamente, mas estamos buscando o apoio de todos para que não aconteça o mesmo com outras famílias e que seja feita justiça. Por favor, que a justiça do Piauí nos ajude!

E este é um clamor dessa mãe e de outras mães do Brasil.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com a palavra esse bravo Senador Inácio Arruda.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Mão Santa, primeiro, eu quero me congratular com V. Ex^a, porque, com a sensibilidade desse povo bravo nordestino, V. Ex^a traz ao debate no Senado Federal um caso de monstruosidade – acho que essa é a palavra mais adequada – que se transformou o rapto de Tallyne e o seu assassinato frio, cruel. Então, eu acho que um indivíduo que comete esse crime... não sei por quais razões a Justiça, que parece às vezes tão ágil para quebrar sigilos telefônicos, mandar fazer escuta etc., não tem a agilidade para mandar prender um monstro desse tipo, independentemente do grau de parentesco que ele possa ter com o coronel Deladier, que, bem disse V. Ex^a, é policial militar do Estado do Ceará, independentemente disso. Não quero saber se ele é parente, qual é o grau de parentesco. Não importa. Eu já vi muitos juízes que têm visão correta, promotores, policiais, que, quando um parente, um filho comete uma monstruosidade, ele é o primeiro a pedir justiça, como membro da família, e não aco-

bertar um ato criminoso como esse. Com a fala de V. Ex^a, nós, digamos assim, já alertarmos as autoridades do Estado do Ceará. O Governador Cid Gomes, um homem cioso de justiça, que tem feito um grande trabalho nessa área...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aliás, todo o Nordeste reconhece o esforço dele para combater esses crimes...

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...enquanto esses outros estão protegendo o criminoso, o maior monstro.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PcdoB – CE) – ... tem feito um esforço acima das condições do Estado do Ceará. Tem feito um investimento na área de segurança pública, não apenas com um programa com o qual ele se comprometeu durante a sua campanha, e que está honrando, o chamado Ronda no Quarteirão, aquela ronda preventiva nos bairros, nas periferias das grandes cidades, que está sendo bem conduzido. É um grande programa. Mas tem também investido na formação dos policiais, inclusive na formação em relação a direitos humanos, a tratar dignamente as pessoas. Agora, um criminoso, um monstro, tem que ser detido, antes que cometa outra monstruosidade, porque, quem cometeu um crime como esse citado por V. Ex^a, é capaz de cometer qualquer outro, a qualquer hora e a qualquer instante. Então, nós não podemos acobertar nem dar trégua, em nenhum segundo, a esse tipo de estupidez humana. E associo esse fato a uma batalha que está sendo travada, inclusive no Congresso Nacional. Lá no meu Estado, numa cadeira de rodas, está a Sr^a Maria da Penha, que foi vítima e sobreviveu, numa cadeira de rodas, também de uma bala assassina. A Tallyne não sobreviveu, foi assassinada com dois tiros na cabeça. Agora querem alterar a Lei Maria da Penha, uma lei que permite, pelo menos, que se chame a atenção para a brutalidade que ocorre no Brasil, especialmente em relação às mulheres. Tallyne é mais uma mulher vítima de um assassinato monstruoso no Brasil. Agora, na reforma do Código Penal, eu chamo a atenção dos nossos pares, Senadores, para o que está sendo feito. Na surdina, quase, à sorrelfa, vai passando sem a percepção do grande público, mudanças no Código Penal, quer dizer, é uma espécie de novo código que vai sendo construído aqui no Senado Federal e que vai colocando completamente à margem a Lei Maria da Penha. Então, aproveito essa oportunidade em que V. Ex^a, buscando um caso lá da sua comunidade, do seu Estado, que poderia ser considerado uma questão simples para deixar o Estado cuidar. Deixe o Estado cuidar, não! Nós temos que interferir, e V. Ex^a está fazendo muito bem em pedir justiça ao Governo do Piauí, à Justiça do Piauí, aos promotores do Piauí, à Polícia do Piauí e à Policia do Ceará, aos promotores do

Ceará, aos juízes do Ceará e ao Governador do Estado do Ceará. Eu, na primeira oportunidade em que estiver com o Governador, vou falar dessa nossa discussão aqui no Senado da República e do apelo de V. Ex^a ao espírito, digamos assim, construtivo no sentido da paz do Governo do Estado do Ceará, porque a construção da paz é ter boa segurança pública. Se não tiver boa segurança pública, é difícil conduzir a paz. E digo a V. Ex^a que tem muita debilidade na segurança pública no Brasil, muita, e que não vamos debitá-la, então, nas costas do Presidente Lula, apesar de elas serem largas, porque a herança que ele recebeu foi muito ruim. Não foi uma herança boa, não. V. Ex^a sabe que não foi boa. Então, ele também tem feito esforço, não é pouco, não. Muitos dos programas que estão sendo instalados no meu Estado, no Estado de V. Ex^a e na maioria dos Estados brasileiros, programas de presença do governo na formação, no preparo do povo, estão sendo feitos agora; tinham sido relegados a um plano secundaríssimo, porque passou-se um tempo no Brasil em que a mídia brasileira, em uníssono, a única coisa que fazia era defender a venda das empresas brasileiras e a diminuição do Estado. Tanto que o meu Estado, passou mais de uma década sem ampliar os quadros da segurança pública, porque isso significava gastança, significava gastar com a segurança do cidadão. E eles pararam de gastar durante muitos e muitos anos. Só agora os governos estaduais criaram condições e, no Estado do Ceará, já temos, pelo menos, dois concursos realizados para contratar novos policiais, também na Secretaria de Segurança, policiais civis, e assim tem se sucedido em alguns Estados. Mas essa é uma questão, essa parte embora muito importante é menor diante da denúncia de V. Ex^a, diante dessa monstruosidade cometida por esse cidadão, que não sei se é idoso ou jovem, mas sei que ele merece a punição que a sociedade deve lhe imputar em razão do crime bárbaro, monstruoso que cometeu contra uma jovem estudante, que ia ajudar o Brasil cursando medicina, ia ajudar a cuidar do povo brasileiro, e esse monstro a tira, de forma súbita, da presença entre nós. Então, V. Ex^a conte como o nosso apoio. Tenho certeza absoluta que contará também com o apoio do Governador Cid Gomes, para que possamos prender esse bandido e fazer com que ele pague pelo assassinato cruel dessa jovem estudante de medicina do Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, é credor e eu sou devedor de vários fatos na vida. Quando penso no Ceará...

Quis Deus – um quadro vale por dez mil palavras – adentrasse aqui Jayme Campos. Para mim, é um Senador por quem tenho uma admiração. Por quê? Eu gosto de literatura e tenho lido, Jayme Campos. E peço a Deus que me prive disso. Jayme Campos, diz

a literatura que o sofrimento é muito maior na perda de um filho, de uma filha, do que na perda dos pais. O meu foi grande, eu perdi meus pais. Mas peço a Deus que não veja eu perder filho. Está aí Jayme Campos, que, em um acidente, perdeu um filho jovem. Quantos anos tinha, Jayme? Vinte e sete. E ele traz acima do button do Senado, de qualquer outro, todos os dias, traz o retrato do seu filho.

Então, ele veio aqui. E eu vi, na fisionomia dele, o sofrimento desses pais, dessa mãe que nos escreve, desse sonho de moça que estava se dedicando para servir à humanidade.

Então, essas são as nossas palavras, os nossos agradecimentos. E, ao Governador do Ceará, aqui tão bem representado por Inácio Arruda, vamos fazer justiça.

Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, demais Senadores, pretendo ser rápido nas minhas palavras.

Apenas complementando as palavras do ilustre Senador Mão Santa, realmente as pessoas têm que se resignar diante de fatos que lamentavelmente acontecem no seio das famílias brasileiras. V. Ex^a relatou um fato aqui desse *fax*, deste *e-mail* que recebeu. E eu imagino o sofrimento dessa família, até porque, como o senhor bem disse, perder um filho, verdadeiramente, é perder um pedaço de si mesmo.

Fiquei uns dias, naquela oportunidade, lá atrás, de ter em meus braços um filho meu, e nós temos que conviver com essa dor, suportar, mas superar realmente na crença, na esperança de que, certamente, está em bom lugar o meu querido e estimado filho Jayminho, moço, com 27 anos, que perdemos numa tragédia, num acidente automobilístico lá em Cuiabá. Mas não tenho dúvida alguma de que Deus está dando a ele um lugar reservado e nos confortando, sobretudo a mãe, que sofre muito até hoje – já faz cinco anos –, mas suporta essa dor, realmente resignada, fazendo com que seja superada e convivendo no seu cotidiano.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que exige o exercício persistente da tolerância, a democracia impõe regras sólidas para convivência entre contrários. Respeito e franqueza são apenas algumas delas. Amizade não significa complacidez, nem tampouco lealdade pode ser confundida com a subserviência. A confiança é o pilar mais forte da sustentação dos princípios da legitimidade popu-

lar e da coerência política, requer posições firmes na busca de relações maduras entre o Poder Público e a sociedade.

Propõe um diálogo sóbrio e plural, em que o principal idioma é o compromisso moral em defesa dos direitos da Minoría. Por isso mesmo, a transparência deve representar a abertura de mecanismos mais efetivos de controle social sobre as várias esferas de Governo.

Nos tempos atuais, a palavra “ética” não deve ser empregada como sinônimo de retaliação e punição de imperfeições administrativas ou de incorreções administrativas ou de incorreções burocráticas, mas sim como uma oportunidade de revisar métodos e de permitir um pacto duradouro entre núcleos de poder e a comunidade.

Digo isto, caros Senadores, porque acabo de percorrer o interior do meu Estado, Mato Grosso, ouvindo o pequeno comerciante, o lavrador, o funcionário público e o cidadão comum. Regressei dessa jornada mais confiante e mais seguro de nosso papel como agentes das transformações políticas que os brasileiros tanto esperam, pois, ao contrário do que muitos fatalistas pregam, eles não adquiriram ojeriza à política. Em vez disso, eles querem revitalizar meios para influenciar a gestão pública. Eles anseiam por participar da formulação de estratégias governamentais. Eles desejam se engajar!

Sr. Presidente, estou cada vez mais convencido de que a reinserção da sociedade nacional no debate político passa, necessariamente, pelo fortalecimento do instituto partidário. Não falo aqui da renovação dos privilégios das castas dirigentes; mas sim do soerguimento das bases políticas e do aprimoramento das legendas como fórum de discussão permanente dos temas nacionais.

Dirijo-me aqui, da tribuna do Senado Federal, aos militantes partidários. Ao homem do interior, que faz do seu partido uma profissão de fé nos destinos do País. Quero falar em especial aos meus companheiros democratas de Colíder, de Alto Garças, de Cáceres e de Barra do Garças, Municípios onde realizamos encontros regionais nos últimos dias.

O partido não é uma flâmula pregada numa parede ou um estatuto depositado em uma gaveta qualquer; o partido é a reunião de corações e almas irmanadas no ideal e no amor ao Brasil.

Somente o aperfeiçoamento da instituição partidária concorrerá para uma fiscalização mais eficaz de governos e governantes. As legendas são verdadeiros instrumentos de controle externo da gestão pública. Mas esta é tarefa da base que não se deixa seduzir pelo brilho do poder; lá no interior e nos bairros da

periferia, a realidade é feita de lama e sofrimento. Lá, quem se filia a uma legenda é porque de fato comunga com os seus ideais.

Pois o verdadeiro espírito partidário não toma assento nas poltronas das capitais; o verdadeiro espírito dos partidos se espalha pelos diretórios municipais, pelas Câmaras de vereadores e pelas ruas deste País. Lá estão os democratas que não precisam de broche para defender o seu estatuto; lá estão os pernambucistas, os tucanos, os petebistas, os petistas e demais militantes de outras siglas que trazem nas veias o sentimento de respeito e devoção às cores e à filosofia de suas agremiações.

Agora mesmo, Senador Mão Santa, nas andanças que empreendemos pelo interior mato-grossense, vi no semblante dos meus companheiros democratas gente humilde, curtida pelo sol, a fé e a esperança em dias melhores. Eles acorreram ao nosso encontro acreditando que a participação faz a diferença, contando que os seus líderes partidários podem irrigar em seus corações a chama da confiança.

Cada encontro partidário se torna um ato de fé, uma demonstração de credo no nosso País. Nossos militantes são pessoas simples, honestas e honradas; acreditam no Brasil e constroem a grandeza da Pátria com o suor do seu próprio rosto. São agentes anônimos que empunham bandeiras e carregam cartazes nas praças desta Nação afora. Eles são a estrutura humana que mantém de pé as instituições políticas nacionais.

A militância partidária é o sangue que corre nas veias da democracia brasileira. Quero aqui, desta tribuna, render minhas homenagens aos militantes do Democratas de todo o País, em especial aos meus companheiros mato-grossenses, pois, sem a sua força, a sua crença inabalável, o Brasil já teria sucumbido à crise moral e às armadilhas do derrotismo.

Militantes partidários, vocês são a força que sustenta a democracia do Brasil.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que tive a primazia de percorrer várias cidades do interior do Mato Grosso, e o que me chamou muito a atenção foi que, em pleno sábado de manhã, no interior do Mato Grosso – imagino o Piauí e o próprio Rio Grande do Sul –, a pessoa trabalha ainda na roça, no seu comércio, enfim, na sua atividade comercial, empresarial ou privada. E vi, num pequeno encontro numa cidade do interior do Mato Grosso chamada Colíder, cidade próspera, desenvolvida, em pleno sábado de manhã, mais de mil pessoas nos aguardando no CTG daquela comunidade. E chamou-me muito a atenção o fato de que ainda tem esperança o nosso povo brasileiro na classe política, apesar de, lamentavelmente, vivermos nesta Casa uma crise, uma crise que confesso não saber

as razões e os motivos. Dá a entender que nós próprios, Senadores, criamos esta crise, que, lamentavelmente, diante da opinião pública brasileira, pesa sobremaneira nos ombros de todos nós. Contudo, tenho percebido que a sociedade ainda espera de todos nós realmente aquilo que é a nossa obrigação: fazer um trabalho operoso, competente, ético e, acima de tudo, fazer aqui leis para que possa haver boas políticas públicas neste Brasil.

Por isso, Senador Mão Santa, não é bem assim, como acham ou pensam algumas pessoas ou os próprios Senadores ou Deputados: que a sociedade não sabe avaliar a classe política. Sabe, sim, perfeitamente. Ninguém mistura realmente água com óleo. É muito bem separado. Os bons políticos têm realmente o respeito da sociedade. Lá em Mato Grosso, está claro e inequívoco isso. Em que pese a todas as dificuldades deste Congresso, aonde chega o Senador Jayme Campos, não existe uma comunidade em que não haja 100, 200, 300, 400, muitas vezes mil pessoas aguardando-o, naquela expectativa, naquela esperança de que possamos transmitir ali realmente uma mensagem de fé, na esperança de que possamos construir um Brasil melhor.

Construir um Brasil com mais justiça social, um Brasil com mais emprego, um Brasil onde possamos ter mais saúde, mais segurança pública, mais habitação.

Por isso, eu estou nesta tribuna para dizer que o meu partido, em Mato Grosso, o Democratas, é um partido que tem respeitabilidade e, acima de tudo, tem a confiança daquele povo. Tenho certeza de que nós – não tenho dúvida alguma, Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, –, em que pese às dificuldades por que a Casa passa, nós temos respeitabilidade, pela nossa trajetória, pela nossa maneira séria, responsável, de fazer política. Nós fazemos política...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu quero dar um testemunho. Hoje mesmo eu peguei um livro escrito pelo jornalista político ímpar Sebastião Nery, que tem vários livros sobre folclore político. Eu acho que ninguém, vamos dizer, conhece as entranhas políticas do País. Ele foi político em Minas, na Bahia e no Rio de Janeiro. Teve mandato. E ele escreveu um livro muito bom, falando por que Collor ganhou a Presidência. E eu lendo, os líderes lá, quer dizer, há vinte anos atrás, V. Ex^a liderava lá o povo. Ele descreve a emoção do povo, as carreatas, os comícios, e V. Ex^a era Deputado. V. Ex^a era Deputado.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Prefeito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Prefeito. Mas eu fui recentemente lá, convidado pelo Vereador Aluísio,

da Associação de Vereadores, e vi o entusiasmo. E tinha Vereadores de todos os partidos, mas todos, não só do Democratas, mas tinham respeito e admiração por V. Ex^a. Isso é trabalho, isso é credibilidade e isso é o que enriquece a democracia.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado, Senador Mão Santa pelo seu aparte e, sobretudo, pelo seu testemunho. Isso é fruto certamente de um trabalho sério, honrado, respeitoso que sempre fizemos diante da sociedade mato-grossense.

Por incrível que pareça, Senador Paulo Paim, nesses últimos dias, em que pese a essa crise, que para mim é uma crise que está superada, nós filiamos mais de cinco mil novos filiados. No Democratas de Mato Grosso, para que V. Ex^a tenha conhecimento, temos 62 mil filiados. Imagino que não seja igual ao PT do Rio Grande do Sul, mas é um número bastante substancial, tendo em vista que o nosso colégio eleitoral é bem menor que o do Rio Grande do Sul. Imagino que seja igual ao do Piauí. Temos dois milhões de eleitores.

Fico tão contente, feliz, porque a sociedade ainda acredita na classe política. Eles sabem muito bem separar o joio do trigo. Isso nos dá a certeza de que vamos superar os momentos de crise, de dificuldade e fazer com que a classe política ainda pode ser respeitada diante da opinião pública.

Não podemos, em hipótese alguma, abrir mão da procura, que recebemos do povo. Confesso, de público, nesta oportunidade, que fico até me sentindo pequeno diante, muitas vezes, de questão tão pequena que esta Casa vem debater, vem discutir e que não tem nada a ver com o que realmente esta Casa se compromete a fazer em relação a políticas públicas, por meio das leis, por cuja feitura somos responsáveis.

Entretanto, quero encerrar dizendo que, como Senador da República pelo meu Estado de Mato Grosso, tenho procurado fazer o melhor, haja vista que, no dia de hoje, estive no Ministério do Transporte debatendo uma hidrovia muito importante para Mato Grosso, que é a hidrovia Tapajós. Certamente, quando tivermos lá essa hidrovia, seremos um dos Estados muito bem contemplados com relação à logística, porque nos permitirá escoar nossa produção e sermos competitivos não somente no âmbito de mercado nacional, mas também na nossa comercialização com o mercado internacional.

Mato Grosso tem um dos maiores potenciais hidráulicos do mundo, e podemos não só construir grandes usinas hidrelétricas, mas também permitir que esses rios sejam navegáveis. No dia em que o Brasil tiver, realmente, investimentos nesse setor, será outro país, um país que certamente poderá escoar sua produção, ser mais competitivo e, acima de tudo, um país sem poluição.

Lamentavelmente, o Brasil hoje transporta 77% da sua produção em cima de pneus; apenas 8% a 10% são transportados por ferrovias, e coisa parecida por hidrovias.

Encerro, agradecendo a oportunidade e dizendo do meu prazer, da minha alegria de falar pelo Democratas do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, permita-me que o cumprimente pelo seu pronunciamento, tranquilo, sereno. É bom ouvir um pronunciamento assim neste momento de crise, defendendo a democracia, defendendo esta Casa e o Congresso Nacional, e defendendo os militantes de todos os partidos.

Se V. Ex^a me permitir... Eu sempre digo que um dos meus defeitos é me meter de vez em quando a escrever poesia. Escrevi um poema chamado *Carta aos Militantes*, que serve para todos os militantes que acreditam na ideologia, na proposta que ajuda a construir a caminhada de cada partido.

Vou encaminhar, se me permitir, uma cópia a V. Ex^a, numa homenagem a V. Ex^a. Achei bonito V. Ex^a vir à tribuna para fazer uma homenagem aos militantes de seu partido.

Meus cumprimentos.

O SR. JAYIME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me só, nessa linha em que falou o Senador Jayme Campos, registrar, ao encerrar a sessão, já que V. Ex^a é que deveria encerrá-la, que recebi um convite do Prefeito Municipal de Gramado, que diz o seguinte:

“A Prefeitura Municipal de Gramado, juntamente com a Associação de Cultura e Turismo – ACTG –, vem, respeitosamente, convidar V. Ex^a a participar da realização do 37º Festival de Cinema de Gramado e, também, nesta oportunidade, vamos ter lá o XVII Gramado Cine Vídeo, que acontecerá de 03 a 15 de agosto.

Integrante do calendário internacional de festivais de cinema, consagrado pela imprensa nacional e internacional, realizado sem interrupções há 36 anos, o Festival de Cinema de Gramado vem ao longo dos anos projetando a cidade e todo o País como polo de fomento à cultura cinematográfica, além de se constituir no mais importante acontecimento de difusão do potencial turístico da região”.

Enfim, esse Festival, Senador Mão Santa, que é a 37^a edição do evento, terá onze longas, nacionais

e internacionais, doze curtas brasileiros e quinze produções gaúchas na disputa pelo Troféu Kikito. Essa maratona vai de 9 a 15 de agosto.

Cumprimento, mais uma vez, o Prefeito de Gramado, Nestor Tissot, e a Secretaria Executiva, Marli Tomasi.

Pediram eles que eu estendesse o convite a todos os Senadores. Se V. Ex^{as}s puderem ir, estão convidados para participar desse belíssimo festival, que é o 37º Festival de Cinema de Gramado. O convite está feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

A Presidência retifica a composição da Câmara dos Deputados na Comissão Mista designada nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 466, de 2009, adotada pelo Presidente da República em 29 de julho e publicada no dia 30 do referido mês.

É a seguinte a composição da Câmara dos Deputados na Comissão incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Deputados

Titulares

<u>Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)</u>	
Henrique Eduardo Alves (PMDB)	1. Carlos Willian (PTC)
Cândido Vacarezza (PT)	2. Vinícius Carvalho (PTdoB)
Mário Negromonte (PP)	3. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)
Sandro Mabel (PR)	4. Anselmo de Jesus(PT)
Jovair Arantes (PTB)	5. Benedito de Lira (PP)
Hugo Leal (PSC)	6. Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB)	1. Paulo Bornhausen (DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	2. Arnaldo Jardim (PPS)
Fernando Coruja (PPS)	3. Bruno Araújo (PSDB)
Duarte Nogueira (PSDB)	4. Abelardo Lupion (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França (PSB)	1. Daniel Almeida (PCdoB)
Dagoberto (PDT)	2. Uldurico Pinto (PMN)

*PRB

Cleber Verde

1.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

^{*} Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência retifica a composição da Câmara dos Deputados na Comissão Mista designada nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 467, de 2009, adotada pelo Presidente da República em 30 de julho, publicada no dia 31 do referido mês e retificada em 3 de agosto do corrente.

É a seguinte a composição da Câmara dos Deputados na Comissão incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Deputados

Titulares

<u>Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)</u>	
Henrique Eduardo Alves (PMDB)	1. Carlos Willian (PTC)
Cândido Vacarezza (PT)	2. Vinícius Carvalho (PTdoB)
Mário Negromonte (PP)	3. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)
Sandro Mabel (PR)	4. Anselmo de Jesus(PT)
Jovair Arantes (PTB)	5. Benedito de Lira (PP)
Hugo Leal (PSC)	6. Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB)	1. Paulo Bornhausen (DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	2. Arnaldo Jardim (PPS)
Fernando Coruja (PPS)	3. Bruno Araújo (PSDB)
Duarte Nogueira (PSDB)	4. Abelardo Lupion (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França (PSB)	1. Daniel Almeida (PCdoB)
Dagoberto (PDT)	2. Uldurico Pinto (PMN)

*PV

Sarney Filho

1. Edson Duarte

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

^{*} Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex°s serão atendidos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr°s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Tucanos querem blindar a estatal”, publicada pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, em sua edição de 05 de junho de 2009.

A matéria destaca que o PSDB apresentou uma PEC que proíbe a venda da Petrobras.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tucanos querem blindar estatal

PSDB apresenta PEC que proíbe venda da Petrobrás

**Eugênia Lopes
Christiane Samargo**
BRASÍLIA

Para evitar a todo custo o rótulo de “privativistas”, em véspera de ano eleitoral, os tucanos querem proibir na Constituição a venda da Petrobrás. O deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) foi incumbido de apresentar proposta de emenda constitucional (PEC) estabelecendo que o controle da Petrobrás é exclusivo da União. Líder da minoria na Câmara, Leite obteve apoio à proposta de praticamente todos os partidos. Foram 224 assinaturas de deputados do PMDB, do PT, do PP, do DEM, do PR, do PSB, além do PSDB.

“A proposta é, antes de tudo, um brado para deixar claro, à Nação brasileira, nossa posição em defesa dos interesses nacionais, em defesa da Petrobrás”,

argumentou Leite. “É uma vacina para esse quadro em que o PT acusa a oposição de querer privatizar a Petrobrás”, observou o líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO).

No mês passado, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, acusou a oposição de usar a CPI para “desmoralizar a Petrobrás” e, depois, privatizá-la. “O que queremos é desvendar as bandalheiras na Petrobrás, mas o PT quer desviar o foco, como se quiséssemos privatizar a empresa”, disse Caiado.

“É uma resposta ao PT, que difundiu a ideia de que queremos privatizar a Petrobrás. Como o governo tem maioria na Câmara e no Senado, basta agora aprovarem essa emenda que ficará excluída a história de privatização da empresa”, afirmou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Para o tucano, a emen-

da não terá influência nos rumos da CPI da Petrobrás. “Até porque a tese exposta pelo PT não é sincera e sim uma tentativa de atingir pessoas mais ingênuas, que podem achar que queremos privatizar a Petrobrás.”

Cotado para ser o presidente da CPI, o senador João Pedro (PT-AM) disse que a emenda não resolve “a falta de compromisso” da oposição com a estatal. “Setores do PSDB dizem que existe uma caixa-preta na Petrobrás. Essa emenda não diz nada. No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso houve sim tentativa de privatizar a Petrobrás.”

A PEC altera o artigo 177 da Constituição, estabelecendo que a Petrobrás “terá o controle exclusivo da União, sendo vedada alienação”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Em dois anos apenas 3% das obras do PAC estão concluídas”, publicada pelo site Contas abertas de 28 de maio de 2009.

A matéria destaca que Levantamento inédito realizado pelo Contas Abertas, com base nos relatórios estaduais divulgados pelo comitê gestor do programa, aponta que de um total de 10.914 empreendimentos distribuídos nas 27 unidades federativas do país, apenas 3% foram concluídos e 74% sequer saíram do papel nos dois primeiros anos do PAC. As informações englobam investimentos previstos pela União, empresas estatais e iniciativa privada - período 2007-2010 e pós 2010 - atualizados até dezembro de 2008.

Em dois anos apenas 3% das obras do PAC estão concluídas

Levantamento inédito realizado pelo Contas Abertas, com base nos relatórios estaduais divulgados pelo comitê gestor do programa, aponta que de um total de 10.914 empreendimentos distribuídos nas 27 unidades federativas do país, **apenas 3% foram concluídos e 74% sequer saíram do papel nos dois primeiros anos do PAC**. As informações englobam investimentos previstos pela União, empresas estatais e iniciativa privada - período 2007-2010 e pós 2010 - atualizados até dezembro de 2008.

Em relação à quantidade global de empreendimentos, o estado de São Paulo é o mais bem contemplado pelo PAC, com 1.051 projetos exclusivos do programa. Também é o estado com o maior número de obras em andamento (287) e com a maior porção de projetos concluídos em relação às demais unidades federativas (39).

Apesar disso, outros 725 empreendimentos no estado mais rico do país ainda estão no papel; em fase de contratação ou contratado, licitação ou apenas no estágio de ação preparatória. O trem de alta velocidade que ligará as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, por exemplo, ainda está listado como ação preparatória, tal como outros quatro projetos para o aeroporto de Viracopos, em Campinas, e dois para o aeroporto internacional de Guarulhos.

Já o estado de origem da ministra-chefe da Casa Civil e “mãe do PAC”, Dilma Rousseff, é o segundo em quantidade de obras previstas e o terceiro em empreendimentos concluídos. Em Minas, são 1.005 projetos, dos quais 776 ainda estão no papel, o equivalente a 77% do total de obras no estado, como a construção da pista dupla do contorno de Belo Horizonte, BR-381, que está em fase de ação preparatória. Outros 204 projetos estão em andamento. De acordo com o relatório estadual, 25 obras exclusivas para Minas Gerais foram finalizadas.

A Bahia ocupa o terceiro lugar na lista de estados mais favorecidos pelo programa em relação à quantidade de obras. São 917 empreendimentos previstos para a unidade federativa, das quais 80% não passaram das fases licitatória, de contratação, em contratação ou de ação preparatória. Outros 168 projetos já inauguraram o canteiro de obras, e somente 16 projetos, o que representa 2% do total, foram concluídos. Entre os já inaugurados estão o campo de gás natural de Manatí, no sul do estado, e a ampliação e readequação do sistema viário de acesso ao aeroporto de Salvador.

Em relação à quantidade global de empreendimentos, o estado de São Paulo é o mais bem contemplado pelo PAC, com 1.051 projetos exclusivos do programa. Também é o estado com o maior número de obras em andamento (287) e com a maior porção de projetos concluídos em relação às demais unidades federativas (39).

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Mato Grosso do Sul, por sua vez, é o terceiro estado com o maior número de obras concluídas (26), atrás de São Paulo e Minas Gerais. Com apenas 300 empreendimentos previstos, o estado tem 104 obras em andamento e 170 ainda em fases precedentes. Somados, os projetos concluídos apenas nestes três estados (MS, SP e MG), 90 no total, equivalem ao mesmo número de obras concluídas em toda a região Nordeste mais as cinco menores unidades federativas do Norte – Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins.

No Nordeste, a propósito, todos os estados apresentam percentual de obras concluídas inferior a 2% em relação ao total de empreendimentos em cada unidade federativa. O Maranhão, por exemplo, tem o pior desempenho, com apenas três obras finalizadas, de um total de 385 empreendimentos previstos para o estado. Mais de 320 deles ainda estão em fase inicial no estado, como a linha de transmissão Açaílândia-Presidente Dutra e a construção do berço 108 no porto de Itaqui.

No Piauí, dos 418 projetos previstos, mais de 87% das obras também continuam no papel. Também no Nordeste, o estado natal do presidente da República, Pernambuco, é o segundo com o maior índice de projetos que ainda não estão em fase de execução física. Cerca de 86% dos 679 empreendimentos distribuídos pelo estado se encontram nessa situação. [Clique aqui](http://contasabertas.uol.com.br/noticias/auto=2686.htm) para ver o levantamento dos estágios das obras do PAC por estado.

Site Contas Abertas: <http://contasabertas.uol.com.br/noticias/auto=2686.htm>

Senador FLEXA RIBEIRO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 06, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social)*.

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como

primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002 (nº 25/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias)*.

Parecer sob nº 1.240, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2006 (nº 7.177/2002, na Casa de origem, da Deputada Jandira Feghali), que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde*.

Parecer sob nº 1.241, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

8

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2008**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2008 (nº 1.691/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra), que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil, disposta sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial.

Parecer sob nº 1.242, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2009**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2009 (nº 275/2007, na Casa de origem, do Deputado Ciro Pedrosa), que estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que específica (serviços de barbearia, manicure, aplicação de tatuagens e inserção de piercings).

Parecer sob nº 1243, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

SUBSTITUTIVO DA**CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 187, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 -Lei de Introdução

ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 136, DE 2008
-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 136, de 2008 -Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessenko; e
- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 283, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2008 (nº 348/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto consolidado da *Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004*.

Parecer favorável, sob nº 1.152, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf> Informações: Subsecretaria de Informações -3311-3325/3572/7279

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2009 (nº 2.528/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006*.

Parecer favorável, sob nº 1.153, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

17

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 388, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2009 (nº 2.144/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005*.

Parecer favorável, sob nº 1.154, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Renato Casagrande.

18

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2009 (nº 661/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006*.

Parecer favorável, sob nº 1.155, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2009 (nº 737/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

20

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007
-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

21

REQUERIMENTO N° 911, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 911, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

da Câmara nº 60, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos).

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (Seguro-desemprego).*

23

REQUERIMENTO N° 925, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 305, 443 e 568, de 2007, que se encontram tramitando em conjunto (reduz a zero a contribuição do PIS/PASEP para seguridade social).*

24

REQUERIMENTO N° 926, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 926, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, com o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 306, de 2003, por regularem a mesma matéria (proteção, tratamento e uso de dados pessoais).*

25

REQUERIMENTO N° 927, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 927, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a dispensa de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008 (repasse de recursos da União para agentes comunitários de saúde).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos.)



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2009

Ata Circunstaciada da 1ª Reunião de 2009, convocada para 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 15h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à eleição do Presidente.

Estiveram presentes os (as) Srs. (as) Senadores (as) membros do Conselho:

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC do B/PRB)

Inácio Arruda (PC do B)
João Pedro (PT)
Delcídio Amaral (PT)
Ideli Salvati (PT)

Maioria (PMDB/PP)

Paulo Duque (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB)

Demóstenes Torres (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)
Eliseu Resende (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)
Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)

PTB
Gim Argello

PDT
Jefferson Praia

Corregedor
Romeu Tuma (PTB)

Estiveram presentes, também, os Srs. Senadores José Agripino, Neuto de Conto e Flexa Ribeiro.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Declaro aberta a sessão.

Vamos reunir, pela primeira vez, neste ano, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal para a eleição do Presidente. Esta convocação é para cumprir o disposto no art. 24, da Resolução nº 20, de 1993.

Por enquanto, que eu saiba, só existe uma chapa de candidato. Por enquanto. Pode ser que haja outra que eu ignore.

Não havendo outra, só há uma chapa. Eu vou até atender a sugestão dos Srs. Senadores, na eleição passada, quando sugeriram que se desse a palavra, logo no início, a fim de que os Senadores membros desta Comissão – são quinze – pudessem se manifestar. Por isso, eu trouxe, exatamente, uma lista para que os que quiserem usar da palavra, desde logo, possam se inscrever. Se não houver ninguém, eu fecho a lista.

Já tem uma candidata ali.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Há algum candidato, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Olha, haver, há. Haver, há.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É secreto o candidato?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – O candidato não é secreto. É ostensivo. Mas é que ainda não chegou o momento de ele se anunciar. Vai ser uma *surprise*.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Mas não é a eleição do Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, nós temos que saber quem será.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque PMDB – RJ) – Será anunciado dentro de breves segundos. Eu quero apenas abrir a lista de inscrição.

Por enquanto, Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, era justamente... O senhor está me dando a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Não. Ainda não.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque PMDB – RJ) – Como não há um candidato a Presidente, eu vou convidar o Senador Eliseu Resende, de Minas Gerais, para presidir, porque o candidato é o Paulo Duque, do Rio de Janeiro. E seria muito desagradável o Presidente começar, ele próprio, a presidir a sua eleição. O que os senhores acham? Isso não impede, contudo, que aqueles Senadores que quiserem fazer uso da palavra possam fazer antes da eleição. Não é que eu fique como réu, mas convido, então, o Senador Eliseu Resende.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende DEM – MG) – Vamos dar sequência à sessão.

Há oradores inscritos.

Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Presidente.

A pergunta que eu ia fazer ao Senador Paulo Duque era justamente esta que o Senador Demóstenes fez. Se tinha chapa, porque ele falou: vai aparecer uma chapa, tem outra chapa... Se tivesse chapa, a gente votaria; se não tiver, não tem como votar. E é claro e evidente que eu acho que teria uma chapa só, porque como



é que a gente vai colocar... Podemos colocar o nome, mas nós sabemos, de antemão, que não teríamos chance de receber os votos necessários.

Mas eu acho que, como o Senador Paulo Duque, ninguém está contente hoje. Este é um Conselho de Ética que ninguém, Presidente Eliseu, fica contente de estar aqui. Quem é que vai estar contente de vir para um Conselho de Ética? O que faz um Conselho de Ética? Analisa a conduta de um de seus Pares. Como é que qualquer um de nós aqui pode estar satisfeito? Pode estar feliz? Pode brigar para vir para o Conselho de Ética? Ninguém briga, ninguém vem aqui porque gosta de vir aqui para investigar a conduta de um semelhante, de um companheiro de Senado.

Agora que, nessa quadra da situação da vida do Senado, todos nós sabemos que a não instalação do Conselho de Ética hoje seria para nós um atestado de incompetência enquanto Parlamentares, que nós não teríamos condições, nem nós, de dirigir esta Casa... Nós não poderíamos nem falar do Senador Sarney, porque nós também não teríamos tido a competência de fazer com que o Conselho de Ética, que é regimental, pudesse se instalar numa quadra da vida do Senado que estamos vivendo. E, depois, a sociedade também não aceitaria que o Senado não instalasse um Conselho, haja vista todos os discursos, os três meses em que nós estamos repisando os mesmos temas, dizendo da necessidade de investigarmos profundamente as questões maiores que envolvem o Presidente desta Casa.

Eu queria fazer essas colocações, para dizer a todos os brasileiros que ninguém aqui está feliz por estar hoje neste Conselho; que gostaríamos que este Conselho nunca fosse instalado e que não precisasse nunca pela conduta maior e melhor dos seus Pares.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende. DEM – MG) – Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, nós temos uma boa oportunidade de contribuir para melhor avaliação do Senado. Aliás, por princípio, este Conselho de Ética terá, entre muitas responsabilidades e atribuições, a responsabilidade de passar a limpo, esclarecer, investigar, concluir de maneira isenta sobre fatos que perturbam a vida do Parlamento e de seus membros – falo do Senado.

Quero dizer que já participei deste Conselho de Ética em momentos de extrema dificuldade, quando, por exemplo, decidimos sobre questões que envolviam o Senador Antonio Carlos Magalhães e, naquele instante, as distâncias eram grandes, as personalidades envolvidas eram personalidades muito importantes. Do ponto de vista público, havia enorme atenção sobre o que fazíamos aqui, mas fomos capazes de, obedecendo às regras, respeitando as minorias, considerando o Regimento, que tem de ser lido e compreendido e respeitado, sob pena de, na falta desse cumprimento, o Conselho se deturpar e a emoção crescer com consequências deploráveis... Isso tudo se deu, houve respeito aqui deste mesmo Senado, com quase esses mesmos Senadores, e nós transitamos com o Conselho de Ética numa matéria central, sobre uma grande personalidade brasileira, que era o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Depois tivemos uma CPI, que também foi um belo exemplo. O Governo elegera o Presidente e o Relator, deixou de eleger um membro da Oposição para compor, de forma equilibrada, a Mesa da chamada CPI dos Correios. Tivemos aqui muita atenção, transmissões instantâneas de televisão para o Brasil inteiro, ampla publicidade, imensas dificuldades, personalidades brasileiras envolvidas, uma grave



crise política no Brasil, e a Presidência do Senador Delcídio foi capaz de fazer com que a discussão se desse, as conclusões fossem alcançadas, e o Senado tivesse, seguramente, naquele episódio, honrado a sua tarefa e as suas funções. Falo de um Senador do PT que não teve o nosso voto; quando se iniciou o seu mandato, a gente não tinha convicção sobre a sua conduta como Presidente; e que honrou o Brasil, o Senado e todos nós com uma Presidência de elevada qualidade: foi o Senador Delcídio Amaro.

Temos agora uma nova chance, uma nova chance de honrar o Senado, de restabelecer o Senado num momento crítico, extremamente crítico. Basta fazer a leitura da imprensa brasileira todo dia – e não tem isso de dizer que a imprensa não tem importância; tem toda importância, nós somos homens públicos.

Segundo, vamos olhar as pesquisas. Eu tenho visto pesquisas, esses dias, que colocam o Senado numa condição de flagelados da democracia.

Esse é o cenário em que nós estamos. Essa é a nossa posição. É preciso, então, ter extrema responsabilidade, elevada competência, respeito às regras, ao Regimento, os olhos e os ouvidos ligados com a opinião pública, porque não faz sentido uma Casa política não estar ligada à opinião pública. Não faz sentido democracia que, exercida no plenário e no parlamento, na contramão do sentimento popular... E não são sentimentos conjunturais, são sentimentos profundos, de respeito à integridade, à coisa pública, de valorização do papel de cada instituição. No fundo, é isso que o povo quer; no fundo, é isto que o povo deseja, que nós aqui tenhamos capacidade de cumprir o nosso papel.

Então, nesse instante, eu queria deixar claro que represento aqui o meu partido, com a Senadora Marisa Serrano. Outros Senadores de brilho, de partidos brasileiros, todos respeitáveis, têm um papel aqui a cumprir, e esse papel deve ser ter os olhos e os ouvidos ligados na população, nas leis, no Regimento e na ideia da Justiça.

Minorias devem ser respeitadas, maiores não podem ser tropas de choque, isso não é coisa da democracia. Tropa de choque é coisa da ditadura, da violência, do arbítrio, que não nos leva a lugar nenhum. Eu tenho convicção de que aqui ninguém agirá como tropa de choque. Devemos agir como democratas em respeito às instituições, em respeito ao Senado, em respeito ao Presidente do Senado, em respeito aos partidos e a todos nós. Eu penso que é fundamental não esquecer essa ideia, valorizar essa ideia e levá-la adiante.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende. DEM – MG) – Farão uso da palavra, prioritariamente, os senhores membros titulares da Comissão. (Pausa.)

Não havendo membro titular da Comissão inscrito para usar da palavra, nós passaremos a dar a palavra aos membros suplentes da Comissão.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Presidente, eu considero que é um gesto importante do Senado o de instalar a sua Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, embora já tendo sido ultrapassada a primeira metade do ano de 2009.

E ainda assim, é de se registrar que a Oposição se dedicou a dois dias de forte obstrução a matérias relevantes, de interesse de todos nós, de interesse da Casa, de interesse do País a serem votadas, mas era essencial que primeiro resolvéssemos essa questão que estava pendente.

Eu não tenho, simplesmente, nenhuma restrição a fazer – até porque não tenho o direito de fazer restrição a quem quer que seja – a nenhum nome que está aqui. Os nomes que foram escolhidos pelo meu partido são os nomes do consenso



do meu partido, os nomes escolhidos pelo DEM são os nomes de consenso do DEM, e os nomes escolhidos pelos demais partidos são aqueles que representam o consenso desses partidos, não estou aqui para analisá-los. Eu estou aqui para dizer que nós temos uma posição muito clara.

Creio que todos, mas eu, particularmente, tenho um carinho pessoal muito grande pelo Senador Paulo Duque e não tenho dúvidas de que S. Ex^e tem tudo para repetir, em termos de bom trabalho, o bom trabalho que fez quando Deputado Estadual no Rio de Janeiro em épocas duras do regime de exceção.

Uma decisão do nosso partido é: primeiro, não lançar candidato; segundo, não votar, votar em branco. É um direito que nos assiste e é assim que vamos proceder. Os cinco votos da Oposição serão, portanto, declaradamente em branco.

Em segundo lugar, nós confiamos plenamente que o império da gestão do Senador Paulo Duque, que, certamente, será eleito hoje, será o império do Regimento, será o império da Constituição. De qualquer maneira, dentro deste mesmo Regimento e dentro desta mesma Constituição, nós temos o direito de recusar de eventuais decisões que não nos agradem, que não passem pelo nosso crivo, pela nossa análise.

Estamos, portanto, preparados burocraticamente, preparados politicamente para recorrer de eventuais decisões que não sejam aquelas esperadas pela Oposição. Recorre-se, primeiro, para o Plenário da Comissão; recorre-se, em seguida, para o Plenário da Casa. E nós percorreremos esse caminho todo toda vez que seja necessário, sem que isso signifique desdouro nenhum para o Presidente ou para quem quer que lhe respalde as atitudes.

Mas, de qualquer sorte, Sr. Presidente, a gente vê que é melhor que o Conselho de Ética funcione porque eu já vejo aqui, por trás, se travar uma verdadeira guerra regimental e nem chegou a hora, nem sabemos se vai chegar a hora. Sr. Presidente, então, já vejo uma guerra regimental travada aqui às minhas costas, enfim. Mas não é esta nem a hora. A hora é a hora. Quando chegar a hora, ninguém sobe para cumprir um episódio de luta antes do momento, antes do tempo certo, antes do tempo justo. O tempo justo será aquele a partir da decisão, por exemplo, tomada pelo Presidente da Comissão. Ele, dificilmente, agradará os dois lados em certas matérias polêmicas. Agradará a um lado, agradará a outro. O lado que se sentir mal com a decisão recorrerá. É democrático! E ele terá, a meu ver, sim, o lado considerado prejudicado, direito de recorrer até o Plenário, mas, com certeza, começará pelo recurso ao Plenário da Comissão.

Em outras palavras, nós começamos, agora, a falar em normalidades. Nós não tínhamos Conselho de Ética funcionando. Agora, temos um Conselho de Ética funcionando e temos um Conselho de Ética que vai poder ver, dentro dos seus limites, esgotadas todas as possibilidades regimentais.

Depois de anunciar a posição da Oposição, eu saúdo, portanto, o fato de nós estarmos aqui dando passos. Hoje, aprovamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com uma emenda que terminou sendo da Senadora Marina Silva, um projeto que teve, como primeiro signatário, o Presidente da Casa, Senador Sarney; como segundo signatário, eu próprio, como Líder do PSDB; em seguida, outros tantos líderes, como o Senador José Agripino e tantos outros líderes. A Casa inteira, praticamente, assinou o projeto de resolução que estabelece tempo de duração do mandato e limite para mandatos de diretor-geral da Casa. E mais, acertamos mais, acertamos que, ao referendo do Plenário... E mais: que o Plenário pode demitir o diretor-geral, assim como pode demitir o diretor-geral a qualquer



momento, se julgar que isso é de merecimento dele, o Presidente da Casa. Foi outro avanço. Algumas atitudes concretas estão sendo tomadas.

Mas, por hora, Senador Paulo Duque, eu digo a V. Ex^a que manifesto aqui, por mais que pareça paradoxal, muita compreensão, muita esperança na sua atuação, muito respeito pela sua pessoa e, ao mesmo tempo, peço-lhe compreensão com a decisão que tomamos, que é a de não sufragar o seu nome, até porque entendemos que essa é a atitude mais correta taticamente, é a atitude mais correta estrategicamente a ser tomada por nós.

O futuro, se Deus quiser, vai nos aproximar. V. Ex^a vai, honrando o seu passado, respeitar a Constituição, honrando o seu passado, vai respeitar o Regimento Interno da Casa, honrando o seu passado e o seu presente. Eu conheço o seu passado desde os tempos em que militava eu na política estudantil do Rio de Janeiro. Eu não tenho dúvida de que nós teremos muito mais momentos de congraçamento do que momentos de divergências. Se divergências vierem, elas são naturais também, serão respeitosas e serão próprias do regime democrático que a todos nos rege.

Muito obrigado. Se depender de mim, vamos à votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende. DEM – MG) — Não há outros Senadores inscritos entre os suplentes. Vamos dar a palavra, agora, aos oradores que queiram usar da palavra entre os não membros. Está inscrito o Senador José Agripino.

Com a palavra, o Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu acho que nós estamos vivendo um momento importante com a instalação do Conselho de Ética, cujos membros foram eleitos ontem e cujo Presidente vai ser eleito agora. Para nós, da Oposição, esse é um fato da maior importância. Tanto é importante que nos mantivemos em obstrução até que o Conselho de Ética se instalasse com a eleição do Presidente. Por uma razão muito simples, Sr. Presidente. Não é novidade para ninguém que o Senado vive uma crise de muita profundidade que nos constrange a todos. O Conselho de Ética vai ter um papel muito importante no enfrentamento da crise e na identificação de saídas, perante a opinião pública, para a crise que nos abate. Há denúncias que estão postas, denúncias que não terão consequência prática se o Conselho não estiver funcionando e tiver um Presidente eleito. Cabe ao Presidente receber as denúncias que estão feitas; por sorteio, designar relator, e adotar as providências que o Regimento lhe concede, que vão do arquivamento da denúncia à apreciação da denúncia pelo plenário. Evidentemente, o Regimento, que oferece essas alternativas ao Presidente, também oferece à Casa as alternativas de contestação que serão usadas no sentido de que se encontrem, como é o nosso desejo, soluções comprehensíveis pela Casa e pela opinião pública para a crise que enfrentamos.

Com a eleição que se deve proceder dentro de pouco tempo, nós, da Oposição, levantamos a obstrução e estamos dispostos a votar toda a pauta do Senado, toda a pauta do Senado.

Reuni a Bancada ontem, Sr. Presidente, para apreciarmos as pretensões de candidaturas ao Conselho de Ética, e se apresentava como candidato o Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a. é testemunha, porque é do Democratas e participou da reunião. Foi unânime a aceitação do nome de S. Ex^a. Os três membros do Democratas, de plano, manifestaram-se favoráveis ao voto no Senador Antonio Carlos Valadares. Fui surpreendido hoje com um discurso do Senador Valadares



que, em plenário, declinou da condição de membro eleito do Conselho de Ética. Em declinando da condição de membro, evidentemente, abre mão da disputa.

Não encontrei nenhuma razão que me convencesse da desistência do Senador Valadares ou do não-posicionamento que recomendei aos meus companheiros. Já que o candidato que tinha o acolhimento unânime da Bancada tinha desistido e anunciado sua saída do Conselho de Ética, não encontro outro voto que não o do voto em branco. Se ocorrerem três votos em branco, na votação que se vai processar, V. Ex^a, pode ter a certeza de que três desses votos serão dos três Senadores Democratas. Sem nenhum desapreço ao candidato Paulo Duque, nenhum desapreço, mas pelas circunstâncias em que o Senador Valadares se apresentou ontem como candidato e hoje fez um discurso desligando-se do próprio Conselho de Ética, algo estranho aconteceu. Se algo estranho aconteceu e nós estávamos comprometidos com a candidatura de S. Ex^a, estamos fora desse processo de escolha. Votaremos em branco e nos manteremos absolutamente independentes para, confiando na condução do Senador Paulo Duque, agirmos no sentido de prestarmos conta, como homens públicos, das nossas ações à opinião pública e à Casa.

Uma palavra a mais, Sr. Presidente. Vamos votar a escolha do Presidente. Mas, escolhido o Presidente, desde já, colocamos a premência da escolha, em seguida, do Vice-Presidente para que o Conselho possa funcionar em sua plenitude. É a posição que desde já colocamos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende. DEM – MG) — Muito obrigado, Senador José Agripino.

Não há nenhum outro orador inscrito.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) — Sr. Presidente, serei breve.

Percebo a posição do PSDB quando destaca sua postura de não concordar com o candidato a presidente que se apresenta. Mas, entendo, Sr. Presidente e demais pares aqui presentes, que seria importante que tivéssemos na Presidência uma pessoa que pudesse ter, pelo menos, a percepção ou o voto de praticamente todos que estão aqui. Não votar num colega apenas por não votar... Não vejo isso como uma questão com a qual concorde. Vamos colocar assim. Estamos aqui para avaliar a conduta de um colega. Essa avaliação vai ser dentro do contexto do próprio nome que o Conselho tem, que é o contexto da ética. E entendo que ética é o quê? É você não fazer ao próximo o que você não quer que faça consigo.

Portanto, estamos aqui para atuar independentemente das questões partidárias. Aqui, vamos ter que deixar de lado partido "A", partido "B", partido "C"; aqui, vamos ter que atuar dentro do contexto da nossa consciência, e é por isso que percebo a importância de discutirmos um pouco mais essa questão relacionada à Presidência, à Vice-Presidência, ao Relator.

Portanto, eu colocaria, até como primeiro ponto a ser discutido, se podemos, de acordo com o Regimento, votar apenas num Presidente, sem termos hoje o Vice-Presidente.

Eram essas as posições iniciais que eu gostaria de colocar neste momento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende. DEM – MG) — Muito obrigado, Senador Jefferson Praia.

Temos de proceder agora à escolha, à eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

São candidatos apontados...



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela lógica, a Oposição, que tem cinco em doze, não tem direito a nenhuma Vice-Presidência também. É essa a lógica?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende, DEM – MG) – São candidatos apontados até o momento o Senador Paulo Duque como Presidente. Não há indicação do candidato a Vice-Presidente. De forma que vamos proceder à eleição com uma chapa com o nome do Senador Paulo Duque sem menção ao nome do Vice-Presidente.

Quanto aos outros votos, há um encaminhamento aqui, que foi feito pelos Líderes, ou por Líderes, de voto em branco. É dentro deste quadro que vamos proceder à eleição e à apuração dos resultados.

Srs e Srs. Senadores, as cédulas encontram-se sobre a mesa. À medida que forem chamados, as cédulas serão rubricadas por esta Presidência e entregues a V. Ex's, que se dirigirão à cabine indevassável, onde deverão assiná-las, com caneta azul, o voto para Presidente e para Vice-Presidente – voltando a destacar que não há candidato a Vice-Presidente. Em seguida, depositarão a cédula na urna, que se encontra sobre a mesa.

Solicito ao nobre Senador Romeu Tuma que proceda à chamada das Srs e dos Srs. Senadores para votação.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Do Bloco Parlamentar da Minoria, DEM e PSDB. Senador Dermóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador Eliseu Resende. (Pausa.)

Vou pedir para irem à cabine, porque os votos em branco, está natural, já foram declarados. Mas, se puderem ir à cabine... para respeitar o Regimento.

Senadora Marisa Serrano.

Senador Sérgio Guerra.

Majoria: PMDB, PP.

Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Senador Almeida Lima.

Senador Gilvam Borges.

Senador Paulo Duque.

Bloco de apoio ao Governo: PT, PR, PSB, PCdoB, PRB.

O Senador Antonio Carlos Valadares parece que pediu saída do bloco.

Senador João Pedro.

Senador Inácio Arruda.

PTB, Senador Gim Argelio.

PDT, Senador João Durval. Também saiu?

Vou chamar agora os suplentes, em substituição aos que se retiraram da Comissão.

Senador Delcídio Amaral pelo PT.

Há um cargo vago do bloco de apoio ao Governo. Primeiro suplente: Ideli Salvatti. Ausente.

Segundo suplente: Eduardo Suplicy.

Ausente.

Augusto Botelho.

Os três suplentes do PT estão ausentes.

PDT: Jefferson Praia, como suplente, em razão da não presença de João Durval.



Votaram um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze Srs. Senadores.

Eu não votei ainda.

Sr. Presidente, temos que escolher dois escrutinadores.

Está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende. DEM – MG) – Está encerrada a votação.

Quero designar como escrutinadores o Senador Almeida Lima e a Senadora Rosalba Ciarlini.

E quero designar também os Senadores Gim Argello e Papaléo Paes para atuarem como fiscais e procederam à apuração.

Vamos à apuração.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Há um voto sobrando. Pergunto ao Presidente se é para retirá-lo da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende. DEM – MG) – Foram encontradas nas urnas quinze cédulas. Foram encontradas nas urnas quinze cédulas, número que coincide com o de votantes.

Solicito aos Srs. Escrutinadores que procedam à contagem dos votos.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Abstenção, um. Quatro em branco, e dez SIM.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Resende. DEM – MG) – Vou proclamar o resultado: para Presidente o Senador Paulo Duque, com 10 votos.

Registro o número de votos em branco: 4 votos em branco e 1 abstenção.

Declaro, portanto, eleito para Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o Senador Paulo Duque.

Convido V. Ex^a para assumir seu cargo, presidindo a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Srs. Senadores, assumo, neste momento, a Presidência da comissão mais delicada, de trabalhos mais importantes na sua finalidade e a mais difícil nos seus encargos, que é esta comissão.

A Comissão de Ética (falha na gravação), ao julgar a ética do funcionário "a", "b" ou "c", mas dos próprios Srs. Deputados. Desculpem-me: Senadores. É o hábito.

Confesso, hoje, uma admiração por todos os Senadores desta Casa. Sem restrição. Todos merecem todo o meu respeito, consideração, porque nunca imaginei – Deputado Estadual, sempre, sempre; Vereador no Rio, sempre, nos piores momentos – presidir deputados tão importantes – senadores tão importantes quanto os senhores. Ex-Governadores, ex-Presidentes da República – temos três aqui –, e está aqui um modesto Parlamentar estadual, presidindo uma comissão dessa, porque o Senado é o Brasil. Tenho dito isto e reafirmo: o Senado tem uma importância fundamental. As guerras internas, externas. O Senado é uma câmara diferente de tudo o que eu podia imaginar. É um poderosíssimo instrumento, capaz de decidir até uma revolução.

Então, tenho um respeito muito grande e natural pelos Senadores. Às vezes, bato uma banca, outra e tal, mas tenho um grande respeito por aqueles que vieram dos seus Estados. Podem crer nisso. É a primeira confissão que quero fazer hoje.

Imagino os senhores, as dificuldades, sobretudo daqueles que são os eleitos. Sou um suplente. Acho que só gastei meia dúzia de reais para chegar aqui. Suplente. Mas os suplentes tiveram um papel fundamental nesta Legislatura. Estão tendo um papel fundamental. Hoje, somos 20. Pelo menos, votaram hoje aqui uns cinco ou quatro. Eles existem e têm de continuar existindo.



Então, o que eu poderia...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O Presidente aí gole um banho d'água, por favor!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Muito bem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Muito obrigado a todos.
(Palmas.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Concedo a palavra, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, V. Ex^a, segundo noticiários da imprensa, tem sobre sua mesa para apresentação uma representação, formulada pelo Conselho de Ética, e três denúncias formuladas pelo Senador Arthur Virgílio.

Nas duas hipóteses – uma contemplada pelo art. 14, §1º, do Regimento do Conselho de Ética, e as demais contempladas pelo art. 17, §2º -, V. Ex^a tem de fazer um juízo prévio de admissibilidade formal para que elas possam iniciar a sua tramitação. E V. Ex^a também tem um prazo de cinco dias úteis para fazer esse exercício.

Eu queria confirmar com V. Ex^a se já se encontram sobre a mesa do Presidente, realmente, tanto a representação quanto as denúncias, e, segundo, como V. Ex^a não pode despachar no recesso, como nenhum Senador, se não houver recesso, tudo bem, mas, havendo recesso, se V. Ex^a já convoca uma reunião para a primeira semana de agosto, a fim de dar conhecimento público e a este Conselho das decisões que V. Ex^a tomará para os procedimentos mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Eu, respondendo a questão de ordem de V. Ex^a, quero declarar que a minha primeira intenção será convocar uma nova reunião para eleger o Vice-Presidente o mais rapidamente possível. Se possível, até hoje, quem sabe, eleger o Vice-Presidente.

Segundo, peço a todos que aprovem a ata da reunião anterior, que deve ter sido há mais de um ano, não sei, porque este Conselho não se reúne há sete meses. Há sete meses, ele já deveria ter sido criado. Não foi. Estamos criando hoje, estamos instalando hoje.

Em 16 de dezembro de 2008 foi a última reunião e nós estamos em agosto. Aprovação dessa ata... Essa ata está aprovada? OK.

Vou marcar logo essa reunião para eleger o Vice-Presidente – não posso ficar sem um vice. Ao mesmo tempo, recebi, aqui, três representações – duas representações e três denúncias. Muito bem. Todas envolvem a honra das pessoas, a honra dos Senadores, o comportamento dos Senadores, aquilo que eu disse anteriormente. Eu só queria que os senhores me dessem um pequeno prazo para estudar, é natural, o mais rapidamente possível.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Mas a pergunta que eu faço a V. Ex^a é se fica marcada uma reunião no início de agosto. Se não encerrarmos, se não houver recesso, pelo Regimento, V. Ex^a tem cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, tem de convocar para a semana que vem. Se houver o recesso, V. Ex^a, como todos os demais Senadores, não pode despachar no recesso. Então, esse prazo de cinco dias ficaria prorrogado automaticamente.

Então, a pergunta que faço a V. Ex^a é se, havendo recesso, V. Ex^a já convoca uma eleição para dar conhecimento das decisões.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Então, eu vou perguntar a V. Ex^a, só para o meu esclarecimento. Qual é o dia do recesso? Quando começa e quando termina?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Começa no sábado e termina no último dia do mês de julho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Começa agora, no sábado. Hoje é quarta-feira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Isso. Então, pode ser na primeira quarta de agosto. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Quatro ou seis?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, a primeira quarta-feira de agosto seria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Primeira quarta-feira de agosto, para eleger o Vice-Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não. O Vice-Presidente pode ser, também, junto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Pode ser junto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – E, ao mesmo tempo, uma reunião para o dia 24 de agosto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Não, para o dia 5 de agosto.

Eu pergunto: qual é a melhor hora que vocês entendem?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – É quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Para nós nos reunirmos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – À tarde, neste horário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Três horas?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Quatorze horas. Quinze horas, quinze horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Quinze horas é bom horário? Então, nós vamos marcar uma reunião.

Em que dia cai 5 de agosto? Quarta-feira, dia 5 de agosto, às 15h. Os senhores concordam com esse tipo de hora, com esse tipo de dia?

Outra pergunta que queria fazer aos senhores aqui reunidos, aproveitando, é se os senhores concordam em fazer uma reunião semanal ou mensal. Como os senhores querem fazer?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não. Naquele dia... Lá nós deliberaremos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, data vénia, reunir essa Comissão sem assunto é um perigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Exatamente, mas terá sempre assunto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É melhor com assunto determinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Então, quarta ou quinta ou terça, às 15h. Em princípio, será assim.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Já está marcado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. (Pausa.)



Nery. Queria pedir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – José Nery está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Essa questão... Eu não sou membro do Conselho, primeira questão, porém o tipo de procedimento que deve ser avaliado pelo Conselho de Ética... A meu ver, não cabe uma... Pode ter uma regularidade de reuniões, porém a prática tem sido o agendamento de reuniões levando em conta a dinâmica do processo, que significa, às vezes, até duas ou três reuniões por semana. Assim tem sido. Então, acho que o Conselho pode ter uma reunião de natureza normal, ordinária, mas a dinâmica do processo é que deve dizer se deve ter todo dia ou dois dias na semana. Creio que não dá para tomar uma deliberação dessa natureza. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Deputado José Nery, as reuniões são convocadas de acordo com a necessidade. Na convocação vem sempre explícito o objeto da reunião.

Documentos pertinentes à 1ª Reunião de 2009 do Conselho de Ética e
Decoro Parlamentar:

- 1- Lista de Presença;
- 2- Lista de Votação; e
- 3- Lista de Senadores não Membros.



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

1ª REUNIÃO DE 2009

Em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 15h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB)	
Antonio Carlos Valadares	1. Delcídio Amaral
João Pedro	2. Ideli Salvatti
(vago).	3. Eduardo Suplicy
Inácio Arruda	4. Augusto Botelho
BLOCO DA MAIORIA (PMDB/PP)	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Valdir Raupp
Almeida Lima	2. Romero Jucá
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Paulo Duque	4. Lobão Filho
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
DEM	
Demóstenes Torres	1. Antonio Carlos Júnior
Heráclito Fortes	2. Rosalba Ciarlini
Eliseu Resende	3. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Marisa Serrano	4. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	5.
PTB	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. Jefferson Praia
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)	

Visto:

Brasília, 15 de julho de 2009

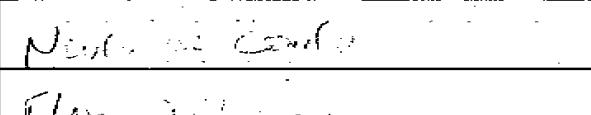
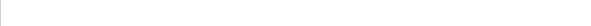
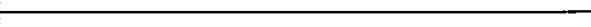


**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

1ª REUNIÃO DE 2009

Em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 15h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA - SENADORES NÃO MEMBROS DO CONSELHO

SENADOR	Assinatura
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	
	

Visitors

Brasília, 15 de Julho de 2009



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

1ª REUNIÃO DE 2009

Em 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 15h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL (Secreta)

VOTAÇÃO ~~aprovada~~ eleição de Presidente do Conselho de Ética
~~Eleito o Sen. Paulo Duque~~
Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares	Sim	Não	Abstenção	Suplentes	Sim	Não	Abstenção
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCDOB, PRB)				BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCDOB, PRB)			
Antônio Carlos Valadares				Delcídio Amaral (PT)			
João Pedro (PT)				Ideli Salvatti (PT)			
(vago)				Eduardo Suplicy (PT)			
Inácio Arruda				Augusto Botelho			
MAIORIA (PMDB/PP)				MAIORIA (PMDB/PP)			
Wellington Salgado de Oliveira				Valdir Raupp			
Almeida Lima				Romero Jucá			
Gilvam Borges				Mão Santa			
Paulo Duque				Lobão Filho			
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM, PSDB)				BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM, PSDB)			
Demóstenes Torres				Antonio Carlos Júnior			
Heráclito Fortes				Rosalba Ciarlini			
Eliseu Resende				Maria do Carmo Alves (licença)			
Marisa Serrano				Arthur Virgílio			
Sérgio Guerra				PTB			
Gim Argello				PTB			
PDT				João Vicente Claudino			
João Durval				PDT			
Corregedor				Jefferson Praia			
Romeu Tuma (PTB)							

TOTAL _____ SIM 10

NÃO _____

ABSTENÇÃO 1

VISTO: _____

SALAS DE REUNIÕES, em 15 de julho de 2009.

Branco 4

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Está encerrada a reunião.

Muito obrigado aos senhores.

(Levanta-se a reunião às 16h15min)



**SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

DESPACHO

Foi oferecida neste Conselho a presente denúncia contra o Senador José Sarney, movida pelo Senador Arthur Virgílio Neto.

Ampara-se a presente denúncia no art. 17 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), tendo como substrato fático o suposto exercício pelo Senador José Sarney da prática de facilitação na operação de empréstimos consignados junto aos servidores desta Casa.

Sobre esse tema, é, tão-somente, transcrita matéria jornalística que afirma que um neto do denunciado operaria crédito consignado no Senado Federal.

Além disso, a denúncia enumera dezoito pretensos fatos, sem correlação direta entre eles, que deveriam ser, segundo o denunciante, objeto de análise pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Salvo a afirmativa de que esses pretensos fatos teriam sido *denunciados pela mídia*, não há nenhum tipo de informação ou documento sobre eles.

O procedimento disciplinar é, por excelência, atado às normas que o regem. Considerando tratar-se do Poder Legislativo, afigura-se-nos correto afirmar que talvez em nenhuma outra espécie de processo isso seja tão verdadeiro, uma vez que se busca, aqui, o julgamento de um parlamentar por seus Pares, parlamentar esse que foi ungido pela vontade popular e que, por isso mesmo, deve ter asseguradas todas as garantias formais e materiais, a fim de evitar a perseguição arbitrária ao exercício de suas atividades.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Não pode este Conselho ser nem instrumento de ação político-partidária, nem substituir o eleitor em sua decisão soberana como titular do poder, do qual o Congresso Nacional nada mais é do que delegado.

Não é por outro motivo que o nosso Código de Ética e Decoro Parlamentar faz clara menção à admissão da denúncia, ato formal que é requisito essencial ao seu seguimento. Estabelece o § 2º do art. 17 do ato:

Art. 17.....

.....
§ 2º Apresentada a denúncia, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao seu exame preliminar no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

I – se faltar legitimidade ao seu autor;

II – se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;

III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.
.....

A esse dispositivo, conforme prevê o próprio CEDP, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições pertinentes dos Códigos de Processo Penal (CPP) e Civil (CPC). Estabelece o art. 395 do primeiro deles:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta;

.....
Determina, de sua parte, o art. 295 do CPC:

Art. 295. A petição inicial será indeferida:

I – quando for inepta;
.....



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando:

- I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;
- II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;
- III – o pedido for juridicamente impossível;
- IV – contiver pedidos incompatíveis entre si.

Assim, o aspecto formal inclui, essencialmente, o exame da legitimidade ativa do denunciante e o conteúdo da denúncia, para verificar se não se trata de peça inepta – se contém, de forma adequada, a descrição dos fatos contrários à ética e ao decoro imputados ao parlamentar; a fundamentação jurídica que justifica tanto a abertura do processo disciplinar quanto a aplicação da pena; e o pedido de que o órgão judicante, após constatar a existência dos fatos e a incidência ao caso do fundamento jurídico, aplique a sanção prevista na lei.

Ocorre que a denúncia sob exame não atende nenhuma dessas exigências.

O documento se limita a citar, mesmo assim sem acrescentar qualquer tipo de documento que os comprove, uma série de pretensos fatos sem informar quais atos relacionados com eles teriam sido praticados pelo denunciado e quais deles teriam agredido as normas que informam o decoro e a ética parlamentares.

Assim, do exposto, inadmito a presente denúncia, determinando o seu arquivamento por inépcia, nos termos do art. 17, § 2º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, combinado com o art. 395, I, do Código de Processo Penal e o art. 295, I e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulo Duque".
Senador PAULO DUQUE
Presidente



**SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

DESPACHO

Foi oferecida neste Conselho a presente denúncia contra o Senador José Sarney, movida pelo Senador Arthur Virgílio Neto.

Ampara-se a presente denúncia no art. 17 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), tendo como substrato fático declarações supostamente inverídicas feitas pelo Senador José Sarney ao se expressar no Plenário do Senado Federal a respeito de sua posição nos órgãos diretivos de Fundação que leva o seu nome.

Não foi anexado nenhum documento de qualquer espécie na denúncia e todas as informações nela contidas são atribuídas a notícias de jornal. Tanto isso é verdade que o denunciante sequer conclui a sua petição, deixando isso para a própria imprensa, *verbis*:

... em relação ao Senador José Sarney, a imprensa concluiu que Sua Exceléncia, uma vez mais teria faltado com a verdade para com o Senado Federal, no que tange à sua atuação no âmbito da Fundação.

O procedimento disciplinar é, por excelência, atado às normas que o regem. Considerando tratar-se do Poder Legislativo, afigura-se-nos correto afirmar que talvez em nenhuma outra espécie de processo isso seja tão verdadeiro, uma vez que se busca, aqui, o julgamento de um parlamentar por seus Pares, parlamentar esse que foi ungido pela vontade popular e que, por isso mesmo, deve ter asseguradas todas as garantias formais e materiais, a fim de evitar a perseguição arbitrária ao exercício de suas atividades.

Não pode este Conselho ser nem instrumento de ação político-partidária, nem substituir o eleitor em sua decisão soberana como titular do poder, do qual o Congresso Nacional nada mais é do que delegado.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Não é por outro motivo que o nosso Código de Ética e Decoro Parlamentar faz clara menção à admissão da denúncia, ato formal que é requisito essencial ao seu seguimento. Estabelece o § 2º do art. 17 do ato:

Art. 17.....

.....
§ 2º Apresentada a denúncia, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao seu exame preliminar no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

I – se faltar legitimidade ao seu autor;

II – se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;

III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.

.....
A esse dispositivo, conforme prevê o próprio CEDP, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições pertinentes dos Códigos de Processo Penal (CPP) e Civil (CPC). Estabelece o art. 395 do primeiro deles:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta;

.....
Determina, de sua parte, o art. 295 do CPC:

Art. 295. A petição inicial será indeferida:

I – quando for inepta;

.....
Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando:

I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

- II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;
- III – o pedido for juridicamente impossível;
- IV – contiver pedidos incompatíveis entre si.

Assim, o aspecto formal inclui, essencialmente, o exame da legitimidade ativa do denunciante e o conteúdo da denúncia, para verificar se não se trata de peça inepta – se contém, de forma adequada, a descrição dos fatos contrários à ética e ao decoro imputados ao parlamentar; a fundamentação jurídica que justifica tanto a abertura do processo disciplinar quanto a aplicação da pena; e o pedido de que o órgão judicante, após constatar a existência dos fatos e a incidência ao caso do fundamento jurídico, aplique a sanção prevista na lei.

Ora, quando se fala na descrição dos fatos, na fundamentação fática do pedido, é imprescindível que essa se baseie, minimamente, em documentos ou indícios que possam ser apurados.

A denúncia não pode ser uma mera coletânea de recortes ou de citações de jornais. Sobre tema similar, já decidiu o Pleno do Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental na Petição nº 2.085, cujo relator foi o Ministro Nelson Jobim.

Naquela ocasião afirmou o Excelso Pretório no Acórdão que *declaração constante de matéria jornalística não pode ser acolhida como fundamento para a instauração de um procedimento criminal*. E ainda registrou que esse tipo de denúncia tinha apenas *a finalidade de causar repercussão na campanha eleitoral, o que não é admissível*.

No indeferimento da Petição, o ilustre relator já tinha se manifestado no seguinte sentido:



**SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

A notícia-crime não apresenta indícios consistentes que possam levar ao indiciamento dos acusados.

Haveria necessidade de que esses indícios fossem, de tal forma veementes, que pudessem ensejar o convencimento da culpabilidade dos acusados.

Requisitos que não se encontram nesta Petição.

São ilações que se fundamentam em fragmentárias notícias de jornal.

É preciso um mínimo de consistência nas imputações. Faz-se necessário que haja razoabilidade no pedido. No caso, a questão reduz-se à matéria jornalística.

Notícias de jornal – desacompanhadas de outros elementos que as corroborem – não autorizam procedimento criminal.

Ao se manifestar sobre o Agravo Regimental, Sua Excelência conclui o seu voto da seguinte forma:

... a apresentação da [petição] ... neste Tribunal foi apenas para criar um factóide com repercussão na campanha eleitoral.

Aliás, em alguns setores, está se tornando habitual *plantar* notícias em jornais para após, com base nelas, tentar promover demandas penais.

Isso é inadmissível.

Toda a prova são folhas de jornais. É uma técnica conhecida. Planta-se a matéria para depois submetê-la ao Supremo.

Tem-se, aqui, questão similar. Assim como o Supremo Tribunal Federal, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Alta do Congresso Nacional não pode ser utilizado como instrumento para aparelhar denúncias vazias com mera pretensão eleitoral, baseadas apenas em recortes de jornal cuja fonte e intenção ninguém sabe qual é.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Se se permitir esse tipo de procedimento, o Poder Legislativo nada mais fará do que processar seus membros.

Assim, do exposto, inadmito a presente denúncia, determinando o seu arquivamento por inépcia, nos termos do art. 17, § 2º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, combinado com o art. 395, I, do Código de Processo Penal e o art. 295, I e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulo Duque".
Senador PAULO DUQUE
Presidente



**SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

DESPACHO

Foi oferecida neste Conselho a presente denúncia contra o Senador José Sarney, movida pelo Senador Arthur Virgílio Neto.

Ampara-se a presente denúncia no art. 17 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), tendo como substrato fático o suposto exercício de advocacia administrativa pelo Senador José Sarney em defesa da Fundação que leva o seu nome.

Não foi anexado nenhum documento de qualquer espécie na denúncia que é composta, quase exclusivamente, da transcrição de duas matérias jornalísticas.

A denúncia conclui afirmando que:

... torna-se impresindível (sic) a investigação, por este Conselho de Ética, pela prática do crime de advocacia administrativa (sic), presente no art. 321 do Código Penal, por parte do Senador José Sarney, sem prejuízo da apuração de outras infrações que possam surgir no decorrer da análise desta denúncia.

O procedimento disciplinar é, por excelência, atado às normas que o regem. Considerando tratar-se do Poder Legislativo, afigura-se-nos correto afirmar que talvez em nenhuma outra espécie de processo isso seja tão verdadeiro, uma vez que se busca, aqui, o julgamento de um parlamentar por seus Pares, parlamentar esse que foi ungido pela vontade popular e que, por isso mesmo, deve ter asseguradas todas as garantias formais e materiais, a fim de evitar a perseguição arbitrária ao exercício de suas atividades.



**SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

Não pode este Conselho ser nem instrumento de ação político-partidária, nem substituir o eleitor em sua decisão soberana como titular do poder, do qual o Congresso Nacional nada mais é do que delegado.

Não é por outro motivo que o nosso Código de Ética e Decoro Parlamentar faz clara menção à admissão da denúncia, ato formal que é requisito essencial ao seu seguimento. Estabelece o § 2º do art. 17 do ato:

Art. 17.....

.....
§ 2º Apresentada a denúncia, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao seu exame preliminar no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

I – se faltar legitimidade ao seu autor;

II – se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;

III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.

.....
A esse dispositivo, conforme prevê o próprio CEDP, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições pertinentes dos Códigos de Processo Penal (CPP) e Civil (CPC). Estabelece o art. 395 do primeiro deles:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta;

.....
Determina, de sua parte, o art. 295 do CPC:

Art. 295. A petição inicial será indeferida:

I – quando for inepta;



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando:

- I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;
- II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;
- III – o pedido for juridicamente impossível;
- IV – contiver pedidos incompatíveis entre si.

Assim, o aspecto formal inclui, essencialmente, o exame da legitimidade ativa do denunciante e o conteúdo da denúncia, para verificar se não se trata de peça inepta – se contém, de forma adequada, a descrição dos fatos contrários à ética e ao decoro imputados ao parlamentar; a fundamentação jurídica que justifica tanto a abertura do processo disciplinar quanto a aplicação da pena; e o pedido de que o órgão judicante, após constatar a existência dos fatos e a incidência ao caso do fundamento jurídico, aplique a sanção prevista na lei.

Sem embargo das razões que motivaram a propositura da presente denúncia, verifica-se que o fundamento escolhido pelo denunciante não é válido para o presente procedimento que, como já dito, escora-se normativamente no art. 17 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, que assim prescreve:

Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código. (grifou-se)

Resta claro, pois, que é necessário arrolar quais preceitos ou dispositivos do Regimento Interno ou do Código de Ética e Decoro Parlamentar foram solapados. É necessário apontar de que forma a conduta do denunciado feriu as normas que pautam sua atuação no Senado Federal.

Como se viu, além de acusações genéricas sobre a eventual ocorrência de *outras infrações que possam surgir no decorrer da análise desta denúncia*, o denunciante busca processar o denunciado pela prática do crime de advocacia administrativa, tipificado no art. 321 do Código Penal.



**SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

Ocorre que, como o país vive em um período de pleno domínio do Estado de Direito Democrático, não há mais tribunais de exceção, cuja atuação possa extrapolar os limites da Constituição.

Ora, nossa Carta Magna, em seu art. 102, I, b, atribui ao Supremo Tribunal Federal a competência para processar e julgar, originariamente, os membros do Congresso Nacional nas infrações penais comuns.

De outra parte, os atos que atentam contra o decoro parlamentar caracterizam-se, como já reafirmou diversas vezes o Supremo Tribunal Federal (ver, por exemplo, os Mandados de Segurança nºs 21.360, 24.356, 25.647 e 25.917), como infrações político-administrativas.

Assim, falece, absolutamente, competência a este Colegiado para conhecer denúncia contra parlamentar pela prática de crime.

Do exposto, inadmito a presente denúncia, determinando o seu arquivamento por inépcia, nos termos do art. 17, § 2º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, combinado com o art. 395, I, do Código de Processo Penal e o art. 295, I e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulo Duque".
Senador PAULO DUQUE
Presidente



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

DESPACHO

Foi oferecida neste Conselho a presente representação contra o Senador José Sarney, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Ampara-se a presente representação no art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), tendo como substrato fático a suposta participação do Senador José Sarney em diversas irregularidades administrativas no Senado Federal denunciadas pela imprensa.

Vale, também, registrar que, a partir da edição da Resolução nº 25, de 16 de julho de 2008, que *altera a Resolução nº 20, de 1993, para disciplinar o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal*, o oferecimento de representações por quebra de decoro parlamentar por partido político é feito diretamente neste Conselho, não mais necessitando a sua tramitação pela Mesa.

Apesar disso, a presente representação não apenas foi protocolada na Mesa pelo partido político representante, como a agremiação inclui nela argumentação contestando a exigência que ela afirma presente no Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de remessa desse tipo de documento àquele Colegiado, denotando que o partido político representante desconhece as normas que se aplicam à espécie no Senado Federal.

Além disso, registre-se, que não foi anexado o rol de testemunhas, que, sob pena de preclusão, deve constar da representação, na forma do *caput* do art. 14 do CEDP, nem anexado nenhum documento de qualquer espécie e, não bastasse isso, todas as informações contidas na representação são notícias de jornal.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

O procedimento disciplinar é, por excelência, atado às normas que o regem. Considerando tratar-se do Poder Legislativo, afigura-se-nos correto afirmar que talvez em nenhuma outra espécie de processo isso seja tão verdadeiro, uma vez que se busca, aqui, o julgamento de um parlamentar por seus Pares, parlamentar esse que foi ungido pela vontade popular e que, por isso mesmo, deve ter asseguradas todas as garantias formais e materiais, a fim de evitar a perseguição arbitrária ao exercício de suas atividades.

Não pode este Conselho ser nem instrumento de ação político-partidária, nem substituir o eleitor em sua decisão soberana como titular do poder, do qual o Congresso Nacional nada mais é do que delegado.

Não é por outro motivo que o nosso Código de Ética e Decoro Parlamentar faz clara menção à admissão da representação, ato formal que é requisito essencial ao seu seguimento. Estabelece o § 1º do art. 14 do ato:

Art. 14.....

§ 1º Apresentada a representação, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

- I – se faltar legitimidade ao seu autor;
- II – se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;
- III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.

A esse dispositivo, conforme prevê o próprio CEDP, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições pertinentes dos Códigos de Processo Penal (CPP) e Civil (CPC). Estabelece o art. 395 do primeiro deles:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- I – for manifestamente inepta;



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Determina, de sua parte, o art. 295 do CPC:

Art. 295. A petição inicial será indeferida:

I – quando for inepta;

.....

Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando:

I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

III – o pedido for juridicamente impossível;

IV – contiver pedidos incompatíveis entre si.

Assim, o aspecto formal inclui, essencialmente, o exame da legitimidade ativa do denunciante – se se trata de partido político devidamente registrado e com representação no Congresso Nacional e se o signatário do documento tem competência para tal – e o conteúdo da denúncia, para verificar-se não se trata de peça inepta – se contém, de forma adequada, a descrição dos fatos contrários à ética e ao decoro imputados ao parlamentar; a fundamentação-jurídica que justifica tanto a abertura do processo disciplinar quanto a aplicação da pena; e o pedido de que o órgão judicante, após constatar a existência dos fatos e a incidência ao caso do fundamento jurídico, aplique a sanção prevista na lei.

Aqui, é importante registrar, em primeiro lugar, que não foi anexado nenhum documento à representação comprovando a legitimidade da signatária para firmar o documento em nome do partido político representante. Trata-se de falha que, nesse momento, relevo, considerando tratar-se de informação que pode ser considerada notória.

De outra parte, quando se fala na descrição dos fatos, na fundamentação fática do pedido, é fundamental que essa se baseie, minimamente, em documentos ou indícios que possam ser apurados e que os fatos narrados tenham correlação com o que se pede.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

A representação, em nenhum momento traça relação lógica entre os fatos que narra e a eventual responsabilidade do representado por eles, chegando a atribuir a ele, na p. 4 do documento, a obrigação de zelar pelos *atos da Mesa Diretora*, quando, conforme prevê o Regulamento Orgânico do Senado Federal, em seu art. 3º é a esse colegiado que compete a *superior supervisão e fiscalização dos atos administrativos, no âmbito da Instituição, e definir a competência e atribuições de cada um dos seus membros*.

Igualmente, não há no documento a identificação dos atos que são imputados ao representado, além de alegações genéricas e contraditórias, como a que consta da p. 6, onde se afirma que os chamados *atos secretos ... teriam sido escondidos de forma propositada pelo Senado Federal, a mando dos ex-diretores da casa, Agaciel Maia e João Carlos Zoghbi, ligados diretamente a presidência do Senado*. Ora, se foi a mando dessas pessoas, não foi por ato do representado.

Nas páginas seguintes do documento, afirma-se simplesmente que o Sr. Luiz (sic) Carlos Zoghbi e o Sr. Agaciel Maia teriam realizado diversos atos ilícitos, possivelmente com a ciência e/ou conivência de seus superiores.

A representação não pode ser uma mera coletânea de recortes ou de citações de jornais, sobretudo se estes se apóiam em mera suposição como explicitado no parágrafo anterior. Sobre tema similar, já decidiu o Pleno do Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental na Petição nº 2.085, cujo relator foi o Ministro Nelson Jobim.

Naquela ocasião afirmou o Excelso Pretório no Acórdão que *declaração constante de matéria jornalística não pode ser acolhida como fundamento para a instauração de um procedimento criminal*. E ainda registrou que esse tipo de denúncia tinha apenas a *finalidade de causar repercussão na campanha eleitoral, o que não é admissível*.

No indeferimento da Petição, o ilustre relator já tinha se manifestado no seguinte sentido:



**SENADO FEDERAL,
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

A notícia-crime não apresenta indícios consistentes que possam levar ao indiciamento dos acusados.

Haveria necessidade de que esses indícios fossem, de tal forma veementes, que pudessem ensejar o convencimento da culpabilidade dos acusados.

.....

Requisitos que não se encontram nesta Petição.

São ilações que se fundamentam em fragmentárias notícias de jornal.

.....

É preciso um mínimo de consistência nas imputações. Faz-se necessário que haja razoabilidade no pedido. No caso, a questão reduz-se à matéria jornalística.

.....

Notícias de jornal – desacompanhadas de outros elementos que as corroborem – não autorizam procedimento criminal.

Ao se manifestar sobre o Agravo Regimental, Sua Excelência conclui o seu voto da seguinte forma:

... a apresentação da [petição] ... neste Tribunal foi apenas para criar um factóide com repercussão na campanha eleitoral.

Aliás, em alguns setores, está se tornando habitual *plantar* notícias em jornais para após, com base nelas, tentar promover demandas penais.

Isso é inadmissível.

.....

Toda a prova são folhas de jornais. É uma técnica conhecida. Planta-se a matéria para depois submetê-la ao Supremo.

Tem-se, aqui, questão similar. Assim, como o Supremo Tribunal Federal, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Alta do Congresso Nacional não pode ser utilizado como instrumento para aparelhar denúncias vazias com mera pretensão eleitoral, baseadas apenas em recortes de jornal cuja fonte e intenção ninguém sabe qual é.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Se se permitir esse tipo de procedimento, o Poder Legislativo nada mais fará do que processar seus membros.

Assim, do exposto, inadmito a presente representação, determinando o seu arquivamento por inépcia, nos termos do art. 14, § 1º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, combinado com o art. 395, I, do Código de Processo Penal e o art. 295, I e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulo Duque".

Senador PAULO DUQUE
Presidente



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

DESPACHO

Foi oferecida neste Conselho a presente representação contra o Senador Renan Calheiros, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Ampara-se a presente representação no art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), tendo como substrato fático a suposta participação do Senador Renan Calheiros em diversas irregularidades administrativas no Senado Federal denunciadas pela imprensa.

Vale, também, registrar que, a partir da edição da Resolução nº 25, de 16 de julho de 2008, que *altera a Resolução nº 20, de 1993, para disciplinar o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal*, o oferecimento de representações por quebra de decoro parlamentar por partido político é feito diretamente neste Conselho, não mais necessitando a sua tramitação pela Mesa.

Apesar disso, a presente representação não apenas foi protocolada na Mesa pelo partido político representante, como a agremiação inclui nela argumentação contestando a exigência que ela afirma presente no Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de remessa desse tipo de documento àquele Colegiado, denotando que o partido político representante desconhece as normas que se aplicam à espécie no Senado Federal.

Além disso, registre-se, que não foi anexado o rol de testemunhas, que, sob pena de preclusão, deve constar da representação, na forma do *caput* do art. 14 do CEDP, nem anexado nenhum documento de qualquer espécie e, não bastasse isso, todas as informações contidas na representação são notícias de jornal.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

O procedimento disciplinar é, por exceléncia, atado às normas que o regem. Considerando tratar-se do Poder Legislativo, afigura-se-nos correto afirmar que talvez em nenhuma outra espécie de processo isso seja tão verdadeiro, uma vez que se busca, aqui, o julgamento de um parlamentar por seus Pares, parlamentar esse que foi ungido pela vontade popular e que, por isso mesmo, deve ter asseguradas todas as garantias formais e materiais, a fim de evitar a perseguição arbitrária ao exercício de suas atividades.

Não pode este Conselho ser nem instrumento de ação político-partidária, nem substituir o eleitor em sua decisão soberana como titular do poder, do qual o Congresso Nacional nada mais é do que delegado.

Não é por outro motivo que o nosso Código de Ética e Decoro Parlamentar faz clara menção à admissão da representação, ato formal que é requisito essencial ao seu seguimento. Estabelece o § 1º do art. 14 do ato:

Art. 14.....

§ 1º Apresentada a representação, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

I – se faltar legitimidade ao seu autor;

II – se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;

III – se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.

.....

A esse dispositivo, conforme prevê o próprio CEDP, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições pertinentes dos Códigos de Processo Penal (CPP) e Civil (CPC). Estabelece o art. 395 do primeiro deles:



**SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta;

.....

Determina, de sua parte, o art. 295 do CPC:

Art. 295. A petição inicial será indeferida:

I – quando for inepta;

.....

Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando:

- I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;
- II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;
- III – o pedido for juridicamente impossível;
- IV – contiver pedidos incompatíveis entre si.

Assim, o aspecto formal inclui, essencialmente, o exame da legitimidade ativa do denunciante – se se trata de partido político devidamente registrado e com representação no Congresso Nacional e se o signatário do documento tem competência para tal – e o conteúdo da denúncia, para verificar se não se trata de peça inepta – se contém, de forma adequada, a descrição dos fatos contrários à ética e ao decoro imputados ao parlamentar; a fundamentação jurídica que justifica tanto a abertura do processo disciplinar quanto a aplicação da pena; e o pedido de que o órgão judicante, após constatar a existência dos fatos e a incidência ao caso do fundamento jurídico, aplique a sanção prevista na lei.

Aqui, é importante registrar, em primeiro lugar, que não foi anexado nenhum documento à representação comprovando a legitimidade da signatária para firmar o documento em nome do partido político representante. Trata-se de falha que, nesse momento, relevo, considerando tratar-se de informação que pode ser considerada notória.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

De outra parte, quando se fala na descrição dos fatos, na fundamentação fática do pedido, é fundamental que essa se baseie, minimamente, em documentos ou indícios que possam ser apurados e que os fatos narrados tenham correlação com o que se pede.

A representação, em nenhum momento traça relação lógica entre os fatos que narra e a eventual responsabilidade do representado por eles, chegando a atribuir a ele, na p. 4 do documento, a obrigação de zelar pelos *atos da Mesa Diretora*, quando, conforme prevê o Regulamento Orgânico do Senado Federal, em seu art. 3º é a esse colegiado que compete a *superior supervisão e fiscalização dos atos administrativos, no âmbito da Instituição, e definir a competência e atribuições de cada um dos seus membros*.

Na mesma direção, na p. 5, atribui-se ao representando a responsabilidade por editar Resoluções do Senado Federal, diplomas legais que são votados pelo Plenário da Casa.

Igualmente, não há no documento a identificação dos atos que são imputados ao representado, além de alegações genéricas e contraditórias, como a que consta da mesma p. 5, onde se afirma que os chamados *atos secretos ... teriam sido escondidos de forma propositada pelo Senado Federal, a mando dos ex-diretores da casa, Agaciel Maia e João Carlos Zogbí, ligados diretamente a presidência do Senado*. Ora, se foi a mando dessas pessoas, não foi por ato do representado.

Nas páginas seguintes do documento, afirma-se simplesmente que o Sr. Luiz (sic) Carlos Zogbí e o Sr. Agaciel Maia teriam realizado diversos atos ilícitos, possivelmente com a ciência e/ou conivência de seus superiores.

A representação não pode ser uma mera coletânea de recortes ou de citações de jornais, sobretudo se estes se apóiam em mera suposição como explicitado no parágrafo anterior. Sobre tema similar, já decidiu o Pleno do Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental na Petição nº 2.085, cujo relator foi o Ministro Nelson Jobim.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Naquela ocasião afirmou o Excelso Pretório no Acórdão que *declaração constante de matéria jornalística não pode ser acolhida como fundamento para a instauração de um procedimento criminal.* E ainda registrou que esse tipo de denúncia tinha apenas *a finalidade de causar repercussão na campanha eleitoral, o que não é admissível.*

No indeferimento da Petição, o ilustre relator já tinha se manifestado no seguinte sentido:

A notícia-crime não apresenta indícios consistentes que possam levar ao indiciamento dos acusados.

Haveria necessidade de que esses indícios fossem, de tal forma veementes, que pudessem ensejar o convencimento da culpabilidade dos acusados.

.....
Requisitos que não se encontram nesta Petição.

São ilações que se fundamentam em fragmentárias notícias de jornal.

.....
É preciso um mínimo de consistência nas imputações. Faz-se necessário que haja razoabilidade no pedido. No caso, a questão reduz-se à matéria jornalística.

.....
Notícias de jornal – desacompanhadas de outros elementos que as corroborem – não autorizam procedimento criminal.

Ao se manifestar sobre o Agravo Regimental, Sua Excelência conclui o seu voto da seguinte forma:

... a apresentação da [petição] ... neste Tribunal foi apenas para criar um factóide com repercussão na campanha eleitoral.

Aliás, em alguns setores, está se tornando habitual *plantar* notícias em jornais para após, com base nelas, tentar promover demandas penais.



SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Isso é inadmissível.

.....

Toda a prova são folhas de jornais. É uma técnica conhecida.
Planta-se a matéria para depois submetê-la ao Supremo.

Tem-se, aqui, questão similar. Assim, como o Supremo Tribunal Federal, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Alta do Congresso Nacional não pode ser utilizado como instrumento para aparelhar denúncias vazias com mera pretensão eleitoral, baseadas apenas em recortes de jornal cuja fonte e intenção ninguém sabe qual é.

Se se permitir esse tipo de procedimento, o Poder Legislativo nada mais fará do que processar seus membros.

Assim, do exposto, inadmito a presente representação, determinando o seu arquivamento por inépcia, nos termos do art. 14, § 1º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, combinado com o art. 395, I, do Código de Processo Penal e o art. 295, I e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulinho Duque".

Senador PAULO DUQUE
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE
Nº. 301*, DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno e o Regulamento Administrativo do Senado Federal, e à luz que dispõe o art. 35, inciso I, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **ALEXANDRE MURTA DE ARAÚJO ROCHA**, matrícula n.º **167967**, de Assistente Parlamentar, AP03, do Órgão Central de Coordenação e Execução para o Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, em 17 de julho de 2009.


SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) Republicado por haver saído com incorreções no Diário Oficial da União, seção 2, do dia 21/07/2009.

ATO DO PRESIDENTE**Nº 302 , DE 2009**

Homologa o Concurso Público para Categorias Funcionais de Consultor de Orçamentos, Advogado do Senado Federal, Analista de Informática Legislativa, Analista Legislativo e Técnico Legislativo, para os candidatos classificados além das vagas previstas nos Editais nº 01, 02, 03, 04 e 05/2008.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XXXV do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º - É homologado o resultado final do Concurso Público para os candidatos classificados além das vagas previstas nos Editais nº 01, 02, 03, 04 e 05/2008, nas Categorias Funcionais de Consultor de Orçamentos, Área de Assessoramento em Orçamentos, Advogado do Senado Federal, Analista de Informática Legislativa, Área de Apoio Técnico ao Processo de Informática Legislativa, Analista Legislativo, Áreas de Comunicação Social, Eventos e Contatos; Apoio Técnico ao Processo Legislativo; Apoio Técnico-Administrativo; Controle Interno; Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico; Saúde e Assistência Social e Técnico Legislativo, Áreas de Apoio Técnico ao Processo Legislativo; Apoio Técnico-Administrativo e Polícia Legislativa, promovido pelo Senado Federal em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, cuja classificação final é apresentada no Anexo deste Ato.

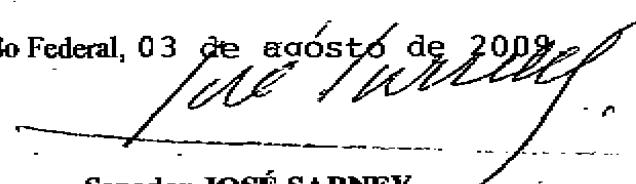
Art. 2º - Em caso de nomeação dos aprovados, serão observados os termos dos respectivos Editais e também:

I – a necessidade do Senado Federal na respectiva Área e a disponibilidade orçamentária; e

II – a ordem de classificação.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de agosto de 2009


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ANEXO DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL N.º 302, DE 2009.

Homologação do Concurso Público para as Categorias Funcionais de Advogado do Senado Federal, Consultor de Orçamentos, Analista Legislativo, Analista de Informática Legislativa e Técnico Legislativo.

Categoria: CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

Área: Consultoria e Assessoramento em Orçamentos

Especialidade: ASSESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
3º	0227981	VINCENZO PAPARIELLO JUNIOR	220,59
4º	0226922	LUCIANO HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA	220,00
5º	0035271	DIOGO ANTUNES DE SIQUEIRA COSTA	211,60

Categoria: ADVOGADO DO SENADO FEDERAL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
9º	0213746	EDVALDO FERNANDES DA SILVA	195,16
10º	0032567	DANIEL VICTOR DE ARAUJO SIMOES	194,84
11º	0214738	FERNANDO CESAR DE SOUZA CUNHA	191,46
12º	0313083	DANIL PLACIDO CAMILO JUNIOR	191,06
13º	0313367	FLAVIA PALMEIRA DE MOURA COELHO	190,46
14º	0221358	OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI	187,36
15º	0352604	ELY MARANHAO FILHO	186,54
16º	0291604	BRUNO MASSING DE OLIVEIRA	186,00
17º	0219608	MARCELO SAMPAIO PIMENTEL ROCHA	185,78
18º	0034552	RAFAEL RODRIGUES DA CUNHA PAIVA	185,56
19º	0292083	FABIO FERNANDO MORAES FERNANDEZ	185,06
20º	0223161	ROMULO GOBBI DO AMARAL	184,92
21º	0291988	ELDER ALEXANDER MAIORKI QUADROS	184,60
22º	0353414	JOAO PAULO MELO DO NASCIMENTO	183,70
23º	0352524	EDUARDO PEDROTO DE A. MAGALHAES	183,22
24º	0404259	HENRIQUE MAUL BRASILIO DE SOUZA	181,50
25º	0032205	BRENO RIGHI	181,04
26º	0224506	THOMAZ HENRIQUE GOMMA DE AZEVEDO	180,18
27º	0210714	ANDRE DAMAS DE MATOS	178,94
28º	0211386	BARBARA AZEREDO SOUZA THOME	177,80
29º	0210747	ANDRE LUIS SOARES LACERDA	176,18
30º	0222840	ROBERCI RIBEIRO DE ARAUJO	174,90
31º	0220286	MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO	174,64
32º	0033366	HUDSON FABIO DA SILVA PAULA	174,22
33º	0402877	BRUNO VALENTIM BARBOSA	174,22
34º	0403916	FERNANDO COIMBRA	173,30
35º	0033673	LEANDRO ELOY SOUSA	171,14
36º	0354326	MARCIA THAIS DE OLIVEIRA STOLF	171,04

Categoria: ANALISTA DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA**Área: Apoio Técnico ao Processo de Informática Legislativa****Especialidade: ANÁLISE DE SISTEMAS**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
7º	0230010	CLAY SOUZA E TELES	102,53
8º	0229647	CARLOS RAFAEL DE AGUIAR NERY	102,21
9º	0237339	SOCRATES ARANTES TEIXEIRA FILHO	102,04
10º	0231886	GEORGE ATSUSHI MURAKAMI	101,92
11º	0236983	RONALDO SOUZA PERSIANO	101,89
12º	0233224	JOSE GERALDO RODRIGUES CAMPOS LOPES	101,09
13º	0235844	PERILO SERGIO SOUSA PINHEIRO	101,03
14º	0035919	HUDSON DE MARTIM	100,81
15º	0230361	DARIO ANDRE LOUZADO	100,55
16º	0316082	MONIQUE LOUISE DE BARROS MONTEIRO	100,50
17º	0036387	SESOSTRIS VIEIRA	100,33
18º	0235866	PRISCILA DE CASTRO SILVA NICOLA	100,13
19º	0230816	EDWARD DE OLIVEIRA RIBEIRO	99,69
20º	0315829	ITAPAJE DE FARIA SETO TAKEGUMA	99,42
21º	0228860	ANDRE BENEVENUTO	98,92
22º	0234396	LUIZ VICTOR DE ANDRADE LIMA	98,37
23º	0234090	LUCIANA FARIA DO NASCIMENTO	98,65
24º	0009938	FREDERICO NOBRE REIS	98,56
25º	0234807	MARCIO MAZZA	98,37
26º	0231397	FABIO VINICIUS PINTO E SILVA	98,30
27º	0231819	FREDERICO VITOR ANDRADE MARQUES	98,28
28º	0036467	VILADNER LIMA BARROS LEAL	97,81
29º	0231319	FABIO BIANCHI CAMPOS	97,21
30º	0233575	KLAUSE ALVARENGA DO NASCIMENTO	97,00
31º	0229409	BRUNO RIBEIRO COSTA	95,62
32º	0229158	ANTONIO DE SOUZA DANTAS	95,60
33º	0237806	VALDSON MARIANO DOS SANTOS	95,33
34º	0233666	LAURO CESAR ARAUJO	95,04
35º	0357132	FABRICIO FERNANDES SANTANA	94,71
36º	0357983	RICARDO FERNANDES RIBEIRO	94,30
37º	0230805	EDVAL GONCALVES VIEIRA	94,29
38º	0236278	RICARDO BRAVO	94,27
39º	0236289	RICARDO CAVALCANTI DE O AMORIM	93,85
40º	0238183	WENNDER INDALECIO OLIVEIRA FIDELIS	93,84
41º	0233359	JOSELITO MESSIAS LOBO	93,29
42º	0231091	EMMANUEL DE FIGUEIREDO CALDAS	93,16
43º	0233564	KLAUS BULCAO ROSEIRA	92,72
44º	0315987	LUIZ ANTONIO SANTOS NUNES	92,53
45º	0237704	TIAGO GOMES SANTANA	92,46
46º	0035862	GLEISON CARNEIRO GOMES	92,21
47º	0236223	RENATO JUNQUEIRA MAIA	91,06
48º	0233768	LEILA DE FATIMA SOUSA CARVALHO	88,40
49º	0231853	GABRIELA BERNARDON	87,85

Categoria: ANALISTA DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA**Área: Apoio Técnico ao Processo de Informática Legislativa****Especialidade: ANÁLISE DE SUPORTE DE SISTEMAS**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
3º	0239313	GIULIANO MACEDO ARRUDA	114,76
4º	0238638	ANDRE LUIZ BANDEIRA MOLINA	112,02
5º	0409754	NORMAN POZO MOLINA JUNIOR	110,72
6º	0239131	FABIO KAISER RAUBER	109,79
7º	0239119	FABIANO GOMES DE FREITAS	107,95
8º	0239846	LUIZ VICENTE PASCHOAL FILHO	107,07
9º	0240286	ROBERTO GERALDO PIMENTA RIBEIRO JR	106,02
10º	0239142	FABRICIO SANTOS CARDOSO	105,12
11º	0240606	VITOR CHOI FEITOSA	104,90
12º	0239595	JORGE HENRIQUE ROGOSKI	101,92
13º	0239471	IGOR DE ANDRADE VIANA	99,53
14º	0240617	WALBERKLEY BRAGA DOS SANTOS	99,34
15º	0409641	HELIO MARCOLA JUNIOR	95,28

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Apoio Técnico-Administrativo****Especialidade: ADMINISTRAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
11º	0043850	DENISE DAYSE SOBRAL DOS SANTOS	105,65
12º	0049881	MYLANA BITTENCOURT GOMES	104,32
13º	0279868	FABIO RENATO DA SILVA	104,06
14º	0046655	JOAO CHRISOSTOMO X DE ALBUQUERQUE	103,78
15º	0279891	FERNANDA DE AZEVEDO ZACHIA	101,00
16º	0000873	VICENTE MANUEL DE ARAUJO RAYOL	100,76
17º	0280231	MARCOS HOFF HOMEM	100,66
18º	0042722	CARLA BEATRIZ CAVALCANTI AZEVEDO	100,13
19º	0049643	MATEUS GONTIJO DE SANT'ANNA	99,39
20º	0048275	LUCIANA FERRARI SILVA GOMEZ	99,21
21º	0046122	HELOISA LOPEZ MIRANDA	99,09
22º	0046791	JOAO RAMIRO DE BRAGA E CASTRO	96,37
23º	0045016	FELIPE GUIMARAES CORTES	95,20
24º	0046815	JOAO VICENTE DA ROCHA PESSOA	94,83
25º	0043667	DANIELLA GUIRELLI S. DE OLIVEIRA	93,00
26º	0052841	WANG YING TS	92,58
27º	0280559	VIRGINIA GYENES	90,40

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Apoio Técnico ao Processo Legislativo****Especialidade: PROCESSO LEGISLATIVO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
24º	0101328	PERSIO HENRIQUE BARROSO	151,00
25º	0103960	ROBERTA TIEMI SAITA	151,00
26º	0018805	MANUELLA LEMOS RIBEIRO	150,54
27º	0070323	ANA MARIA C BARBOSA LABARRERE	150,38
28º	0105853	SEBASTIAO ARAUJO ANDRADE	148,78
29º	0103631	RICARDO MANDELLI BISI	148,70
30º	0015771	ANDREZA RIOS DE CARVALHO	148,58
31º	0110035	VIVIANE PAZ COSTA	148,16
32º	0096876	MARIA RITA GALVAO LOBO	148,00
33º	0073117	BRENO DE LIMA ANDRADE	147,86
34º	0091291	LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ	147,54
35º	0094449	MARCELO INACIO MENEZES	147,52
36º	0101680	RAFAEL BARROS DE CARVALHO	147,12
37º	0094687	MARCIA ANDREA RENNO SILVA NEGREIROS	147,10
38º	0283854	LAIRTON PEDRO KLEINUBING	147,00
39º	0078394	DIEGO BARROS MAIA	146,90
40º	0100052	PATRICIA DE L M DE O E OLIVEIRA	146,76
41º	0086995	JAQUELINE DA CUNHA ALBERNAZ	146,66
42º	0331725	RODRIGO BARBOSA DE OLIVEIRA	146,34
43º	0088639	JOSE TADEU FANIS JUNIOR	145,84
44º	0102490	RAUL MARTINS DIAS	145,60
45º	0069416	ALLAN DOS ANJOS MOURA	145,60
46º	0093662	LUIZ PEDRO DE ROSSI JUNIOR	145,56
47º	0108567	THIAGO DE AZEVEDO BARBOSA	145,10
48º	0071677	ANGELA DE ALMEIDA MARTINS	144,80
49º	0103664	RICARDO PAOLIELLO PALET	144,74
50º	0108692	TIAGO ALVES ALMEIDA	144,48
51º	0080555	ERIKA MARA BARBACENA	144,40
52º	0075748	CLAUDIA LEMOS ARANTES	144,14
53º	0017120	EMILIO MOURA LEITE DA SILVEIRA	143,72
54º	0080248	EMERSON DOUGLAS BONFIM MACEDO	143,52
55º	0086860	JANE KERCIA RAMOS DE ALCANTARA	143,26
56º	0108863	TONY DE MEDEIROS PALMEIRA	142,80
57º	0081003	FABIANA CARNEIRO CARVALHO	142,60
58º	0110615	WESLEY DUTRA DE ANDRADE	142,22
59º	0381822	REINILSON PRADO DOS SANTOS	141,72
60º	0074110	CARLOS EUGENIO VARELLA ESCOSTEGUY	141,68
61º	0071348	ANDREA FILGUEIRAS DE PAULA AZEVEDO	141,64
62º	0283070	ESTEVAO HAGEL LEDUR	141,64
63º	0016989	EDUARDO DOS SANTOS RIBEIRO	141,34
64º	0069610	AMANDA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	140,66
65º	0081752	FERNANDA DAMIANI COSTA	140,58
66º	0110900	YURI AFONSO FARIA DE SOUSA	140,56
67º	0086213	IVAN LUCIO SANTILLO	140,42
68º	0108421	THALES ROBERTO FURTADO MORAIS	139,58
69º	0100176	PATRICIA GOMES DE CARVALHO	139,38

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
70º	0087910	JORGE PEIL MARQUES VAZ	138,72
71º	0110897	YULO SASAKI	138,54
72º	0090458	KLEBER MINATOGAU	137,50
73º	0071360	ANDREA HITOMI KABU	137,24
74º	0283149	FABIO HARLAN BARBOSA SOARES	136,70
75º	0068571	ALESSANDRO DE SOUSA GUIMARAES	136,00
76º	0089438	JULIANA VELTEN BARBOSA	135,20
77º	0106856	SOLANGE BANDEIRA SOARES PALMEIRA	134,40
79º	0377369	FERNANDO KISS CAMPOS	133,70
80º	0015704	ANDRE NOGUEIRA DO NASCIMENTO	132,96
81º	0095679	MARCUS GUEVARA SOUSA DE CARVALHO	132,78
82º	0109764	VINICIUS FREIRE FERREIRA LIMA E SILVA	132,28
83º	0109673	VICTOR AGUILAR JARDIM DE AMORIM	132,24
84º	0002095	DANIEL DO PRADO E SOUZA	131,44
85º	0067658	ADRIANA SOARES PADILHA	129,64
87º	0329348	JOAO PAULO LOBO PESTANA GOMES	126,72
88º	0079002	EDSON CASTELO B. DE OLIVEIRA CARDOSO	124,68
89º	0426824	FABRISIA ALMEIDA GARCIA	118,52

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Apoio Técnico ao Processo Legislativo****Especialidade: BIBLIOTECONOMIA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
3º	0058872	STELLA MARIA VAZ SANTOS VALADARES	103,35
4º	0057164	CARLIANE NERY DE ASSIS	102,57
5º	0058816	SEBASTIAO DIMAS JUSTO DA SILVA	101,35
6º	0058532	PATRICIA COELHO F. MENESSES DA SILVA	95,21
7º	0057255	CINTIA MARA M. F. DA COSTA	94,17
8º	0058349	MARILIA DE CAMPOS MOREIRA	90,92
9º	0056978	ALESSANDRA MARINHO DA SILVA	88,47

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Controle Interno****Especialidade: CONTABILIDADE**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
4º	0059784	FREDERICO DE PINA ALVARES FILHO	103,61
5º	0059251	ANTONIO LISBOA DE QUEIROZ	96,34
6º	0371758	RODRIGO GALHA	96,16

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico****Especialidade: ARQUITETURA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0371021	SIDNEY VIEIRA CARVALHO	92,07

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico****Especialidade: ENGENHARIA****Área 2: MECÂNICA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0063838	ANDRE NASCIMENTO BARBOSA	96,82

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Saúde e Assistência Social****Especialidade: MEDICINA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0064808	CARLOS EDUARDO ARAUJO FAJAD	104,66
3º	0281789	CHARLES ANDRE CARVALHO	104,55
4º	0065812	KAREN WERBERICH GOULART	100,56
5º	0064659	ANA PAULA RIBEIRO GOMES	100,16
6º	0326112	RODRIGO FELIPE MARQUES	95,27

Categoria: TÉCNICO LEGISLATIVO**Área: Apoio Técnico-Administrativo****Especialidade: ADMINISTRAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
10º	0139021	JAZON TORRES DE SOUSA	100,28
11º	0144021	LAIS DE SANTANA ARAUJO	99,76
12º	0142912	KARINA FRANCA CAXITO	99,72
13º	0125353	DEVID BERTOLDO DE MENDONCA	98,86
14º	0125999	DIOGO MACEDO DE NOVAES	97,80
15º	0119270	BRUNO NERY BORGES	97,54
16º	0142672	KALINKA BARROSO	97,22
17º	0154300	MAURICY LOPES MANSUR	96,82
18º	0171538	VIVIAN RIBEIRO NAVARRO CORRÉA	96,66
19º	0119338	BRUNO SILVA FIORILLO	96,60
20º	0159156	PILLAR ALEXANDRE PEDREIRA	96,60
21º	0137105	IRLENE BINDA DE ARAUJO DA CUNHA	96,42
22º	0306634	KALINKA DE SA HOLANDA	95,54
23º	0162649	ROBERTO WILLIAN MARTINS SILVA	95,52
24º	0159930	RAFAEL HENRIQUE LEITE E SOUZA	95,38
25º	0155427	MONICA RODRIGUES SILVA	95,10
26º	0160041	RAFAEL MELO RANGEL	95,00
27º	0387875	FERNANDO MASSANORI NARIYOSHI	94,76
28º	0159565	PRISCILLA SILVA DAMASCENO	94,50
29º	0158777	PEDRO FELIPE SOARES ALCANFOR XIMENE	94,42
30º	0161964	RICARDO ALAN BARROS ASSUNCAO	94,12
31º	0153250	MARILIA MARRA GUIMARAES FERREIRA	93,46
32º	0287287	LISIANE MATTE BASTOS	92,40
33º	0341571	RAFAEL LUIZ FERREIRA MUALEM	92,26
34º	0157332	PABLO DIEGO BARROS DA CONCEICAO	91,82

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
35º	0168738	THAIS DE CARVALHO BORGES	91,80
36º	0141908	JULIANA DE CASSIA SOARES	91,78
37º	0383884	AGATHA BERNARDO	91,36
38º	0165126	SANDRA PEDOTO BEREZOWSKI	90,98
39º	0157116	OREMIO CESAR DE MELLO	90,32
40º	0393094	RICARDO LUIZ DE SOUZA LIMA HELOU	90,16
41º	0129695	FABIANA BARBOSA DE SOUZA RODRIGUES	89,76
42º	0170068	VALERIA DE FREITAS D AVILA	89,18
43º	0165466	SAULO KLEBER RODRIGUES RIBEIRO	89,06
44º	0021445	ANA LUIZA GOMES MACHADO	88,60
45º	0121146	CASSANDRA SANTOS SOARES	88,58
46º	0161511	RENATA FELIX PEREZ	88,38
47º	0156168	NATHALIA COUTO MORAIS	88,12
48º	0146016	LIVIA AGUIAR SALOMAO	87,68
50º	0135870	HENRI CAVALCANTI CURI	87,30
51º	0130251	FABIO MOURA MENDES AUGUSTO	86,86
52º	0136077	HEVELYN ALLEN SOARES FERREIRA	85,72
53º	0135201	GUSTAVO MOTA SOARES	85,62
54º	0169184	THIAGO ATILA DE SOUZA FERREIRA	85,56
55º	0125240	DEBORA SILVA BARROSO PAIS	84,34

Categoria: TÉCNICO LEGISLATIVO

Área: Apoio Técnico ao Processo Legislativo

Especialidade: PROCESSO LEGISLATIVO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
10º	0198448	OSCAR PERNE DO CARMO JUNIOR	105,66
11º	0200968	REGINA VALERIA R M DE OLIVEIRA	105,40
12º	0198299	NUBIA MARA PEREIRA BARBOSA	105,34
13º	0205747	TIAGO DE SOUSA E ALBUQUERQUE BARBOS	104,90
14º	0181668	DONALDO PORTELA RODRIGUES	104,84
15º	0194877	MARCOS AURELIO PEREIRA	104,32
16º	0186629	GUILHERME BRANDAO	103,18
17º	0176793	ANTONIO CARLOS SOARES	103,10
18º	0191323	LANNA DANIELE SANTOS WANDERLEI	102,86
19º	0201007	REGINALDO PEREIRA SILVA	102,84
20º	0175507	ANA LUCIA MARIANO CORREA	102,36
21º	0194559	MARCIO ALVES DA SILVA	102,16
22º	0401045	SIMONE MAYUMI MINAKI	102,00
23º	0179292	CHRYSTIAN REIS DE FIGUEIREDO	101,92
24º	0191845	LENITA CUNHA E SILVA	100,68
25º	0029654	LUISA COUTO BOECHAT	100,34
26º	0182183	EDUARDO BRUNO DO LAGO DE SA	100,20
27º	0180347	DAJANE ROSS SANTOS	100,12
28º	0289614	EMERSON JUAREZ HELLWIG	99,90
29º	0192815	LUCAS MACHADO MORGADO	99,68
30º	0177456	BIANCA ARAUJO BORGES	99,56
31º	0180621	DANIEL SILVA NASCIMENTO	99,54
32º	0401090	SYLVIO CEZAR KOURY MUSOLINO FILHO	99,42

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
33º	0178620	CARLOS JOSE FULY DE SOUZA	99,28
34º	0205601	THIAGO NASCIMENTO CASTRO SILVA	99,14
35º	0344467	ANDERSON ANTUNES DE AZEVEDO	99,10
36º	0193625	LUIZ AUGUSTO FREIRE DA SILVA	98,80
37º	0027625	CESAR DE CARVALHO FILHO	98,76
38º	0184907	FILIPE RIBEIRO COVRE	98,60
39º	0401534	WALTER ENGRACIA DE OLIVEIRA NETO	98,58
40º	0290292	KERINE NASCIMENTO TENORIO	98,54
41º	0201143	RENATA CRISTINA SILVA LEONEL	98,40
42º	0309688	DIOGO RAIMUNDO A J RIGAUD PEIXOTO	98,40
43º	0348709	MARCUS PAULO DA CUNHA MARTINS	96,38
44º	0289910	GUSTAVO DA ROCHA BRIXIUS	96,36
45º	0199383	PEDRO GLUKHAS CASSAR NUNES	96,04
46º	0179134	CELINA GONCALVES FERREIRA	95,76
47º	0184292	FELIPE COSTA GERALDES	95,10
48º	0310937	LORENA FLORENCIO DE MORAIS	94,98
49º	0182274	EDUARDO GOMES MOREIRA	93,92
50º	0201609	RICARDO FREITAS DE MORAES	93,82
51º	0201234	RENATA LUCIA FREITAS DE OLIVEIRA	93,50
52º	0400406	PEDRO LUIS CAMPOS MARQUES	93,22
53º	0201961	ROBERTA LYS DE MOURA ROCHAEI	92,98
54º	0181942	EDIMAR LUIZ DA SILVA FILHO	92,92
55º	0194833	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	92,34
56º	0397961	HENRIQUE DE CAMPOS PORATH	92,22
57º	0200093	RAFAEL FERREIRA DOS SANTOS	91,80
58º	0349815	ROBERTA BARRETO	91,36
59º	0175961	ANDRE AUGUSTO SAK	89,40
60º	0398737	LEANDRO AUGUSTO DE A. CUNHA BUENO	89,36

Categoria: TÉCNICO LEGISLATIVO

Área: Polícia Legislativa

Especialidade: POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
3º	0360498	JULIO CEZAR PONTE	115,56
4º	0253111	VICTOR HUGO VIEIRA DE SOUZA	114,50
5º	0360158	ISABELA DO ROSARIO LISBOA MARTINS	109,58
6º	0246580	ITALO ROSENBERG FERREIRA	106,86
7º	0317018	GABRIEL CARLOS DOS REIS COSTA DIAS	102,72
8º	0247914	LEANDRO NOGUEIRA RODRIGUES	99,60
9º	0245601	GILBERTO NASSIF DERZE	99,40

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO

Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos

Especialidade: ESTATÍSTICO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0255140	MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA	113,34

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: PRODUTOR DE PESQUISA E OPINIÃO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0364489	PEDRO BARREIRA SILVA DA ROCHA	124,42
3º	0263116	THIAGO CORTEZ COSTA	119,66
4º	0263138	VALTER ROSA DA SILVA JUNIOR	115,93
5º	0262668	ELGA MARA TEIXEIRA LOPES	114,21

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: ANALISTA DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
3º	0254476	MARCIA YAMAGUTI CHERUBINI	126,97
4º	0254636	TATIANA PERNA BOIA MENEZES	126,69
5º	0412612	CAROLINA PAVANELLO	110,13
6º	0254078	ANA PAULA RONCISVALLE DE SOUZA	104,64

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: PRODUTOR DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0319321	MARCIO ANDRE PONTES TEIXEIRA	132,93
3º	0262248	DANIEL DE SOUZA PINTO	129,27
4º	0262099	PEDRO AUGUSTO RAMIREZ MONTEIRO	128,27
5º	0364172	ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS	128,01
6º	0261836	FABIO ALVES DUARTE	127,85
7º	0261778	EDUARDO REIS XAVIER	124,45
8º	0261790	MARIANA MIRANDA TAVARES	123,52
9º	0262204	ERICO GONCALVES DA SILVEIRA	123,23
10º	0415600	MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO	121,07
11º	0319321	FELIPE SEGALL CORRÉA	118,22

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: PRODUTOR PARA REVISÃO DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0265474	ANDRE FALCAO DO REGO BARROS	145,59
3º	0320001	SILVIO BURLE DE MENEZES	144,17
4º	0267527	RODRIGO KING LON CHIA	143,83
5º	0267163	MILENA COSTA GALDINO PITELLA	142,71
6º	0267276	PAOLA MICHELLE NOGUEIRA DE CLIMA	141,72
7º	0365437	PAULO CEZAR LOPES BARRETO	140,35

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
8º	0365028	BARBARA CORDEIRO DIAS SKABA	139,85
9º	0267072	MARILIA MATIAS DE OLIVEIRA	139,77
10º	0267652	SIMONE MAGALHAES DE SALLES	139,42
11º	0266239	FLAVIA GOMES GONCALVES	138,32
12º	0039875	ANDERSON NETTO VIEIRA	136,63
13º	0417617	RICARDO MORAES WESTIN PIMENTA	136,42
14º	0266535	JOSEANA GEAQUINTO PAGANINE	135,50
15º	0267721	TATIANA BELTRAO GOMES	133,00
16º	0365335	MARCIO MATORANA CARDOSO	132,50

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: EDITOR DE TV**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
10º	0362790	DANIEL FERREIRA SAFADI	124,49
11º	0414390	MESSIAS DE OLIVEIRA QUEIROZ	123,41
12º	0039148	RONALDO PEREIRA MARTINS	122,42
13º	0259040	MARIANA ABREU OLIVEIRA	122,29
14º	0256552	DANTE PEREIRA ACCIOLY	121,84
15º	0318613	IANO FLAVIO DE SOUZA MAIA	121,80
16º	0363737	SABRINA D. D. M. CALDAS DA SILVA	121,42
17º	0363759	SARAH ALBERTINA CERQUEIRA NUNEZ	121,00
18º	0038974	LAUDEIR BORGES REGO	120,89
19º	0363237	LARA FRANCISCHETTI PIZA	120,50
20º	0257475	HERMES RODRIGUES COELHO NETO	119,88
21º	0257566	ISABELA MARIA S. CAMPOS M VILAR	119,76
22º	0257464	HERVELTO FERREIRA	119,55
23º	0260457	THIAGO RODRIGUES TIBURCIO	119,32
24º	0414856	TIAGO MACINI	118,98
25º	0260377	TERCIO RIBAS TORRES	118,77
26º	0258309	LILIAN LEAO ALVES	118,63
27º	0258854	MARCYA REIS PAULA COSTA	118,20
28º	0260413	THAIS REGINA BORGES DE FARIA	117,88
29º	0414787	TADEU SPOSITO DO AMARAL	117,81
30º	0258070	KATRINE TOKARSKI BOAVENTURA	117,65
31º	0257395	HANNA GABRIELA PEREIRA FELIPE DA COSTA	117,53
32º	0260128	SANTIAGO MACHADO DELLAPE	117,48
33º	0318840	MARILIA A. DE M. ESTEVAO PEROBA	117,41
34º	0255764	ANA RAQUEL MACEDO FERREIRA	117,06
35º	0259620	RACHEL LIBRELON DE FARIA	116,79
36º	0259222	MICHELE COSTA ANDRADE	116,52
37º	0413319	CAMILA JANOLLI LOPES	116,41
38º	0255435	ALEXANDRA FERNANDES JOSIAS	115,32
39º	0257442	HENRIQUE FROES	114,84
40º	0363511	NICOLE FAJARDO M. LEAO DE SOUZA	114,74
41º	0363442	MARINA DE CASTRO FERREIRA SARAIWA	114,50
42º	0257033	FERNANDA DE ANDRADE NOVAES	114,30
43º	0038792	EVERTON WILEN COELHO	113,79

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
44º	0260424	THAIS RIBEIRO ARAUJO	113,01
45º	0256198	CARLOS WILSON DE ANDRADE FILHO	112,97
46º	0363851	THYAGO SILVA MATHIAS	112,86
47º	0296529	THAIS AMORIM ARAGAO	112,86
48º	0258650	MANUELA DE OLIVEIRA CASTRO	112,73
49º	0258569	LUIS FELIPE SILVA	112,67
50º	0363679	RODRIGO AUGUSTO SILVEIRA SOARES	112,63
51º	0413626	FABIO DIAZ CAMARNEIRO	112,23
52º	0363668	RODRIGO AOR	112,17
53º	0259802	RENATA NOGUEIRA BRUMANO CASTRO	112,11
54º	0256596	DEBORA NETO ZAMPIER	111,90
55º	0413751	GIOVANA RAFAELA BOTTI RESENDE	111,85
56º	0256949	FABIOLA LUCIA DE ALMEIDA PINTO	111,69
57º	0257873	JOYCE MARIA MAGALHAES RUSSI	111,59
58º	0259540	POLJANI FERREIRA CASTELLO BRANCO	111,30
59º	0260537	VITOR MORENO OLIVEIRA EVANGELISTA	111,09
60º	0260026	ROSILDA MOREIRA ALVES	110,34
61º	0257884	JOZIEL BRITO DE BARROS	110,26
62º	0362869	ELEN VILA NOVA DE FREITAS GUIMARAES	110,09
63º	0413615	FABIO DE ASSIS FLEURY	109,85
64º	0414232	MARCELO CHRISTOVAO	109,74
65º	0256712	ELAINE FREITAS GONCALVES	109,48
66º	0319014	RICARDO ALVES DA SILVA	109,38
67º	0413320	CAMILA PASCHOAL	108,91
68º	0259653	RAFAEL PARADA TOSCANO	108,77
69º	0260515	VANESSA MELO DO AMARAL	107,82
70º	0257271	GISELE AZEVEDO RODRIGUES	107,63
71º	0256347	CLAUDIO GUIMARAES LESSA	107,11
72º	0258105	KEITE PINTO CAMACHO	106,76
73º	0010890	LEONARDO MAGALHAES AQUINO	105,86
74º	0259051	MARIANA DE MELO MONTEIRO SOARES	105,58
75º	0256212	CAROLINA DE ALMEIDA BAPTISTA MORAES	105,47

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO

Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos

Especialidade: PRODUTOR DE MULTIMÍDIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0264540	MARCIO ALEXANDRE MARQUES SILVA	122,23
3º	0263672	MAURO DE MORAES VERGNE	121,18
4º	0264802	KLEBERT RENEE MACHADO GONCALVES	120,99
5º	0264164	BERNARDO DINIS LOPES URURAHY	119,25
6º	0263912	FERNANDO MONTEIRO RIBEIRO	118,34
7º	0263854	EDGAR BENICIO ROSA	114,22
8º	0264619	ELEONORA STANZIONA VIGLIANO	112,78
9º	0263898	MARCO ANTONIO SILVA DE MENDONCA	111,53
10º	0264595	DALTON EIDI HISAYASU	108,83

Categoria: TÉCNICO LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: PRODUTOR DE TV**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
12º	0275720	CARINE ARCOVERDE DA NOBREGA B. ALBA	98,00
13º	0275275	ADRIANA DE ANDRADE	95,94
14º	0321231	HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA	93,78
15º	0277475	MARILIA SERRA DE FARIA	93,26
16º	0277055	LORENA MARIA E SILVA	92,86
17º	0278401	VANESSA DE MORAIS GUIDA	92,80
18º	0277453	MARIANA CAPELO BARROSO SILVA	91,56
19º	0275797	CARLOS DIALMA GONCALVES	91,30
20º	0275980	CRISTINA LINO COELHO	88,36

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: PRODUTOR DE MARKETING**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0296701	PAULO RICARDO DOS SANTOS MEIRA	121,75
3º	0260899	FLORIAN AUGUSTO DE ABREU C MADRUGA	118,07
4º	0261143	LUCAS TIBURCIO DUARTE	114,84
5º	0261325	PAULA ANDREA COCHRANE FEITOSA	114,69
6º	0260991	IVO DE ARAUJO OLIVEIRA NETO	108,65
7º	0260673	ANDRE LUIZ DE SOUZA SILVA	108,02

Categoria: ANALISTA LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: SUPERVISOR DE PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	0267947	CARLOS FREDERICO ROLIM DE ANDRADE	117,40

Categoria: TÉCNICO LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: PRODUTOR DE RÁDIO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
8º	0275139	SORAYA MENDANHA DOS REIS	107,74
9º	0275004	RENINA SANGERMANO VALEJO	107,14
10º	0366952	RODRIGO BATISTA BAPTISTA	106,22
11º	0366930	LEILA DA CRUZ GONCALVES HEREDIA	101,46
12º	0274487	GUSTAVO HENRIQUE MARTINS CAVALLINI	100,88
13º	0420008	FABIO ALEXANDRE DE PAULA PIMENTEL	99,46
14º	0274669	KELEM SUMYE C. YOTOKO ERRAHOUI	98,18
15º	0274090	ANDERSON JAIME MENDANHA	98,08
16º	0274932	PAULA GROBA MENDES BARREIRA	97,94

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
17º	0274523	HERICA CHRISTIAN MIRANDA DA SILVA	96,74
18º	0275173	TANIA DE SOUZA TRINDADE	96,00
19º	0274830	MARIA DE JESUS AMORIM FARIA	95,94
20º	0423176	MARIA HORTENSIA SOARES DA SILVA	95,76
21º	0274749	LUCIO TOBIAS CAMPOLLO SILVA	95,18
22º	0420042	IZADORA FERREIRA RODRIGUES	91,46
23º	0274307	ELAINE CRISTINA OLIVEIRA DE JESUS	86,00

Categoria: TÉCNICO LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: TÉCNICO EM LOCUAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
7º	0271648	NARA BORGES BEU	118,62
8º	0271524	MARLUCI RIBEIRO DE OLIVEIRA	117,86
9º	0297817	TIAGO AQUILES RIBEIRO MEDEIROS	117,42
10º	0366474	RENATO COELHO	117,30
11º	0320454	JEZIEL SOUSA CARVALHO	115,44
12º	0419351	RITTA CLAUDIA ZUMBA E SANTOS	112,22
13º	0271502	MARINA MOREIRA COSTA	111,44
14º	0271411	MARCUS VINICIUS BENNETT FERREIRA	111,22
15º	0419340	RICARDO RINAUX NAKAOKA	111,06
16º	0272094	SILVANIA ALVES DE AZEVEDO	109,84
17º	0270394	EDUARDO MAIA DA SILVEIRA	107,94
18º	0366292	FREDERICO AUGUSTO KALACHE DE PAIVA	107,30

Categoria: TÉCNICO LEGISLATIVO**Área: Comunicação Social, Eventos e Contatos****Especialidade: PRODUTOR DE INFOGRAFIA JORNALÍSTICA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	0269534	PRISCILLA COELHO CAMPOS DA PAZ	103,10
2º	0268611	CASSIO SALES COSTA	102,32
3º	0269363	MARCELO DE FARIA CAMPOS	100,10

ATO DO PRESIDENTE**Nº 303 , DE 2009**

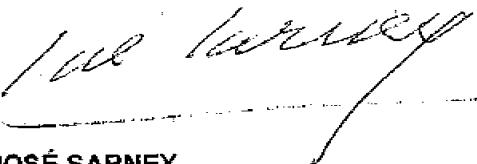
O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares

RESOLVE:

I – Dispensar, a pedido, a servidora Lygia Maria de Carvalho Pessoa Guerra, matrícula 16631, do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde – SIS, instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2009.

II – Este Ato entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de agosto de 2009.


JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

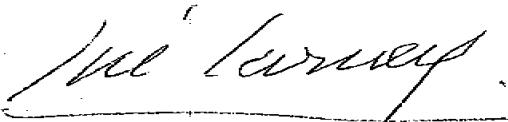
ATO DO PRESIDENTE**Nº 304 , de 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE :

Dispensar o servidor MARCOS JOSÉ DE CAMPOS LIMA, matrícula 46052, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Auditoria de Contratos, símbolo FC-07, da SSAGES/SCINT, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Auditoria de Gestão da Secretaria de Controle Interno, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 03 de agosto de 2009.


José Sarney

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

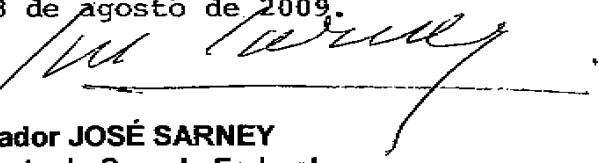
**ATO DO PRESIDENTE
Nº 305 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

R E S O L V E:

Designar o servidor **RUI OSCAR DIAS JANIQUES**, matrícula 102882, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativo, para responder pelo expediente da Secretaria Especial de Informática, nos eventuais impedimentos e/ou afastamentos do titular.

Senado Federal, 03 de agosto de 2009.


**Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal**

**ATO DO PRESIDENTE
Nº . 307 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE,

Nomear, **JORGE DANIEL SETTE GUTIERREZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 03 de agosto de 2009.


**JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiassi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)

PDT/PSOL (9)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Moarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

- Indicações das Lideranças.
- Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
- Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽¹⁾
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 31/08/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
3.	
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

- Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
- Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
- Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres (1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 13.08.2009 (art. 374, V)

PARECER FINAL: 14 a 27.07.2009 (art. 374, VI)

¹Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 177, de 2009, em 24.06.2009.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (38)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
Delcídio Amaral (PT) (36)	2. Renato Casagrande (PSB) (33)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (40)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Expedito Júnior (PR) (4,28)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) (58,61)
Gerson Camata (PMDB) (67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (55)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) (57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
VAGO (68)	7. VAGO (68)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42)
Efraim Moraes (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Jayme Campos (DEM) (13,47)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (24)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT

Osmar Dias (20)	1. Jefferson Praia (10,21)
-----------------	----------------------------

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,59,61)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,60,64)	7. José Nery (PSOL) (28,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (52)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (50)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40)
Efraim Morais (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,66)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁶⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa ⁽⁸⁾	1. Paulo Duque ⁽³⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (39,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,31)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (39)	3. Marcelo Crivella (PRB) (30)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,72)
Ideli Salvatti (PT) (39)	5. César Borges (PR) (35,52)
Expedito Júnior (PR) (37,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,32,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (62,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (57,66)
Almeida Lima (PMDB) (59,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (54,64)
Gilvam Borges (PMDB) (60,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,68,78)
Francisco Dornelles (PP) (55,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,65,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,58,69)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Moraes (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (27,70)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (26,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (29,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Flávio Torres (12,23,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
70. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (73,74)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) (36)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Ideli Salvatti (PT) (35)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,37)
Paulo Paim (PT) (36,46,66)	4. José Nery (PSOL) (30)
Inácio Arruda (PC DO B) (38)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,67)
Marina Silva (PT) (32)	6. João Ribeiro (PR) (34,71)
Expedito Júnior (PR) (33)	7. VAGO (34)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (63)	1. Romero Jucá (PMDB) (56)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (56)
Gilvam Borges (PMDB) (55)	3. Pedro Simon (PMDB) (56)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (62)	4. Neuto De Conto (PMDB) (59)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (57)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,60)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64)
VAGO (53,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (54)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,47)	1. Gilberto Goellner (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (50)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,49)	3. Jayme Campos (DEM) (42)
Heráclito Fortes (DEM) (40)	4. Efraim Moraes (DEM) (39)
José Agripino (DEM) (13,51)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) (44)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,48)
Alvaro Dias (PSDB) (25)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (28,69)
Cícero Lucena (PSDB) (22)	8. Marconi Perillo (PSDB) (26)
VAGO (29,68,73,74)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (24)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (23)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,41)	1. João Vicente Claudino (41)
Romeu Tuma (41)	2. Mozarildo Cavalcanti (41)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.

39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
40. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
41. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
47. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplementares

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) (19)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (19)	2. Serys Slhessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (19)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,20,30)
Aloizio Mercadante (PT) (2,23,48,49)	4. Marina Silva (PT) (20,45)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (20,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (39,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (41)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (37)
Gilvam Borges (PMDB) (36)	4. Mão Santa (PMDB) (33)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,42)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (34)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (25)	2. Jayme Campos (DEM) (32)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (31)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. VAGO (18,47)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,9)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹²⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (PT) 2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Flávio Arns (PT) (38,68)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43,75)	2. Marina Silva (PT) (46)
João Ribeiro (PR) (45,71)	3. Renato Casagrande (PSB) (42,74)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (39)
Tião Viana (PT) (44,54,69)	5. Augusto Botelho (PT) (22,40,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,73)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (37,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (33)
Eduardo Azeredo (PSDB) (37)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,36,70)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (34)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Flávio Torres (32,59,81,82)	1. Cristovam Buarque (20,31,60)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
71. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (21)	1. Marina Silva (PT) (17)
Delcídio Amaral (PT) (21,32,55)	2. Paulo Paim (PT) (19,32,58)
Ideli Salvatti (PT) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (24)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (20)
Fátima Cleide (PT) (16)	5. Eduardo Suplicy (PT) (23)
João Ribeiro (PR) (25)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (53,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,46)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (30,51)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PMDB) (5,9,43)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (48,56)	5. VAGO (49,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)	6. Almeida Lima (PMDB) (52,60,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (27)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (33)
Jayme Campos (DEM) (34)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (28)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Mário Couto (PSDB) (41,62)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,57)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,61)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (17)	1. Paulo Paim (PT) (17)
João Pedro (PT) (21)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (22,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) (23)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (20,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,37,40)	1. Romero Jucá (PMDB) (36,38)
Neuto De Conto (PMDB) (41,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) (34,43)
Gerson Camata (PMDB) (35,39)	3. Renan Calheiros (PMDB) (42,48)
Valter Pereira (PMDB) (45,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (44,47)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,30)
Raimundo Colombo (DEM) (26)	2. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (25)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,33)	4. José Agripino (DEM) (29)
VAGO (15,53)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (16)
Mário Couto (PSDB) (14)	6. João Tenório (PSDB) (12)
Marisa Serrano (PSDB) (12)	7. Marconi Perillo (PSDB) (13)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,24)	1. Sérgio Zambiasi (24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 03/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,45)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (34,44)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,24)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,31)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,42)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (23)	1. Fernando Collor (23)
PDT	
Flávio Torres (13,33,50,51)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 14/07/2009)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999
3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

5^a Eleição Geral: 23.11.2005
6^a Eleição Geral: 06.03.2007
7^a Eleição Geral: 14.07.2009

Presidente: Senador Paulo Duque¹
Vice-Presidente: Senador Gim Argello ⁴

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (DEM)	GO	2091	1. Antonio Carlos Júnior (DEM)	BA	2191
Heráclito Fortes (DEM)	PI	2131	2. Rosalba Ciarlini (DEM)	RN	1777
Eliseu Resende (DEM)	MG	4621	3. Maria do Carmo Alves (DEM)	SE	4055
Marisa Serrano (PSDB)	MS	1128	4. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1301
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	5.		
Maioria (PMDB, PP)					
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	MG	2244	1. Valdir Raupp (PMDB)	RO	2253
Almeida Lima (PMDB)	SE	1312	2. Romero Jucá (PMDB)	RR	2117
Gilvam Borges (PMDB)	AP	1717	3. Mão Santa (PMDB)	PI	2333
Paulo Duque (PMDB)	RJ	2435	4. Lobão Filho (PMDB)	MA	2311
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)					
(Vago) ³			1. Delcídio Amaral (PT)	MS	2452
João Pedro (PT)	AM	1266	2. Ideli Salvatti (PT)	SC	2171
(Vago) ²			3. Eduardo Suplicy (PT)	SP	2818
Inácio Arruda (PC do B)	CE	5791	4. Augusto Botelho (PT)	RR	2041
PTB					
Gim Argello	DF	1161	1. João Vicente Claudino	PI	2415
PDT					
João Durval	BA	3173	1. Jefferson Praia	AM	2063
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PTB/SP)					2051

(Atualizado em 05.08.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Anexo II, Terreiro – Senado Federal
 Telefones: 3303-5255 e 3303-4561
scop@senado.gov.br

¹ Eleito na 1^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

² O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

³ O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

⁴ Eleito na 2^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ⁽¹⁾**PDT**Flávio Torres (CE) ^(4,5)**PR**

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 04/08/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDf nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ^a (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ^c (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ^d (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ^b (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ^e (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ^g (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ^f (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GABI/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 236 PÁGINAS